

Anais da



Mostra Integrada de

Iniciação Científica

IV Seminário Integrado de Pós-graduação

Faculdade Cenecista de Osório – FACOS/CNEC
Anais da VI Mostra Integrada de Iniciação Científica e
IV Seminário dos cursos de Pós-graduação

Revista científica anual, volume 6, número 6 – jul/2015 – ISSN 2317 2851

Diretor

Prof. Me. Júlio César Lindemann

Coordenação Geral do Conselho Editorial

Prof^a. Ma. Rosângela Leffa Behenck

Coordenador Editorial dos Anais da VI Mostra Integrada de Iniciação Científica e IV Seminário dos cursos de Pós-graduação

Prof. Dr. Edison Luiz Saturnino

Conselho Editorial/Comissão Científica

Prof. Dr. José Eduardo Souza de Miranda

Prof^a. Ma. Luzihê Mendes Martins

Prof^a. Ma. Fernanda Mallmann

Prof^a. Ma. Ludinara do Nascimento Scheffel

Prof. Me. Renato Silva

Prof. Dr. Edison Luiz Saturnino

Prof^a. Dr^a. Patrícia dos Santos Nunes

Prof. Me. Marcelo Oliveira Ribeiro

Prof^a. Dr^a. Priscilla de Oliveira Ferreira

Prof^a. Dr^a. Kathlen Luana de Oliveira

Prof^a. Ma. Thais Castro de Souza

Prof. Dr. Gabriel Corteze Netto

Prof. Dr. Charles Francisco Ferreira

Prof. Dr. Luciano Assis Mattuella

Prof^a. Ma. Lizandra de Oliveira Carrilho

Prof^a. Ma. Mariusa Warpechowski

Prof^a. Ma. Renata Zanella

Prof. Me. Igor Velho de Souza

Assessoria Técnico-Editorial:

Jonatan Fortes – Assessoria de Marketing - CNEC Osório/RS

Willian de Ávila – Assessoria de Tecnologia e Sistemas – CNEC Osório/RS

Maicon Flor dos Santos – Assessoria Técnico-Digital – CNEC Osório/RS

Lucas Innocente Teixeira – Assessoria Conselho Editorial – CNEC Osório/RS

Simone Lemos Pereira – Assessoria Comissão Científica – CNEC Osório/RS

Cynara Silva de Araújo – Assessora Técnica de Diagramação

As informações e comentários que compõem os conteúdos dos materiais publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

Apresentação

Território plural é a expressão mais adequada para definir o conjunto de textos que integram os Anais da VI Mostra Integrada de Iniciação Científica e do IV Seminário Integrado de Pós-Graduação da Faculdade Cenecista de Osório. Isso porque os trabalhos aqui publicados constituem uma tessitura discursiva fortemente marcada pela diversidade de temáticas, de matrizes teóricas, de itinerários metodológicos e de estratégias analíticas. Além disso, os textos reunidos nesse volume circunscrevem diferentes zonas de fronteiras, entendidas como espaços propícios à comunicação e ao diálogo interdisciplinar, capazes de promover maneiras intercambiáveis de pensar, problematizar e compreender o mundo.

O evento, cada vez mais, caracteriza-se como um espaço significativo para a socialização de estudos e pesquisas desenvolvidas por estudantes do Colégio Cenecista Marques de Herval, dos Cursos de Graduação, dos cursos de Pós-Graduação e de egressos da CNEC/Osório, bem como de acadêmicos de outras instituições de Ensino Superior. Nessa edição, o evento contou com a apresentação de 270 trabalhos, nas modalidades pôster e comunicação oral, além de palestras, mesas-redondas e oficinas.

É evidente a marca da iniciação científica nos trabalhos realizados pelos alunos-pesquisadores em formação. São produções realizadas a partir da lógica da descoberta, que envolvem estudos, reflexões, interpretações e demonstram a dúvida, o vigor e o desassossego próprios do olhar de pesquisadores iniciantes. Além disso, a preocupação com problemáticas regionais e locais constituem um significativo convite à leitura.

Uma mirada sobre os textos permite indiciar a maneira como as pesquisas tornam-se experiência na vida de seus autores. Experiência entendida não como aquilo que simplesmente passa ou acontece, mas como eventos que disparam aventuras do pensamento, que transformam o sujeito, que o modificam, que o tornam diferente, como bem nos ensinou Jorge Larrosa. Interessante pensar, então, como a interação

com os textos pode também constituir-se como experiência nos percursos formativos de seus leitores.

Estão aí, pois, os Anais da VI Mostra Integrada de Iniciação Científica e do IV Seminário Integrado de Pós-Graduação. Esta publicação foi viabilizada, e tornada possível, pela contribuição e trabalho integrado de estudantes, professores orientadores, integrantes do comitê científico, comissão organizadora do evento e equipe técnica, a quem registramos nosso reconhecimento e direcionamos nossos mais sinceros agradecimentos.

Muitas são as motivações da leitura, entre elas, a instrução, o conhecimento, a informação, a fruição. Sabemos que ler é produzir sentido e, através de operações complexas, móveis, instáveis, o leitor se apropria dos textos e com eles estabelece uma relação criativa e produtiva. É nosso desejo, então, que os trabalhos ora apresentados correspondam adequadamente ao desejo, às necessidades e às expectativas dos leitores.

Prof. Edison Luiz Saturnino
Professor e Coordenador de Pesquisa
Faculdade Cenecista de Osório

Sumário

Resumos

- A adoção de crianças soropositivas e a nova lei da adoção 22**
Jandira Inês Weber de Rosso
Patrícia Outeiral de Oliveira
- A anemia por deficiência de ferro ou ferropriva 24**
Maria Renata Pereira dos Santos
Gabriel Corteze Netto
- A assistência de enfermagem em saúde mental no Brasil: um relato reflexivo 26**
Fernanda Santos Padilha
Emanoela Therezinha Bessa Mendes
- A biotecnologia a favor do reflorestamento 28**
Tanize Pereira Dias
Charles Francisco Ferreira
- A conduta criminal do desmatamento da floresta nativa e seus reflexos ao meio ambiente 30**
Sueine Killes Barufi
Letícia Killes Barufi
Igor Velho de Souza
- A desconsideração da personalidade jurídica: lineamento didático 32**
Andréia Colombo
Caroline Souza Pereira
Talita Ramos
José Eduardo de Miranda
- A importância da Radiologia na abordagem de pacientes politraumatizados (ênfase em acidentes de moto) 34**
Juliana Guimarães de Almeida
Iaiana Lara de Souza
Natália Pacheco Laurindo
Fátima Beatriz Freitas de Oliveira
Jorge Luiz da Silva Júnior
- A influência da Espiritualidade no enfrentamento e superação de pessoas com diagnóstico oncológico 36**
Lucinara dos Santos Inácio
Ivana da Silva Nunes
Vitoria Justin dos Santos
Rodrigo Lages e Silva
Dioneia Luciane Mendes

A lei 11.101/05 e a prevalência da função social como causa da recuperação de empresas	38
Carolina Lopes de Souza	
Caroline Panni de Oliveira	
Guilherme Wilborn	
José Eduardo de Miranda	
A lei que regulamenta a terceirização: o que mudará nas relações de trabalho?	40
Bruno Dias Coelho	
Volnei de Melo	
Oraides Morello Marcon Marques	
A necessária recolocação da criança e do adolescente no seio de sua família natural	42
Pâmela Dacol de Brito	
Ana Paula Meneghel Rossi Janner	
Mateus da Silva Rosa Pereira	
Jarbas Freitas da Silva	
Martim Cabeleira de Moraes Júnior	
A perspectiva moderna de interpretação dos contratos de adesão sob a ótica do princípio da função social dos contratos	44
Lucas Chollet Pinto	
Karine Silva Demoliner	
A proteção da vida em potencial muda diante do paradigma da arguição de descumprimento de preceito fundamental 54	46
Tatiana Velho Guerra Cunha	
Camila Gome	
Renan Quarti	
Everton Ricardo Bootz	
A redução da maioria penal sob a perspectiva das pesquisas dos trabalhos de conclusão de curso realizados	48
Jéssica da Costa Campos	
Juliana Fernandes	
Analice Costa dos Santos	
Saulo Bueno Marimon	
A saúde e segurança do trabalho em uma marcenaria do Litoral Norte gaúcho	50
Luana Maschmann Brehm	
Laís Frantz Fernandes	
Mateus Fraga dos Santos	
Ludinara do Nascimento Scheffel	

A Súmula 306 do Superior Tribunal de Justiça e a impossibilidade de compensação dos honorários advocatícios sucumbenciais à luz do “Novo Código de Processo Civil”	52
Amanda Mattevi Brehm Fábio Trespach Francisco Renato Rodrigues Freitas Júnior	
Acidentes Nucleares Nacionais: relato de revisão da literatura	54
Michaela Silva dos Santos Camila Lentz Clesar Charles Francisco Ferreira	
Adaptação das auxiliares escolares: narrativas que emergem frente ao despreparo	56
Jordana Scheffer Rolim Gisseli da Rosa Silveira Tatiana Guimarães Jacques	
Agronegócio, o terceiro pilar da economia brasileira	58
Micheli Maranoski Andresa dos Santos Guimarães Daniela Burkhard	
Alienação Parental	60
Gabriela dos Santos Soares Alexandra Costa Vieira Marques Jarbas Freitas da Silva	
Alimentos Avoengos	62
Richer Quadros Wilian da Silva Mayer Sidinei Rolin Ferreira Filho Jarbas Freitas da Silva	
Alteração da Lei nº 8213/91 sofrida pela Medida Provisória 664/2014 nos casos de pensão por morte e auxílio doença	64
Janaina Serpa Groth Djeniffer Rocha Menon Mariângela Guerreiro Milhoranza	
Análise ambiente de negócios do município de Imbé – RS	66
Daniela Burkhard	
Análise do curso de Artes Visuais da Uniasselvi e a importância da formação do professor de Arte	68
Rose Adriana Vieira Lorenzoni Heleuza Carrilho Tuka de Almeida	

Análise dos elementos constitutivos do tipo do art. 28 da Lei 11.346/2006 e o desencarceramento: uma visão jurisprudencial (TJ/RS 2005/2007) 70

Taís Muniz da Costa
Thaís Espindula Fagundes
Manuela Cardoso dos Santos
Saulo Bueno Marimon

Análise dos percentuais de prematuridade e cesariana no município de Tramandaí no período entre 1999 a 2008 72

Camila Pinheiro Ceroni
Gisele Ferreira dos Santos
Larissa Rocha Lopes
Cesar Luis Silva dos Santos

Análise exploratória: posicionamento ético em questões genéticas por acadêmicos das áreas Biomédicas e da Saúde da Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS) 74

Amanda Daitx Justo
Daniela Gutz Pedde
Priscila dos Santos Ferri
Charles Francisco Ferreira

Aplicabilidade da súmula 366 do TST conforme a jurisprudência do referido tribunal 76

Helen Ligabue da Silva
Camila da Silva Silveira
Jéssica dos Anjos
Marcelo Terra Reis

Aprendizagem dos deficientes auditivos incluídos no ensino regular: limitações e potencialidades 78

Charlott Barrufi
Vera Lúcia Caetano Gonçalves

As alterações trazidas pela emenda constitucional nº 72/2013 e sua regulamentação no trabalho doméstico 80

Carla Hemanuele Borne
Quésia Barrufi da Luz
João Batista da Silva
Oraides Morello Marcon Marques

Aspectos da Norma Regulamentadora 35 em uma empresa de construção de infraestruturas de rodovias 82

Maikel Luiz Brito Carvalho
Michele da Costa Araújo
Bruna Grassi Maciel
Ludinary do Nascimento Scheffel

Assistência de enfermagem ao paciente com suspeita de infarto agudo do miocárdio	84
Marcio Ferraz Gabriel Corteze Netto	
Avaliação da qualidade das compressões torácicas na Ressuscitação Cardiopulmonar realizada por profissionais da área da saúde do RS com utilização do desfibrilador externo automático	86
Joyce Mara Serafim Kollet Gabriel Corteze Netto	
Avaliações Geriátricas Neuropsicobiológicas	88
Amanda Daitx Justo Charles Francisco Ferreira	
Benefícios da prática de atividade física para pessoas com diagnóstico de depressão	90
Cainele Tiziana Flesch João Pedro Oliveira de Borba Alessandra Marques Cecconello	
Bioindicadores de qualidade da água e o ensino de Ciências: um relato de experiência	92
Dijany Macedo da Silva Mateus da Silva Viganó Thais Castro de Souza Igor Velho de Souza	
Biotecnologia e o desenvolvimento de vacinas	94
Bruna Scherer Débora Cecconello Mateus Guatimosim Charles Francisco Ferreira	
Cessão de útero no âmbito do Direito de Família brasileiro	96
Ritiela da Silva Agliardi Julia Stürmer dos Reis Fernanda Panitz Ramalho Jarbas Freitas da Silva	
Cisticercose: um problema de saúde pública	98
Márcia Guatimosim da Silva Elaine Avila Gabriel Almeida Marilaine Cardoso Katia Inajara Pires Pereira Lisiane Smiderle	

"Clube do Carimbo": transmissão dolosa do vírus HIV - a necessidade de sua tipificação como crime de homicídio 100

Nathália Fiuza

Gabriela Kuwer Fernandes

Charles Nunes

Antônio Carlos Ractz Júnior

Comparação dos níveis de flexibilidade entre escolares de 6 a 14 anos de idade de duas escolas públicas municipais de Capão da Canoa – RS 102

Daniel de Oliveira Eberhardt

Marcelo Morganti Sant'Anna

Construção de uma maquete para a compreensão e reconhecimento de estruturas corporais utilizadas na realização do movimento 104

Jéssica Belmonte Klein

Elisiane Mello de Oliveira

Helena Meinhardt

Crime e Gênero: estudo comparativo entre o presídio modular de Osório e o presídio feminino de Torres 106

Annelise Cristina Boranga

Rafael Alves Devos

Saulo Bueno Marimon

Da "intimidade" a "extimidade": paradoxo do direito ao esquecimento à superexposição nas redes sociais 108

Rodrigo Pelisoli Maiato

Fátima Corbellini

Marcelo Terra Reis

Desenvolvimento comportamental com base nos estímulos ambientais 110

Vinícius Machado da Silva

Tatieli da Silva Bitencourt

Rafaela Silveira Maciazeki

Charles Francisco Ferreira

Direitos e deveres dos condôminos 112

Matheus Soares Pereira

Paula Tressoldi Ferreira

Everton Ricardo Bootz

Direitos humanos para humanos direitos? A violação dos direitos humanos no cotidiano dos apenados: a visão do TJ sobre o tema (2014/2015) 114

Bruna Rech da Silva

Adriana Machado da Silva

Manoel Nunes da Silva Neto

Saulo Bueno Marimon

Distúrbios hereditários e ácidos graxos	116
Vanessa Fernanda Silva	
Céres Gonçalves de Vargas	
Leonardo Severo	
Charles Francisco Ferreira	
Do direito de propriedade e da regularização do parcelamento irregular ou clandestino do solo com base no provimento nº 21/2011, CGJ/RS (projeto More Legal IV)	118
Andressa Beschorner Gonsalves	
Patrícia Outeiral de Oliveira	
Doenças genéticas ocasionadas por mutações no DNA mitocondrial	121
Gabriela Grassi Maciel	
Bruna de Souza Glasorester	
Ramona Dal Castel	
Charles Francisco Ferreira	
Efeitos das radiações ultravioletas	123
Allana Figueiredo da Silva	
Patrícia Teixeira dos Santos Thomé	
Charles Francisco Ferreira	
Ergonomia e lombalgia: uma revisão literária	125
Sirlei Rejane Vale Bittencourt	
Ísis Guazzelli Pioner	
Estamira: direitos humanos e transtornos mentais	127
Luiza Dalla Corte Euzebio	
Ângela Kunzler	
Evolução das Constituições	129
Ercilio Bitencourt	
Vanessa Barrufi Bitencourt	
Carlos Anderson Pereira Bandeira	
Everton Ricardo Bootz	
Exercício físico e hipertensão arterial (revisão sistemática)	131
Matheus Moraes	
Rafaela Liberali	
Fábio Cunha	
Francisco Navarro	
Exercícios físicos indicados na gravidez	133
Fernanda D'Avila Rodrigues	
Débora Carvalho de Oliveira	
André Felipe Propp	
Camilla Lazzaretti	

Experiências de estágio em Radiologia	135
Caroline Padilha Pereira	
Alisson da Silva Martins	
Francyne Dias	
Jorge Luiz da Silva Junior	
Fátima Beatriz Freitas de Oliveira	
Experiências pedagógicas no trabalho docente - PIBID/Pedagogia	137
Andriza Cunha de Jesus	
Ligia Beatriz Goulart	
Anilda Machado de Souza	
Experiências vivenciadas através do subprojeto PIBID/CAPES do curso de Educação Física da Faculdade Cenecista de Osório	139
Rosângela Raupp Emerim	
José Augusto Ayres Florentino	
Filosofia, a primeira ciência e seu processo histórico: a origem dos critérios da verdade	141
Roger Pierre Vidal	
Daniela Burkhard	
Egon Roque Fröhlich	
Focos de <i>Aedes aegypti</i> na cidade de Osório em 2015	143
Julia Maioli Brandão	
César Luis Silva dos Santos	
Gestão de pequenas e médias empresas	145
Evandro de Assunção dos Santos	
Daniela Burkhard	
Gestão Escolar: desafios de liderança e motivação	147
Daniela Fonseca Ferreira	
Patrícia dos Santos Nunes	
Gestão: os desafios da gestão democrática na escola da contemporaneidade	149
Marilize Ferreira do Amaral Santos	
Liége Westermann	
Grupo Treinamento de Habilidades Sociais para Pais: ajudando os pais a lidar melhor com as dificuldades dos filhos propiciando assim um relacionamento mais saudável entre eles	151
Graziele Gomes Pelisoli	
Marisele Santos Souza	
Jenifer Nunes Simões	

Leandro Alencastro Santos

Heranças Mendelianas Monogênicas 153

Ramona Alves Dacol
Geissa Borba Mittmann
Kananda Monteiro da Silva
Charles Francisco Ferreira

Hiperlexia e Espectro Autístico: uma correlação crítica 155

Bibiane da Silva Nunes
Jaqueline Gomes
Charles Francisco Ferreira

**Imediata apresentação do preso em flagrante ao Juiz de Direito:
(im)possibilidade da implementação da audiência de custódia 157**

João Pedro Gomes Dadda
Antônio Carlos Ractz Júnior

**Influência da autoliberação miofascial na flexibilidade de jovens praticantes de
atividade física 159**

Sandro Medina Filho
Marcelo Morganti Sant'anna

Insulina e seus mecanismos no Diabetes 161

Alexandra Vieira
Stéfanie Fonseca Duarte
Rafael da Silva Teixeira
Thayane Antonioli Crestani

**Intervenção psicossocial: não adesão ao tratamento de imunodeficiência
humana 163**

Priscila dos Santos Souza
Rochele Josiane Vargas Flor
Tuane Silveira dos Santos
Tatiana Guimarães Jacques

**Lar Dr. Paim Cruz: aspectos históricos, vicissitudes e adaptação dos idosos
..... 165**

Amarante Gonçalves Gros Júnior
Gabriela Santos de Souza
Tatiana Guimarães Jacques

**Levantamento faunístico em ambiente límnic e de mata nativa (Bioma Mata
Atlântica) na trilha da Cascata do Garapiá em Maquiné/RS 167**

Fernanda Pinho Fraga
Tassiana Jacoby
Thayla Ribeiro Bicca

Thais Castro de Souza

Licenciamento ambiental no município de Osório 169

Larson Gabriel Lubini Berner
Guilherme Boeira da Ressurreição
Yan Felipe da Silveira
Fernanda Mallmann

Maioridade penal sob a ótica da Psicologia 171

Camila Amaral do Val
Joice Lopes Santos
Roberta Mestriner Barbosa
Viviane Heckler

Mapeamento das infecções do trato urinário no município de Tramandaí 173

Filipe Renato Pereira Dias
Fernanda Bock Floriano
Carmen Maria Simões Pires Alves Mendina
Gabriel Corteze Netto

Mapeamento e diagnóstico dos resíduos sólidos da Faculdade Cenecista de Osório 175

Taís Colombo
Charlott Barrufi
Igor Velho de Souza

Marcadores sorológicos para o diagnóstico da Hepatite B 177

Eliéser da Silva Barbosa
Marcielle Silva de Miranda
Juliana Ortiz Machado da Silva
Gabriel Corteze Netto

Meio ambiente equilibrado, a coletividade reivindicando seus direitos 179

Tiago Diogo Vidal
Carlos Roberto de Freitas Silva
Alberto Rodrigo Silva Oliveira
Fernanda Mallmann

Mobilidade urbana: o uso da bicicleta como meio de transporte alternativo no município de Santo Antônio da Patrulha/RS 181

Abreu Nunes Machado Junior
José Eduardo de Miranda

Modelo gerencial na administração pública 183

Maurea Conceição dos Santos Gamba
Mauricio Rodrigues Ribeiro
Luzihê Mendes Martins

“Morando com o inimigo”? O estatuto do idoso e a sua in(aplicabilidade) fática

.....	185
Camila de Souza e Silva Camila Garcia de Vargas Tatiane Zanoni de Andrade Saulo Bueno Marimon	
Mutações genéticas e processos evolutivos	187
Janaina Silva Rossato Alini de Oliveira Jéssica Barbosa Schuquel Charles Francisco Ferreira	
NR 25: a visão da SST em relação à geração de resíduos	189
Vanessa Machado dos Santos Karine Santos Furlan Daiana Netto de Oliveira Fraga Ludinary do Nascimento Scheffel	
O “lixo” na comunidade indígena Sol Nascente em Osório: uma questão de educação e saúde ambiental	191
Léia Gonchoroski Machado Igor Velho de Souza	
O chá verde e saúde	193
Pedro Luis da Silva Kiane Molinari Martins Adna Lopes Bonilha de Antoni Camilla Lazzaretti	
O controle biológico da Esquistossomose	195
Elizabeth Palma Lucas Moisés Nunes de Oliveira Isabel Cristina Brandão Taufer	
O efeito de um programa de treinamento concorrente sobre parâmetros metabólicos na Diabetes Mellitus tipo 1: estudo de caso	197
André Gubert Batista Eduardo Ramos da Silva	
O Enfermeiro como orientador de saúde em instituições de ensino	199
Tiago Augustinho da Silva Marcus Antonio do Amaral Junior Marilei de Fatima Ribeiro de Mello Gustavo Gomboski	
O ensino do Voleibol: um estudo de caso com graduandos da disciplina de Voleibol, 2015-1, do curso de Educação Física da FACOS/RS	201
Amanda da Silveira Cardoso Zuleica de Macedo Sérgio Luiz Chaves Alves	

Tiago Nunes Medeiros

O nome social como um exercício de cidadania 203

Antonio Jorge Malheiros Silva de Souza
Victor Eduardo Malheiros de Souza
Claudia Silviana da Silva
Mariângela Guerreiro Milhoranza

O papel da observação para qualificar a prática pedagógica 205

Juliana Milcharek
Anilda Machado de Souza
Lígia Beatriz Goulart

O papel da testosterona na andropausa precoce 207

Gabriela Gonçalves da Silva
Jackeline Martins Eberhardt de Souza
Maria Theresa Scheffer Pereira da Silva
Thayane Crestani
Charles Francisco Ferreira

O paradigma da Saúde Mental no Brasil: um relato reflexivo 209

Vinicius Rodrigues Ribeiro
Fernanda Santos Padilha
Monica Santos Soares
Emanoela Therezinha Bessa Mendes

"O Pequeno Príncipe"- Um musical que acompanha gerações 211

Ilda Renata da Silva Agliardi
Cristina Maria de Oliveira

O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: um recorrido histórico 213

Moysés Teixeira Abrahão
Laura de Oliveira Nunes
Kananda Batista Lopes
José Eduardo de Miranda

O princípio da insignificância penal e a visão jurisprudencial no TRF4: análise do art. 34, caput, primeira parte, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) 215

Carlos Eduardo Martinez
Dener Cardoso
Saulo Bueno Marimon

O uso adequado dos equipamentos de proteção em uma empresa multinacional do ramo automotivo do Litoral Norte Gaúcho 217

Celina Gonçalves Kiles
Gustavo Gonçalves Kiles
Ludinary do Nascimento Scheffel

O uso de EPIs no ramo da estética: estudo de caso da empresa Sublime	
Essência	219
Alexandre das Chagas Bordin	
Isabel Krohn Guimarães	
Leonir José Ritter	
Ludinary do Nascimento Scheffel	
Os direitos do nascituro	221
Petronilio Formagio da Silveira	
Mariângela Guerreiro Milhoranza	
Os saberes do professor de Educação Física em formação: o desafio teoria-prática e as tensões do campo da formação e do campo profissional na construção da profissionalidade	223
Lucas Souza Santos	
Rosângela Raupp Emerim	
José Augusto Ayres Florentino	
Paisagismo sustentável	225
Pâmella Carvalho de Farias Moraes	
Debora Cecconello	
Thais Castro de Souza	
Isabel Cristina Brandão Taufer	
Perfil epidemiológico dos pacientes vítimas de trauma cranioencefálico grave submetidos à neurocirurgia no hospital Santa Luzia em Capão da Canoa/RS	227
Caruline Bauer de Oliveira	
Gabriel Corteze Netto	
Por um fio...de(s)esperança	229
Paulo Bier Barcelos	
Jessica Piazza	
Joice Rabello	
Helena Beatriz Bier	
Práticas de neuroimagem como promoção de diagnóstico diferencial entre Demência Frontotemporal e Transtornos Neuropsiquiátricos	231
Leonardo da Cunha Guimarães	
Charles Francisco Ferreira	
Projeto de pesquisa: intervenção em orientação profissional	233
Douglas Gonçalves da Rosa	
Tatiana Guimarães Jacques	
Projeto Pibid Biologia em uma escola municipal de ensino fundamental de Osório	235
Mateus Guatimosim Maciel	

Thais Castro de Souza
Isabel Cristina Brandão Taufer

Proposta pedagógica: reutilização do lixo na Educação Infantil 237

Catia Cirlene Pereira Gomes
Heleuza Carrilho Tuka de Almeida

Psicopatia e imputabilidade penal 239

Gabriel Debastiani de Mello
Morgana Cristina Werpp
Carla Giani Debastiani
Luciano Assis Mattuella

Quais são os fatores que motivam as pessoas à prática de exercícios físicos nas academias? 241

Gabriela Araújo da Silva
Glória Berenice Dutra Figueira Moraes
Alessandra Marques Ceconello

Qualidade de vida no trabalho 243

Antonella Cabrini de Lima
Yasmin de Oliveira Farias
Vitória de Souza Ferri
Dioneia Luciane Mendes

Quebrando estereótipos e construindo pontes 245

Michelle Cardoso Blaneck
Patrícia dos Santos Nunes

Razões para Impeachment 247

José Roberto Prestes Madruga
Mário Renato Alves Pinheiro
Luciana Wiedemann
Everton Ricardo Bootz

Reflexões acerca da criação do Imposto sobre Grandes Fortunas sob a ótica da Justiça Geral 249

Giullia Peres da Silva
Renato Rodrigues Freitas Jr.

Relato de experiência nas oficinas desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID: a importância da educação ambiental e a reciclagem de papel 251

Nádia dos Santos Bernardo Scheffer
Thais Castro de Souza
Isabel Cristina Brandão Taufer

Relatos de experiências a partir de um programa de ginástica funcional na Sociedade Beneficente Cantinho do Céu - Osório/RS 253

Regina Formagio da Silveira

Fábio da Silva Cunha
Tiago Nunes Medeiros

Repercussões do tratamento hemodialítico na vida do paciente crônico renal 255

Alessandra Stuepp Evaldt
Cintia Oliveira dos Santos
Tatiana Jacques Guimarães

Repouso semanal remunerado e a problemática da tempestividade da sua folga compensatória 257

Lhana Caroline Lopes Cardoso
Laura Carolina
Oraides Morello Marcon Marques

Responsabilidade civil dos tabeliães e registradores 259

Uesli Rossi de Matos
Douglas dos Reis Pereira
Robson Ramos Cândido
Fernanda Mallmann

Responsabilidade civil por abandono afetivo 261

Caroline Marques Schultzz
Rafaela Pereira Ferreira
Pedro Gonçalves Santini
Jarbas Freitas da Silva

Revisão dos contratos por onerosidade excessiva 263

Angela Hemielewski Dominguez
Tuani Germann Selau
Patrícia Portella Quartiero

Segurança do trabalho em um cartório do Litoral Norte gaúcho 265

Cassiane Aparecida da Silveira
Ludinary do Nascimento Scheffel

Sentença suicida 267

José Roberto Prestes Madruga
Mário Renato Alves Pinheiro
Dimitrius Tolentino de Souza Nunes
Everton Ricardo Bootz

Síndromes cromossômicas 269

Juliana Matos
Joice Colissi
Charles Francisco Ferreira

Software educacional: um novo ritmo para alfabetização em uma escola municipal na cidade de Osório-RS	271
Adriana Aparecida Ribas Morais Eliane Cristina Araujo Schneider	
Tabu: como dialogar sobre sexo com seu filho?	273
Mayara Borba Fraga Patricia dos Santos Nunes	
Traficar drogas ou adulterar medicamentos? A visão do legislador sobre a prioridade punitiva no Brasil: uma análise comparada a partir das mudanças trazidas pela Lei n. 9677/98	275
Andréia de Andrade de Oliveira Elaine Hahn Rogério Guincheski Manara Saulo Bueno Marimon	
Transexualismo: uma revisão sistemática	277
Sonaira Goldani Luciano Assis Mattuella Charles Francisco Ferreira	
Transgênicos e o direito à informação	279
Luci Léia Kühn Pedro Henrique de Souza Nunes Fernanda Mallmann	
Transporte gratuito para pessoas com deficiência: uma reflexão acerca da extensão desse direito para a via aérea	281
Carolini Monteiro Dreher Jordana da Silva Dias Iara de Castro Aguiar Everton Ricardo Bootz	
Treinamento Físico Funcional voltado ao emagrecimento em idosa no município de Maquiné/RS (um estudo de caso)	283
Elidiane Martins Negrini Bruna dos Santos Becker Fábio da Silva Cunha	
União estável e o namoro qualificado à luz do direito cível e seus paradigmas	285
Bruna Jacobs Baptista Eduarda Araújo Barbosa Jaiane Gomes	

Jarbas Freitas da Silva

Utilização do gengibre como antiemético em quimioterapia 287

Evelize Streher Roque

Gabriel Corteze Netto

Viveiro de mudas de árvores nativas do Rio Grande do Sul 289

Lucila Rocha

Morgana Flores Bobsin

Vera Lucia Caetano Gonçalves

Viver e ser feliz: processos identitários de sujeitos assexuais da comunidade assexual A2 291

Débora Germann dos Santos

Edison Luiz Saturnino

A adoção de crianças soropositivas e a nova lei da adoção

Jandira Inês Weber de Rosso¹
Patrícia Outeiral de Oliveira²

A problemática da adoção de crianças tidas como “aptas” à adoção por não trazerem nenhum problema biológico, é muito simples de versar e deliberar por não trazerem nenhum histórico gerador de preconceitos. Porém, quando falamos de uma criança que está na fila de adoção, e não corresponde às expectativas dos adotantes, por já não ser mais “bebê” recém-nascido, sendo “velha” demais, ou ainda, quando apresenta algum problema de saúde, à exemplo de bebês cuja sorologia é positiva, certamente a discussão se torna bem mais complexa, e a adoção muito mais complicada, face a não aceitação pelos candidatos em potencial. Objetiva-se com este estudo, elaborado a partir do método hipotético-indutivo, fazer uma análise da Lei de Adoção, a Lei Federal nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, sopesando se a mesma trará benefícios no processo de adoção de crianças soropositivas e quais as previsões e alterações para estes casos. Segundo relatos do Cadastro Nacional de Adoção, CNA, administrado pelo Conselho Nacional de Justiça, CNJ, candidatos à adoção, ficam nas filas de espera por quatro ou cinco anos. Entretanto, os dados das casas de acolhimento são diferentes, visto que existem inúmeras situações em que as crianças, aptas à adoção, ficam durante dez, quinze anos aguardando para serem escolhidas por uma família, chegando a situação de nunca serem adotadas. A alteração mais significativa na referida lei foi justamente o fato de que hoje, grupos de irmãos são colocados à adoção, com fim de evitar o rompimento do vínculo fraternal, conforme nos traz a leitura do artigo 28, §4º da mencionada lei, entretanto, apesar de ser visto como necessário este contato, esclarecendo que, em se tratando de irmãos, vemos como ideal, porém, parece-nos injusto para com o adotante, o contato com os pais biológicos, visto que pode acabar sofrendo algum tipo de pressão psicológica por parte destes, aumentando a sensação de insegurança face à intimidade e contato propostos entre adotado e seus genitores. Outro ponto em que houve alteração na lei, que acreditamos ser essencial, é quanto ao prazo de permanência nos programas de acolhimento, e é nesta questão que vemos nascer alguma esperança com relação à adoção de

¹ Acadêmica do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/RS.

² Mestra em Direito – PUC/RS. Professora do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/RS.

crianças soropositivas, visto que, diminuindo este tempo, talvez facilite para que estas crianças também sejam vistas como “adotáveis”, pois, através de programas informativos a respeito da convivência com o vírus do HIV/AIDS, diminui-se o preconceito e o medo de adotar uma criança neste perfil. Percebe-se ainda a falta de previsões legais voltadas a casos específicos, à exemplo das crianças soropositivas, mas com certeza, levando em consideração as evoluções familiares, no contexto jurídico, a tendência é que também estes perfis de crianças, que estão em busca de uma família que as adote, sejam beneficiadas futuramente com previsões legais voltadas diretamente à sua delicada situação quanto à aptidão para a adoção.

A anemia por deficiência de ferro ou ferropriva

Maria Renata Pereira dos Santos¹
Gabriel Corteze Netto²

A anemia é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um estado em que a concentração da hemoglobina do sangue é normalmente baixa em consequência da carência de um ou mais nutrientes essenciais. A anemia ferropriva é a mais comum entre todas as anemias, afetando cerca de 500 milhões de pessoas em todo o mundo, principalmente crianças menores de cinco anos e mulheres em idade fértil. É causada pelo consumo insuficiente de alimentos com fontes de ferro ou com deficiência na absorção, além de parasitoses intestinais, durante a gravidez e também por hemorragias. A anemia ferropriva pode acarretar prejuízos ao curto e longo prazo no desenvolvimento neuropsicomotor e na aprendizagem, além de comprometimento na resposta do sistema imunológico. O ferro é um nutriente essencial em nosso organismo, pois está associado à produção de glóbulos vermelhos e ao transporte de oxigênio dos pulmões para as células. Fisiologicamente o ferro é transportado e armazenado por três proteínas: a transferrina, o receptor de transferrina e a ferritina. O diagnóstico laboratorial possui diversos parâmetros hematológicos e bioquímicos que refletem os três estágios da deficiência podem ser usados, isoladamente ou associados, no diagnóstico do estado nutricional de ferro em indivíduos. O primeiro estágio da deficiência de ferro, caracterizado pela diminuição dos estoques de ferro no organismo, é realizado por meio de dosagem de ferritina sérica. O segundo estágio da deficiência de ferro corresponde à diminuição do ferro de transporte. Este estágio caracteriza-se pela diminuição do ferro sérico e um aumento da capacidade de ligação do ferro, sendo que tais mudanças resultam na diminuição da saturação da transferrina. O terceiro estágio ocorre quando a quantidade de ferro está suficientemente restrita para a produção de hemoglobina. O volume corpuscular médio (VCM), a amplitude do *red distribution width* (RDW), a hemoglobina corpuscular média (HCM) e a concentração de hemoglobina corpuscular média (CHCM) que avaliam a concentração de hemoglobina no eritrócito, correspondem aos índices hematimétricos mais utilizados

¹ Acadêmica do curso de Especialização em Ciências Biomédicas da FACOS/RS.

² Doutor em Patologia. Coordenador e professor do curso de Especialização em Ciências Biomédicas da FACOS/RS.

neste estágio, além da hemoglobina, que corresponde ao parâmetro universalmente utilizado para diagnosticar anemia. O tratamento inicia na correção da causa de deficiência de ferro, assim será indicada uma dieta rica em ferro e fármacos com sulfato ferroso. Concluímos que as hemácias em desenvolvimento requerem ferro para a produção de hemoglobina e que quando há falta de ferro no organismo pode ocasionar uma anemia conhecida como anemia ferropriva, doença que produz importantes riscos à saúde e que é facilmente diagnosticada através de exames laboratoriais.

A assistência de enfermagem em saúde mental no Brasil: um relato reflexivo

Fernanda Santos Padilha¹
Emanoela Therezinha Bessa Mendes²

O presente trabalho é uma breve reflexão da prática assistencial de enfermagem no âmbito da saúde mental a partir das alterações oriundas da reforma psiquiátrica brasileira, das décadas de 1980 e 1990, consolidadas com a promulgação da Lei de Saúde Mental, em 2001. Este estudo se baseou nas reflexões oriundas da disciplina Saúde Mental, cursada no segundo bimestre do ano letivo 2015. Anterior a reforma psiquiátrica, a saúde mental no Brasil era relacionada diretamente a exclusão social. Os ditos? Loucos? Não eram apenas as pessoas com distúrbios mentais intrínsecos, mas todo aquele que era considerado avesso às normas sociais vigentes a época. Essas pessoas eram destinadas aos manicômios/hospícios, onde o atendimento humanizado era inexistente, a utilização de fármacos com o intuito de sedar os pacientes era atitude corriqueira e a eletroconvulsoterapia era tratamento elencado para fins mais punitivos do que médicos. Nesse contexto a assistência em enfermagem era centrada nas estratégias de segregação e confinamento, coadunando com o modelo de saúde vigente, que privilegiava a mentalidade privatista, médico-cêntrica e hospitalocêntrica. Depois da reforma psiquiátrica nos anos 70 e 80, a assistência ao portador de transtorno mental é alterada completamente. Os hospitais psiquiátricos são vistos como último método a ser instituído, tendo como principais formas de tratamento os serviços substitutivos. Os enfermeiros passaram a atuar nas instituições extra-hospitalares, ou seja, em ambulatórios, NAPS/CAPS, oficinas terapêuticas, dentre outros. Então, a atenção do profissional de Enfermagem direcionou-se a novas práticas de cuidar na saúde mental, pois o tratamento preconizado, objetiva manter o paciente inserido no seu ambiente familiar e social. Ao profissional enfermeiro, este tem o dever de gerenciar o plano terapêutico singular do paciente, em conjunto com a equipe multiprofissional que assiste ao paciente e a sua família, através de uma abordagem humanizada por meio da construção de relacionamento interpessoal terapêutico. As funções do enfermeiro estão focadas na promoção da saúde mental, na prevenção da

¹ Acadêmica do curso de Bacharelado em Enfermagem da FACOS/RS.

² Mestra em Educação – Universidade Estadual do Ceará. Professora do curso de Bacharelado em Enfermagem da FACOS/RS.

enfermidade mental, na ajuda ao doente a enfrentar as pressões da enfermidade mental e na capacidade de assistir ao paciente, à família e à comunidade, ajudando-os a encontrarem o verdadeiro sentido da enfermidade mental. Para o enfermeiro realizar suas funções, deve usar a percepção e a observação, formular interpretações válidas, delinear campo de ação com tomada de decisões, planejar a assistência, avaliar as condutas e o desenvolvimento do processo. Sendo fundamental investir permanentemente na formação, orientada para a "desconstrução" das várias formas de opressão, exclusão e anulação dos portadores de transtornos mentais. Conforme podemos avaliar nesse breve estudo, a Reforma Psiquiátrica Brasileira não acabou ou estagnou, para a sua permanente evolução faz-se necessário nos sensibilizarmos, enquanto, profissionais de saúde, que quem a faz somos todos nós.

A biotecnologia a favor do reflorestamento

Tanize Pereira Dias¹
Charles Francisco Ferreira²

As florestas possuem um papel primordial para a conservação da biodiversidade, proporcionando um ambiente propício para o desenvolvimento de diversas espécies e cobrindo uma grande parcela de toda a área terrestre do planeta, com responsabilidade direta para a sobrevivência da população humana e da biodiversidade terrestre. Conforme informações da Organização das Nações Unidas, as florestas concentram cerca de 75% de toda a água do planeta, fornecendo um equilíbrio para a dinâmica hídrica e biológica dos ecossistemas. Devido ao desmatamento e conseqüente desfragmentação das florestas para comércio e fabricação de produtos, acarretado pela exploração excessiva da madeira, nosso planeta vem sofrendo grandiosas alterações com graves impactos ao meio ambiente e à vida. Diante destas informações, o presente trabalho objetivou uma revisão bibliográfica sobre a utilização de florestas renováveis para o reflorestamento de espécies vegetais, em especial ao Pinus (*Pinus spp.*) e ao Eucalipto (*Eucalyptus spp.*), amplamente utilizados para fabricações de madeira, celulose e papel. Conforme alguns dados reportados pela literatura, uma pessoa utiliza 0,5 m³ de madeira por ano, considerando toda população do planeta o consumo é de 3,5 bilhões de m³ ao ano, o que nos remete ao questionamento da existência de árvores suficientes para suprirem as necessidades das populações. Desde o século XX são plantadas florestas renováveis para a produção de madeira, as quais visam preservar nossas espécies nativas sem causar danos ao ambiente. Atualmente, no Brasil, 1 hectare de floresta plantada equivale a 10 hectares de matas nativas preservadas, contribuindo para a redução do efeito estufa e para a recuperação de áreas degradadas. O avanço das técnicas biotecnológicas (micropropagação e plantio clonal) se expandiu para aplicação na silvicultura, facilitando o desenvolvimento e oferecendo vantagens para estas espécies (rápida multiplicação, rápido crescimento, adaptação em diferentes solos, adaptação em diferentes climas, resistência às doenças, resistências às pragas, plantio uniforme e produção de

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da FACOS/RS.

² Doutor em Ciências Biológicas – UFRGS. Professor do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da FACOS/RS.

mudas em qualquer época do ano), promovendo a produção em grande escala de florestas renováveis. De acordo com as bibliografias consultadas, ressaltamos a importância da utilização de florestas renováveis para a confecção de diversos materiais originados das vegetações, minimizando assim os danos gerados por ações antrópicas (desmatamento) e evitando a extinção de algumas de nossas espécies, com conseqüente redução do efeito estufa. As práticas biotecnológicas, portanto, apresentam aplicabilidade visando o equilíbrio ambiental, possibilitando a preservação de algumas de nossas espécies nativas de fauna e flora, bem como as suas relações com o meio ambiente e os distintos ecossistemas.

A conduta criminal do desmatamento da floresta nativa e seus reflexos ao meio ambiente

Sueine Killes Barufi¹
Letícia Killes Barufi¹
Igor Velho de Souza²

O meio ambiente em geral sofre com a intervenção humana que degrada sua riqueza natural, explorando e causando danos as gerações presentes e futuras. Por esse motivo qualquer ato lesivo a floresta nativa trará sérios problemas ao equilíbrio ambiental e necessariamente os autores dos danos sofrerão com sanções administrativas e penais independente da reparação do dano. A floresta nativa tem grande importância para o equilíbrio ambiental devido ao fato de serem vitais para o funcionamento dos ecossistemas. O uso irracional dos recursos biológicos gera impactos negativos, derivados da extração indevida, tais como, fragmentação de habitat reduzindo a disponibilidade de alimentos para a fauna, perda de biodiversidades, declínio de chuvas e perda florestal. Com o tempo foi surgindo à necessidade de retirar e transferir algumas espécies para a expansão de estradas, empresas e crescimento de cidades, conforme a lei permite, mas em certos casos como a exploração de madeira, agricultura intensiva e ampliação da pecuária foram gerando um grande problema, sendo ele o desmatamento ilegal. Para que não haja conduta lesiva ao meio ambiente tem se adotado o método de transferência de algumas espécies para outras áreas, essa transferência está prevista na Lei 6938 de 1981, da Política Nacional do Meio Ambiente, na qual prevê a transferência de servidões com intuito de preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais encontradas em propriedades particulares de pessoas física e/ou pessoas jurídicas. Caso não seja cumprida essa transferência a conduta de desmatamento seria tipificada na Lei 9.605 dos crimes ambientais em consonância ao art. 225 da CF/88 § 3º. O objetivo do trabalho é demonstrar as variações no equilíbrio do ecossistema quando as espécies das florestas nativas não são preservadas e qual a dimensão do impacto negativo ao meio ambiente e, portanto constituindo crimes esses atos ilícitos. Examinaremos a conduta típica criminal do desmatamento da floresta nativa do Bioma Mata Atlântica, e o que se tem feito para preservar essas espécies nativas

¹ Acadêmicas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – FACOS/RS.

² Mestre em Educação Ambiental. Professor do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – FACOS/CNEC.

da exploração do ser humano. Uma das alternativas já identificadas nesse estudo é a compensação ambiental com a transferência dessas espécies a outras localidades minimizando os prejuízos ao ecossistema. O Bioma da Mata atlântica é rico em biodiversidades e considerado pela Constituição Federal como patrimônio nacional, reforçado pelo fato de ter grande valor social. Nesse contexto, qualquer prática ilícita lesiva de destruir ou danificar a floresta sem autorização de órgão competente trará sanções criminais e administrativas. O bem jurídico protegido é o meio ambiente equilibrado e direito de todos, conforme está definido no caput do artigo 225 da Constituição da República do Brasil de 1988.

A desconsideração da personalidade jurídica: lineamento didático

Andréia Colombo¹
Caroline Souza Pereira¹
Talita Ramos¹
José Eduardo de Miranda²

A desconsideração da personalidade jurídica é uma prática do direito civil, e do direito do consumidor, utilizada processualmente em determinados casos, onde se faz necessário a separação patrimonial existente entre o capital de uma empresa e o patrimônio de seus sócios, para os efeitos de determinadas obrigações. Este estudo tem como objetivo explorar a temática da desconsideração da personalidade jurídica, diante de conceitos e entendimentos doutrinários, a fim de acrescer o entendimento a cerca deste instituto. Nestes termos, o Código Civil de 2002, no seu art. 1024, ao estabelecer que “os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais”, consagra o Princípio da Autonomia Patrimonial das Pessoas Jurídicas, que se conforma no cenário do Direito brasileiro como uma ferramenta jurídica de importantíssimo incentivo ao empreendedorismo, uma vez que, ao imprimir a máxima de autonomia existencial da pessoa jurídica, estabelece a limitação de responsabilidade (conforme o tipo societário adotado, limitador ou não da responsabilidade dos sócios) e, conseqüentemente, atua como significativo redutor do risco empresarial. Com preponderância à independência patrimonial e obrigacional, este princípio se conforma em virtude da separação entre os patrimônios dos sócios e da sociedade, o que decorre do atributo da personalização da sociedade, considerada, pois, uma pessoa jurídica. Todavia, a partir do momento em que se comprova a inexistência, de forma clara, de uma separação entre o patrimônio da pessoa jurídica e o dos sócios que a compõem, configurando a confusão patrimonial, tem-se fragilizado o princípio da autonomia patrimonial e da responsabilidade obrigacional. As pessoas jurídicas, quaisquer que sejam, devem ser criadas para a concretização de fins específicos, que atendam ao desiderato de seus sócios, sempre que não contrariem a ordem jurídica. Porém, não são raras as situações em que gestores e sócios maliciosos, com intenções temerárias, se

¹ Acadêmicas do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Doutor em Direito - Universidad de Deusto/Espanha. Professor do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

utilizam do manto da personalidade jurídica, da sociedade personificada, para conformar atos jurídicos que sobrelevem seus pessoais interesses, em detrimento do interesse de terceiros, em exercício indiscutível de fraude contra credores. Assim sendo, com o propósito de oprimir a fraude, o legislador nacional integrou no ordenamento civil a doutrina da desconsideração da personalidade jurídica, a qual, de acordo com a disposição expressa pela pauta normativa do artigo 50, do vigente Código Civil, será aplicada especificamente nos casos em que se confirme o uso abusivo da personalidade jurídica, determinante, máxima, do desvio da finalidade ou da confusão patrimonial. Neste sentido, sinala-se que a desconsideração da personalidade jurídica confirma-se no direito pátrio como uma medida excepcional que não deve ser utilizada de maneira desmesurada, que a torne um procedimento banalizado. Vista esta práxis, compreende-se que a desconsideração da personalidade jurídica não acarreta o fim da pessoa jurídica, ou seja, esta não será dissolvida, nem liquidada, de maneira que a mesma tem sua existência resguardada. Para formatar esta premissa, utilizou-se o método dedutivo, como método de abordagem, e fez-se uso da técnica de pesquisa direta e indireta.

A importância da Radiologia na abordagem de pacientes politraumatizados (ênfase em acidentes de moto)

Juliana Guimarães de Almeida¹
Iaiana Lara de Souza¹
Natália Pacheco Laurindo¹
Fátima Beatriz Freitas de Oliveira²
Jorge Luiz da Silva Júnior²

A radiologia de Emergência, na última década, tem se diferenciado como uma especialidade dentro da radiologia. A estrutura necessária para o funcionamento da radiologia de emergência, não se limita mais à radiologia convencional, necessitando de ultrassom, tomografia computadorizada e ressonância magnética. O radiologista deve estar disponível nas 24 horas do dia, pois diversas situações de emergência necessitam de conduta imediata. O radiologista da emergência tem o desafio de fornecer ao médico emergencista, a qualquer horário, o diagnóstico por imagem que as diversas modalidades de alta tecnologia possam oferecer. As mudanças sociais, políticas, econômicas o crescimento urbano e o desenvolvimento da indústria automobilística trouxeram graves problemas de saúde pública ao Brasil, com os acidentes e violências de trânsito, os autoextermínios e os acidentes em geral, que são considerados a grande epidemia do século XX. A ênfase aqui, no entanto será dada aos traumas decorrentes de acidentes de trânsito envolvendo motocicletas. Os acidentes de trânsito com moto, estão se tornando cada dia mais comuns, consolidando-se como a terceira causa de óbitos mundiais, constatou-se que a cada 100 acidentes cerca de 80 são com motocicletas, no que se refere em gênero, o sexo masculino tem prevalência com cerca de 70% das ocorrências, e na maioria as vítimas são adolescentes e adultos na faixa etária entre 11 anos e 40 anos. Verifica-se mais registros de acidentes nos finais de semana, entre sexta-feira e domingo, onde domingo normalmente registra-se mais acidentes que os demais dias, em relação à horário dos acidentes, destaca-se o período noturno com cerca de 32% das vítimas, seguido do horário vespertino com 29%, o horário da manhã e madrugada juntos somam 39% dos acidentes. Os mecanismos de trauma mais

¹ Aluna do curso Técnico em Radiologia do Instituto de Educação Cenequista Marquês de Herval. Osório/RS.

² Professores do curso Técnico em Radiologia do Instituto de Educação Cenequista Marquês de Herval. Osório/RS.

frequentem foram queda da motocicleta, seguida de moto/carro, e carro/moto. Quanto as regiões corpóreas mais afetadas nos acidentes automobilísticos, pode-se observar maior frequência de acontecimentos nos membros inferiores com cerca de 36% das vítimas, neste caso a radiologia usa-se de técnicas para exames de joelho, perna, tornozelo, com incidências em AP, Perfil, que possam auxiliar a visualização através da imagem ao diagnóstico médico no local de uma suspeita de fratura, seguido dos membros superiores com 23%, a face com 18%, e trauma crânio-encéfalo com 13%. Os resultados apontam que 65% destes politraumatizados por acidente de moto faziam uso do capacete no momento do acidente. Além disso, 12% das vítimas assumiram ter ingerido álcool ou estarem alcoolizados ao se acidentarem. Para uma visão geral de acidentes, verifica-se um número considerado muito elevado com vítimas de acidente de moto, do que o numero de vitima dos demais veículos. Algumas pesquisas no Brasil apontam os usuários de moto como a principal vítima de trânsito no país.

A influência da Espiritualidade no enfrentamento e superação de pessoas com diagnóstico oncológico

Lucinara dos Santos Inácio¹
Ivana da Silva Nunes¹
Vitoria Justin dos Santos¹
Rodrigo Lages e Silva²
Dioneia Luciane Mendes³

O presente trabalho constitui uma revisão da literatura na área, destacando algumas possibilidades que superam o embate histórico entre ciência e fé, apontando o campo da saúde como uma expressão a-ideológica na qual a verdade científica e a espiritual excedem suas dimensões epistêmicas e adentram no campo das práticas de cuidado. Temos como objetivo demonstrar como a ciência e a fé podem se compor e se integrar em benefício dos pacientes diagnosticados com câncer, estimulando fatores de resiliência, seja nos cuidados paliativos, seja na recuperação de pacientes oncológicos. A virada do século XX para o XXI caracteriza um importante marco na história da humanidade, as novas tecnologias e a ascensão do modo de produção capitalista fizeram com que o trabalho aumentasse, o estilo de vida das pessoas mudasse e, conseqüentemente, crescesse a incidência de algumas doenças, sendo o câncer, dentre elas, a que tem maior destaque. A mortalidade por câncer vem aumentando significativamente nos últimos anos, é a segunda maior causa de óbito da população adulta brasileira, perdendo apenas para doenças cardiovasculares. No ano de 2003 estima-se cerca de 186.155 novos casos em homens e 216.035 em mulheres, resultando em mortalidade de 68.350 e 58.610, sendo uma das principais causas de morte no Brasil segundo o Instituto Nacional do Câncer. A palavra câncer tem origem do latim, significando caranguejo, e tem esse nome porque as células doentes atacam e se infiltram nas células saudáveis como se fossem os tentáculos de um caranguejo. O câncer é uma doença que devasta a vida das pessoas e ainda é muito associado com a morte inevitável. A associação com a morte faz com que o estudo da sobrevivência e recuperação de pacientes oncológicos

¹ Acadêmicas do curso de Bacharelado em Psicologia – FACOS/RS.

² Psicólogo formado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2003), com mestrado em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007) e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (2012).

³ Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1998), com mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000) e Especialização em Psicoterapia Cognitivo-Comportamental pela Wainer Psicologia – Centro de Psicoterapia Cognitivo Comportamental.

frequentemente se relacione ao tema da espiritualidade, compreende-se então com auxílio da literatura que a forma como as pessoas interpretam a espiritualidade pode influenciar no desenvolvimento da doença. Quando falamos de espiritualidade, logo associamos o termo à religião, visto que uma está fortemente ligada à outra. A religião é a maneira de formalizar a espiritualidade ou a fé. Utiliza-se a religiosidade e a espiritualidade como instrumento para tentarmos compreender a vida, seu significado e a forma de conduzi-la de modo social e moralmente positivo. Nesse contexto, a fé torna-se uma ferramenta que pode auxiliar, confortar, aliviar ou amenizar o sofrimento extremo de pacientes oncológicos. A relação entre a espiritualidade e a resiliência revela que quanto maior o envolvimento espiritual, maior o bem-estar e a saúde mental dos pacientes oncológicos, estimulando fatores de resiliência, isto é, fatores de enfrentamento à adversidade.

A lei 11.101/05 e a prevalência da função social como causa da recuperação de empresas

Carolina Lopes de Souza¹
Caroline Panni de Oliveira¹
Guilherme Wilborn¹
José Eduardo de Miranda²

A recuperação judicial tem por objetivo tornar viável a superação da crise econômico-financeira do devedor empresário, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, com objetivo de igual valor, preservando a empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. A lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, ingressa no sistema legislativo nacional como um grande marco para o direito falimentar, eis que traz em suas disposições conteúdos de relevo buscam conferir escudo ao interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira, com objetivos claros e expressos não somente no sentido econômico, mas dirigida também aos preceitos sociais. Dentre tantas modificações provocadas na órbita do direito falencial, a lei de 2005 soterrou o instituto da concordata; mas preservou a falência; e inovou sobremaneira, através da criação do instituto da recuperação da empresa, possível na modalidade judicial e extrajudicial. Em convergência com as disposições do vigente Código Civil, a Lei falimentar integra-se à era da empresa, e adota a nomenclatura do empresário, figura que extingue o comerciante, como mero mediador das relações de troca de produtos, entre produtor e consumidor. Ademais, a lei 11.101/2005 apresenta um modelo jurídico adequado e eficiente para preservar empresas economicamente viáveis que passam por dificuldades, já que ela oportuniza aos credores fiscalizarem e agirem ativamente no procedimento da recuperação, garantindo assim tanto o pagamento efetivo de seus créditos, como a manifesta função social da empresa, pela possibilidade de preservação os empregos e suas relações no setor econômico. Pondera-se, pois, a positividade do novel texto falimentar, eis que, na hipótese de crises econômicas derogarem um número considerável de empresários do mercado, o resultado à sociedade seria catastrófico, pois empregos deixariam de existir, as relações econômicas de vendas ou prestações de serviços não seriam

¹ Acadêmicos do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/RS.

² Doutor em Direito - Universidad de Deusto/Espanha. Professor do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

mais efetuadas e em decorrência automática desta, impostos não seriam mais gerados, provocando, como consequência, o caos socioeconômico. Assim sendo, a recuperação judicial surge, a partir de 2005, pela Lei 11.101, como instrumento notadamente distinto, solidificado sobre um fim de interesse indiscutivelmente social, que estende seu campo de proteção aos distintos setores da sociedade, além da proteção dos interesses dos credores. É, pois, positiva e efetiva a expressão do texto legal, merecendo os aplausos dos operadores do Direito. Esta conclusão se traduz em razão do desenvolvimento de pesquisa bibliográfica, conformada através do método de abordagem dedutivo. O procedimento foi histórico e a pesquisa se materializou pela técnica direta e indireta.

A lei que regulamenta a terceirização: o que mudará nas relações de trabalho?

Bruno Dias Coelho¹

Volnei de Melo¹

Oraides Morello Marcon Marques²

O presente trabalho tem o objetivo de avaliar as mudanças propostas na PL 4330/2004 (lei que regulamenta a terceirização). Atualmente, motivadas pela busca da redução de custos e aumento na produção, as empresas tomadoras de serviços aderem cada vez mais à prática da terceirização de suas atividades, o que resulta em solução instantânea para aumentar sua rentabilidade. Por meio desta modalidade, há uma desconcentração nas atividades da empresa e grande parte das despesas como encargos sociais, mão de obra, créditos trabalhistas entre outros, são transferidos a terceiros, reduzindo consideravelmente os custos da produção. Com a existente deficiência legislativa sobre o assunto, a Súmula 331 do TST vem sendo utilizada como referência normativa para regular a prática da terceirização que por meio do item III, limitou a terceirização da atividade-fim da empresa, considerando como lícita, apenas quando esta se tratar da atividade meio. Com o advento da Lei 4343/2004, esse entendimento seria desconsiderado, pois outras formas de terceirização que não somente a atividade meio passaria também, a ser consideradas lícitas. O presente tema possui grande relevância tanto para a classe dos trabalhadores quanto dos empregadores, pois mudarão de forma contundente as formas de trabalho existentes. Deste modo buscaremos fazer um comparativo entre o entendimento atual Justiça do Trabalho nas relações de trabalho nos casos de terceirização e o que mudaria caso o referido Projeto de Lei fosse sancionado. Muito tem se falado da necessidade de se regulamentar a terceirização no Brasil, o que tem a nossa total concordância. Mas, diferentemente do que propõe o PL 4330, é preciso impedir efetivamente a prática da intermediação ilegal de mão de obra, a discriminação de toda ordem que sofrem os mais de 12 milhões de trabalhadores terceirizados hoje no País, socialmente e de trato nos ambientes de trabalho, com a utilização de vestiários, banheiros, refeitórios e transportes apartados, mas principalmente as graves distorções salariais e de jornadas de trabalho. Neste Projeto de Lei, também se estabelecem possibilidades

¹ Acadêmicos do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/RS.

² Mestra em Direito – UNISINOS. Professora do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

infinitas de subcontractações de empresas, inclusive a legalização da figura dos PJs, empresas de uma pessoa só, sem qualquer direito trabalhista, porque nessa modalidade o trabalhador vira pessoa jurídica. E empresas não adoecem, nem tiram férias e licenças, ou se aposentam. Ou seja, na terceirização ilimitada todos os riscos são transferidos para os trabalhadores. A escolha política de reorganizar a produção é das empresas, mas os riscos totais são transferidos para os trabalhadores, que ainda por cima sofrem com os constantes calotes. Como se não bastasse, esse projeto ainda define a responsabilidade entre contratadas e contratantes apenas como subsidiária.

A necessária recolocação da criança e do adolescente no seio de sua família natural

Pâmela Dacol de Brito¹
Ana Paula Meneghel Rossi Janner¹
Mateus da Silva Rosa Pereira¹
Jarbas Freitas da Silva²
Martim Cabeleira de Moraes Júnior³

Conhecida como a instituição mais antiga da sociedade, é indiscutível a importância da família na construção do desenvolvimento do ser humano, visto que a criança e o adolescente se encontram em situação de máxima fragilidade, estando em processo de amadurecimento e formação da sua personalidade, motivo pelo qual devem ter seus direitos preservados sempre e prioritariamente. O artigo 25, do ECA, diz que a família natural é a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, sendo a família extensa aquela que se estende para além da unidade pais e filhos, formada por parentes próximos com os quais o infante convive. Importante salientar que toda criança e adolescente possui o direito de ser criado e educado no seio de sua família, ou, excepcionalmente, em família substituta, desde que em um ambiente saudável, distante de qualquer circunstância que possa vir a impedir seu pleno desenvolvimento. No entanto, sabe-se que, muitas vezes, devido à negligência dos pais ou responsáveis, as crianças acabam vivendo em um local perigoso, que coloca seus direitos em risco. Nessas situações, é necessário observar ao princípio do Melhor Interesse da Criança, a fim de verificar se, estando em determinado ambiente, ela terá todos os seus direitos devidamente protegidos. Cumpre referir que a retirada do infante ou do adolescente do seio de sua família natural é medida extrema, e, para isso, deve-se analisar todo o contexto no qual o indivíduo está inserido, cotejando, assim, o referido princípio com o direito ao convívio familiar. Por tais razões, o presente trabalho tem como objetivo verificar a implementação prática do princípio do Melhor Interesse da Criança, no que diz respeito ao direito de o infante e de o adolescente serem criados e educados no seio de sua família natural e, excepcionalmente, em família substituta, visando a averiguar a grande incidência de medidas extremas, ao invés da priorização da

¹ Acadêmicos do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/RS.

² Especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil, professor do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/RS.

³ Mestre em Sociologia, professor do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/RS.

regra. Para isso, realizou-se análise documental e jurisprudencial, a fim de verificar a existência ou não de uma banalização da medida excepcional, que deveria ser tomada somente em casos extremos, de retirada do infante ou do adolescente do seu convívio familiar natural. Afinal, cumpre refletir: por que tirar uma criança de perto do grupo mais próximo com quem convive desde seu nascimento? Se questionam tirá-la do seio familiar, é porque algo pernicioso está acontecendo, mas, será que colocá-la em um ambiente desconhecido, forçando-a a ele se adaptar, não seria acrescentar um fator negativo na vida desse infante/adolescente? Percebe-se a incidência do afastamento de famílias como se isso fosse muito comum, e, infelizmente, tem sido, observando-se, preliminarmente, que a exceção tem virado regra.

A perspectiva moderna de interpretação dos contratos de adesão sob a ótica do princípio da função social dos contratos

Lucas Chollet Pinto¹
Karine Silva Demoliner²

As mudanças pelas quais passa o meio social não ficam adstritas a sua realidade, exercendo influência em diversas áreas de atuação e do conhecimento humano. Não poderia ser diferente em relação ao Direito, ainda mais se levado em consideração que seu objetivo primordial é a satisfação e regulação da sociedade, e dos diversos fatos e acontecimentos cotidianos. Da ótica de que os fatos humanos impactam no campo jurídico e são regulados pela lei, mas não exclusivamente por ela, de sorte que também podem as partes celebrar pactos, desde que não contrariem a norma, é na seara do Direito Contratual que as relações atinentes ao consumo tomam forma, pela figura já consagrada do contrato. Em que pese o apontado, eis que surge na seara do Direito Contratual moderno a figura do contrato de adesão, reflexo da massificação das relações de consumo, fugindo aos padrões dos instrumentos tradicionais, e como meio de se buscar a necessária celeridade, praticidade e rapidez exigidas às relações negociais atuais. Destarte, embora haja a necessidade de uma rapidez cada vez mais frequente aos mais variados tipos de negócios, não se podem esquecer os fins principais do Direito, muito bem expostos na Constituição Federal. Ou seja, deve o Direito primar pela busca da finalidade social nas suas mais diversas relações existentes. O presente artigo tem por finalidade então a análise dos contratos de adesão à luz do princípio da função social dos contratos, expresso nos art. 421 e 2.035 do Código Civil, além de demonstrar as motivações e necessidades concernentes a este novo modo contemporâneo de ver as relações contratuais e suas consequências no contexto social e na esfera do Direito. Procura-se esclarecer e discorrer sobre os principais pontos a respeito do princípio da função social e do contrato de adesão, fazendo-se uma ligação entre a necessidade de um, no atual contexto social, e do outro, como instrumentalização material desta necessidade. Diante disso, busca-se verificar, no

¹ Acadêmico do curso de Bacharelado em Direito pela – FACOS/RS.

² Doutora em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2011) e Mestre em Direito do Estado pela mesma Universidade (2005), Especialista em Direito Internacional Público, Privado e Direito da Integração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2002), e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1997).

presente trabalho, a relação existente entre o princípio da função social, o qual ganhou menção expressa no Código Civil de 2002, e vem exercendo forte influência no campo contratual, e a figura do contrato de adesão, devido a sua natureza fechada, em que não se permite a negociação de suas cláusulas, sendo este o tipo de contrato em que mais se corre o risco de serem desrespeitados os direitos do consumidor e a igualdade contratual. No tocante à metodologia, este trabalho valeu-se do método qualitativo, recorrendo à pesquisa bibliográfica, através de legislação, doutrina e jurisprudência pátrias, com objetivo de caráter exploratório. Nesta ótica, da análise dos resultados parciais, chega-se à conclusão de que, muito embora o contrato em seu viés moderno tenha adquirido uma nova roupagem e tenha expandindo seu alcance para além das partes, alastrando sobremaneira sua função e refletindo indiretamente na sociedade, a proteção jurídica ainda não abarcou a todos de que dela necessitam, e neste ponto, quando se requer a tutela jurisdicional, faz-se vital a presença deste e dos demais princípios norteadores do Direito moderno atual.

A proteção da vida em potencial muda diante do paradigma da arguição de descumprimento de preceito fundamental 54

Tatiana Velho Guerra Cunha¹

Camila Gomes¹

Renan Quarti¹

Everton Ricardo Bootz²

O tema proposto precede discussão “por ser um divisor de águas no plano da opinião pública.” A probabilidade jurídica de cessar a gravidez de feto anencéfalo tornou-se polêmico perante concepções morais e religiosas, em virtude da criminalização do aborto. O Código Penal Brasileiro de 1940 e atualmente vigente no país não fazia menção quanto à interrupção nesses casos, pois na década em que fora criado o Código a medicina não possuía os recursos técnicos necessários para identificar com antecedência este tipo de anomalia fetal. Em virtude disso, foi feito pedido ao Supremo Tribunal Federal, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, para que declarasse inconstitucional a interpretação dos artigos 124, 126 e 128 do Código Penal Brasileiro e, conseqüentemente, se discutisse pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Ao sustentar a descriminalização da prática, estavam em preleção as garantias à dignidade da pessoa humana, bem como à autonomia, à saúde, à integridade física, psicológica e moral da mãe, todos previstos na Carta Maior. Entende-se que não há que se discutir a descriminalização do aborto, visto que aborto é crime contra à vida e, no caso de anencéfalo, não existe vida possível. A anencefalia pressupõe a ausência parcial ou total do cérebro, sendo doença congênita letal, na qual não há cura e tampouco possibilidade de desenvolvimento da massa encefálica após o nascimento. Portanto, não há que se falar em direito à vida ou garantias do indivíduo, por se tratar de um natimorto, com possibilidades nulas de sobrevivência. Contudo, ao sustentar a descriminalização da prática da interrupção no caso em tela, prima-se pelos direitos fundamentais da mãe os quais devem ser respeitados,

¹ Acadêmica do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/RS.

² Mestre e Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia, com permanência acadêmica na Kirchliche Hochschule Bethel, Bielefeld, Alemanha. Entre 2003 e 2005, foi Diretor da Faculdade de Teologia, Na Universidade Luterana Salvadorena. Desde 2010, é membro do grupo de Pesquisa em Aconselhamento e Psicologia Pastoral da Faculdade EST. Bacharel em Direito, pela FEEVALE/RS. Desde 2014, é advogado inscrito na Seccional RS e professor no Curso de Direito (Direito Civil, Direito Constitucional e Direito Internacional) e no Curso de Teologia (modalidade EAD, na Faculdade Cenequista de Osório/RS

visto que não se cuida de vida em potencial, mas de morte segura. A não possibilidade de interromper a gravidez de feto anencéfalo obrigaria a mulher a colocar sua própria vida em risco, haja vista que manter este tipo de gestação seria o mesmo que colocá-la em uma espécie de cárcere privado em seu próprio corpo, assemelhando-se à tortura. O Estado não é religioso, tampouco é ateu, mas deve respeitar os preceitos estabelecidos na Magna Carta Constitucional. A gestante deve ter livre opção sobre o futuro da sua própria gestação, no caso de anencefalia, pois seria punir por punir, posto já padecer de uma tragédia humana. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental tem por finalidade, nos moldes do artigo 102, § 1º, da Constituição, impedir que atos atentatórios à Magna Carta venham a impactar o povo, posto visar proteger os preceitos fundamentais nela contidos. Assim, aduz que há de se considerar a vida em potencial de uma mãe que, ao gerar um filho já sabendo que o mesmo não nascerá com vida, estar-se-ia colocando-a diante da possibilidade de morte, desrespeitando o direito humano de uma pessoa de poder ou não decidir pela interrupção de uma gestação que tão somente levará a consequências psicológicas severas e irreparáveis.

A redução da maioria penal sob a perspectiva das pesquisas dos trabalhos de conclusão de curso realizados

Jéssica da Costa Campos¹

Juliana Fernandes¹

Analice Costa dos Santos¹

Saulo Bueno Marimon²

O presente estudo tem como base a análise da responsabilização dos adolescentes no que tange aos atos infracionais por eles cometidos. Leva-se em consideração a discussão existente, bem como a proposta de emenda constitucional 171, acerca da redução da maioria penal para 16 anos. Analisa-se, ainda, a medida de internação prevista no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando seus requisitos legais e psicossociais, os quais devem ser levados em conta quando da aplicação ao adolescente. Tal estudo foi baseado nas pesquisas para os trabalhos de conclusão de curso, os quais demonstram claramente que a redução da maioria penal é medida que não possui eficácia no plano real. Isso porque, dentre os processos pesquisados na Comarca de Tramandaí, a qual abrange os processos de Tramandaí, Imbé, Cidreira e Balneário Pinhal, a incidência de crimes de maior potencial ofensivo, como crimes contra a vida, por exemplo, é pouca, e o número de adolescentes que cometem atos infracionais entre a idade de 16 e 18 anos incompletos é maior. Portanto, seria apenas transferir o problema de uma instituição (FASE), para outra (Presídio). Analisando a polêmica da redução da maioria penal para 16 anos e a idade dos adolescentes infratores do período analisado em um dos dois trabalhos de conclusão de curso acerca dos adolescentes infratores, aqueles que tiveram o maior índice do cometimento de atos infracionais foram os adolescentes com idade de 16 e 17 anos. Se ocorresse essa redução de idade para punir os adolescentes de 16 e 17 anos da mesma forma que são punidos os maiores de 18 anos, estaríamos transferindo mais da metade dos adolescentes infratores para o sistema carcerário (71,64% dos adolescentes infratores do período pesquisado), onde sofreriam a contaminação carcerária, “aprendendo” e absorvendo informações desnecessárias. Importante ressaltar que a “lei” que vigora dentro do presídio é a lei dos presidiários e não a lei penal. De fato é de conhecimento geral

¹ Acadêmicas do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Mestre em Ciências Criminais – PUC/RS. Professor do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

que os presídios brasileiros estão um caos, em falência, e colocar adolescentes de 16 anos no presídio seria extirpar a chance do adolescente de ser reinserido na sociedade, de ter a oportunidade de reeducação no sistema FASE, que ainda possui e dá mais oportunidades de aprendizado, e seria como extinguir e fingir que não existe a condição de pessoa em desenvolvimento. Além disso, outro argumento falho vulgarmente utilizado é o de que os maiores colocam as armas na mão de adolescentes, colocam as drogas para os adolescentes venderem, passam a responsabilidade do crime para os adolescentes, pois esses não recebem nenhuma sanção. Se ocorrer a redução da maioridade penal para punir esses adolescentes que tomam a frente do ato, ainda assim os maiores teriam o recurso de passar a responsabilidade para os menores de 15 anos, de 14 anos, e assim sucessivamente, e teríamos que reduzir infinitamente essa maioridade penal, até estarmos punindo crianças. Portanto, ao invés da redução, devemos buscar que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja efetivamente cumprido.

A saúde e segurança do trabalho em uma marcenaria do Litoral Norte gaúcho

Luana Maschmann Brehm¹
Laís Frantz Fernandes¹
Mateus Fraga dos Santos¹
Ludinary do Nascimento Scheffel²

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Portaria 3214/78, orienta as empresas sobre as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho (NRs). Dentre essas NRs está a de número 6, que aborda especificamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e a NR 15 - Atividades e Operações Insalubres (adicional de insalubridade). Com base nessas normas realizou-se um estudo de caso em uma Marcenaria no litoral norte do Rio Grande do Sul, tendo como objetivo principal verificar se a empresa cumpria com as especificações descritas pelas NRs 6 e pela NR 15. A NR 6 informa que EPIs são equipamentos de uso individual, usados para proteger os trabalhadores dos riscos que podem ameaçar a sua integridade física, ou seja, quando os mesmos ficam expostos a agentes químicos, físicos (ruídos ou vibração em excesso, dentre outros), biológicos, ergonômicos e de acidentes (BRASIL, 2015). Já a NR 15, aponta que a insalubridade caracteriza-se quando os limites de exposição aos agentes insalubres regulamentados são ultrapassados (BRASIL, 2015). As informações foram coletadas através de observações no local, onde se realizou uma entrevista semiestruturada (ROESCH, 2009) com os colaboradores, fotos e vídeos dos mesmos durante suas atividades. Após as observações pode-se realizar algumas considerações com relação à NR 6, EPIs constatou-se que os colaboradores não fazem uso dos mesmos, o único EPI utilizado é o de proteção auricular, por escolha própria, pois a empresa não cobra o uso e também não fornece a seus colaboradores nenhum outro tipo de equipamento de proteção. No que tange à NR 15 (Insalubridade) constatou-se que a empresa paga a seus colaboradores 20% sobre o salário mínimo nacional, sendo um setor de risco médio à saúde, entretanto não se obteve acesso ao laudo do engenheiro responsável para verificação deste percentual. Verificou-se que a empresa percebeu a necessidade de implementar proteções em algumas

¹ Acadêmicos do curso de Bacharelado em Administração – FACOS/RS.

² Mestra em Inclusão Social. Coordenadora e professora do curso de Bacharelado em Administração da FACOS/RS.

máquinas, para evitar uma maior incidência de agentes insalubres, o que é considerado, em termos de saúde e segurança do trabalho, um EPC - Equipamento de Proteção Coletiva. Após a apresentação dos resultados pode-se sugerir à empresa algumas melhorias, como a implementação do uso dos EPIs, tais como óculos, protetor auricular, máscara, macacão, luvas, botas e a orientação de como fazer o uso correto dos mesmos, para que atenda a legislação, principalmente a NR 6. Com referência à NR 15, o fornecimento correto dos EPIs reduziria o pagamento da insalubridade, uma vez que a empresa oferecendo os equipamentos de proteção e o treinamento para o uso, corretos, não precisaria pagar o percentual de insalubridade a seus colaboradores, otimizando resultados e, acima de tudo, zelando pela saúde e segurança dos mesmos.

A Súmula 306 do Superior Tribunal de Justiça e a impossibilidade de compensação dos honorários advocatícios sucumbenciais à luz do “Novo Código de Processo Civil”

Amanda Mattevi Brehm¹
Fábio Trespach Francisco¹
Renato Rodrigues Freitas Júnior²

O presente estudo consiste em pesquisa legislativa e jurisprudencial, possuindo como tema a impossibilidade de compensação dos honorários advocatícios sucumbenciais à luz do “Novo Código de Processo Civil”, e como objetivo analisar a vigência da Súmula 306 do Superior Tribunal de Justiça a partir da entrada em vigor da nova legislação processual. Nos termos do art. 133 da Constituição Federal, o advogado é indispensável à administração da Justiça. O parágrafo 3º, do artigo 20 do Código de Processo Civil (CPC/1973) determina que caberá ao do juiz fixar os honorários sucumbenciais (entre 10% e 20% sobre o valor da causa), os quais deverão ser somados aos honorários contratuais. Nesta tarefa, o magistrado deverá analisar o zelo profissional do advogado, o lugar de prestação dos serviços e a natureza e importância da causa. Neste momento, poderá surgir a compensação. Citamos o seguinte caso hipotético: o patrono do autor, que exerceu seus serviços em comarca na qual reside, alcançou o êxito parcial na ação (50%). Em seu favor, foram fixados honorários sucumbenciais em R\$300,00. Já o advogado da parte adversa, o qual prestou seus serviços em comarca distante de onde reside, teve seus honorários sucumbenciais estabelecidos em R\$500,00. Com base no artigo 21 do CPC/1973, deveriam ser compensados os honorários, cabendo o montante de R\$ 200,00 ao patrono do réu. Porém, a Lei Federal 8.906/94 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), em seu artigo 23, sinaliza a impossibilidade da compensação, determinando que os honorários sucumbenciais pertencem aos advogados, e não às partes, visto a natureza alimentar destes. Tal circunstância encontra respaldo no artigo 368 do Código Civil, quando dispõe que “Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem”. Salvo entendimento diverso, as condições de credor e devedor, no caso dos honorários sucumbenciais, são ocupadas pelo advogado que obteve êxito (credor) e a parte adversa (devedor), e não pelas partes. Desta forma,

¹ Acadêmica do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/RS.

² Professor do curso de Bacharelado em Direito – FACOS/RS.

entendemos revogada a parte final do artigo 21 do CPC/73, eis que a norma especial afasta a geral, conforme estabelece o artigo 2º, parágrafo 1º do Decreto-Lei 4.657/42 (Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro - LINDB). Mesmo diante de tal circunstância, após o advento do Estatuto da Advocacia, o Superior Tribunal de Justiça, editou a súmula 306, a qual autoriza a compensação das verbas honorárias sucumbenciais. Entretanto, foi proferida decisão no Recurso Especial 1.152.218, em 07/04/2014, de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, reconhecendo que “Os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza alimentar”. Tal natureza vem consagrada na Lei Federal 13.105/2015, o “Novo Código de Processo Civil”, especificamente no artigo 85, parágrafo 14, que determina que “Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial”. Diante do exposto, conclui-se que a questão até então controvertida, “vinculada” ao entendimento do STJ através da súmula 306, encontrará finalmente solução legislativa, a partir da vigência do “Novo CPC”.

Acidentes Nucleares Nacionais: relato de revisão da literatura

Michaela Silva dos Santos¹
Camila Lentz Clesar¹
Charles Francisco Ferreira²

Uma das principais fontes de energia mundialmente aplicada na atualidade se embasa na geração de energia por fontes nucleares. Mesmo não ocasionando a liberação de gases contribuintes para danos da camada de ozono, um dos principais perigos envolvidos com esta forma de energia é representada pela geração de resíduos com elevada radioatividade, bem como a possibilidade de diversos níveis de acidentes em usinas ou fontes radioativas. Muitos dos acidentes internacionais são amplamente estudados e conhecidos pela população em geral, em parte, devido às fatalidades geradas pelos mesmos. Por outro lado, muitos desconhecem os acidentes nacionais que são categorizados como nucleares. Nesta perspectiva, a partir de um relato de experiência, o presente trabalho objetivou caracterizar, por uma revisão da literatura, os principais acidentes nucleares do Brasil, enumerando as principais razões e as condições após a ocorrência de cada acidente. A discussão norteadora para o desenvolvimento deste trabalho foi inicialmente incentivada no estudo das ações e dos efeitos biológicos promovidos pelas radiações ionizantes e não ionizantes na disciplina Biofísica. Após a designação dos principais acidentes nucleares nacionais (Indústrias Nucleares do Brasil de Resende/Rio de Janeiro, Indústrias Nucleares do Brasil de Caetité/Bahia, Fábrica Poesi/Rio de Janeiro, Indústrias Nucleares do Brasil de Campinas/Rio de Janeiro, Indústria Techion/Amazonas, Hospital Aristides Maltez/Bahia, Companhia Siderúrgica de Tubarão/Espírito Santo, Hospital de Base/Distrito Federal, Angra I/Rio de Janeiro, Indústrias Nucleares do Brasil de Resende/Rio de Janeiro, Hospital Santa Casa de Belo Horizonte/Minas Gerais, Hospital Luxemburgo/Minas Gerais, Indústrias Nucleares do Brasil de São Paulo/São Paulo, Usina de Santo Amaro/São Paulo e Instituto Goiano de Radiologia – Goiânia/Goiás) iniciamos as pesquisas pelas informações. A partir das pesquisas em bancos de dados científicos,

¹ Graduandas do curso de Bacharelado em Biomedicina – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

² Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Mestre e Doutor em Ciências Biológicas: Neurociências – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Orientador – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

evidenciamos a primeira dificuldade deste relato de experiência: a dificuldade de adquirirmos informações coesas e concretas sobre cada um dos acidentes propostos. Algumas destas informações foram somente acessadas por sites de grandes Universidades ou em sites governamentais, bem como em sites de fontes não indexadas. Ressaltamos, desta forma, que muitas informações sobre os acontecimentos nucleares nacionais não são, de alguma forma, disponibilizadas para o conhecimento da população. Além disso, muitas divergências sobre os acontecimentos (como ocorreram, número de vítimas ou medidas adotadas pós-acidente) são encontradas nas fontes disponibilizadas virtualmente. Constatamos com este trabalho que os acidentes envolvendo os agentes radioativos no Brasil são mais comuns do que de fato imaginávamos, sendo estas informações negligenciadas para a população. A maior parte destes acidentes foram resultantes de alguma falha ou humana ou de órgãos fiscalizadores competentes, sendo geradores de muitos danos irreversíveis à saúde da população e com elevados impactos ambientais.

Adaptação das auxiliares escolares: narrativas que emergem frente ao despreparo

Jordana Scheffer Rolim¹
Gisseli da Rosa Silveira¹
Tatiana Guimarães Jacques²

Entendendo a escola como uma instituição que passa por diversos processos de adaptação, o tema inicial escolhido foi exatamente este: adaptação. A instituição escolar se constitui sobre um ciclo de mudanças com professores, alunos, funcionários e, além disso, também está sujeita a inclusão de novas regras impostas por órgãos como, por exemplo, o Ministério da Educação. Diante disso, escolhemos uma escola municipal de ensino fundamental pertencente a um município do litoral norte, na qual iniciamos a pesquisa por meio de entrevistas com a direção, coordenação e professores, aliada a observações. Frente ao tema inicial nos deparamos com a questão da inclusão escolar que exige da instituição mudanças desde a estrutura física até a forma de ensinar os alunos, ditos “especiais”. Todo esse processo exige tanto dos alunos como dos professores maneiras de se adaptar ao que é novo e frente a isso o que mais nos chamou a atenção foi à questão dos monitores/auxiliares (nomenclatura que varia em cada instituição) que entram na escola sem ao menos saber qual é a sua função, pois são contratados como auxiliares administrativo e de repente são encaminhados para dentro da sala de aula para acompanhar uma turma que tem a presença do aluno “especial”. Segundo Nascimento, Silva e Martins (2014), a pessoa encarregada deste cargo possui como função, orientar o aluno nas atividades escolares, disponibilizar o seu apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção e outras demandas que surgirem na rotina escolar. Por estar tão próximo do aluno, é preciso que o auxiliar transmita confiança ao mesmo e a família, pois é esta interação a base para o relacionamento entre escola, família e sociedade. Além disso, é importante que o auxiliar não esteja focado apenas no aluno “especial”, mas que ele também possa exercer outras funções dentro da escola que não fiquem apenas no contexto de sala de aula. A escola pesquisada conta com a presença de duas auxiliares de sala de aula e uma

¹ Acadêmicas do Curso de Psicologia da Faculdade Cenecista de Osório.

² Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

monitora, que tem como função cuidar dos corredores, portões e auxiliar no contexto em geral. Na conversa com as mesmas percebemos a angústia que cerca o desempenho de suas funções, pois não possuem instrução nenhuma e precisam aprender sozinhas frente à prática. Diante disso, entendemos que era preciso propiciar um momento de reflexão e conversa entre estas profissionais, promovendo desta forma um fortalecimento de vínculos e auxílio mútuo, com intuito de produzir melhoras e alternativas para as adversidades do dia a dia destas, abordando juntamente a questão da adaptação das mesmas a escola e aos alunos. O encontro foi realizado com a presença das autoras e das três profissionais e este possibilitou que as auxiliares falassem sobre as dificuldades diárias, dividissem experiências e trocassem informações sobre o que estava ocorrendo na escola. Esse momento nunca havia sido proporcionado pela escola, mas foi através dele que obtivemos o resultado de um novo olhar da instituição para esses profissionais.

Agronegócio, o terceiro pilar da economia brasileira

Micheli Maranoski¹
Andresa dos Santos Guimarães¹
Daniela Burkhard²

Conforme publicação do SEBRAE (2005), existe três grandes pilares que sustentam a economia do Brasil, o primeiro é o segmento de comércio e serviços que possui está importância por ser grande gerador de empregos, o segundo é a indústria que representa a maior expressão de criatividade e originalidade do produto brasileiro, o terceiro pilar é o agronegócio que representa 28% do PIB brasileiro e 37% das exportações. O agronegócio é um bem gigantesco e é composto por muitas oportunidades de crescimento e desenvolvimento, vem se destacando em relação a produtividade, produção, investimentos e tecnologia avançada que estão cada vez maiores, fomentando ainda mais o mercado de grãos mundiais. O cenário brasileiro tem vocação natural para o agronegócio, devido a suas características e diversidade, o clima, o solo, a água em abundância, o relevo e a iluminação são os agentes principais. Mendes (2007) estimou que o agronegócio brasileiro em 2005, ficou em cerca de US\$ 222 bilhões, o agronegócio também merece respeito por empregar cerca de 34,3 milhões de pessoas, ou seja, 37% da população economicamente ativa do país. Para Mendes (2007), as últimas quatro décadas tiveram grandes transformações na economia e na sociedade brasileira, por que a agricultura teve sua participação reduzida à metade. No último ano o Brasil registrou um saldo positivo de US\$ 293 milhões no setor do agronegócio, conforme Boletim Agronegócio Internacional - edição 08 janeiro de 2015, este resultado apresenta o bom desempenho do agronegócio no ano de 2014, batendo recorde em exportações, alcançando uma receita com vendas externas de 5,9% maiores que o ano de 2013. Segundo dados divulgados no início de 2015 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), oito produtos do agronegócio estão entre os dez bens mais exportados pelo Brasil. O agronegócio sofre com diversos problemas nos dias de hoje, entre eles estão as constantes oscilações do clima, custos de produção, preços e políticas agrícolas, também é conhecido a falta de

¹ Acadêmicas do curso de Bacharelado em Administração – FACOS/CNEC.

² Mestre em Desenvolvimento Regional. Professora do curso de Bacharelado em Administração – FACOS/CNEC.

apoio efetivo do governo, sem segurança para os produtos e sem modais eficientes para o transporte de suas produções. Os principais riscos que o agronegócio tem é o risco do mercado, de crédito, de produção e operacional, cuja forte dependência da natureza tem implicações na organização da produção, funcionamento dos mercados, logística de distribuição e no risco global que afeta o próprio desempenho do setor. Deve-se ter por base de raciocínio que em meados dos anos 80 o investimento no agronegócio cessou, o que acarretou em grande parte dos problemas em que estamos relatando neste estudo. Como soluções possíveis, identificamos o maior investimento do governo em portos, ferrovias e rodovias para que possa transportar com qualidade e segurança a produção do país, além de diminuição dos juros para os agricultores.

Alienação Parental

Gabriela dos Santos Soares¹
Alexandra Costa Vieira Marques¹
Jarbas Freitas da Silva²

Considera-se alienação parental o ato de desqualificar a conduta de um dos genitores, dificultando o contato do filho com o genitor; atrapalhar o exercício do direito de convivência familiar; omitir deliberadamente ao genitor informações pessoais, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço. Ações judiciais envolvendo a alienação parental têm tramitação prioritária no judiciário, passando à frente dos demais. Pois se tratam de casos envolvendo possíveis abusos psicológicos à criança. A prioridade consta no artigo 4º da lei 12.318, que institui a alienação parental. A regulamentação em lei representa significativo avanço no reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, pois além de estabelecer o significado de alienação parental, prevê punições para o genitor que realizar a alienação em face do outro genitor. Quando ocorre a ruptura da vida conjugal, há uma disputa entre os pais, e acabam usando o filho como instrumento de vinganças, tornando-o maior prejudicado. Para evitar tal cenário, à parte caberá ajuizar ação a fim de preservar a integridade psicológica da criança, assegurando a convivência genitor/filho conforme previsto no artigo 4º da lei. O que difere é a existência de punição efetiva. Se ficar caracterizado atos típicos de alienação, juiz poderá cumulativamente, conforme o caso: determinar perícia psicológica; advertir o alienador; ampliar a convivência familiar em favor do genitor alienado; aplicar multa; determinar acompanhamento psicológico; declarar a suspensão da autoridade parental; e determinar a inversão da guarda ou a alteração da guarda para guarda compartilhada. A aplicação da guarda compartilhada só será possível quando existir consenso entre os genitores em querer exercer conjuntamente a autoridade parental partilhando as decisões importantes ao bem estar do filho. Quando esta for inviável, a alteração da guarda será determinada ao genitor antes alienado. A lei de nº 12.318, tem mais caráter pedagógico e educativo do que punitivo, pois a intenção é de conscientizar os pais e estabelecer o que é essa síndrome, haja vista que a inversão da guarda já é punição suficiente para o alienador. Apesar de agora a

¹ Acadêmicas do curso de Direito – FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório

alienação parental ter descrição legal, são necessárias mudanças não só por parte do Judiciário, mas sim de outras áreas que envolvam o menor, como a da saúde e a da educação que, pois quando ocorre algum problema com a criança na escola, só é informado apenas um dos genitores, deixando o outro sem informações sobre o filho. O Estado deve combater o problema que é grave e sério, pois pode causar danos irreversíveis para a formação do menor que vive em um ambiente de mentiras, desequilíbrio e sofrendo distúrbios psicológicos. O juiz deverá ter muita cautela ao analisar os casos de indícios de alienação parental, já que é muito difícil comprovar onde está a verdade. Com o advento dessa lei, muitos genitores irão repensar em suas atitudes antes de implantar falsas memórias ao seu filho. Finalmente as maldades efetuadas por pais com desejo de vingança que se utilizam de seus filhos como arma de ataque ao ex-cônjuge ganharam nome e previsão legal.

Alimentos Avoengos

Richer Quadros¹
Wilian da Silva Mayer¹
Sidinei Rolin Ferreira Filho¹
Jarbas Freitas da Silva²

O presente trabalho tem por escopo perscrutar acerca da possibilidade da prestação alimentar dos progenitores, denominado pela doutrina de obrigação avoenga. A Carta Magna impõe dentre outros valores ditos como fundamentais, o valor maior à dignidade humana e ao princípio da solidariedade. Afora isso, a solidariedade familiar solidifica-se na busca do direito reforçado pelo seu valor jurídico, que visa à efetividade dos direitos fundamentais aumentando à responsabilidade dos devedores a efetiva prestação dos alimentos e através destes surge à possibilidade da ampliação de participação de outros indivíduos dentro da relação familiar, sendo chamados a prestarem alimentos de forma subsidiária ou complementar. Verificar a possibilidade de pedido de alimentos em face do avós, e seus reflexos no meio social, observando ainda, suas consequências no ordenamento jurídico pátrio, dando ênfase ao seu caráter excepcional e de aplicabilidade subsidiária e complementar e originária. Para discorrer sobre o tema proposto, realizaremos uma pesquisa bibliográfica e qualitativa em obras, artigos e legislações vigentes. Dentro desta perspectiva, também buscaremos subsídios na jurisprudência nacional e textos jurídicos disponíveis na internet, bem como opiniões doutrinárias acerca do assunto abordado, em prol de um melhor aprofundamento e desenvolvimento do tema em questão. Todos nós, desde o nascimento necessitamos de amparo e de bens essenciais ou necessários para a nossa sobrevivência, havendo, deste modo, a necessidade de alimentos, conforme o entendimento do Art. 1.696, CC. Desta forma, sem margem de dúvidas a obrigação alimentar recai em primeiro lugar sob os genitores, sendo que na falta destes, total ou parcial impossibilidade do mesmo adimplir sai obrigação, serão chamados a concorrer à prestação destes alimentos aqueles que se colocam em grau imediato no vínculo familiar, assim comportando os avós, respondendo na proporção de seus recursos, consoante Art. 1.698, caput, do CC/02. Ocorre que, somente após comprovação nos autos de que ambos os genitores não têm condições econômicas de manter os filhos, é que a

¹ Acadêmicos do curso de Direito da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

suplementação pelos avós é cabível e devida. A lei obriga os parentes, supletivamente, depois de esgotada a possibilidade do principal obrigado de prestar alimentos. Entretanto, a obrigação alimentar poderá ser pleiteada de forma originária, quando os pais não atendem em nada as necessidades do alimentado. Temos como exemplo casos em que os pais são falecidos ou sem possibilidade de auferir qualquer remuneração, como pode acontecer com interditados e pessoas que cumprem pena privativa de liberdade. Também a situação de pais que estejam indubitavelmente em lugar incerto e não sabido, e por isso nada pagam de pensão a seus filhos, pode dar ensejo à busca de alimentos avoengos originários. Conclui-se que a obrigação alimentar avoenga é subsidiária e complementar podendo até mesmo ser de forma originária. Desse modo, em se tratando de pedido de alimentos deduzido em desfavor dos avós, necessária a comprovação acerca da absoluta impossibilidade de ambos os genitores em arcar com o sustento da prole, tais fatos, corroboram com o entendimento de que só será justificável o chamamento dos avós, se os genitores não tiverem as mínimas condições de suprir as necessidades do menor.

Alteração da Lei nº 8213/91 sofrida pela Medida Provisória 664/2014 nos casos de pensão por morte e auxílio doença

Janaina Serpa Groth¹
Djeniffer Rocha Menon¹
Mariângela Guerreiro Milhoranza²

Neste trabalho, sem discutir o interesse ou a constitucionalidade dessa Medida Provisória 664/2014, vamos tratar e comparar as alterações no que fere ao Regime Geral de Previdência Social Lei n.º 8.213/91, aprovada no dia 30 de dezembro de 2014 que atinge principalmente os trabalhadores assalariados e outros contribuintes desse regime. Cabe salientar que o governo federal justifica a adoção dessa medida no contexto de ajuste das contas públicas, pretendendo economizar com a majoração de contribuições previdenciária em desfavor do trabalhador, e o que está acontecendo na verdade é a redução do benefício, ficando a contribuição dos segurados em um desequilíbrio. A Previdência Social não tem como objetivo lucrar, mas sim, estabelecer cobertura aos benefícios, pois o número de fraudes que estão ocorrendo na Previdência Social, casamentos fraudulentos e o índice de sobrevivência dos idosos estão maiores, e a natalidade infantil diminuiu muito, fazendo com que os gastos previdenciários aumentem, causando um grande desequilíbrio nas contas previdenciárias. Contribuindo também para o combate a fraudes e distorções na utilização dos benefícios hora alterado, vindo assim na tentativa de equilibrar o desequilíbrio previdenciário. Foram realizadas pesquisas bibliográficas nos sites disponíveis, pois por ser um tema muito recente, ainda não há jurisprudências e nem publicações autorais. As alterações produzidas por esta Medida foram impostas no cenário jurídico brasileiro, sem qualquer debate democrático e sem previsão de regras de transição, permitindo concluir que, por mais que o governo alegue que não há retirada de direitos dos trabalhadores, as novas regras limitam o acesso de milhões de brasileiros aos benefícios. Não se pode descartar a importância e a necessidade de uma reforma na legislação previdenciária. Todas essas mudanças nos benefícios sociais trazem para os trabalhadores mais pobres a conta do ajuste fiscal, o que é totalmente inaceitável. Essa política de renda não foi escolhida pela população nas urnas e, por isso os

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC

² Professora orientadora

sindicatos e as entidades são contrárias a esse ajuste fiscal apresentado pelo governo, numa Medida Provisória lançada em véspera de ano novo pegando todos de surpresa. Além disso, existem contra essa Medida Provisória atos de inconstitucionalidade, levando em conta a falta de compensação social. A Medida Provisória 664 de 2014 veio na tentativa de tentar equilibrar esse desequilíbrio previdenciário, mas há a necessidade de adaptações e mudanças, permitindo que se torne mais benéfica a restrição de direitos trabalhistas já adquiridos pelos trabalhadores brasileiros. Essas adequações seriam uma contrapartida para a aprovação desta Medida Provisória satisfazendo governo, sindicato e trabalhadores.

Análise ambiente de negócios do município de Imbé - RS

Daniela Burkhard¹

Os municípios brasileiros buscam constantemente ser mais eficientes na sua gestão, arrecadação e políticas de desenvolvimento, para geração de ambientes favoráveis aos novos negócios, com vistas aos benefícios às empresas e favorecimento do poder público para que sejam aproveitadas as potencialidades locais e criados novos meios de relacionamento entre comunidade e poder público. Estas modificações conforme PAIVA (2014) ocorre, pois alguns municípios possuem economias mais dinâmicas que outro o que favorece o emprego e a renda, ambos buscados pelas pessoas que querem viver em lugares que sejam “sustentáveis”. O Estado do Rio Grande do Sul é uma das 27 unidades federativas do Brasil, constitui-se de 497 municípios em um território de 281.748 km² com uma população de 11,16 milhões de pessoas (2013), dentre as principais atividades econômicas do estado estão o cultivo do arroz, milho, trigo, soja, mandioca e uva. Na agropecuária (11,2%) e indústria (27,5% do PIB) os setores de destaque são os de alimentos, têxtil, couro, madeireira, metalúrgica e química, já o setor de serviços pode ser considerado o principal setor da economia, no qual concentra 61,2% do PIB (Produto Interno Bruto) do estado. O “desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população” (BUARQUE, 1999 p.9). Para o autor desenvolvimento deve aumentar as oportunidades sociais, a viabilidade e a competitividade econômica local, visando à melhora na renda e nas formas de riqueza, não esquecendo a conservação dos recursos naturais. O Litoral Norte é composto por 21 municípios: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-Lá. No entanto sua formação geográfica é advinda de apenas três municípios: Santo Antônio da Patrulha, Osório e Torres. Em 1960 sua população era determinada na maioria pela ocupação rural, conforme dados do IBGE representava

¹ Administradora, Mestre em Desenvolvimento Regional, Professora Coordenadora do Curso de Gestão Comercial, CNEC Osório-RS.

75,26%, já o estado contava com 55,11% do total da população no meio rural. Este estudo tem como objetivo realizar um levantamento dados e indicadores econômicos do município de Imbé, juntamente com sua evolução histórica territorial. A coleta de dados ocorreu em sites, livros e publicações, entre os anos de 1960 a 2014. A partir da pesquisa identificou-se os setores alavancadores da economia, nos quais, considerou-se relevantes já que no município existe uma grande concentração de empresas do setor de alimentação como apresentado pelo QL (quociente locacional) de 43,2 e em seguida pelo QL 33,8 relacionado a construção civil que no Litoral Norte é um dos setores que mais cresce e mais chama novos moradores. Sendo assim os resultados apresentaram um progressivo aumento do ambiente favorável do Litoral Norte e do município por diversos indicadores apresentados sejam de migração da populacional seja de concentração dos coeficientes locais de diversos setores com destaque a alimentação, construção civil e manutenção de embarcações.

Análise do curso de Artes Visuais da Uniasselvi e a importância da formação do professor de Arte

Rose Adriana Vieira Lorenzoni¹
Heleuza Carrilho Tuka de Almeida²

Entende-se que o desempenho do ensino da arte, oportuniza uma reflexão sobre o percurso desta, no âmbito social e educacional. A Lei 5692/71 e a Lei 9394/96, art. 26, parágrafo 2º, estabelecem que o ensino da disciplina constitui componente obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. Considerando-se a informação da Lei, estende-se que todos os professores que ministram esta cátedra devem ter formação em arte. Desta forma a presente pesquisa constitui-se como compromisso importante o conhecer de maneira profunda e sistemática a realidade do Curso de Artes Visuais que os alunos escolheram, bem como a satisfação desses acadêmicos para com este curso, a segurança do aprendizado, o seu desempenho futuro e a importância da figura do tutor. Em pesquisa realizada com alunos de uma turma do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do Centro Universitário Leonardo da Vinci, polo Capão da Canoa pode-se compreender as exigências e angústias dos acadêmicos entrevistados. A turma no dia da pesquisa estava composta por 20 acadêmicos, sendo 5 do sexo masculino e 15 do sexo feminino. Somente 6 alunos residem mais de 50 km distante do local das aulas, 30 % sustentam a família e todos tem a intenção de dedicar-se ao ensino da Arte. Os alunos acreditam que a universidade é desencadeadora de competências rumo a autonomia, 85% se sentem seguros quanto ao desempenho profissional futuro, 100% elegem a orientação do tutor e a sua linguagem acessível como ponto principal do conhecimento e para a aceitação e satisfação do curso. Além disso, 90% dos acadêmicos consideram o sucesso de seus estudos à sua seriedade e à sua busca incessante do saber. De modo geral os alunos comentam que o ensino deve ser flexível para que o catedrático possa apropriar-se do currículo de forma crítica e

¹ Graduada em Artes Visuais/UNIASSELVI. Pós-graduada em Supervisão Escolar/UNIASSELVI e Pós graduanda em Arte/Educação/UNIASSELVI.

² Graduada em Artes Plásticas/UFSM - Licenciada em Desenho e Plástica/UFSM. Pós-graduada em Educação Pré-escolar/FAPA. Pós-graduada em Gestão e Tutoria/UNIASSELVI e Mestre em História-PUCRS.

criativa. No entanto somente 20% dos alunos do curso tiveram aulas de arte ministradas por um professor com formação específica. O grupo entrevistado pretende buscar os seus direitos como professores e não permitir que outros profissionais ministrem a sua disciplina, pois eles se preparam para a função. O presente trabalho parte também da hipótese que se deve debater, analisar e refletir sobre a importância do ensino da arte com eficácia nas escolas, pois a arte é componente curricular significativo para a formação integral da criança e do adolescente. Este entendimento oportuniza que os futuros professores, conscientizem-se das dificuldades que irão enfrentar frente as situações de aprendizagem, confiando escapar dos estereótipos produzidos pelo meio no qual os educandos e educadores estão inseridos, confiando que a mudança é possível e imprescindível.

Análise dos elementos constitutivos do tipo do art. 28 da Lei 11.346/2006 e o desencarceramento: uma visão jurisprudencial (TJ/RS 2005/2007)

Taís Muniz da Costa¹
Thaís Espindula Fagundes¹
Manuela Cardoso dos Santos¹
Saulo Bueno Marimon²

Com o advento da nova Lei de Drogas 11.343/2006, o enquadramento legal para usuário de drogas passou por diversas modificações, tais como a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito, fazendo nascer no campo doutrinário, a ideia de descriminalização da posse de drogas para consumo próprio. O procedimento de tóxicos foi inicialmente regulamentado pela Lei 6.368/1976. Posteriormente, incorporando inovações procedimentais, foi editada a Lei 10.409/2002. Entretanto, os referidos diplomas legais encontram-se revogados, em face da entrada da Lei 11.343/2006, a qual trouxe inovações, estabeleceu os tipos penais correspondentes a condutas relacionadas a drogas e introduziu o novo procedimento penal de apuração. Destaca-se que, o artigo 15 da antiga Lei de Drogas incriminava apenas somente as condutas dos usuários, as quais consistissem em adquirir, guardar, ou trazer consigo a substância entorpecente ou a substância que fosse capaz de causar algum tipo de dependência física ou psíquica para o uso próprio, sem a devida autorização ou que se fizesse presente o desacordo com a legislação. Já, as condutas que o artigo 28 da Lei vigente incrimina são a de adquirir (o agente passa a ter a posse ou propriedade da substância, independente da forma pela qual adquiriu); guardar (quando mantém o objeto escondido, oculto e não demonstra a posse ou a propriedade de maneira pública, ou seja, torna o objeto clandestino); ter em depósito (aqui, se faz desnecessária a clandestinidade, podendo ser o local de depósito qualquer um, exprime a conduta de ter a substância sob controle alcance e disponibilidade); transportar ou trazer consigo (consistem no fato de o agente veicular a droga de um lugar para o outro, não importando se o transporte seja para si próprio ou para terceiros). Assim, como abordagem concreta, pretendemos comparar o posicionamento da Corte Gaúcha antes e após o advento da Lei 11.343/2006. Nesta esteira, utilizar-se-ão como

¹ Acadêmicas do curso de Direito da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

instrumentos teóricos diversos autores que se posicionam sobre o presente assunto de pesquisa, bem como realizar-se-á análise de como o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul se posiciona acerca do tema. Justifica-se o presente trabalho principalmente, por a posse de drogas não dizer respeito apenas de uma liberdade individual assegurada pela constituição, e sim, uma conduta lesiva à saúde pública, tendo em vista que atinge toda a coletividade. Por fim, frente às argumentações apresentadas, observar-se-á a dificuldade fática da aplicação da pena ao usuário de drogas, tendo em vista que a execução desta pena apresenta limitações por parte do Poder Público, inclusive ante a uma aceitação social (tolerância) crescente.

Análise dos percentuais de prematuridade e cesariana no município de Tramandaí no período entre 1999 a 2008

Camila Pinheiro Ceroni¹
Gisele Ferreira dos Santos¹
Larissa Rocha Lopes¹
Cesar Luis Silva dos Santos²

Este trabalho pretende analisar os percentuais das taxas de prematuridade e de cesáreas no Hospital de Tramandaí no período entre 1999 a 2008 e se existe relação entre os dois fatores. Os dados foram retirados dos Cadernos de Informação de Saúde do site DataSus. Os referenciais teóricos utilizados para análise e argumentação foram retirados do artigo científico “Prematuridade Tardia” e de sites da OMS, revista Veja e Blog da Saúde. A metodologia utilizada para a pesquisa foi o da Epidemiologia Descritiva, onde analisaremos os dados secundários retirados do site DataSUS. O alto índice de cesáreas feitas no Brasil é considerada hoje uma “epidemia”. Sabe-se que pode ser considerado um dos principais fatores para os altos índices de prematuridade entre os bebês. No município de Tramandaí, não é diferente. Os dados nos mostram que os percentuais de prematuridade em alguns anos variam de acordo com a alta no número de cesáreas. Os mais altos índices foram registrados no ano de 2005. Como podemos analisar no gráfico, no ano de 2005 tivemos as maiores taxas, tanto de prematuridade como de cesarianas. O aumento significativo na taxa de prematuridade deste ano pode ter relação com o aumento do número de cesáreas, pois em muitos casos, as cesáreas são eletivas e feitas por conveniência, por isso são feitas algumas semanas antes dos bebês estarem à termo. Podemos notar também no gráfico, que nos últimos anos da coleta de dados (2004 em diante), houve um aumento significativo em ambos. É possível que de 2009 para cá, esse aumento tenha continuado, pois as taxas de cesáreas são cada vez mais crescentes. Por isso no Brasil temos ouvido a expressão “Epidemia de cesáreas”. Conforme o texto sobre “Prematuridade Tardia”, a autora Gilberta Santos diz que “o número crescente de pré-termos tardios parece dever-se ao número crescente de intervenções obstétricas, especialmente nascidos por cesariana”. O excesso de cesarianas têm se tornado um problema prevalente e

¹ Acadêmicas do curso de Enfermagem da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

têm chamado a atenção de instituições como OMS e UNICEF para os índices no Brasil. Em um documento recente chamado “Declaração da OMS sobre Taxas de Cesáreas”, podemos ler o seguinte trecho: Quando realizadas por motivos médicos, as cesarianas podem reduzir a mortalidade e morbidade materna e perinatal. Porém não existem evidências de que fazer cesáreas em mulheres ou bebês que não necessitem dessa cirurgia traga benefícios. Assim como qualquer cirurgia, uma cesárea acarreta riscos imediatos e a longo prazo. Esses riscos podem se estender muitos anos depois de o parto ter ocorrido e afetar a saúde da mulher e do seu filho, podendo também comprometer futuras gestações.

Análise exploratória: posicionamento ético em questões genéticas por acadêmicos das áreas Biomédicas e da Saúde da Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS)

Amanda Daitx Justo¹
Daniela Gutz Pedde²
Priscila dos Santos Ferri²
Charles Francisco Ferreira³

Inúmeras relações entre os aspectos éticos e genéticos norteiam discussões entre profissionais das áreas Biológicas, Biomédicas e da Saúde. Com o aumento científico sobre os conhecimentos de fatores hereditários de nossa e de outras espécies, novos questionamentos tangenciam os parâmetros éticos, condicionando divergências entre as opiniões destes profissionais. Embasados em um trabalho referência de investigação nacional e internacional, buscamos determinar as diferenças e as similaridades de opiniões sobre questões éticas aplicadas à área Genética, entre acadêmicos em formações nas áreas Biológicas, Biomédicas e da Saúde da Faculdade Cenecista de Osório. Para este estudo, aplicamos um questionário adaptado para 22 acadêmicos em formações nos cursos de Enfermagem, Biomedicina, Ciências Biológicas e Fisioterapia, cursantes da disciplina Genética no segundo semestre de 2014. Os dados apresentados por este trabalho caracterizaram a população estudada e o posicionamento ético desenvolvido pela disciplina. Fatores como sexo (masculino=13,6% e feminino=86,4%), idade (entre 19 e 38 anos completos), situação conjugal (solteiro, noivo ou casado), número de filhos, religião e a importância dada aos dogmas religiosos por estes acadêmicos foram levados em consideração por este questionário, na tentativa de eliminar possíveis interferências confundidoras para os parâmetros analisados. De maneira geral, observamos uma diversidade de opiniões quanto aos temas abordados por nossas situações adaptadas. Entretanto, a necessidade de modificações perante algumas leis em vigor, que delimitam o acesso de informações genéticas pela população geral e da área Biomédica e de

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em Enfermagem – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

² Graduandas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

³ Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre e Doutor em Ciências Biológicas: Neurociências - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Orientador – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

Saúde, além de aspectos legais referentes às temáticas polêmicas da área genética (aborto e qualidade dos serviços públicos de saúde) foram evidenciadas pela maioria dos relatos dos acadêmicos entrevistados. Outro dado de importante apontado pela pesquisa norteou que a maioria dos participantes desfavorecem as “obrigatoriedades” implicadas em determinados procedimentos médicos e biológicos da genética, mas apoiam o uso de informações genéticas como bancos de dados para pesquisas médicas/acadêmicas e a aplicação destes bancos de dados para futuras identificações criminais. Antecipadamente a qualquer conclusão, enfatizamos as limitações de nossa investigação baseada em respostas e questionários previamente elaborados por outros pesquisadores, sem considerar alguns dos contextos sociais e econômicos apresentados por nossa região. Apesar destas limitações, fomos capazes de enumerar a diversidade de opiniões de nossa população em condições específicas. A tendência para as situações analisadas corrobora ao princípio da autonomia do profissional, favorecendo a disposição da informação genética em alguns casos, quando solicitadas. Apesar de toda tecnologia disponibilizada nos dias atuais, torna-se essencial a observação do posicionamento ético e cidadão por parte dos profissionais das áreas Biológicas, Biomédicas e da Saúde.

Aplicabilidade da súmula 366 do TST conforme a jurisprudência do referido tribunal

Helen Ligabue da Silva¹
Camila da Silva Silveira¹
Jéssica dos Anjos¹
Marcelo Terra Reis²

O presente trabalho tem o intuito de analisar a Súmula 366 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), verificando se sua aplicabilidade faz-se pacífica perante seu tribunal de origem, levando-se em conta que a mesma caracteriza-se como uma extensão das previsões legais existentes na Constituição Federal (artigo 7º, XII) e na própria Consolidação das Leis do Trabalho (artigo 58). Conforme as referidas previsões e a própria súmula, a jornada de trabalho dos empregados urbanos e rurais não excederá a média de oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, não se perfazendo como horas extras as variações em registros ou cartões pontos que não sejam superiores a cinco minutos na entrada ou na saída do serviço, não podendo ser ultrapassado o máximo de dez minutos diários. Assim sendo, quaisquer minutos exercidos pelo trabalhador além destes serão computados como jornada de trabalho, e conseqüentemente, darão direito a horas extras. Ao verificarmos de modo pleno a jurisprudência do TST, notamos que as decisões, em maioria, se voltam a aplicabilidade literal da súmula, entendendo-se que há uma pacificação quanto ao período máximo para os preparos do empregado antes e após sua jornada de trabalho, sendo este de no máximo dez minutos diários. Qualquer período superior enquadra-se como horas extraordinárias. (TRT-RR nº 47100-59.2005.5.02.0465). Neste contexto, a jurisprudência do TST já previu que até mesmo convenções coletivas que preveem um período de tolerância superior aos dez minutos referidos na súmula 366 do TST devem ser desqualificadas como aplicações de condições de trabalho aos empregados, por estarem diretamente violando posicionamento reiterado do tribunal de última instância no que se refere a direito do trabalho, apesar destas convenções coletivas equivalerem a lei entre as partes. (TST-RR nº 76400-07.2008.5.15.0075). Apesar do TST ter criado esta súmula, sua própria jurisprudência comporta exceções a ela no que diz respeito aos acordos ou convenções coletivas formulados através de livre consenso entre

¹ Acadêmicas do curso de Direito da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

empresas e sindicatos, caso a empregadora comprometa-se a disponibilizar lanche ou lazer interno aos empregados, tendo, em contrapartida, a previsão de que o período em que estes empregados gastarem para efetuar este lanche ou lazer, assim como o período de higienização e para colocar-se a vestimenta, antes ou após o término da jornada de trabalho, não sejam computados como horas extras, mesmo que excedentes a previsão da súmula 366 do TST. (TST-RR nº 145900-95.2008.5.03.0043). Portanto, infere-se que as decisões reiteradas do TST que deram origem a súmula objeto de estudo deste trabalho tratam genericamente da prorrogação da jornada de trabalho como disposição ao empregador, entendendo-se que estando as disposições de convenção coletiva dentro da prorrogação da jornada de trabalho como disposição ao empregador, entendendo-se que estando as disposições de convenção coletiva dentro dos parâmetros previstos na CF e na CLT, e havendo uma livre e mútua concessão entre as partes envolvidas no contrato de trabalho, não há de se falar em contrariedade as previsões jurisprudenciais, até porque a invalidação de cláusula coletiva que prevê tal possibilidade causaria extrema insegurança jurídica nas relações laborais por ela regidas.

Aprendizagem dos deficientes auditivos incluídos no ensino regular: limitações e potencialidades

Charlott Barrufi¹
Vera Lúcia Caetano Gonçalves²

O presente resumo apresenta-se como uma pesquisa em fase inicial de implantação, ainda mediante apreciação do Comitê de Ética da FACOS. Pertence ao Programa de Iniciação Científica da FACOS compondo a linha de Pesquisa: Instrumentação Teórica e Prática para o Ensino de Ciências. O ensino de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais (NEES) tornou-se um desafio após a regulamentação do Decreto 3.298/99 e da resolução CNE/CEB Nº2 de 2001. A obrigatoriedade da matrícula compulsória de alunos NEES proporcionou-lhes visibilidade, mas em contrapartida, um notório abismo entre a teoria dos professores especializados em educação especial e a prática dos demais professores do ensino regular. Especialmente para os alunos surdos ou com deficiência auditiva, a prática pedagógica enfrenta uma dificuldade inicial na linguagem, considerando que a primeira língua desses alunos não é o português (QUADROS, 1997; LACERDA, C. 2000; FÉLIX, A. 2009). É consenso na atualidade que parte fundamental do aprendizado infantil está na socialização e no estímulo da linguagem, seja esta manifestada através de recursos visuais, corporais, artísticos, entre outros. Neste sentido, o ensino de ciências se presta muito para a experimentação, visualização de processos, de paisagens e atividades criativas de cunho pedagógico. O objetivo deste projeto de pesquisa é realizar um levantamento com os professores de classes inclusivas para avaliar principais dificuldades destes alunos. Alguns levantamentos foram realizados com intuito de conhecer a percepção de professores diante das dificuldades de alunos surdos (GUARINELLO et al. 2006; SCHEMBERG, 2009; SILVA, 2009, PIRES & EDER, 2000), além de sugestões de professores intérpretes estudado por DORZIAT (1999). O foco de atuação nesse projeto serão professores da rede pública do município de Osório. Simultaneamente será avaliado o desempenho destes alunos de forma qualitativa. O método a ser utilizado ocorrerá em dois momentos. Inicialmente serão aplicados questionários (23 questões) de

¹ Acadêmica do curso de Ciências Biológicas da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora - FACOS – Osório/RS.

caráter quali-quantitativo para professores de uma escola pública de Osório. Os professores e os intérpretes de LIBRAS serão convidados a participar da pesquisa e receberão cópia do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) explicitando objetivos, metodologia e divulgação dos resultados da pesquisa. O questionário apresenta 11 questões amplas, que podem ser respondida por qualquer professor; e 12 questões específicas para aqueles com alunos surdos ou intérpretes. O principal critério de escolha da escola será ter alunos surdos, assim como intérpretes de LIBRAS. No segundo momento haverá a proposição de recursos pedagógicos que auxiliem o processo de aprendizagem dos alunos surdos e sua interação com alunos ouvintes. Recursos estes referentes ao ensino de ciências.

As alterações trazidas pela emenda constitucional nº 72/2013 e sua regulamentação no trabalho doméstico

Carla Hemanuele Borne¹
Quésia Barrufi da Luz¹
João Batista da Silva¹
Oraides Morello Marcon Marques²

O trabalho doméstico vem ocupando um papel essencial e fundamental na sociedade e nas famílias, não detinha, dos mesmos direitos de qualquer outro empregado, que já eram amparados com mais rigor pelas leis. Sem amparos legais que garantissem o cumprimento dos direitos trabalhistas, proteção e fiscalização por parte do Estado, assim como a evolução da aquisição dos seus direitos, além de analisar as principais mudanças que ocorreram com o art. 7º da CF, com a aprovação da EC nº 72/13 - PEC das Domésticas e a regulamentação dos dispositivos que estabelecem a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. O trabalhador doméstico não dispunha de lei própria, aplicando-se então o que dispunha o Código Civil de 1916. Com a CLT a categoria não foi incluída na legislação, ficando então sem resguardo de seus direitos. Com a lei 5859/72, chamada como lei das domésticas, se passou a reconhecer os direitos mínimos a classe. A lei 5859/72 foi regulamentada pelo Decreto 71.885/73, porem uma mudança significativa ocorreu em 2013 com a proposta de emenda constitucional 72, denominada como PEC das domesticas, que inclui novos direitos aos empregados domésticos, equiparando-os aos trabalhadores urbanos. Os direitos trabalhistas previstos na CF de 1988, com a ampliação dos direitos aos domésticos, trazida pela EC nº 72/2013, bem como suas consequências legais e práticas, e o posicionamento dos Tribunais quanto à sua aplicação imediata. Quando a CF de 1988 foi editada, entendia-se, no entanto, que os domésticos não deveriam ter as mesmas garantias dos outros trabalhadores, tendo sido especificados no parágrafo único do artigo 7º aqueles que deveriam a eles ser aplicados. O que havia, era um tratamento desigual entre as classes de empregados. Com a edição da EC nº 72/13, que ampliou os direitos, equiparando-os com os demais trabalhadores, buscou-se, portanto, a igualdade material trazendo

¹ Acadêmicos do Curso de Direito da Faculdade Cenecista de Osório - FACOS.

² Professora Orientadora da disciplina de Direito do Trabalho na Faculdade Cenecista de Osório - FACOS

assim muitas polêmicas e discussões, aumentando o custo mensal das famílias, comprometendo, ademais, a própria profissão. Houve uma significativa ampliação do rol dos direitos aplicáveis. Os direitos previstos são claros, não sendo cabível discussão quanto à sua aplicação, visto que houve reconhecimento imediato dos direitos fundamentais sociais. A aplicação imediata de alguns direitos é defendida por doutrinadores antes mesmo da regulamentação. São nove os novos direitos que estão valendo desde 2013: Recebimento de um salário mínimo ao mês; Pagamento garantido por lei; Jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais; Hora extra; Direito a trabalhar em local onde sejam observadas todas as normas de higiene, saúde e segurança; Respeito às regras e acordos estabelecidos em convenções coletivas; Proibição de diferenças salariais, de exercício de funções e de critério de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil; Proibição de discriminação em relação ao portador de deficiência; Proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao trabalhador menor de 16 anos. Foram regulamentados sete novos direitos: adicional noturno; recolhimento do FGTS; seguro-desemprego; salário-família; auxílio-creche e pré-escola, seguro contra acidentes de trabalho e indenização em caso de despedida sem justa causa.

Aspectos da Norma Regulamentadora 35 em uma empresa de construção de infraestruturas de rodovias

Maikel Luiz Brito Carvalho¹
Michele da Costa Araújo¹
Bruna Grassi Maciel¹
Ludinará do Nascimento Scheffel²

A portaria nº 313, de março de 2012, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), orienta as organizações, no que se refere à Norma Regulamentadora - NR 35, a qual estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para trabalho em altura. Esta NR considera trabalho em altura toda a atividade executada acima de dois metros ou que tenha risco de queda e traz em seus tópicos orientações relativas à segurança, à saúde e a integridade do colaborador, dentre outros (BRASIL, 2015). Este trabalho refere-se a um estudo de caso em uma construtora de infra-estrutura de rodovias, com mais de 30 anos no mercado e que atua na região metropolitana do RS. Os dados foram coletados através de observação na empresa, que ocorreu através de visitação e entrevista com os profissionais do SESMT – Serviço Especializado em Engenharia Segurança e Medicina do Trabalho. O objetivo principal foi verificar se a organiza o estava atuando em conformidade com a NR 35: Segurança e Saúde no Trabalho em Altura. Dentre as responsabilidades do empregador, a NR aponta garantir e implementar medidas de prote o; desenvolver procedimentos para as rotinas do trabalho em altura; garantir aos trabalhadores informa es sobre os riscos, bem como medidas de controle, dentre outros. A norma traz ainda um item específico sobre Capacita o e Treinamento, onde consta que o empregador deve promover programa de capacita o aos trabalhadores, cujo treinamento teórico e prático deve ter carga horária mínima de oito horas, além disso, a norma orienta qual o conteúdo programático mínimo (BRASIL, 2015). Durante a coleta de dados, percebeu-se que a organiza o possui projetos das linhas de vida, também fornece o material adequado, (cabo de a o, talabartes, paraboliti, ponto de ancoragem), conforme o projeto. A empresa por sua vez qualificou trinta e oito colaboradores, através de cursos com aulas teórico-práticas, tornando-os aptos ao trabalho em altura trinta colaboradores e quatro supervisores, além de quatro resgatistas. Pode-se constatar

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Administra o FACOS / CNEC.

² Professora orientadora.

que a organização se preocupa com seus colaboradores, pois os mesmos trabalham com as devidas linhas de vidas e têm a formação e informação adequada para o exercício da atividade específica e, durante as entrevistas com os técnicos, os mesmos informaram que, caso ocorra um acidente em que o colaborador fique suspenso na linha de vida, deve-se proceder ao resgate e se além de suspenso o mesmo aparente perda de consciência, a urgência é primordial, sendo que a empresa possui pessoas qualificadas e aptas para esse tipo de resgate também. Conclui-se então que, essa organização respeita o que preconiza a norma regulamentadora 35, objetivo deste estudo.

Assistência de enfermagem ao paciente com suspeita de infarto agudo do miocárdio

Marcio Ferraz¹
Gabriel Corteze Netto²

As doenças cardiovasculares tem sido um importante problema de saúde pública e a principal causa de morte em todo o mundo. No Brasil, o infarto agudo do miocárdio é considerado a principal causa de morte dentre as doenças cardiovasculares. O efeito inicial da doença é a deficiência de oxigênio e de nutrientes do tecido miocárdico, devido à redução do fluxo sanguíneo coronário. O cliente portador de infarto agudo do miocárdio necessita de intervenção e assistência de enfermagem a fim de diminuir as chances de complicações e agravamento da doença. A Sistematização da Assistência de Enfermagem é um instrumento criado para se conhecer, padronizar e medir o cuidado prestado pela enfermagem, identificando e monitorando a variabilidade que possa impactar no cliente, na equipe e na instituição. Desse modo, o objetivo deste estudo foi avaliar a assistência de enfermagem aos pacientes com suspeita de Infarto Agudo do Miocárdio em uma emergência de uma unidade hospitalar do litoral norte/RS. Os sujeitos da pesquisa foram enfermeiros e técnicos de enfermagem que trabalham na emergência do hospital no ano de 2014. Foi aplicado um questionário envolvendo: realização de eletrocardiograma, procedimento de rotina, tratamento imediato com morfina, oxigênio, nitratos, ácido acetilsalicílico, betabloqueadores e orientação à família. Os participantes da pesquisa demonstraram razoável conhecimento em relação ao tempo de realização do eletrocardiograma, como procedimento inicial de atendimento a estes pacientes. Quanto à acomodação do paciente no leito, cinquenta por cento dos participantes não mencionaram o repouso absoluto como cuidado essencial ao paciente suspeita de infarto agudo do miocárdio. Durante as entrevistas os participantes elucidaram as condutas de atendimento, o uso de medicamentos indicados ao paciente suspeita de infarto agudo do miocárdio, como a morfina, indicada aos pacientes com dor. Na pesquisa, constatou-se que um número reduzido de participantes relatou o uso de oxigênio por cateter em pacientes com saturação O₂ inferior a 90%. Na grande maioria, os pesquisados relataram o

¹ Aluno do curso de Pós-Graduação em Urgência e Emergência em Saúde da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

cuidado quanto à atenção ao paciente, esclarecimento e condutas para tranquilizá-lo. Os achados que se referem à orientação à família apareceram, alguns de forma sucinta e outros com argumentos mais claros e esclarecedores. Os resultados demonstraram a importância da realização do eletrocardiograma, bem como, certas carências em condutas essenciais, como o uso da morfina, oxigênio, nitratos, ácido acetilsalicílico, betabloqueadores no manejo do paciente em Síndrome Coronariana Aguda. Dessa forma, este estudo permitiu identificar que a equipe de enfermagem pesquisada não segue uma padronização para o atendimento ao paciente suspeita de infarto agudo do miocárdio. A implantação da sistematização do atendimento de enfermagem seria fundamental a equipe no que se refere à busca de melhores resultados e na padronização do atendimento.

Avaliação da qualidade das compressões torácicas na ressuscitação cardiopulmonar realizada por profissionais da área da saúde do RS com utilização do desfibrilador externo automático

Joyce Mara Serafim Kollet¹
Gabriel Corteze Netto²

Atualmente, cerca de 900 mil pessoas morrem por ano, vítimas de Infarto Agudo do Miocárdio no Brasil de acordo com dados departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil 2010. Como parâmetro de excelência em cardiologia, o Brasil se baseia nas Diretrizes do Comitê da American Heart Association 2010 e das Diretrizes de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia para parada Cardiorrespiratória que enfatizam a necessidade de uma Ressuscitação Cardiopulmonar de alta qualidade. Para tanto o ideal é que todos os profissionais de saúde sejam treinados em Suporte Básico de Vida e faz sentido que o serviço médico de emergência e os socorristas profissionais nos hospitais apliquem compressões torácicas de qualidade e ventilações de resgate em vitimas de parada cardiopulmonar. A necessidade de atendimento rápido e eficaz em ressuscitação cardiopulmonar, conjugado com a evolução de matérias e protocolos de atendimento, emergiu a criação deste estudo. O objetivo geral foi avaliar a qualidade das compressões torácicas utilizando o Desfibrilador Externo Automático, durante treinamento do Núcleo de Educação em Urgência do Estado do Rio Grande do Sul. A metodologia aplicada foi um estudo transversal com abordagem descritiva analítica. A amostra foi composta por 150 profissionais da área da saúde - 46 enfermeiros, 54 técnicos de enfermagem e 60 condutores de ambulâncias - que trabalham nas portas de entrada do Sistema Único de Saúde como Hospitais, Pronto-atendimentos, Estratégias Saúde da Família e Pré-hospitalar Móvel-SAMU de diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. A coleta de dados foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2014 pelos pesquisadores, na cidade de Canela no Estado do Rio Grande do Sul. O estudo foi autorizado através de um termo de consentimento livre e esclarecido dos participantes e da coordenadora do Núcleo de Educação do Serviço de Atendimento

¹ Bacharel de Enfermagem, aluna do curso de Pós-Graduação em Urgência e Emergência em Saúde Hospital Mãe de Deus /FACOS-CNEC/OSÓRIO.

² Bioquímico, Mestre e Doutor em patologia pela UFCSPA; Professor do Curso de Pós-Graduação em Urgência e Emergência em Saúde Hospital Mãe de Deus /FACOS-CNEC/OSÓRIO

Médico de Urgência Estadual. Para avaliar o desempenho dos participantes, foi utilizado um desfibrilador externo automático apropriado para treinamento, um manequim (modelo anatômico). Foi utilizado como parâmetro as novas diretrizes Internacionais de Emergência e Ressuscitação - 2010 e da Diretriz de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Devido ao baixo desempenho demonstrado pelos participantes, percebemos a necessidade da implantação de treinamentos contínuos e a importância da utilização de equipamentos que avaliam a qualidade das compressões torácicas para fornecer um bom parâmetro para os socorristas. Sobretudo o maior desafio no Brasil é ampliar o acesso ao ensino de Ressuscitação Cardiopulmonar, estabelecer processos para a melhora contínua de sua qualidade, além de minimizar o tempo entre a Ressuscitação Cardiopulmonar e a aplicação do primeiro choque pelo desfibrilador.

Avaliações Geriátricas Neuropsicobiológicas

Amanda Daitx Justo¹
Charles Francisco Ferreira²

O crescimento da população idosa é considerado um fenômeno mundial e visível dentro do nosso contexto social, sendo um dos grupos que de maior crescimento na última década. Levando em consideração este significativo aumento, evidenciamos a necessidade da adoção e da promoção de novos recursos, pelas respectivas áreas competentes, que atendam os aspectos envolvidos por esta demanda. Naturalmente ao processo de envelhecimento, enfatizamos o concomitante surgimento de doenças crônicas degenerativas, quadros clínicos que atingem as capacidades funcionais e cognitivas dos idosos, refletindo em diversas áreas das suas vidas e comprometendo suas habilidades funcionais, com notórios prejuízos sobre os seus contextos sociais. Embasado nas informações supracitadas, o presente trabalho objetivou refletir criticamente sobre as intervenções mais empregadas para as avaliações dos possíveis déficits cognitivos gerados ao longo do processo de envelhecimento. Adicionalmente, analisamos quais são os possíveis fatores que contribuem para estes processos avaliativos, bem como as possíveis incapacidades funcionais geradas por fatores limitantes. O presente estudo se baseia em uma revisão sistemática da literatura, utilizando como fontes os principais bancos científicos das áreas Biológicas, Biomédicas e da Saúde (Bireme e Scielo), nos quais rastreamos apenas artigos da última década (entre 2005 e 2015), redigidos no idioma Português e disponibilizados com livre acesso por estes bancos de dado. A partir da análise inicial, destacamos como principais instrumentos metodológicos de investigação geriátrica a aplicação de algumas avaliações neuropsicológicas: Mini Exame do estado Mental, a escala de Lawton e Brody, a escala de Katz, a escala de Demência e a Escala de depressão geriátrica. Com base nestes estudos, inúmeros autores destacam minuciosamente correlações de determinados fatores (e.g. faixa etária, gênero, escolaridade, moradia, localidade, recursos socioeconômicos e situação conjugal) ao tipo de teste aplicado para a população idosa. Apontamos que muitos destes fatores poderiam ser considerados

¹ Graduanda do curso de Enfermagem: Bacharelado.

² Biólogo, MSc e PhD em ciências Biológicas: Neurociências – Professor Orientador. Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (CNEC), Faculdade Cenecista de Osório (FACOS). Osório, Rio Grande do Sul, Brasil.

confundidores estatísticos substanciais ao se analisarem as grandes divergências geradas pelos resultados destes estudos com idosos. Apesar destas limitações, também ressaltamos a importância das aplicações destas avaliações ao longo do processo de envelhecimento, podendo ser destacada como uma das principais medidas preventivas para os diagnósticos clínicos confirmatórios de agravos neurodegenerativos (Doença de Alzheimer e de Parkinson). A reflexão crítica sobre a temática abordada aponta como prioridade a necessidade de adoção de políticas públicas eficientes para a prevenção de diferentes processos cognitivos e a etapa do envelhecimento, na tentativa de mitigar ou transpassar os agravos que dificultem o cotidiano dos idosos. Para esta finalidade, evidenciamos a necessidade de maiores estudos para a determinação de possíveis ajustes à estas avaliações (pontos de cortes), assegurando maior especificidade e sensibilidade para as aplicações destas escalas. Somente desta maneira, possibilitaremos um diagnóstico mais precoce de indicativos limitantes para esta população, fornecendo subterfúgios para intervenções mais eficientes. Outro importante detalhe sobre a aplicação destes protocolos afirma que os mesmos são instrumentos facilitatórios e indicativos diferenciais para a atenção primária em Saúde, mas que para o diagnóstico confirmatório de possíveis distúrbios neuropsicológicos existem atualmente recursos mais precisos.

Benefícios da prática de atividade física para pessoas com diagnóstico de depressão

Cainele Tiziana Flesch¹
João Pedro Oliveira de Borba¹
Alessandra Marques Cecconello²

Depressão ou transtorno depressivo é uma doença que frequentemente associa-se à incapacitação funcional e comprometimento da saúde física (FLECK *et al*; 2003). Este estudo teve como objetivo descrever os benefícios da prática de atividade física regular com indivíduos diagnosticados com depressão. Realizamos esta pesquisa através de uma entrevista semiestruturada qualitativa com quatro pessoas diagnosticadas com depressão praticantes de atividade física regular. Depressão é uma doença que traz prejuízos para a vida pessoal, social e profissional, interferindo na emoção, percepção, pensamento e comportamento do indivíduo, causando grande sofrimento emocional (FLECK *et al*; 2003). A depressão pode ser classificada em diversos tipos, sendo que as mais comuns são transtorno depressivo e transtorno bipolar. O tratamento da depressão é feito através de acompanhamento psicoterápico e, em algumas situações, com acompanhamento psiquiátrico, no caso de manifestações mais graves, utilizando, assim, intervenções farmacológicas. Uma medida também comprovada e eficiente contra depressão é a prática regular de atividade física (FLECK *et al*; 2003). Alguns benefícios que a atividade física pode proporcionar são a distração dos estímulos estressores, a melhor qualidade de vida, o maior controle sobre seu corpo e vida, a melhora da capacidade respiratória, o aumento de estímulos ao sistema nervoso central, na memória recente, nas funções motoras e na interação social, proporcionada pelo convívio com outras pessoas. Durante a realização de exercícios físicos, o organismo libera dois hormônios essenciais auxiliando no tratamento da depressão, a endorfina e a dopamina. Ambos influenciam principalmente sobre o humor e as emoções (LINK; 2013). A análise das entrevistas realizadas com os participantes deste estudo permitiu observar que todos os entrevistados foram diagnosticados por médicos, sendo que três fizeram tratamento psicoterápico e medicamentoso e apenas um somente medicamentoso. Atualmente, três participantes ainda fazem uso de tratamento

¹ Acadêmicos do curso de Educação Física da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

medicamentoso. A atividade física foi indicada por familiares, pela mídia, por médico e por psicólogo, praticada por dois participantes duas vezes por semana e os outros dois, três vezes por semana, todos há mais de quatro meses. Todos relataram que a prática de atividade física trouxe benefícios em seus tratamentos e no seu cotidiano, tais como disposição, melhor interação social, menos irritabilidade e bem estar social. Conforme Link (2013) exercício é muito benéfico, pois há maior sensação de aumento de energia e motivação, juntamente com diminuição da tensão, raiva, confusão mental e depressão. Comprova-se também que os praticantes têm maior prazer em repetir as atividades. Assim, atividade física, aliada à psicoterapia e ao tratamento farmacológico, é um instrumento importante, não apenas como papel de reabilitação ou ocupacional, mas terapêutico

Bioindicadores de qualidade da água e o ensino de Ciências: um relato de experiência

Dijany Macedo da Silva¹
Mateus da Silva Viganó¹
Thais Castro de Souza²
Igor Velho de Souza²

Em todo o planeta existe uma enorme biodiversidade, podendo esta variar desde organismos microscópicos até seres de grande porte. Neste contexto encontramos o reino dos protozoários, composto por seres unicelulares, microscópicos e extremamente dependentes do meio aquático. Tais organismos são pouco conhecidos pela população em geral, já que sua visualização só é possível com o uso de microscópios. Alguns destes organismos podem ser considerados como bioindicadores de qualidade ambiental, auxiliando na classificação de diferentes locais de acordo com sua poluição. A cidade de Osório fica localizada no litoral norte do Rio Grande do Sul, sendo compostas por inúmeros corpos hídricos, totalizando 23 lagoas. Uma das lagoas que mais se destaca neste contexto, é a lagoa do Marcelino. Localizada no centro da cidade de Osório, esta tem fácil acesso e serve há décadas como corpo receptor dos efluentes domésticos in natura, tornou-se a lagoa mais conhecida pela população da cidade. Sendo Osório uma cidade conhecida pelo seu grande número de lagoas e pelas suas características distintas, já há alguns anos, é comemorado a Semana da Água, onde são realizadas diversas atividades educativas envolvendo a comunidade escolar e tendo sempre o enfoque da importância da conservação da água. Frente a demanda por atividades educativas para compor a programação da Semana da Água de 2014, foi proposto por um grupo de acadêmicos do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade Cenequista de Osório - FACOS o projeto “Bioindicadores de Qualidade da Água”. O referido projeto teve como objetivo demonstrar a população local, principalmente a do meio escolar, quais eram os protozoários presentes nas águas da lagoa do Marcelino, a qualidade dessa água e o que nós podemos fazer para melhorá-la. Com o intuito de orientar os alunos da região, que através destes protozoários é possível avaliar a qualidade da água deste local, e que mesmo em meio a poluição

¹ Acadêmicos do curso de Ciências Biológicas da FACOS – Osório/RS.

² Professores orientadores – FACOS – Osório/RS.

existe vida tentando se estabelecer. A partir da problematização acerca dos impactos negativos da poluição, os estudantes foram convidados a fazer uma reflexão sobre a importância do envolvimento de cada cidadão para a garantia da boa qualidade da água nas nossas lagoas. O projeto foi elaborado em forma de oficina, realizada no prédio institucional na orla da lagoa, durante os dias 27, 28 e 30 de setembro e 01 de outubro de 2014, abrangendo cerca de 600 estudantes do 4^a ao 8^a ano do ensino fundamental. Foram disponibilizados para análise da água local microscópios e lupas, onde os visitantes puderam visualizar os protozoários e outros micro invertebrados presentes nas amostras de água da lagoa retiradas da Lagoa do Marcelino. De maneira geral o resultado foi bastante positivo visto o interesse e ceno crítico apresentado pelos estudantes participantes das oficinas. Os acadêmicos do curso de Ciências Biológicas ficaram animados com o resultado e pretendem oferecer novas oficinas práticas para o ensino de ciências a partir das questões locais pertinentes a qualidade de vida dos cidadãos e do meio ambiente.

Biotecnologia e o desenvolvimento de vacinas

Bruna Scherer¹
Débora Cecconello¹
Mateus Guatimosim¹
Charles Francisco Ferreira²

Um dos principais fatores associados ao aumento da expectativa de vida é o controle de doenças infecciosas por medidas de higiene - promovendo a transmissão da infecção - bem como a produção de vacinas para prevenção da doença no indivíduo. O conhecimento do curso natural das diversas infecções e a compreensão de todas as etapas envolvidas na resposta imunológica protetora, em adição aos avanços científicos e tecnológicos às práticas Biomédicas, Biológicas e da Saúde possibilitaram a criação de vacinações capazes de induzir proteção de longa duração. Com base nestas informações, o presente trabalho objetivou caracterizar os principais avanços biotecnológicos envolvidos na produção de vacinas, bem como todas as mudanças que influenciam as magnitudes e as respostas imunes ocasionadas pelo processo de vacinação. Para contemplar todos os objetivos enumerados, um levantamento bibliográfico sobre a temática proposta foi realizado nos principais bancos de dados científicos nacionais das áreas Biológicas, Biomédicas e da Saúde (SciELO, Bireme e Google acadêmico). As vacinas compõem produtos nomeados que estimulam o Sistema Imune, prevenindo e controlando a natureza de diversos antígenos (gripe, hepatites, paralisia infantil e outros). A descoberta da primeira vacina antivariólica assumiu um dos principais papéis na consolidação desta abordagem para as políticas de saúde. Com o avanço dos conhecimentos sobre as ações humorais, imunes e até mesmo dos processos biotecnológicos, distintas gerações de vacinas foram produzidas e estão amplamente distribuídas na atualidade. Por ser um método eficiente no treinamento do sistema imunológico para o reconhecimento de patógenos infecciosos, as vacinas compõem instrumentos de elevada importância para a saúde e para os aspectos econômicos. Para o contexto de saúde, a diminuição da mortalidade em distintas fases do desenvolvimento foi promovida pela sua aplicação. Desta maneira,

¹ Graduandos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

² Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre e Doutor em Ciências Biológicas: Neurociências - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Orientador – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

programas de vacinações sistemáticas foram adotados por programas de Saúde Pública nacionais, subsidiando proteção contra algumas doenças. Contudo, muitos autores apontam falhas nos sistemas de distribuições de vacinas, impossibilitando que as mesmas cheguem aos seus destinos finais. Outro componente indireto envolvido nesta perspectiva são os distintos posicionamentos influenciados por diferentes culturas, aspectos políticos ou até mesmo religiosos. Além disso, novas estratégias estão sendo adotadas para a síntese de diferentes tipos de vacinas. As primeiras gerações de vacinas induzem as ações imunológicas pela apresentação de patógenos vivos enfraquecidos ao organismo. As informações genéticas agregaram conhecimento científico para a criação da segunda (vacinas conjugadas, vetorizadas ou recombinantes) e da terceira (vacinas gênicas ou de fragmentos gênicos) geração de vacinas. Apontamos como limitação para a produção de novas vacinas o grande período de tempo necessário para a disponibilidade comercial das mesmas (entre 14 e 25 anos), prazo mínimo para contemplar todas as exigências dos estudos pré-clínicos e clínicos, assegurando assim a sua eficiência. Desta forma, podemos concluir que o processo de vacinação se tornou uma tecnologia atualmente essencial para a vida, sendo a biotecnologia uma das principais áreas do conhecimento capazes de garantir a eficácia e segurança desta abordagem na redução substancial de grande parte das doenças infecciosas.

Cessão de útero no âmbito do Direito de Família brasileiro

Riteliela da Silva Agliardi¹
Julia Stürmer dos Reis¹
Fernanda Panitz Ramalho¹
Jarbas Freitas da Silva²

O estudo centra-se na possibilidade de filiação decorrente de gestação por outrem, ou seja, a denominada Cessão de Útero, técnica utilizada para permitir que uma paciente impossibilitada biologicamente por algum problema de gerar um filho, ou de levar uma gravidez até o fim, possa ter filhos. Para tanto, o óvulo da mãe fecundado, irá ser depositado em uma terceira pessoa, que gestará o feto. O estudo foi realizado através de pesquisas doutrinárias sobre a evolução da constituição da família no direito brasileiro, suas novas acepções e as formas de reprodução artificial, e, também, por meio de pesquisas na internet, partindo pressuposto de que o aludido tema não possui respaldo legal, sendo necessário a compreensão de sua possibilidade e de seus requisitos a partir da interpretação da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº2.013/2013, bem como de uma análise sobre como está sendo aplicada essa técnica em nosso país. A cessão de útero pode ocorrer em dois casos: Primeiramente, em se tratando de uniões homoafetivas, ou seja, será permitida entre casais do mesmo sexo, desde que preenchidos os requisitos elencados na precitada Resolução. Em um segundo plano, será autorizada, no caso de doenças que impossibilitem a gestação de um filho, isto é, quando um dos parceiros apresentar uma doença que impossibilite a gestação e, também, no caso de uma mulher que possua uma contra-indicação médica para engravidar. Apesar de ser vedada em nossa Carta Magna de 1988 a comercialização de qualquer órgão, tecido ou substância, a cessão de útero é comumente conhecida como “barriga de aluguel”. E, através de pesquisas e do estudo do referido tema, encontramos inúmeras reportagens onde se destaca o elevado valor (entre R\$100 mil à R\$200 mil reais) para contratar um útero substituto sem incluir os custos com clínicas e demais despesas médicas no país, contrariando as regras existentes sobre a questão. Assim, tendo em vista se tratar de um assunto muito jovem em nosso ordenamento jurídico e por ter respaldo apenas na Resolução do CFM, a qual não possui força de

¹ Acadêmicas do curso de Direito da Faculdade Cenecista de Osório.

² Professor de Direito na Faculdade Cenecista de Osório e orientador.

lei, e, conseqüentemente, penalizações para quem não respeite seus requisitos, conclui-se que, no Brasil, a prática ilegal de comércio de barrigas de aluguel tem sido cada vez mais frequente, ficando estas sem punições. Destarte, faz-se necessário em nosso ordenamento jurídico uma norma regulamentadora deste tema a fim de se evitar problemas em relação à filiação dos nascituros provenientes desta técnica, e também, para que a prática de comércio seja banida. Contudo, a lei deve acompanhar as constantes mudanças sociais e científicas a fim de assegurar direitos e impor os deveres necessários à convivência e à composição da família brasileira.

Cisticercose: um problema de saúde pública

Márcia Guatimusim da Silva¹
Elaine Avila¹
Gabriel Almeida¹
Marilaine Cardoso¹
Katia Inajara Pires Pereira¹
Lisiane Smiderle²

A parasitologia é a ciência que estuda os parasitas e seus hospedeiros. O objetivo deste trabalho é identificar a parasitose envolvida a partir de um relato de caso e fazer uma breve explanação sobre as características da doença envolvida, sob o ponto de vista da enfermagem. O caso refere-se á uma criança, sexo feminino, branca, quatro anos, 13,5 kg. A mãe refere que há vinte dias a criança apresentou síncope associada à crise convulsiva. Repetiu a crise cerca de trinta minutos após, com desvio da cabeça e olhar fixo. Houve perda de consciência e permaneceu não responsiva por duas horas. Foi internada no hospital para investigação do quadro. Realizou exames de imagem que demonstraram presença de estruturas circulares, de tamanhos variados espalhados por todo o encéfalo. Um exame parasitológico de fezes evidenciou a presença de ovos com casca grossa de cor escurecida, sendo que alguns destes ovos apresentavam uma larva no seu interior. Considerando as informações adquiridos na disciplina de parasitologia, concluímos que se trata de um quadro de neurocisticercose. Quando o homem, acidentalmente, ingere os ovos de um parasita denominado *Taenia solium* desenvolve a cisticercose. Tal parasita apresenta um forte tropismo ao sistema nervoso central. Os ovos ingeridos podem entrar na corrente sanguínea e chegar ao cérebro causando uma doença denominada neurocisticercose. O homem contaminado com este parasita elimina ovos no ambiente através das fezes, onde os suínos e o gado se alimentam. Após a liberação dos ovos da *Taenia solium* no ambiente, estes podem parasitar suínos e bovinos, que são considerados hospedeiros intermediários e adquirem o parasita ingerindo água ou alimentos contaminados com ovos ou proglotes eliminadas nas fezes humanas. Dentro do intestino de suínos, os embriões deixam a proteção dos ovos e perfuram a mucosa intestinal passando pela corrente sanguínea, alcançando

¹ Acadêmicos do curso de Enfermagem da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

os músculos e o fígado, transformando-se em larvas denominadas cisticercos. A ingestão de carne crua ou mal cozida e água contaminada pelos ovos levam à infestação do homem. Dessa maneira, a transmissão deste parasita é denominada fecal-oral. São necessárias medidas preventivas e a os devidos cuidados de preparo de alimentos, como congelamento e cozimento.

"Clube do Carimbo": transmissão dolosa do vírus HIV - a necessidade de sua tipificação como crime de homicídio

Nathália Fiuza¹
Gabriela Kuwer Fernandes¹
Charles Nunes¹
Antônio Carlos Ractz Júnior²

Trata-se de estudo embasado no tema da transmissão dolosa da síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA). Recentemente, o programa televisivo “Fantástico” reproduziu duas reportagens acerca do “Clube do Carimbo”. De acordo com as referidas matérias, “carimbadores” seriam aqueles que disseminam o vírus da AIDS de forma proposital, utilizando-se de meios fraudulentos. Em atenção à reprovável conduta, o deputado Pompeo de Mattos apresentou, em 04/02/2015, o Projeto de Lei nº 198/2015, que torna crime hediondo “transmitir e infectar, consciente e deliberadamente a outrem com o vírus da AIDS”. Nessa linha, o ponto crucial do presente estudo refere-se à imperiosa necessidade da modificação do Código Penal, tipificando a transmissão dolosa da referida síndrome imunológica como crime de homicídio, com posterior inclusão no rol de crimes hediondos. Em geral, as tentativas dogmáticas de adequação típica dessa conduta seguem as categorias de perigo de contágio de moléstia grave, lesão corporal gravíssima e homicídio (tentado ou consumado), sendo que nos três delitos o dolo é sempre de dano, ou seja, a vontade do agente alcança a efetiva lesão ao bem jurídico tutelado. Todavia, em 05/10/2010, o Supremo Tribunal Federal julgou o Habeas Corpus nº 98.712/SP, afastando o enquadramento da conduta de transmissão dolosa do vírus HIV como crime doloso contra a vida, mas sem definir qual seria a tipificação adequada para o caso. Por um lado, entendeu-se que a tipificação correta seria o delito de perigo de contágio de moléstia grave e, de outro, como crime de lesão corporal gravíssima por resultar em enfermidade incurável. Inobstante aos respeitáveis entendimentos, inviável considerar a transmissão do vírus da AIDS como o delito disposto no art. 131 do Código Penal, uma vez que não somente é grave, como também incurável. Observa-se que os “coquetéis” de medicamentos apenas constituem a circunstância alheia à vontade do agente, o que impede a consumação do homicídio. Ademais, o referido tipo penal absorve, como exaurimento da conduta delitiva, tão somente a

¹ Acadêmicos do curso de Direito – FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

lesão corporal de natureza leve. Outrossim, não aparentava ser a melhor solução a desclassificação da conduta de tentativa de homicídio para a lesão corporal gravíssima. Pois bem, inexiste uma linha tênue entre os crimes de tentativa de homicídio e lesão corporal. Na tentativa, o agente quer matar e não consegue e, na lesão corporal, a intenção é apenas ofender a saúde da vítima, contudo. Em que pese os entendimentos externados, por não haver consenso entre os Ministros, optou-se pela remessa dos autos ao Juízo comum para novo julgamento. Frisa-se que o homicídio é crime de ação livre, portanto, admite qualquer meio de execução. Assim, entende-se que, aquele que dolosamente transmite o vírus HIV a outrem, deve responder por homicídio em sua forma tentada ou consumada, e somente por lesão corporal gravíssima quando suficientemente provado que a intenção do agente era apenas a de ofender a saúde da vítima, o que, diga-se, será raro.

Comparação dos níveis de flexibilidade entre escolares de 6 a 14 anos de idade de duas escolas públicas municipais de Capão da Canoa – RS

Daniel de Oliveira Eberhardt¹
Marcelo Morganti Sant'Anna²

A flexibilidade é um elemento importante na aptidão física relacionada à saúde de crianças e jovens, tornando-se imprescindível a sua avaliação entre escolares. Desse modo, o presente estudo teve como objetivo avaliar os níveis de flexibilidade de escolares do Ensino Fundamental de ambos os sexos, entre 6 a 14 anos de idade, pertencentes a duas escolas Públicas Municipais de Capão da Canoa - RS. A pesquisa caracterizou-se por ser descritiva de corte transversal, com análise quantitativa dos dados. A amostra foi composta por 306 escolares, devidamente autorizados pelos seus pais/responsáveis, mediante a aprovação e assinatura dos termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Assentimento. Este estudo teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da FACOS sob o número CAAE 43893115.8.0000.5591. Foram mensuradas as variáveis de massa corporal, estatura, IMC e flexibilidade (sentar-e-alcançar), conforme critérios e classificação recomendados pelo Projeto Esporte Brasil - PROESP-BR (2012). Após a identificação paramétrica dos dados, utilizou-se o teste *t* para amostras independentes na comparação das variáveis entre os sexos. Também se realizou a Análise de Variância Univariada (ANOVA) para identificar diferenças da flexibilidade entre as idades, em cada sexo, e o *post-hoc* de *Bonferroni* para identificar a localização das diferenças entre as idades. A associação entre as classificações de flexibilidade e o sexo masculino e feminino foi realizada através do teste do Qui-quadrado. Para as análises estatísticas foi utilizado o programa estatístico *SPSS for Windows* 20.0, com nível de significância adotado de 5% ($p \leq 0,05$) em todas as análises. Encontraram-se diferenças entre os sexos na idade de 14 anos, tanto na estatura ($\sigma = 1,61 \pm 0,09$ e $\rho = 1,53 \pm 0,08$; $p = 0,016$) como no IMC ($\rho = 25,11 \pm 5,56$ e $\sigma = 19,64 \pm 6,40$; $p = 0,019$). Quanto à flexibilidade, o sexo feminino apresentou valores significativos superiores ao sexo masculino nas idades de 7 ($p = 0,001$) e 12 ($p = 0,022$) anos. A flexibilidade aponta tendência de declínio ao longo das idades,

¹Licenciado em Educação Física. Faculdade Cenecista de Osório (FACOS)-RS.

²Professor dos cursos de Educação Física e Fisioterapia da FACOS-RS.

tanto para o sexo masculino quanto para o sexo feminino, sendo as meninas mais flexíveis que os meninos em todas as idades, com exceção da idade de 13 anos. A fim de verificar o atendimento aos critérios de saúde do PROESP-BR (2012), identificou-se que a maior parte dos meninos de 6 a 14 anos de idade (66,88%) apresentou uma boa flexibilidade sendo classificados dentro da zona saudável, enquanto que a maioria das meninas de 6 a 14 anos de idade (58,22%) apresentou-se na zona de risco à saúde. A associação entre a classificação e o sexo foi de $p=0,000$. Os resultados do presente estudo foram similares com os encontrados na literatura.

Construção de uma maquete para a compreensão e reconhecimento de estruturas corporais utilizadas na realização do movimento

Jéssica Belmonte Klein¹
Elisiane Mello de Oliveira¹
Helena Meinhardt²

O sistema nervoso é um dos principais sistemas corporais, pois comanda o funcionamento da maioria dos demais sistemas através da ativação de músculos e glândulas. Ao realizarmos um movimento voluntário, utilizamos diversas estruturas dos nossos sistemas nervoso, muscular e ósseo e o entendimento dessas interações (para concretizar a ação do movimento) muitas vezes se torna de difícil compreensão se apresentadas aos alunos de maneira teórica. O objetivo deste estudo foi através de revisão da bibliografia sobre anatomia e fisiologia (Frank H. Netter, 2011), a construção de uma maquete representativa de um movimento voluntário para facilitar o entendimento do funcionamento do sistema nervoso e suas relações com outros sistemas corporais. Os projetos de ensino tem como fundamento a atuação docente, fazendo com que o educador e pesquisador possam melhorar a sua atuação e postura fazendo com que pense, reflita e analise sua prática, com o intuito de melhorar o processo. (Salão Internacional de Ensino e pesquisa, V, 2013, Bagé. Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão. Bagé: de Ávila, D. S., 2013. 5 V.) Quando se desenvolve um trabalho de montagem de um modelo anatômico o conteúdo não se resume ao que é trabalhado somente em aula, é feita a construção do entendimento como um todo para que assim se possa demonstrar cada estrutura corretamente pela compreensão do conteúdo e não memorização. A maquete representa o movimento do músculo bíceps. Foi construída com diversos materiais que pudessem representar cada estrutura necessária nesse processo; foram utilizados biscoito de diversas cores para representarem as estruturas do sistema nervoso central, medula espinhal, tendões e o músculo propriamente dito, isopor representou a estrutura óssea e o corpo da maquete. Desenvolveu-se o princípio de um robô de seringa para representar o

¹ Alunas do curso Técnico em Enfermagem – Instituto de Educação Cenecista Marquês de Herval – Osório/RS.

² Professor orientadora – Instituto Marquês de Herval - Osório/RS.

nervo motor e sensitivo e conforme o embolo da seringa era pressionado, ocorria o movimento. A partir do modelo anatômico produzido, podemos observar que cada estrutura é muito mais pesquisada e trabalhada a fim de reproduzi-las fielmente e de maneira criativa; podemos observar também, que este tipo de material torna-se um apoio na hora da explicação do conteúdo, pois visualizando cada estrutura emprega-se uma linha no raciocínio lógico de cada aluno. Os alunos obtiveram uma resposta positiva ao novo método de aprendizagem abordado: entrosamento, desenvolvimento manual, busca através de imagens, e como repassar esse conhecimento de forma clara e precisa. Pretendemos demonstrar com essa pesquisa e resultados que obtivemos que esse tipo de aprendizado capacita os alunos a desenvolverem uma nova postura, estimular a criatividade e melhorar o entendimento.

Crime e Gênero: estudo comparativo entre o presídio modular de Osório e o presídio feminino de Torres

Annelise Cristina Boranga¹
Rafael Alves Devos²
Saulo Bueno Marimon³

O presente trabalho tem os objetivos de apresentar e comparar as realidades entre os presídios, Feminino de Torres e Modular de Osório, fazendo um estudo sobre o gênero e o crime. Se considerarmos o crime como atitude reprovável, (fato típico, ilícito e culpável) com punição prevista em lei então nos aproximamos do conceito de Howard Becker para desvio como infração à regra geralmente aceita. Tal afastamento do conceito puramente jurídico é importante para percebermos que o desvio é composto também pela aplicação das regras aos infratores, e que o rótulo exerce papel significativo no processo. Assim desviante é a quem se aplicou tal rótulo com sucesso. A possibilidade da construção das identidades dentro do estabelecimento prisional, individuais e grupais também é um fator que buscamos compreender. Aqui nos deparamos também com uma das funções implícitas da instituição prisional, pois, ao contrário do comportamento desviante, ela deve produzir efeitos para que seus egressos apresentem comportamentos percebidos socialmente como normais ou satisfatórios. Focaremos a pesquisa no Presídio Feminino em função dos problemas que buscaremos resolver, entre eles podemos destacar os seguintes: qual o motivo de as mulheres se inserirem no crime? São motivadas por razões passionais, para acompanhar seus parceiros, ou elas mesmas procuram esse poder para si? E por fim quais as causas sociais que contribuem para isso? Como metodologia, utilizaremos a revisão bibliográfica de livros e artigos e a consulta aos dados oficiais apresentados pela SUSEPE em seu site. Como referenciais teóricos, utilizaremos principalmente o “labeling approach” de Howard Becker e o empoderamento citado por Mariana Barcinski. Sobre a motivação inicial para cometer delitos, no caso das mulheres, conforme dados obtidos em entrevistas com as apenadas (produzidas por Simone Nunes e Graziela Werba), conseguimos obter algumas respostas. Historicamente as mulheres se inseriram no mercado de trabalho com a Revolução Industrial onde foram mão-de-obra barata para às

¹ Acadêmica do curso de Psicologia da FACOS.

² Acadêmico do curso de Direito da FACOS.

³ Professor Ms. de Teoria da Pena na FACOS.

fábricas, assim o trabalho feminino vem sendo constantemente desvalorizado nos últimos dois séculos. Além disso, pelos relatos encontrados, verifica-se que em nenhum deles houve uma motivação passional. Nitidamente expõem que procuraram o crime, em especial o tráfico, pelo desejo de poder, de colocar a mão em uma arma, de ter os subalternos oferecendo bajulações, etc. A percepção da diferenciação também fomenta o início da atividade criminosa. Segundo Donald Clemmer a cultura prisional consiste nos hábitos, sistemas de comportamento, costumes, regras, ideias, opiniões, concepções sobre a vida, a família, o trabalho, a prisão, a polícia, o amor, etc, compartilhados pelos indivíduos que habitam a prisão. É uma força que conforma a atitude dos indivíduos. A união de ciências nesta pesquisa proporcionou a interdisciplinaridade necessária ao estudo e a construção de respostas que ultrapassam por vezes as possibilidades de uma área isolada.

Da "intimidade" a "extimidade": paradoxo do direito ao esquecimento à superexposição nas redes sociais

Rodrigo Pelisoli Maiato¹
Fátima Corbellini¹
Marcelo Terra Reis²

O projeto tem o escopo primordial de pesquisar sobre um dispositivo emanado implicitamente nas legislações constitucional, civil e penal (Brasileira e Internacional) chamado de “direito ao esquecimento”, bem como, poderá ser arguido e aplicado para proteger direitos humanos fundamentais à dignidade, imagem, privacidade, intimidade e honra de pessoas que os tiveram ofendidos quando se utilizando das redes sociais virtuais. O direito ao esquecimento deriva do princípio democrático da dignidade da pessoa humana que corolário das garantias fundamentais à intimidade, privacidade, honra e proteção à imagem previstos no Art. 5º, incisos X, XI, XII da CF, contrapõe-se ao direito à livre expressão, informação e comunicação de imprensa, contidos respectivamente no Art. 5º, incisos IX e XIV e Art. 220, § 1º e 2º, ambos também presentes na Constituição Federal da República de 1988. Pode-se defini-lo, como sendo o direito que uma pessoa possui de não permitir que um fato (verídico ou não) causador de constrangimento ou transtorno ocorrido em determinado momento de sua vida, seja exposto ao público em geral de forma permanente, respeitando-se determinadas exceções. Destarte, quando transportado tais casos para um ambiente virtual e modernizado como a internet, em especial as redes sociais, contornos diferenciados são delineados quando se trata da possibilidade de esquecer fatos prejudiciais ocorridos na vida de uma pessoa, visto que, grandes obstáculos técnicos, jurídicos e internacionais sopejam para a busca de uma reparação aos danos sofridos. Contudo, as pessoas têm o direito de serem esquecidas pela opinião pública e as mídias sociais? Qual o entendimento majoritário da doutrina e Jurisprudência sobre a legitimação do direito ao esquecimento na rede virtual? A parte ofendida teria direito a danos morais e materiais pela veiculação de fatos pretéritos envolvendo seu nome e imagem? Qual o papel do direito digital e dos servidores de pesquisa da web quanto ao controle de informações e imagens que ferem o direito à dignidade, imagem, intimidade e

¹ Acadêmicos do curso de Direito da FACOS – Osório/RS.

² Professor Orientador – FACOS – Osório/RS.

privacidade de usuários? A lei 12.965/14 (Marco Civil da Internet) poderá conter o fluxo de dados quando estes disseminados por terceiros agridam direitos à personalidade do indivíduo? Imperioso torna-se o tema em comento tanto para o meio acadêmico, jurídico e social, visto, que ao transpormos o século XXI, passados mais de 20 anos após a difusão e popularização da internet e das tecnologias da informação e comunicação (TIC), esta realidade virtual vivida pela sociedade contemporânea necessita de adequado controle e normatização legal em compasso com o desenvolvimento tecnológico adquirido. As redes sociais surgiram como aliadas a este desenvolvimento, facilitando a comunicação entre empresas, instituições públicas, pessoas e comunidades. Em contrapartida aos privilégios de viver através dessas comunidades virtuais, as interações pessoais sofrem intervenção direta na seara dos direitos humanos fundamentais e da personalidade, contribuindo para que as fronteiras entre o público e a vida privada sejam rompidas, possibilitando ou não, a busca pelo “direito ao esquecimento”. Doravante, nossa doutrina e jurisprudência não são uníssonas quanto ao assunto, o que torna o tema proposto algo polêmico e atrativo para estudo.

Desenvolvimento comportamental com base nos estímulos ambientais

Vinícius Machado da Silva¹
Tatieli da Silva Bitencourt¹
Rafaela Silveira Maciazeki²
Charles Francisco Ferreira³

Nas últimas décadas, observamos o crescente número de pesquisas envolvendo os componentes neuropsicobiológicos, muitas das quais demonstrando que o desenvolvimento encefálico adequado pode ser altamente influenciado por estímulos ambientais apropriados. Desta maneira, a seguinte revisão sistemática da literatura objetivou caracterizar as principais influências de estímulos ambientais sobre o desenvolvimento encefálico humano, enfocando a plasticidade cerebral e o fenômeno de sinaptogênese do início do desenvolvimento, além de elucidar os mecanismos exercidos por influências externas sobre este período crítico do desenvolvimento, comprometendo persistentemente as funções neuropsicobiológicas ao longo de toda a vida. Secundariamente, objetivamos analisar os possíveis benefícios do enriquecimento ambiental (estímulos multissensoriais) como uma alternativa para a reversão dos efeitos deletérios de possíveis agravos sofridos no início do desenvolvimento. Para esta revisão sistemática de literatura, pesquisamos artigos científicos dos principais bancos de dado das áreas Biomédicas e Biológicas (Scielo e Bireme), com as seguintes palavras chave: desenvolvimento cerebral, desenvolvimento encefálico, plasticidade cerebral, plasticidade encefálica, sinaptogênese e neuroplasticidade. Padronizamos como filtros os artigos originais e relatos de casos publicados na última década (entre 2005 e 2015), apenas redigidos no idioma Português e disponibilizados gratuitamente na íntegra por estes bancos de pesquisas científicas. Um total de 732 artigos foram incluídos por esta revisão sistemática da literatura, sendo muitos deles repetidos nos bancos de dados pesquisados. Após a leitura de todos os resumos, apenas uma parcela destes artigos foi incluída em nossa revisão, sendo os artigos

¹ Graduandos do curso de Bacharelado em Psicologia – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

² Graduanda do curso de Bacharelado em Fisioterapia – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

³ Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre e Doutor em Ciências Biológicas: Neurociências - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Orientador – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

não incluídos aqueles que não contemplavam as temáticas propostas pelos objetivos de nosso trabalho. Após realizada esta revisão, observamos a necessidade de um ambiente biologicamente e psicologicamente adequado para que o desenvolvimento encefálico seja eficiente, demonstrando assim que as bases biológicas estão claramente vinculadas às áreas de Saúde Mental e Psicológica. O encéfalo é um dos órgãos mais flexíveis de nosso organismo, sendo notória a sua capacidade de se adaptar em determinadas áreas, contrabalanceando a perda da funcionalidade de outra. Entretanto, enfatizamos que não são em todos os casos reportados que este equilíbrio se faz presente: uma grande sequência de repetições e estimulações ambientais multissensoriais são indispensáveis para as modificações neuroanatômicas, possibilitando a influência e a modulação da criação de novas sinapses e de redes neurais, as quais também consideram as estratégias pessoais desenvolvidas pela experiência daquele indivíduo. Sendo assim, estas estimulações ambientais multissensoriais poderiam alterar e modular o desenvolvimento e o comportamento como um todo, possibilitando a inferência de que muitos comprometimentos do Sistema Nervoso poderiam ser revertidos por sua eficiente aplicação. Por outro lado, algumas doenças poderiam ser explicadas como o reflexo de um somatório deficiente do desenvolvimento encefálico e de estimulação ambiental inadequadas.

Direitos e deveres dos condôminos

Matheus Soares Pereira¹
Paula Tressoldi Ferreira²
Everton Ricardo Bootz³

Os direitos e deveres dos condôminos estão elencados no Código Civil Brasileiro, mais precisamente na parte do Direito das Coisas. Os direitos são regrados pelos artigos: 504, 1.314, 1.319, 1.320, 1.322, 1.323, 1.325 e 1.326, todos do Código Civil Brasileiro. Entre os direitos, podemos citar o de usar e fruir a coisa objeto de condomínio, alienar ou gravar a fração ideal, defender a posse da coisa e reivindicá-la de terceiro, participar de deliberações acerca da coisa, participar dos frutos na qual a coisa possa vir a produzir, exigir o fim do condomínio, ter a preferência na alienação de fração ideal ou na locação da coisa etc. Entre os deveres, podemos destacar o de contribuir com a despesa da coisa, abster-se de dar posse da coisa à terceiro, responder pela sua parte nas dívidas comuns, responder pelos danos causados à coisa etc. Os condôminos possuem ônus e bônus, direitos e deveres. Assim como possuem o direito de usar e fruir a coisa e o dever de prezar pela sua manutenção. No entanto, havendo a deterioração das áreas condominiais, há uma diferenciação acerca das áreas de uso comum e privadas. No que tange às despesas do condomínio, quando as despesas recaírem em obras na unidade particular do titular, estas serão de inteira responsabilidade do mesmo. Porém, aquelas obras de uso exclusivo de um ou mais condôminos, recaem sobre aqueles a quem delas se serve (Artigo 1.340, Código Civil); já as obras das quais sejam correspondentes à estrutura do condomínio, o concurso pecuniário recairá sobre todos os condôminos (Artigo 12, § 2º, Lei nº 4.591/1964). E, para discutir sobre a manutenção, direitos e deveres dos condôminos, existem três órgãos administradores do condomínio, quais sejam: a assembleia, o síndico e o conselho fiscal. O primeiro órgão é aquele que delibera acerca dos assuntos pertinentes ao condomínio. Esta assembleia é realizada com a presença de todos os condôminos, somente possuindo o direito de voz e o de voto caso esteja cumprindo com seus deveres principais relativos ao condomínio. O síndico é a figura que representa os

¹ Acadêmico do 7º Semestre do Curso de Direito da Faculdade Cenecista de Osório.

² Acadêmica do 6º Semestre do Curso de Direito da Faculdade Cenecista de Osório.

³ Mestre e Doutor em Teologia pela EST e Bacharel em Direito pela Feevale.

condôminos nos assuntos de interesse dessa coletividade; é sobre quem recai a administração do condomínio. Por último, há o conselho fiscal, que será composto por três membros eleitos em assembleia e dispõe, fundamentalmente, acerca de pareceres sobre as contas do síndico. Ante o exposto, verificamos quais são os direitos e deveres dos condôminos, também desvendando, em parte, a discussão sobre as obras condominiais, sabendo sobre quem recaem as responsabilidades destas e, por último, ressaltando os membros da administração do condomínio.



Direitos humanos para humanos direitos? A violação dos direitos humanos no cotidiano dos apenados: a visão do TJ sobre o tema (2014/2015)

Bruna Rech da Silva¹
Adriana Machado da Silva¹
Manoel Nunes da Silva Neto¹
Saulo Bueno Marimon²

A Lei de Execução Penal (Lei n. 7210/1984) prevê uma série de dispositivos que permitiriam ao apenado o cumprimento da sua pena de forma adequada. No entanto, o cenário que se constata nas instituições prisionais é diametralmente oposto. Diariamente, os direitos humanos dos apenados são violados com a exposição a riscos de diversas ordens, tais como rebeliões, briga de facções, falta de condições mínimas para o cumprimento da pena, sendo tal cenário uma contextualização da situação degradante em que se encontra o sistema penitenciário brasileiro, que viola os direitos fundamentais da pessoa humana e submete a condições precárias a vida em cárcere. Vê-se hoje nesse sistema um local propício para uma única forma de ressocialização informal: o pertencimento a uma facção criminosa. O apenado, ao ingressar no sistema carcerário, tem que optar por pertencer a um grupo criminoso ou correr riscos no que tange à sua integridade física. A superpopulação carcerária acarreta a mistura de indivíduos e, dada a diversidade de personalidades, recolhidos em um mesmo ambiente promíscuo, fazendo não concorrer a recuperação, mas sim a reincidência. A Declaração de Direitos Humanos prevê as garantias fundamentais da pessoa humana, em seu Preâmbulo, traz os princípios de igualdade entre todos os homens, além de liberdade, paz e justiça. O Art. 3º da presente Carta afirma que todos têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal mas, no entanto, em contradição com este normativo, temos outra realidade, em que a segurança pessoal não é garantida. Nos estabelecimentos penais esta superlotação, na maioria das vezes, faz com que essa segurança não seja assegurada, frisa-se que as brigas internas e violências evidenciam essa omissão estatal marcante desta desordem. Em razão deste cenário grave, alguns apenados têm ingressado na Justiça pleiteando dano moral por cumprirem pena em situação degradante. Tal situação tem sido acolhida

¹ Acadêmicos de Direito da FACOS.

² Mestre em Ciências Criminais e Professor de Direito Penal e Direito Processual Penal da FACOS e FADERGS.

pelo TJ/RS em alguns casos. Na realidade, os condenados não possuem assistência no fornecimento de alimentação de qualidade, as instalações além de insuficientes são pouco arejadas, sem uma estrutura que permita ventilação e iluminação, com dependências sanitárias deterioradas. As condições de higiene não só das celas, mas em todos os demais espaços só demonstram o abandono dos apenados que também não tem assistência médica, que fora o tratamento das patologias, possui um aspecto preventivo de grande importância. No entanto, tal situação poderia gerar uma verdadeira avalanche de ações judiciais desta natureza. E um caso originado do Mato Grosso do Sul está no STF para ser julgado, o que gerará a denominada “repercussão geral”. Neste sentido, recentemente, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, propôs a remição de dias da pena, quando for cabível a indenização, discutindo a responsabilidade civil do Estado por danos morais decorrentes de superlotação carcerária. O ministro afirma que, o Estado é civilmente responsável pelos danos, inclusive morais, comprovadamente causado aos presos em decorrência de violações à sua dignidade, provocadas pela superlotação prisional e pelo encarceramento em condições desumanas ou degradantes.

Distúrbios hereditários e ácidos graxos

Vanessa Fernanda Silva¹
Céres Gonçalves de Vargas²
Leonardo Severo²
Charles Francisco Ferreira³

Os erros inatos do metabolismo são classificados como distúrbios genéticos que, em sua maioria, possuem características mendelianas autossômicas recessivas. Nesta perspectiva, uma obrigatoriedade para sua ocorrência é a presença de um gene recessivo em cada um dos genótipos genitores portadores. Por se tratar de uma área do conhecimento genético recentemente descoberta, o objetivo do presente trabalho visou fornecer as principais características dos erros inatos do metabolismo relacionadas ao metabolismo dos ácidos graxos. Para contemplar estes objetivos, uma revisão bibliográfica da temática foi realizada nos principais bancos de dados das áreas Biológicas, Biomédicas e da Saúde (Bireme, Scielo e Google acadêmico) e em livros técnicos da área de Genética Médica. Após o levantamento bibliográfico inicial, evidenciamos a existência de mais de 500 doenças raras que são atualmente relacionadas aos erros metabólicos congênitos. Para o organismo humano, o suporte metabólico energético é dito essencial para a realização da maioria das atividades diárias, sendo a fonte primária de energia os carboidratos (glicose) e, na ausência destes, o desvio das rotas energéticas é direcionado para o metabolismo de lipídios, biomoléculas derivadas dos ácidos graxos e presentes em todos os constituintes celulares do organismo humano. Os ácidos graxos são representados por cadeias de ácidos carboxílicos, com diferentes tamanhos de cadeias carbônicas variando entre 4 e 36 carbonos (cadeias curtas, médias, longas ou muito longas), além de tipos distintos de ligações químicas entre seus constituintes (saturadas, monoinsaturadas e poliinsaturadas). De maneira geral, os principais sintomas observados em decorrência aos erros do metabolismo de ácidos graxos incluem hipoglicemia, retardo mental, déficit motor e, em casos extremos, indução de coma e

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em Biomedicina – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

² Graduandos do curso de Bacharelado em Enfermagem – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

³ Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre e Doutor em Ciências Biológicas: Neurociências - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Orientador – Faculdade Cenecista

óbito. O diagnóstico precoce é a ação crucial para garantir a melhoria da qualidade de vida dos portadores, sendo este realizado através do teste do pezinho, um exame relativamente simples feito nos primeiros dias de vida pós-natal. Uma importante observação ao analisarmos este diagnóstico precoce nos permite a reflexão sobre o teste do pezinho fornecido pelo Sistema Único de Saúde: este teste detecta uma única doença metabólica dos ácidos graxos, sendo outras versões deste teste (teste completo) extremamente mais eficaz, compreendendo mais de 50 doenças congênitas. Embasados nestas informações, verificamos a importância da capacitação por profissionais das áreas Biológicas, Biomédicas e da Saúde, subsidiando informações mais atualizadas sobre os métodos de identificação, tratamento e auxílio para estas alterações. Além disso, enfocamos esta atualização multiprofissional como uma ferramenta adicional para a atenção primária em Saúde, disponibilizando assim, maiores informações aos acometidos por estas anomalias genéticas, bem como aos seus familiares e demais profissionais envolvidos nos tratamentos destas alterações.

Do direito de propriedade e da regularização do parcelamento irregular ou clandestino do solo com base no provimento nº 21/2011, CGJ/RS (projeto More Legal IV)

Andressa Beschorner Gonsalves¹
Patrícia Outeiral de Oliveira²

Inicialmente vista como um direito absoluto, atrelado às vontades e desejos individuais do proprietário e indiferente ao corpo social, a propriedade foi prevista no ordenamento jurídico desde a CF de 1824. Posteriormente, com a expansão dos direitos coletivos e difusos, já na Idade Contemporânea, a propriedade adquiriu um aspecto social, o qual se tornou evidente no Brasil somente com a Constituição de 1967, momento em que a expressão função social da propriedade começou a fazer parte do nosso ordenamento jurídico. Hoje, quando falamos em propriedade, nos referimos a um instituto amplo e carente de muitas iniciativas do poder público para sua formação, regulamentação e proteção. E, embora a CF de 1988 e o CC de 2002 reconheçam a propriedade como um direito fundamental ao ser humano e inerente a sua subsistência, ainda existem muitos imóveis ilegais, não permitindo o seu possuidor (que se identifica como proprietário) gozar dos seus mais amplos poderes, tais como usar, fruir e dispor. Nesse aspecto, instaura-se a problemática trabalhada: além da ausência de um título imobiliário, ou seja, do registro do imóvel, o cidadão possuidor pode acabar tendo outros direitos fundamentais e sociais sonegados, visto que a irregularidade do imóvel pode gerar, por exemplo, a falta de um saneamento adequado, de energia elétrica e distribuição de água. Deste modo, abordou-se a necessidade do reconhecimento do instituto da posse no nosso ordenamento jurídico, no intuito de viabilizar o direito de propriedade a muitas famílias que estão marginalizadas pela falta de políticas públicas de regularização fundiária capazes de socorrê-las. E o Projeto More Legal surge através do Poder Judiciário como uma

¹ Advogada no escritório Telmo A. de Souza & Advogados. Graduada em Direito Bacharelado na Faculdade Cenecista de Osório – FACOS. Especializando-se em Direito Imobiliário na UniRitter (Laureate Internacional Universities). Possui experiência na advocacia com ênfase em Direito Público e Agrário/Fundiário.

² Advogada no escritório Arruda Alvim e Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica. Professora de Direito Civil. Integra o Corpo de Avaliadores de Cursos de Direito - INEP/MEC. Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS. Especialista em Direito das Obrigações e Contratos pela Universidade do Vale do Rio do Sino- UNISINOS. Possui experiência na área de Ensino de Direito como Professora e Coordenadora de Curso. Possui experiência na advocacia com ênfase em Direito Privado. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

ferramenta para o alcance da propriedade de direito pelos possuidores. O PROJETO MORE LEGAL foi idealizado pelo Desembargador Décio Antônio Erpen e editado pela primeira vez em 1995. Pioneiro no país, designou-se a elaborar regras objetivas para a regularização de loteamentos, desmembramentos, fracionamentos ou desdobro de imóveis, urbanos ou urbanizados, legalizando o exercício da posse – em situação consolidada – mediante o competente registro imobiliário. Após três edições publicadas do Projeto More Legal, cada qual trazendo mudanças mais importantes ao reconhecimento à propriedade obtida de forma irregular ou clandestina, em 15 de junho de 2011, com pilar principalmente na Lei do Programa Social Minha Casa, Minha Vida, foi editado o Projeto More Legal IV, através do Provimento nº 21/2011 da CGJ/RS, assinado pelo Desembargador Ricardo Raupp Ruschel. O referido Projeto foi editado, principalmente, no intuito de buscar uma solução às populações de baixa renda, visando regularizar, de forma acessível e coletiva, a clandestinidade ou irregularidade jurídica de inúmeras áreas ilegais. Dada à extensão do tema e o fato de que há muitas oportunidades jurídicas através do procedimento, destacamos as principais novidades que o Projeto More Legal, principalmente a sua última edição, trouxeram na regularização de loteamentos clandestinos e irregulares, dentre elas: o espírito de flexibilização dos documentos exigidos para a aquisição da propriedade; a situação consolidada; a inexigibilidade de tempo mínimo previsto para o requerimento de regularização através do procedimento; regularização por iniciativa do poder público; constante revisão dos atos e exigências pendentes; procedimento quase que essencialmente administrativo; e localização da área de condomínio pela situação de fato. De forma conclusiva, auferimos, por meio de estudos de casos e entrevistas com Registradores, além da pesquisa doutrinária que, no que se atenta ao parcelamento do solo, tendo em vista a ineficiência das demais leis ordinárias e políticas públicas, a iniciativa da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul demonstrou-se eficaz e fundamental para a diminuição de situações irregulares ou clandestinas, tutelando, ao transcorrer dos anos, os direitos de propriedade e de moradia presentes na Constituição Federal, em especial para os possuidores de baixa renda. Contudo, por tratar-se de um Projeto pioneiro dos Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul, o desconhecimento do Projeto More Legal acaba por desestimular o interesse na sua utilização por parte de diversos grupos envolvidos

(possíveis beneficiados, profissionais da área, além dos próprios agentes públicos envolvidos no trâmite), fazendo com que o mesmo ainda não consiga, de forma satisfatória, o resultado que dele se espera.



Doenças genéticas ocasionadas por mutações no DNA mitocondrial

Gabriela Grassi Maciel¹
Bruna de Souza Glasorester²
Ramona Dal Castel¹
Charles Francisco Ferreira³

As mitocôndrias são estruturas com variabilidade morfológica, podendo ser esféricas ou em forma de filamentos longos, sendo a sua principal atividade biológica remetida a produção de energia, através do processo designado fosforilação oxidativa e cadeia transportadora de elétrons. Este processo é baseado na utilização de substratos enzimáticos, sendo as principais biomoléculas energéticas os carboidratos (glicose) e os ácidos graxos. Por suas funções, as mitocôndrias são encontradas em quase todas as células do organismo humano, concentrando-se principalmente em sistemas fisiológicos que necessitam de maior suporte energético (encéfalo, coração e músculos esqueléticos). Recentes descobertas apontaram que as mitocôndrias possuem um aparelho genético próprio, denominado ácido desoxirribonucleico mitocondrial, sendo este material genético passível de alterações e mutações, ocasionando as doenças mitocondriais. Embasado nestas informações, o presente trabalho objetivou caracterizar as doenças genéticas mitocondriais, fornecendo maior conhecimento sobre esta temática pouco conhecida pela comunidade acadêmica da Faculdade Cenecista de Osório. Para contemplar todos os objetivos propostos, uma revisão dos principais bancos nacionais de literatura científica (SciELO, Bireme e Google acadêmico), bem como em livros técnicos da área de Genética Médica foram utilizados. A primeira caracterização de uma doença mitocondrial foi reportada por Ernester e seu grupo de pesquisa, que descreveram um caso clínico de um paciente que apresentava sintomas relacionados a um estado de hipermetabolismo, com acentuadas alterações morfológicas e bioquímicas nas mitocôndrias. Atualmente, este caso clínico é denominado doença de Luft. Após a descoberta da participação mitocondrial no

¹ Graduandas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

² Graduanda do curso de Bacharelado em Enfermagem – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

³ Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre e Doutor em Ciências Biológicas: Neurociências - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Orientador – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

desenvolvimento de doenças, adicionado à evolução das biotecnológicas aplicada à área de Genética Médica, outras doenças mitocondriais de herança hereditária foram caracterizadas por defeitos em vários sítios do material genético mitocondrial. A epilepsia monoclônica, conhecida por miopatia, apresenta suas manifestações clínicas em qualquer etapa do desenvolvimento. A encefalopatia mitocôndria, por outro lado, é comumente associada à sintomatologia tardia (próximo aos quarenta e cinco anos), enquanto a doença de Legh inicia seus sintomas ainda no início do desenvolvimento. Períodos intermediários tais como entre os doze e os trinta anos, podem ser considerados a janela biológica envolvida nos sintomas da neuropatia óptica. Sendo assim, consideramos que todas as doenças mitocondriais de aparecimento esporádico ocorrem por rearranjos do material genético mitocondrial (duplicação ou deleções), sendo os principais exemplos deste quadro a síndrome de Kearns-Sayre (com início dos sintomas próximo aos vinte anos de idade) e a oftalmoplegia extrema crônica, uma doença crônica progressiva que acomete os adultos jovens na faixa dos 20 aos 40 anos. Outra classe de doenças mitocondriais são aquelas com padrão de herança mendeliana, caracterizadas por defeitos no material nuclear mitocondrial gerador de proteínas e enzimas. A maioria das doenças desta classe se caracterizam por apresentarem sintomas ainda no início da infância. Apesar de todo avanço na área Biológica e Biomédica, inúmeras limitações (poucos estudos com desconhecimento de todos os seus efeitos biológicos) estão relacionadas a estas doenças, fato que justifica a necessidade de maior atenção por nosso sistema de Atenção em Saúde para tais condições.

Efeitos das radiações ultravioletas

Allana Figueiredo da Silva¹
Patrícia Teixeira dos Santos Thomé¹
Charles Francisco Ferreira²

A partir de uma revisão da literatura o presente trabalho objetivou caracterizar as radiações ultravioletas emitidas pelo sol, caracterizando os seus principais efeitos nocivos para a vida humana e o funcionamento de seus comprimentos de ondas em relação aos demais tipos de radiações ionizantes. As radiações ultravioletas podem ser classificadas em três categorias, de acordo com os seus comprimentos de onda. As radiações do tipo A apresentam comprimento de onda entre 320nm e 400nm, com elevada incidência, não sendo estes raios absorvidos pela camada de ozono. Este tipo de radiação está presente em todas as estações do ano, independentemente da situação climática. As radiações do tipo B possuem comprimento de onda entre 280nm e 320nm, sendo parcialmente absorvidas pela camada de ozono e presentes com maior frequência em estações do ano mais quentes (verão, altitudes elevadas próximas à linha do Equador). Já as radiações do tipo C apresentam comprimento de onda inferior a 280nm, sendo estas completamente absorvidas pela camada de ozono. Um dos principais efeitos benéficos destas radiações é a estimulação de síntese de vitamina D, componente indispensável ao metabolismo de cálcio e de fósforo. Entretanto, inúmeros malefícios são atribuídos a estes tipos de radiações, sendo os principais: envelhecimento precoce, danos às fibras de colágeno e de elastina, queimaduras, manchas e vermelhidões, cegueira, catarata, melanomas e carcinomas. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer estima-se que em 2014, no Brasil, existiram 182.130 ocorrências no número de casos de câncer do tipo não melanoma – tipo de câncer comum, com bom prognóstico e elevada taxa de remissão se diagnosticado precocemente e com tratamento adequado. Para estes casos, a extensão de prazo para diagnóstico é relacionada com ulcerações na pele e deformidades físicas graves. Estas estimativas correspondem a um risco estimado de 100,75 novos casos a cada 100 mil homens e de 82,24 novos casos a cada 100

¹ Graduandas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

² Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre e Doutor em Ciências Biológicas: Neurociências - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Orientador – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

mil mulheres. O câncer de pele do tipo não melanoma é o mais incidente em homens nas regiões Sul do Brasil (159,51 casos em 100 mil homens). Nas mulheres, é o mais frequente em todas as regiões do país, com maior risco na região Sudeste (112,28 casos em 100 mil mulheres). Indivíduos de pele clara com excessiva exposição diária à radiação solar apresentam variações quanto ao tipo de melanoma desenvolvido. Para estes casos, a incidência de casos é relativamente baixa (2.960 e 2.930 novos casos em homens e mulheres, respectivamente), enquanto sua letalidade é considerada elevada. As maiores taxas estimadas encontram-se na região Sul do Brasil. Algumas medidas preventivas e profiláticas necessárias para o câncer de pele seriam: evitar bronzamentos artificiais, proteger os olhos com uso de óculos solar, aplicar protetor solar diariamente – absorvente da radiação ultravioleta, evitando seu contato com as camadas mais profundas da pele. O câncer de pele é a neoplasia de maior incidência no mundo, justificando assim a necessidade de um indispensável e essencial cuidado com todos os fatores mencionados para melhoria da qualidade de vida humana.

Ergonomia e lombalgia: uma revisão literária

Sirlei Rejane Vale Bittencourt¹
Ísis Guazzelli Pioner²

O objetivo principal é adequar à atividade profissional na postura sentada promovendo assim a saúde e segurança física e mental do trabalhador. A ergonomia é o estudo da adaptação do trabalho ao homem. Tem uma visão ampla, abrangendo atividades de planejamento e projeto antes do trabalho ser realizado é a integração entre o homem e o ambiente de trabalho. Foi criada no intuito de proporcionar conforto e satisfação ao trabalhador e algumas intervenções ergonômicas são realizadas para melhorar a eficiência, produtividade, segurança e saúde nos postos de trabalho. Possibilita a redução do stress físico principalmente nas articulações, músculos, tendões, nervos e ossos, prevenindo também distúrbios mentais, respiratórios, visuais, e auditivos. A Ergonomia usa os conhecimentos adquiridos da capacidade e habilidade humana estudando as limitações do sistema, organização, máquinas e ferramentas para torná-los mais seguros, eficientes, e confortáveis para uso humano (IIDA, 2005). Na metodologia, após a escolha do tema a ser abordado, foi realizada uma busca bibliográfica para levantar informações e sustentação teórica a respeito do tema. As fontes de pesquisa foram livros de ergonomia e revista específica da segurança do trabalho. Quando sentada em uma cadeira adequada, com apoio correto que mantém sua curvatura anatômica original o peso é dividido em três forças: nos pés, coxas e quadris. Do contrário, no caso da pessoa sentar inadequadamente, sem observar os apoios e cadeiras adequadas poderá ocorrer inversão da curvatura na coluna lombar. (REVISTA PROTEÇÃO, 2005). Isso faz com que a coluna seja projetada para trás, formando uma cifose lombar, aumentando a pressão nos discos, prejudicando a circulação sanguínea, causando fadiga, dores e câibras na coluna e membros inferiores. Em um assento adequado, estofamento com densidade apropriada, encosto apoiando por inteiro as regiões dorso lombar, faz com que toda a coluna vertebral fique bem alinhada e peso bem distribuídos. (IIDA, 2005). O encosto não deve ficar muito afastado, os joelhos e quadris em 90º com os pés bem apoiados. Conforme a Revista Proteção (2005), estudos foram realizados durante dois anos com um público portador de dor lombar

¹ Acadêmica do curso Técnico em Segurança do Trabalho.

² Bacharel em Quiropraxia- Pós-graduada em Saúde do Trabalhador e Mestra em Saúde Pública.

que permaneciam grande parte do tempo trabalhando sentado. Este estudo direcionou para a importância da fabricação de móveis que respeitem conceitos básicos de Ergonomia usando como exemplo, uma cadeira ergonômica, estudada e projetada em laboratório, preenchendo todo o arco da coluna lombar, respeitando sua curvatura anatômica com apóia-braços na altura ideal e apoio para os pés, formando um conjunto integrado. Diminuiu consideravelmente a dor e desconforto na coluna e absenteísmo. Nos primeiros dias, o trabalhador sentiu diferença, mas, logo em seguida, adquiriu adaptabilidade inerente ao ser humano, utilizando-a durante em média, oito horas por dia em sua atividade diária de trabalho, na posição sentada. Concluiu afirmando que a prevenção promove a saúde evitando doenças relacionadas ao trabalho.

Estamira: direitos humanos e transtornos mentais

Luiza Dalla Corte Euzebio¹
Ângela Kunzler²

Estamira, documentário brasileiro do diretor Marcos Prado, conta a história de Estamira Gomes de Sousa a partir de suas próprias narrativas e das de algumas pessoas que conviveram com a protagonista na construção histórica da loucura em uma sociedade marcada com forte discurso psiquiátrico e medicamentoso. Os relatos giram em torno do transtorno mental de Estamira, bem como das vicissitudes de sua história de vida. Desde 1970, consolida-se o movimento da Reforma Psiquiátrica. Porém ainda o modelo assistencial psiquiátrico recebe críticas decorrentes de denúncias de violência e de outras formas de desrespeito aos direitos humanos deste grupo da população. Observa-se, nesse cenário, a importância da luta pela preservação do direito à singularidade, à subjetividade e à diferença. Esse estudo tem como objetivo geral dialogar sobre a Reforma Psiquiátrica e a prática do modelo assistencialista que ainda se instaura no Brasil. De acordo com os pressupostos da reforma psiquiátrica, as mudanças preconizadas devem permitir que a pessoa portadora de transtorno mental que até então era marginalizada passe a ter cidadania, entendida como a sua inclusão na comunidade, o que remete a sua assunção à condição de sujeito de direitos. O sujeito com transtorno mental, a partir da Lei 10.216/2001 passou a ter direito a uma assistência digna, direito de viver em comunidade e direito ao consentimento para o tratamento. Porém, o modelo somente será eficaz quando for adotado por trabalhadores de saúde mental, em parceria com os usuários e suas famílias (VENTURA, 2012). Ventura (2012) ressalta que o cuidar humanizado é um direito do indivíduo com transtorno mental, focaliza no respeito ao paciente como ser biopsicossocial, cidadão sujeito de direitos e deveres, devendo exercer o seu direito à saúde, por meio de um atendimento acolhedor e respeitoso, que respeite a sua singularidade e, ao mesmo tempo, recebendo cuidado adequado ao seu transtorno. Fugindo assim da antiga realidade que presenciavam pessoas como Estamira, sob a eminência de internações involuntárias, apanhados como se fossem uma “fera, um monstro” e encaminhados a tratamentos que promoviam sua exclusão social e, por conseguinte

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Cenecista de Osório (FACOS).

² Professora Orientadora do Curso de Psicologia da FACOS.

a piora de seu quadro. Foi utilizada como metodologia nesse estudo análise crítica acerca do filme “Estamira”, e revisões bibliográficas sobre o tema Reforma Psiquiátrica no Brasil. Consideramos, ao final do estudo que as mudanças ocorridas na realidade social, política, econômica e cultural foram resultados de um movimento de transformação da vida do doente mental no Brasil. Sabemos que não há mais possibilidade de um recuo da Reforma Psiquiátrica, porém ainda existem tratamentos assistencialistas que negam a subjetivação dessas pessoas. Precisa-se, neste sentido, fazer um rompimento com o saber/fazer tradicional da psiquiatria e a construção de um novo saber/fazer baseado nos princípios ético políticos do doente mental como cidadão, sujeito integrante da sociedade.

Evolução das Constituições

Ercilio Bitencourt¹
Vanessa Barrufi Bitencourt¹
Carlos Anderson Pereira Bandeira¹
Everton Ricardo Bootz²

Com interpretação e o apoio doutrinário, verificou-se no referido estudo que versa sobre o tema da evolução da constitucionalidade desde 1824, até a data da última constituição que ocorreu em 1988, as evoluções de constitucionalidade se fizeram presente bem com sua flexibilidade e capacidade de se adequar aos mais diversos sistemas políticos sendo curioso observar sua expansão. vê-se que em 3 de maio, foi instalada a primeira assembleia constituinte no Brasil, onde só a minoria participava decisões políticas, onde teve influencia da França e da Inglaterra. Seu feito mais importante foi o estabelecimento de quatro poderes o moderador acima dos poder executivo, do legislativo, e do judiciário. Tempos depois, em 1891, marcou a transição da monarquia para a republica, notadamente sua influencia vem dos direitos norte americanos. Aqui e marcada a existência dos três poderes independentes entre si o executivo, legislativo e o judiciário, sendo abolido o poder moderador. A constituição de 1934, na data de 1932 Getúlio Vargas exigia o retorno da ordem constitucional a revolução constitucionalista, no ano seguinte foi convocado então uma nova assembleia o novo texto foi influenciado pela constituição Alemã, estabelecendo o voto secreto e universal, o salario mínimo, e a jornada de trabalho e garantia as mulheres a participação ao voto. Encontramos na constituição de 1937, a influência do fascismo, e foi apelidada de "POLACA", por causa de semelhanças com a constituição da Polônia, que centralizou o poder e estendeu o mandato do presidente para seis anos, reintroduziu pena de morte eliminou o direito há greve. O controle da constitucionalidade de 1946 verificou-se que com a vitória dos aliados na II guerra mundial, expôs o estado novo a ditadura de Vargas havia engrossado a frente contra o já instalado fascismo, e Getúlio Vargas encurralado entrega o cargo, e em 1946 o País ganhou uma nova constituição proporcionando um respiro democrático de dezoito anos contínuos, este novo ato foi promulgado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. em 1967, o controle

¹ Acadêmicos do curso de Direito da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador da FACOS – Osório/RS.

de constitucionalidade na constituição de 1967, onde os militares patrocinavam o que se chamaria de uma nova constituição e entrariam as previsões democráticas da carta de 1946, o texto impunha eleições diretas para presidente, concentrava poderes no executivo e a ditadura militar seria remendada por vários decretos e atos institucionais e muitas leis complementares e emendas constitucionais, sendo o mais notório AI-5 que em 1968, suspendeu as mais básicas das garantias tais como o direito a habeas corpus. Por fim a constituição de 1988, notadamente esta data confecção da constituição no comando de José Sarnei, porém faltaria o marco legal que pode-se livrar o País do autoritarismo no dia de primeira de fevereiro de 1987, em um domingo foi instalada a assembleia constituinte sendo presidida põe Ulisses Guimarães, e em cinco de outubro do ano seguinte em 1988, em uma brilhante quarta feira foi promulgada a nova carta.

Exercício físico e hipertensão arterial (revisão sistemática)

Matheus Moraes¹
Rafaela Liberali²
Fábio Cunha³
Francisco Navarro⁴

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma doença assintomática e multifatorial e quando não tratada pode desencadear alterações hemodinâmicas, metabólicas e funcionais principalmente em estruturas vitais do organismo, como o coração, encéfalo, rins vasos sanguíneos podendo levar o indivíduo a óbito. A HAS caracteriza-se pelo aumento exacerbado da pressão arterial (PA) do indivíduo em repouso e em condições normais, os níveis da pressão arterial sistólica (PAS) devem estar > 140mmHg e a pressão arterial diastólica (PAD) > 90mmHg, tendo em vista que a patologia apresenta estágios relativos aos níveis de PA apresentados. Haja vista, que a hipertensão é uma patologia que acomete um montante de 30 milhões de indivíduos brasileiros, além aumentar significativamente os riscos de desenvolvimento de doenças cardiovasculares, entre elas, o infarto no miocárdio e o acidente vascular cerebral, que são as duas maiores causas isoladas de morte no Brasil. A hipertensão arterial sistêmica é tratada tradicionalmente com uso de fármacos de ação hipotensiva, contudo, sugere-se analisar outros meios de tratamento para auxiliar no controle dessa patologia como o exercício físico e mudança do modo de vida. Com a progressão do exercício físico, mudanças fisiológicas acontecem no corpo humano a fim de absorver e responder a esses estímulos. Os efeitos fisiológicos ao exercício são determinados em agudos imediatos, tardios e crônico. O efeito agudo imediato se caracteriza por apresentarem respostas logo na sessão de treinamento, esses efeitos ocorrem peri e pós-imediato a prática do exercício. Os efeitos crônicos que são as adaptações fisiológicas provenientes da prática regular de exercícios físicos, onde desenvolvem os aspectos morfofuncionais que distinguem indivíduos fisicamente treinados dos inativos. Um dos principais efeitos do exercício físico crônico é a hipotensão arterial, sendo caracterizada pela diminuição da pressão arterial após o exercício físico em

¹ Bacharel em Educação Física pela Faculdade Cenequista de Osório – FACOS.

² Programa de Pós Graduação Lato Senso da Universidade Gama Filho – SP.

³ Professor orientador –FACOS – Osório/RS.

⁴ Professor orientador – Universidade Gama Filho/SP.

níveis mensurados em repouso e antes do exercício, sendo mantidos esses níveis pressóricos por um período considerável após a prática do exercício físico. Objetivo: Revisar a bibliografia que aborda a relação do exercício físico como alternativa preventiva na hipertensão arterial, descrevendo seus efeitos fisiológicos sobre complicações que a cardiopatia hipertensiva acarreta se não tratada de forma adequada. E quais as estratégias mais adequadas e seguras na prescrição de exercícios físicos para este fim. Metodologia: O estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa bibliográfica. Foram utilizados periódicos retirados do meio eletrônico, de revistas científicas do banco de dados do Scielo, sendo publicados entre 2005 a 2013, e totalizando 34 pesquisados. Resultados e conclusão: Conforme a literatura pesquisada, é indicado para os indivíduos hipertensos a prática de exercícios aeróbicos de 2 vezes a 5 vezes por semana, com intensidade entre 40% a 70% da FC reserva, no mínimo 30 minutos de duração. Podendo assim, introduzir o exercício força na mesma sessão, executado com intensidade de 50% a 70% de 1RM, 3 series de 10 a 15 repetições.

Exercícios físicos indicados na gravidez

Fernanda D'Avila Rodrigues¹
Débora Carvalho de Oliveira¹
André Felipe Propp¹
Camilla Lazzaretti²

Durante a gravidez, diversas mudanças ocorrem no organismo da gestante como: o aumento do peso corporal, a retenção de líquidos, e desconfortos músculo-esqueléticos. O principal desses desconfortos é a lombalgia - sintoma de dor que afeta a área entre a parte mais baixa do dorso e a prega glútea, podendo irradiar-se para os membros inferiores. As causas dessas dores são: a mudança do centro de gravidade, a rotação anterior da pelve, os aumentos tanto da lordose lombar quanto da elasticidade ligamentar. A prática de exercícios físicos mostra-se como fatores protetores sobre a saúde física e mental da gestante, durante e após o período. Exercícios de intensidade leve a moderada são indicados na segunda metade da gravidez, com uma frequência de três dias por semana, para o alívio de dores lombares, o aumento da flexibilidade da coluna, e uma melhora postural. O objetivo do trabalho foi buscar tipos de exercícios físicos adequados para gestantes, que melhorem sua qualidade de vida no período de gravidez e após o mesmo. Foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados em português: Scielo, Periódicos CAPES e Scholar Google durante o período de 01/04/2015 a 01/05/2015. Tipos de atividades físicas recomendadas para gestantes: Atividade física aeróbica: tem por função o controle do peso corporal, a manutenção do condicionamento físico, e a redução do risco de diabetes gestacional, condição que afeta 5% das gestantes. A ativação dos grandes grupos musculares favorece uma melhor utilização da glicose e aumenta a sensibilidade à insulina. Treino de resistência muscular: faz a manutenção do tônus muscular adaptado às mudanças posturais da gestação, e dessa forma provocando maior resistência a quedas, traumas e desconfortos músculo-esqueléticos. Deve-se adaptar o treino ao período gestacional. Yoga, Pilates, musculação com cargas leves, treinamento funcional e circuitos são exemplos de atividades que melhoram a resistência muscular. Alongamento muscular: melhora a flexibilidade, o relaxamento muscular, auxilia na

¹ Acadêmicos do curso de Psicologia da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

adaptação postural e na prevenção de dores de origem músculo-esqueléticas. Diante do aumento nos níveis de relaxina e da progesterona durante a gestação, devem-se evitar alongamentos extremos para prevenir lesões ligamentares e articulares. Treinamento dos músculos do assoalho pélvico: Diminui o risco de incontinência urinária no período pós-parto. Não há contra-indicações para sua prática durante e após a gestação, e exercícios desse tipo são recomendados para todas as gestantes. Exercícios físicos de intensidade alta podem ser fatores de risco durante a gestação, e podem criar um estado de hipóxia fetal. Em situações em que haja risco de trauma abdominal e hipertermia da gestante, pode-se gerar estresse fetal com restrição de crescimento intra-uterino e prematuridade. Cuidados nutricionais, avaliação da temperatura corporal e hidratação adequada são fatores a serem zelados pela gestante na prática de exercícios físicos. A partir dessa revisão verificou-se que a realização de exercícios físicos durante a gestação com auxílio de profissionais de saúde habilitados, atribuem diversos benefícios na saúde gestacional que devem ser acompanhados de uma nutrição adequada para uma melhor qualidade de vida da mãe e do bebê.

Experiências de estágio em Radiologia

Caroline Padilha Pereira¹

Alisson da Silva Martins¹

Francyne Dias¹

Jorge Luiz da Silva Junior²

Fátima Beatriz Freitas de Oliveira²

A apresentação terá como intuito passar para os estudantes do curso de técnico em radiologia a experiência e o aprendizado do dia a dia dos técnicos que estão acabando sua formação, a Técnica Caroline Padilha Pereira, o Técnico Alisson da Silva Martins, a Técnica Francyne Dias. Para um relato mais amplo das áreas foram selecionados os técnicos que estão atuando nos seguintes setores: de Radiologia Hospitalar, clínica medica e posto emergencial. No setor hospitalar a técnica Caroline Padilha Pereira irá relatar sobre sua experiência no Hospital Tramandaí com o raio x fixo convencional desde exames de emergência, traumatologia, pediatria entre outros , e técnicas utilizadas fora da sala de raio x com o raio x móvel nas salas de observação como vermelha (sala de emergência), amarela e verde (salas de observação do estado do paciente), o funcionamento e as prevenções necessárias como prevenção de contato e prevenção aérea nas alas de UTI adulto e UTI Neonatal e as UCIs. E sua Experiência com o bloco cirúrgico desde cirurgias traumatológicas, colangeografias, cirurgias emergenciais que necessitam de intensificadores de imagem e também relatará sua experiência com tomografia, com exames de emergência, contrastados e exames de rotina. Já a técnica Francyne Dias ira relatar sua experiência com a clínica médica sobre seu dia a dia com o raio x convencional realizando exames de caráter laboratorial principalmente em pessoas de idade avançada e crianças, tomografia com exames simples e exames contrastados , densitometria óssea com o intuito de verificar a densidade mineral óssea do paciente e mamografia digital. E haverá também apresentação oral do técnico em radiologia Alisson da Silva Martins apresentado sua experiência diária no posto de saúde do município de cidreira realizando exames de emergência tais como acidentes automobilísticos, acidentes domiciliares e casos eletivos na região da coluna vertebral e realização exames agendados para laudo clinico médico com o

¹ Alunos do curso Técnico em Radiologia do Instituto de Educação Cenecista Marquês de Herval – Osório/RS.

² Professores orientadores – Instituto de Educação Cenecista Marquês de Herval – Osório/RS.

raio x convencional fixo. A palestra também terá o intuito de demonstrar aos estudantes do curso o desenvolvimento do setor de imaginologia no litoral, de forma que de uma pequena porção demonstrada com as regiões de Osório, Tramandaí, e Cidreira os estudantes possam observar que há na região um bom desenvolvimento do setor com uma ampla variedade de exames, e que há o desenvolvimento do setor de radiodiagnóstico com o uso da radiologia digital, que por vezes facilita o uso das técnicas e regimes podendo assim fazer uma menor exposição do paciente. E que mesmo que não se encontre por todos os setores o aprimoramento para um raio x digital é algo próximo da realidade.

Experiências pedagógicas no trabalho docente - PIBID/Pedagogia

Andriza Cunha de Jesus¹
Ligia Beatriz Goulart²
Anilda Machado de Souza³

O presente estudo apresenta reflexões sobre a prática pedagógica, referente à participação como bolsista no subprojeto PIBID/PEDAGOGIA, com uma turma de primeiro ano do Ensino Fundamental. Essa prática foi realizada em uma escola pública de um município do Litoral Norte do Rio Grande do Sul com o objetivo de promover a leitura e a escrita de crianças em processo de alfabetização. Com base nos escritos de Emilia Ferreiro, foram realizadas algumas atividades para identificar o nível de escrita de cada aluno a fim de elaborar atividades individualizadas que atendessem suas singularidades. As constatações observadas durante as atividades permitiram identificar os diferentes níveis em que se encontram os estudantes em relação a suas hipóteses de escrita e leitura. A caracterização do grupo de estudantes em relação aos estágios da escrita favoreceu a construção de um planejamento focado em objetivos que possibilitasse o desenvolvimento da escrita. Nesse sentido foram utilizados recursos como bingo, trilha, jogo da memória, encaixe de frases, formação de palavras, produção de texto, contação de história, atividade prática de culinária, montagem e escrita de um livro, sempre de forma lúdica, para envolver o aluno, nas práticas tanto de leitura como de escrita. Os resultados desta prática foram registrados em um portfólio que foi utilizado como referência para coleta de dados para essa reflexão. Foi constatado que os alunos em alguns momentos pareciam regredir nos níveis de escrita, porém na maioria das propostas, as crianças criaram várias hipóteses para a escrita das palavras. Ao realizar atividades com contação de história, seguida de produção textual, os alunos do nível pré-silábico fizeram o desenho e escreveram o nome da história, com o auxílio da professora. As crianças nos níveis silábico e alfabético escreveram pequenos textos descritivos. Os jogos também foram ferramentas essenciais no processo de desenvolvimento da leitura e escrita. Eles proporcionaram o desenvolvimento de trabalhos coletivos que valorizaram o compartilhamento, a

¹ Bolsista PIBID- PEDAGOGIA - FACOS

² Professora Colaboradora PIBID - Pedagogia - FACOS

³ Professora Coordenadora PIBID – Pedagogia - FACOS

interação, a cooperação e, nesse sentido puderam auxiliar na solução dos conflitos produzido pela ação do jogar. Conforme Izabel Pereira Maciel, Mônica Correia Baptista e Sara Mourão Monteiro, as crianças são muito curiosas e se envolvem com entusiasmo em situações que as desafiam, explorando diferentes tipos de materiais de leitura; livros, jornais e revistas, poemas, crônicas, reportagens; brincando de ler e escrever ou mesmo criando jogos e participando de brincadeiras nas quais a leitura e a escrita são objetos centrais. A construção de textos favoreceu a compreensão de quais eram os desafios a serem vencidos pelo grupo de estudantes e que propostas pedagógicas precisam ser encaminhadas no sentido de auxiliar no processo de organização de pensamentos com vista à leitura e produção escrita.

Experiências vivenciadas através do subprojeto PIBID/CAPES do curso de Educação Física da Faculdade Cenecista de Osório

Rosângela Raupp Emerim¹
José Augusto Ayres Florentino²

Este trabalho tem como objetivo relatar algumas experiências que tenho vivenciado no Programa Institucional de Iniciação a Docência pelo subprojeto de Educação Física da Faculdade Cenecista de Osório. Abordando as aprendizagens das aulas de Educação Física e as participações nos seminários, palestras, congressos e amostras científicas em que tenho participado. A metodologia utilizada foi a de observações do cotidiano da prática e, relatos das experiências vivenciadas. As atividades realizadas nas aulas do subprojeto do Curso de Educação Física da Faculdade Cenecista de Osório são realizadas uma vez na semana com os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Medeiros Fernandes, localizada no município de Capão da Canoa-RS. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa da CAPES inseridas nas universidades do Brasil. O PIBID é um leque de conhecimento, de aprendizagem e oportunidade, tendo a função de contribuir e somar para nossa formação quanto discente, oportunizando a participação do mesmo em eventos científicos, contribuindo de forma significativa nos nossos estágios durante a graduação e fortalecendo a relação universidade-educação básica. A cada vivência um novo desafio é enfrentado, procuro através das reflexões feitas após as aulas pensar no que pode ser melhorado na próxima aula, o que pode ser mantido e o que não devo mais fazer. Os eventos dos quais participei vem contribuindo de forma positiva para minha formação inicial. Estar participando do PIBID vem me mostrando também o quanto o profissional deve ser comprometido com tudo ao seu redor, com a escola, com os colegas de profissão, com os supervisores, com a faculdade, e principalmente consigo mesmo, porque percebi que eu tenho oportunidades no PIBID, mas que depende de mim buscar melhorar minha formação, procurar ir nos eventos, realizar leituras. Os supervisores auxiliam muito, mas não vão auxiliar se não mostrarmos interesse. É notável a minha melhora enquanto futura professora de Educação Física ao escolher qual será o tema,

¹ Acadêmica do curso de Educação Física da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

conteúdo e como abordá-los nas próximas aulas através das experiências vivenciadas no PIBID. Ao tratar de formação, Freire (1998, p. 25) faz uma interessante observação: “[...] desde o começo do processo, vai ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma-se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado”. Espero com esse relato reforçar a importância da integração entre educação superior e educação básica para formação inicial dos acadêmicos.

Filosofia, a primeira ciência e seu processo histórico: a origem dos critérios da verdade

Roger Pierre Vidal¹
Daniela Burkhard²
Egon Roque Fröhlich³

Os primeiros filósofos foram os pensadores que buscaram o conhecimento através da razão e incentivaram a transmissão e discussão do conhecimento, estes filósofos geraram o desenvolvimento da vida mental da humanidade e romperam com o único critério da verdade existente até então. Segundo Magee (1998), os pioneiros da filosofia através da razão começam a questionar a única verdade existente até então, a verdade divina dos deuses. Assim surge o conceito de razão como forma de verdade, sendo que estes pensadores não aceitaram mais como único conceito de verdade a revelação divina. O ponto de partida para explicação através da razão foi Sócrates, a partir de então se abandona o critério divino como o único meio de explicação dos objetos e fenômenos, nasce a filosofia. Aristóteles foi um discípulo de Platão que, por conseguinte era discípulo de Sócrates, os dois vieram da escola socrática, sendo Aristóteles o filósofo que fundou a lógica dentro da filosofia, onde a observação e o experimento vem antes da reflexão. Aristóteles critica seu mestre Platão ao negar a ideia de que o conhecimento confiável não era deste mundo, pois ele afirma que o único mundo que se pode filosofar é o mundo que vivemos (Magee 1998). Para Aristóteles a ciência está dentro da filosofia, a partir deste filósofo o pensamento humano vai mudando, a explicação através da razão não é mais suficiente, a verdade e validade que se fundamenta e evidencia-se sobre a dedução dos princípios, começa a ser questionada. A ciência moderna surgiu dentro da Filosofia, o percurso da ciência moderna é sair de dentro da filosofia e se distanciar de suas origens. O precursor da ciência moderna foi Galileu Galilei no renascimento, pois a partir de então a comprovação e explicação dos fatos passam a ser pela experiência, onde a indução lógica a partir dos princípios não basta para explicar os

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional – FACCAT, Economista CORECON- RS N° 8221, E-mail: rogerpvidal@hotmail.com

² Mestre em Desenvolvimento Regional – FACCAT, Coordenadora do Curso de Gestão Comercial da FACOS. E-mail: daniela@dfxconsultoria.com.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Doctor of Philosophy (Mass Communications) pela University of Wisconsin - Madison (USA). E-mail: egonfrohlich@terra.com.br

acontecimentos e fenômenos. O presente trabalho através de uma abordagem qualitativa com procedimentos de pesquisa bibliográfica procura mostrar este processo de separação da ciência da filosofia através do tempo, neste sentido presente artigo faz uma ponderação sobre a teoria do alemão Karl Marx, onde este filósofo tenta formular uma teoria para a sociedade moderna através da ciência. Marx tentou propor uma sociedade ideal. O trabalho buscar analisar a teoria proposta por Marx e sua tentativa de torna a historia uma ciência, o pensador acreditava ter explicado o desenvolvimento da historia através ciência lógica, (Imanência), e com isto esperava prever um futuro para a sociedade com a ciência.

Focos de *Aedes aegypti* na cidade de Osório em 2015

Julia Maioli Brandão¹
César Luis Silva Dos Santos²

Conforme o Portal da Saúde, a Dengue é uma doença que vem se espalhando pelo mundo e sua incidência aumentando nos últimos anos. No Brasil, casos de dengue têm sido notificados continuamente desde 1986, com epidemias que ocorrem principalmente quando um novo sorotipo é inserido no meio ambiente. Nas décadas de 30 e 40, segundo Braga e Valle (2007), já se falava em erradicação do mosquito vetor, ainda que fosse em razão da febre amarela. No Brasil esse chegou a ser erradicado algumas vezes, porém em 76, o *Aedes aegypti* retornou, se tornando motivo de preocupação, agora não só por causa da Febre Amarela, mas também da Dengue. O presente estudo tem como objetivo realizar um levantamento a respeito dos focos do *Aedes aegypti*, na cidade de Osório – RS, de 1º de janeiro até a primeira quinzena do mês de abril de 2015, já que se observa o incremento da incidência neste ano, para todas as regiões do país, segundo o Boletim Epidemiológico da secretaria de vigilância em saúde – Ministério da Saúde. A dengue é uma doença viral, febril, transmitida pelo mosquito *Aedes Aegypti*, tendo como agente etiológico o arbovírus da família Flaviridae. São conhecidos quatro sorotipos, DENV1, DENV2, DENV3 e DENV4. Essa doença ocorre principalmente em países tropicais e subtropicais, onde o clima é mais quente e a proliferação do vetor é mais favorável. Foram coletados dados sobre os focos do mosquito, por meio de entrevista quanti-qualitativa de caráter descritivo, realizada no mês de abril junto aos agentes da equipe de combate à endemias da vigilância sanitária de Osório, para avaliar características epidemiológicas em relação ao *Aedes aegypti*. Segundo os agentes, no período de janeiro à primeira quinzena de abril, foram encontrados focos do mosquito transmissor da Dengue, nos bairros Glória, Sulbrasileiro, Centro e Vila popular. A área mais afetada foi o bairro Glória. É claro o aumento do número de focos, em vista que, conforme os dados coletados na entrevista, em 2014 foram encontrados 25 focos do mosquito durante todo o ano e 18 focos em 2015 até o momento. Em relação ao trabalho preventivo realizado na cidade, os agentes dizem que os moradores recebem a visita em suas residências, de 2 em 2 meses. Na

¹ Acadêmica do curso Licenciatura em Ciências Biológicas – FACOS.

² Professor Ms. Coordenador do curso de Enfermagem – FACOS.

cidade de Osório, pertencente à 18^o CRS, não foi confirmado nenhum caso de Dengue. Analisando a pesquisa feita e os resultados dos dados coletados, pode-se observar que embora, sejam realizados todos os métodos de prevenção e combate ao mosquito e à doença, é notório que falhas em relação a isto estão acontecendo, afinal houve crescimento dos índices dos focos de 2014 para 2015. Embora haja um Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), é preciso que modificações sejam feitas, para que esse programa se torne mais eficaz. Portanto, conforme a pesquisa realizada em Osório deve-se avaliar a abordagem da visita domiciliar e a educação em saúde, levando em conta o número de focos do mosquito *Aedes aegypti* encontrados no município de Osório em 2015.

Gestão de pequenas e médias empresas

Evandro de Assunção dos Santos¹
Daniela Burkhard²

Gerir uma pequena empresa pode ser uma tarefa relativamente fácil, mas saber o modo como torná-la em algo promissor, ganhando destaque no mercado é o grande desafio. “Uma vez que uma pequena empresa tenha seu compromisso orientado ao cliente, ela estará pronta para desenvolver a estratégia de marketing para alcançar esse objetivo” (LONGENECKER et. al, 2007, p.123). Definido o mercado-alvo, devemos fazer um estudo sobre o comportamento do consumidor. O possível cliente tem uma carência. Ele reconhece que precisa de algo e busca informação de onde ele pode obter o que deseja. São várias as opções, então ele passa a avaliar quais marcas lhe agradam, se existe uma relação custo-benefício aceitável, a quantidade e o formato do produto ou tipo de serviço que deseja obter. Então, a compra é realizada e uma avaliação é feita a partir disto. O que de fato atende suas necessidades, desejos e aspirações? Esse tipo de questionamento que o gestor deve fazer só pode ser respondido pelo cliente que ele almeja alcançar. Tudo isso somado as características básicas do empreendedor. Dornelas (2012) diz que “o empreendedor de sucesso possui características extras, além dos atributos do administrador, e alguns atributos pessoais que [...] permitem o nascimento de uma nova empresa”. Ser criativo, inovador, perseverante, ter capacidade de planejamento, eficiência, liderança e zelar pela qualidade dos produtos ou serviços prestados são as características que levam o empreendedor a crescer no mercado. A mortalidade das empresas se dá entre outros casos, principalmente pela inexperiência do gestor ou fundador da empresa ainda nos primeiros anos de sua existência. Por isso, um requisito obrigatório para quem deseja começar um pequeno negócio é fazer um amplo estudo sobre o mercado, antes de tomar qualquer decisão. Assim que a empresa é idealizada, esta precisa estar enquadrada numa das diferentes categorias de acordo com o número de funcionários e faturamento. Conhecer a concorrência e saber lidar com as oscilações do mercado e crises repentinas são de extrema importância. Dornelas (2012) diz que “o sucesso de um empreendimento está na capacidade do gestor de saber administrar

¹ Acadêmico do curso de Administração – Faculdade Cenecista de Osório.

² Coordenadora do curso de Gestão Comercial – Faculdade Cenecista de Osório.

financeiramente o negócio em meio a um cenário econômico cheio de incertezas”. O método utilizado para o estudo foi de pesquisa bibliográfica e conclui-se com o estudo que embora crises econômicas raramente atinjam os pequenos negócios por estes serem movidos exclusivamente pelo local em que está situado, ainda existem condições imprevisíveis que podem afetar o negócio e sua gestão.

Gestão Escolar: desafios de liderança e motivação

Daniela Fonseca Ferreira¹
Patrícia dos Santos Nunes²

O presente trabalho tem como título: Gestão Escolar: Desafios de liderança e motivação; o tema do artigo foi escolhido a partir da observação feita em uma escola da rede municipal de Osório, na qual percebeu-se que a gestora poderia ter tido dificuldade para motivar e liderar o corpo docente da escola. A partir desta percepção, buscou-se investigar a realidade desta escola e a atuação da gestora no que diz respeito à liderança e motivação junto a sua equipe; também foi investigado a partir de referencial teórico da área: quais estratégias um gestor precisa realizar para mudar um possível distanciamento entre professores e gestores. Os autores estudados e que embasaram a pesquisa afirmam que o gestor precisa ser um líder e exercer a liderança de forma participativa considerando o coletivo na promoção dos objetivos educacionais, sabendo desta forma, motivar seu grupo e servir de exemplo, sendo presente na escola, e desta forma sabendo do que está acontecendo e mediando na resolução de problemas junto com o seu corpo docente. O gestor precisa dar conta do que está acontecendo dentro e algumas vezes até fora da escola e mediar os conflitos com a ajuda de todos e trazendo a comunidade a participar do dia a dia da escola. Liderando e sabendo compartilhar responsabilidades e assim ter uma gestão bem sucedida. Tais ações só ocorrem a partir de uma escola bem organizada, em uma visão mais técnica dentro de um processo organizacional, que a gestão é um conjunto de normas, diretrizes, estruturas organizacional, ações, procedimentos e condições concretas que asseguram o bom funcionamento da escola e da sala de aula, tendo em vista a aprendizagem dos alunos. A metodologia utilizada na pesquisa foi qualitativa através de observações e um questionário com a gestora da instituição pesquisada. Na análise dos dados, foi possível perceber que a gestora da instituição pesquisada destaca repetidamente o bom relacionamento e a participação do grupo a fim de promover a uma boa relação no convívio escolar. Sabe-se que o bom relacionamento é um fator primordial para uma escola ter sucesso, e que isso reflete no ensino e conseqüentemente na aprendizagem dos alunos. A gestora pesquisada

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

também cita muito durante a sua fala que passa muito tempo cuidando da parte administrativa e deixa um pouco de lado a parte pedagógica. Através dos dados coletados percebeu-se ainda no que diz respeito à liderança, que ela não consegue exercer a liderança de forma frutífera como uma estratégia para motivar e envolver o corpo docente, também parece ter dificuldades para articular suas ideias com os professores. A partir da reflexão teórica e empírica, pode-se dizer ainda que o sucesso da liderança depende também da colaboração do grupo em se deixar liderar, o que nem sempre acontece, algumas vezes, há resistências que dificultam o trabalho do gestor.

Gestão: os desafios da gestão democrática na escola da contemporaneidade

Marilize Ferreira do Amaral Santos¹
Liége Westermann²

A temática sobre gestão democrática para a escola contemporânea é ampla e abrangente, ligada tanto às questões administrativas, quanto às pedagógicas. Uma gestão escolar democrática é aquela que se desafia a envolver e comprometer todos os segmentos a trabalharem juntos, no sentido de produzirem um espaço educacional contextualizado às reais necessidades e interesses da comunidade na qual está inserida. A partir do foco na gestão escolar democrática, portanto, o referido estudo investigou as ações e funções dos diferentes segmentos do espaço escolar, privilegiando o estudo nos professores e no diretor, uma vez que se buscava compreender de que forma os docentes se posicionavam frente a uma gestão democrática. A pesquisa foi realizada em uma escola de educação básica, da rede estadual do litoral norte do Rio Grande do Sul, no ano de 2014, nos meses de setembro a novembro. De caráter qualitativo, o estudo utilizou como instrumentos para a coleta de dados, observações realizadas na referida escola de educação básica, registradas em um diário de campo, um questionário entregue aos professores da escola, bem como a análise do Projeto Político-Pedagógico da referida instituição (PPP). A análise de dados embasou-se na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 (LDB), que implementa a atuação e ampla participação da sociedade, no modelo que se refere à gestão de forma democrática na escola. Também foram fundamentos as ideias de Lück, ao dizer que pensar sobre competências de uma gestão escolar é envolver qualquer membro que faça parte da mesma, para que esteja engajado a desempenhar um conjunto de funções e associá-las entre si. Contribuíram da mesma forma as teorias de Libâneo, ao reconhecer que cabe ao diretor a articulação e o esforço para que cada integrante da gestão participe, visando atingir os objetivos, envolvendo-o em atividades em forma de mobilização, liderança, motivação, comunicação e coordenação, pois não compete somente a quem dirige a escola a responsabilidade dos afazeres escolares. E ainda contribuíram Gadotti e Romão, salientando a importância de

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

buscar a participação do conselho escolar, para uma melhor democratização da gestão. Ao final desta pesquisa constatou-se que o número de professores que se compromete com as concepções de uma gestão democrática é maior que o número daqueles que não se comprometem. Em relação ao diretor, este mostrou práticas as quais tinham marcas de uma gestão democrática, tendo iniciativa para motivar e fazer com que todos os demais segmentos fossem ativos e cooperativos. No entanto, a prática de uma gestão democrática na escola, ainda que não seja tarefa fácil, vem sendo implementada em pequenas ações, por seus atores, na instituição observada. Por fim, cabe concluir ainda que a gestão democrática produzida na escola investigada vem beneficiando-a como um todo, na medida em que tem provocado seus segmentos, principalmente os professores, a participarem ativamente das propostas pedagógicas e administrativas.

Grupo Treinamento de Habilidades Sociais para Pais: ajudando os pais a lidar melhor com as dificuldades dos filhos propiciando assim um relacionamento mais saudável entre eles

Graziele Gomes Pelisoli¹
Marisele Santos Souza¹
Jenifer Nunes Simões¹
Leandro Alencastro Santos²

O presente estudo está associado ao projeto de pesquisa e intervenção, desenvolvido no estágio curricular em clínica no SEPLIN (2015-1) e tem como foco descrever a elaboração, aplicação e avaliação de um programa de Treinamento de Habilidades Sociais a partir da Terapia Cognitivo-Comportamental para pais e seus efeitos na melhora do desempenho deste papel. O treinamento de pais possui uma forma sistemática que tenta promover de forma sadia e adaptativa os problemas de comportamentos das crianças, comprovado em 1960 por Willians, que os pais possuem competência para serem treinados. São eles os responsáveis por exercer papéis importantes no desenvolvimento de seus filhos, coordenam e organizam o meio em que vive as crianças. (CAMINHA, 2011 & CAMINHA, ALMEIDA, SCHERER, 2011). Com as importantes demandas vindas a partir dos comportamentos inadequados das crianças, nos últimos 25 anos o treinamento de pais ganhou um espaço importante, por habilitar os pais a exercerem o papel de terapeuta de seus filhos, essa ideia se fortaleceu em 1980. Proposto por Williams, que indicou o treinamento de pais para famílias que tinham filhos pequenos difíceis de tratar com psicoterapia (CAMINHA, 2011). O Treinamento de pais significa muito mais que inclusão dos pais num treinamento e sim um programa que tem a intenção de modificar os padrões da família. A intervenção realizada pelos pais pode trazer resultados concretos e duradouros no comportamento da criança (CAMINHA, 2011). Com a crescente demanda da vida atual, desenvolvimento de tecnologias, sobrecarga de trabalho, competitividade de nossa sociedade atual exige cada vez mais a participação dos pais na divisão de responsabilidade por seus filhos ou pessoas que façam esse papel. Com essas modificações da sociedade mudanças ocorreram nas estruturas familiares e também na escola que fortalece ainda mais o papel de educador, já que a situação econômica dos pais é cada vez mais difícil e a

¹ Acadêmicas do curso de Psicologia da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

competitividade no mercado de trabalho é grande, possuindo um tempo escasso para reuniões escolares e dedicação aos filhos. Com isso os pais acabam esperando que a escola faça esse papel de educador, passa ter uma demanda maior, atendendo uma função social e moral da educação (BARROS, 2008). O Treinamento de Pais será realizado em uma pré-sessão e cinco sessões, cada uma com duração de 1h30min a 2 horas. O Treinamento será ministrado por uma terapeuta e uma co-terapeuta, ambas estagiárias de psicologia da Faculdade Cenecista de Osório. Os dados serão coletados utilizando, Checklist para pais e as escalas de depressão e ansiedade de Beck. Pais que constituem regras e cuidam para que sejam exercidas colocando limites, têm possibilidade maior de educar seus filhos de forma a serem mais comunicativos, responsáveis e autoconfiantes nas relações e a expressar afeto com mais facilidade, promovendo a autoestima e autonomia nessas crianças. (NEUFELD & MAEHARA, 2011, apud SILVA E MARTURANO, 2002).

Heranças Mendelianas Monogênicas

Ramona Alves Dacol¹
Geissa Borba Mittmann¹
Kananda Monteiro da Silva²
Charles Francisco Ferreira³

As heranças monogênicas, também designadas heranças Mendelianas, são as responsáveis pelos padrões de hereditariedade, estando relacionadas à transmissão de genes, situados nos cromossomos, para a geração descendente. Considerando as características do gene parental, esta transmissão pode ser manifestada tanto no fenótipo quanto no genótipo. Os distúrbios monogênicos, por outro lado, acometem indivíduos em períodos que compreendem desde a faixa pediátrica até o final do período reprodutivo. Considerando estas informações, o trabalho objetivou caracterizar as heranças monogênicas e as suas particularidades, consideradas fundamentais para as investigações genéticas de inúmeros distúrbios e anomalias. A partir de uma revisão bibliográfica de livros técnicos da área de Genética Médica, pretendeu-se contemplar todos os objetivos propostos, fornecendo conhecimento sobre esta temática para a comunidade acadêmica da Faculdade Cenecista de Osório. A partir desta revisão, evidenciamos que todas as heranças monogênicas são determinadas por um único gene, sendo classificadas de acordo com a primeira lei de Mendel (segregação independente dos alelos), as quais possuem características de divisão dos alelos de maneira familiar, podendo ser classificadas em heranças monogênicas autossômicas (dominantes ou recessivas) ou ligadas ao sexo (dominantes ou recessivas). Quando o gene responsável por determinada característica se localiza em cromossomos responsáveis pelas características não sexuais, a herança é designada autossômica. Por outro lado, quando o gene se localiza em cromossomos sexuais, a herança é designada ligada ao sexo. As características autossômicas dominantes tendem a se manifestar mesmo com um baixo grau de dominância, ou seja, apresentam uma expressividade variável (o

¹ Graduandas do curso de Bacharelado em Biomedicina – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

² Graduanda do curso de Bacharelado em Enfermagem – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

³ Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre e Doutor em Ciências Biológicas: Neurociências - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Orientador – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

homozigoto dominante é mais gravemente afetado em relação ao heterozigoto, sendo a sua ocorrência mais rara). Os indivíduos que apresentam esta anomalia possuem um dos genitores dominantes e ambos os sexos possuem a mesma probabilidade de transmitir o fenótipo aos descendentes. As heranças autossômicas recessivas são mais nocivas em relação as dominantes, ocorrendo com menor frequência. Os genitores para este padrão de herança são homozigotos recessivos ou heterozigotos normais (portadores), com maior incidência em reproduções consanguíneas. Ambos os sexos podem ser afetados por este padrão Mendeliano, apresentando a mesma probabilidade de transmissão fenotípica aos descendentes. Já as heranças monogênicas ligadas ao sexo possuem a inativação de um dos cromossomos sexuais. As recessivas ligadas a inativação do cromossomo X acometem com maior incidência indivíduos do sexo masculino, sendo que estes homens afetados podem transmitir o gene para todas as suas filhas, mas não o transmite para os seus filhos. As heranças dominantes ligadas ao X acometem com maior incidência descendentes do sexo feminino, em relação ao sexo masculino. Outro tipo de herança monogênica envolve a inativação do cromossomo Y, caracterizada como padrão holândrico restrito ao sexo (transmitido por indivíduos do sexo masculino). Desta maneira, as heranças monogênicas autossômicas se manifestam com a mesma frequência entre ambos os sexos, enquanto as ligadas ao cromossomo X apresentam maior incidência sobre indivíduos do sexo masculino quando determinadas por características recessivas e maior incidência sobre indivíduos do sexo feminino quando determinadas por características dominantes. Adicionalmente, a inativação do cromossomo Y afetam apenas indivíduos do sexo masculino, sendo essa herança apresentada transgeracionalmente.

Hiperlexia e Espectro Autístico: uma correlação crítica

Bibiane da Silva Nunes¹
Jaqueline Gomes¹
Charles Francisco Ferreira²

O quadro clínico de autismo é caracterizado pelo acentuado desenvolvimento anormal ou deficitário de interações e comunicações sociais, associados a um restrito repertório de atividades e/ou interesses. Estas manifestações clínicas variadas ocorrem em concordância ao nível de acometimento ou a idade cronológica do indivíduo. Por outro lado, o quadro clínico de hiperlexia é caracterizado por uma perturbação na aprendizagem, com ocorrência tanto em grafia quanto com os números. Para os casos de hiperlexia muitos sintomas positivos de isolacionismo também são presentes, sendo estes sintomas muitas vezes relacionados ao autismo. Portanto, este tópico comportamental se trata de um gerador de grande mistificação pela sociedade. O objetivo do presente trabalho enfatiza a necessidade de caracterizar e diferenciar, perante a comunidade acadêmica, os quadros de hiperlexia e de autismo. Para atingir estes objetivos, uma revisão dos manuais de diagnóstico utilizados para a prática psicológica (Manual Estatístico e Mental de Transtornos Mentais 4ª e 5ª edições, Classificação Internacional de Doenças, 10ª edição) foi realizada. A aplicação de critérios de identificação, sumarizados nestes manuais facilitam o diagnóstico diferencial destes transtornos. Conforme as descrições contidas nestes manuais, ambas as anormalidades se enquadram no espectro de transtornos invasivos do desenvolvimento, acarretando alterações comportamentais (atividade mental restrita e estereotipada, repetitiva), usadas como referências confirmatórias para o diagnóstico positivo. Ao longo do desenvolvimento, os portadores destes quadros se apresentam desvinculados do universo real, assumindo comportamentos de impaciência em relação às outras realidades, reforçando ainda mais os seus traços solitários. A hiperlexia apresenta características semelhantes aos sintomas apresentados pelo espectro autístico, transtornos globais do comportamento, transtornos de linguagem, distúrbios

¹ Graduandas do curso de Bacharelado em Psicologia – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

² Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre e Doutor em Ciências Biológicas: Neurociências – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Orientador – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

emocionais, déficit de atenção, transtornos auditivos, quociente intelectual acima da média ou, paradoxalmente, ao retardo mental. A síndrome de hiperlexia é ainda desconhecida por profissionais da área da Saúde e da Educação. Devido a sua complexidade, muitos profissionais confundem a hiperlexia com o autismo. Embora crianças hiperlécxicas possuam padrões comportamentais muito similares ao espectro autístico, estas características autísticas são perdidas pelos hiperlécxicos à medida que estas crianças desenvolvem suas habilidades de linguagem (entre 2 a 3 anos de idade). Outra aproximação também descrita por alguns autores aponta as similaridades entre a hiperlexia e o transtorno de Asperger, considerada uma forma mais branda e de alto funcionamento do espectro autístico. As deficiências no desenvolvimento da linguagem e de comunicação são critérios definidores do espectro autístico, sendo a hiperlexia um parâmetro incomumente salientado por estes manuais. Entretanto, por estar presente em muitos casos com diagnóstico positivo para o espectro autístico, ressaltamos que a hiperlexia deveria ser levada em consideração para o diagnóstico. Embora os mecanismos neuropsicobiológicos envolvidos nos quadros de hiperlexia ainda sejam pouco compreendidos, estudos recentes estão em andamento, na tentativa de compreender melhor este sintoma. Concluimos por este trabalho que, apesar das similaridades entre os acometidos por estes padrões clínicos, sutis diferenças deveriam ser utilizadas para um possível diagnóstico diferencial, possibilitando assim a criação e a aplicação de intervenções mitigadoras e reparadoras, visando garantir melhor qualidade de vida aos indivíduos diagnosticados com estes quadros.

Imediata apresentação do preso em flagrante ao Juiz de Direito: (im)possibilidade da implementação da audiência de custódia

João Pedro Gomes Dadda¹
Antônio Carlos Ractz Júnior²

A audiência de custódia, cuja inserção no ordenamento jurídico pátrio é pretendida pelo Projeto de Lei do Senado nº 554/2011, introduz a apresentação do preso em flagrante a um Juiz de Direito no prazo máximo de 24 horas após a prisão. Tal instituto se apresenta como um avanço para o processo penal, pois, além de compatibilizar os ordenamentos jurídicos pátrio e internacional, busca analisar casuisticamente a (i)legalidade e a necessidade do aprisionamento cautelar. Porém, o progresso almejado encontra limitações na estrutura do Poder Judiciário, bem como nos princípios do sistema acusatório, colocando em risco a imparcialidade do julgador e violando a figura do juiz das garantias. Para o desenvolvimento do presente trabalho, utilizou-se do método dialético de abordagem, baseado em pesquisa bibliográfica documental, com caráter procedimental comparativo, mediante coleta de dados executada por meio de consulta a legislação, tratados internacionais, artigos jurídicos, normas, jurisprudências e pesquisas on-line. O objetivo geral da presente pesquisa consiste em analisar a audiência de custódia, verificando-se seus fundamentos e seu impacto para o processo penal. Outrossim, os objetivos específicos são: definir a audiência de custódia, constatando-se as alterações legislativas propostas pelo PLS nº 554/2011; examinar o avanço civilizatório pretendido pela implementação da solenidade, bem como suas limitações diante da precária estrutura estatal e do sistema acusatório; e discutir a (des)necessidade da imediata apresentação do flagrado a um Juiz de Direito. Pôde-se perceber, com a pesquisa, que a implementação da audiência de custódia no ordenamento jurídico pátrio traz avanços civilizatórios significativos para o processo penal. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ratificada pelo Brasil, prevê a imediata apresentação do preso em flagrante ao Juízo e deve ser cumprida, pois possui hierarquia supralegal, conforme entendimento do STF. Na audiência de custódia, analisar-se-ia cuidadosamente a necessidade do aprisionamento preventivo e da aplicação de medidas alternativas, exercendo-se controle sobre a

¹ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Cenecista de Osório.

² Delegado de Polícia e professor de Direito Penal na Faculdade Cenecista de Osório.

população carcerária e garantindo-se o caráter de ultima ratio da prisão provisória. Outrossim, dados oriundos do projeto-piloto do TJ/SP indicam que, com a realização da solenidade, cerca de 40% dos presos em flagrante não são mantidos no cárcere, sendo, assim, assegurado o princípio da presunção de não-culpabilidade. Além disso, a legalidade das prisões seria fiscalizada na solenidade, de maneira a prevenir-se a ocorrência de tortura e maus-tratos e efetivar-se a garantia constitucional do respeito à integridade física e moral do preso. Ademais, de modo a não violar o sistema acusatório e a figura do juiz das garantias, o magistrado que presidir a solenidade, por ter mantido contato com o investigado durante a fase inquisitória da persecução penal, não deverá conduzir o processo. Cultivar-se-ia, assim, a imparcialidade do julgador, em que pese a dificuldade havida em razão da falta de Juízes de Direito em diversas comarcas. Dessarte, tem-se a falta de estrutura estatal como uma realidade, não um impeditivo à apresentação do aprisionado. Em havendo precariedade na composição do Poder Judiciário, deve ser a audiência de custódia priorizada em relação a outros feitos, pois versa sobre um direito fundamental máximo: a liberdade do indivíduo.

Influência da autoliberação miofascial na flexibilidade de jovens praticantes de atividade física

Sandro Medina Filho¹
Marcelo M. Sant'anna²

A autoliberação miofascial vem sendo utilizada em programas de treinamento físico para a promoção da liberação da fáscia muscular e consequente aumento da flexibilidade muscular. O presente estudo tem como objetivo investigar a influência da autoliberação miofascial na flexibilidade de praticantes de atividade física da academia do SESC de Tramandaí/RS com faixa etária entre 20 e 30 anos. Este estudo caracteriza-se como estudo de intervenção, do tipo experimental, com medidas pré e pós e análise de dados quantitativos. A amostra foi formada por 25 mulheres matriculadas regularmente na academia do SESC Tramandaí na modalidade de musculação, mediante a aprovação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As alunas foram divididas em grupo experimental (GE) (n=13) e grupo controle (GC) (n=12). Foram mensurados peso, estatura e IMC de todas as participantes. Mensurou-se o nível de flexibilidade de cada sujeito duas vezes com o teste de Sentar-e-Alcançar, com o grupo experimental usando a técnica de autoliberação miofascial entre as mensurações de flexibilidade. Após a identificação paramétrica dos dados, utilizou-se o teste t para amostras independentes a fim de verificar possíveis diferenças significativas entre os grupos. utilizou-se também o teste t pareado para verificar possíveis diferenças significativas dentro de cada grupo. Para a análise dos dados, primeiramente, foi realizado um estudo exploratório no intuito de avaliar os pressupostos essenciais da análise paramétrica. Foi realizada a inspeção dos gráficos boxplot para a identificação de possíveis outliers. A normalidade das distribuições foi testada pelo teste de Shapiro-Wilks, e a homogeneidade das variâncias com o teste de Levene. Para a análise descritiva foi utilizado a média e o desvio padrão e nível de significância de 5%. Para análise estatística foi utilizado o programa estatístico SPSS for Windows 20.0. Nos resultados obtidos comparou-se a flexibilidade entre os grupos pré-intervenção e encontrou-se uma média de 27,57cm para o grupo experimental e 33,12cm para o grupo controle, porém estes resultados não foram estatisticamente significativos,

¹ Acadêmico do curso de Educação Física da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

bem como a flexibilidade pós intervenção que teve média de 33,50cm para o grupo experimental e 34,82cm para o grupo controle. Considerando as variações intragrupos os valores médios de flexibilidade tiveram variações significativas com o grupo experimental tendo média e desvio padrão $27,57\text{cm} \pm 7,30$ pré-intervenção e $33,50 \pm 7,30$ pós-intervenção e o grupo controle tendo como média $33,12 \pm 6,68$ pré-intervenção e $34,82 \pm 6,69$ pós-intervenção. Com os resultados obtidos ainda não pode-se afirmar totalmente que a autoliberação miofascial tem influência direta e significativo na melhoria da flexibilidade. Sendo assim, sugere-se que mais estudos sejam feitos envolvendo a autoliberação miofascial, porém trabalhando com outras variáveis.

Insulina e seus mecanismos no Diabetes

Alexandra Vieira¹
Stéfanie Fonseca Duarte¹
Rafael da Silva Teixeira¹
Thayane Antonioli Crestani²

Atualmente, Diabetes no Brasil é um problema de saúde que afeta cerca de doze milhões de pessoas, segundo a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia. Ainda pouco conhecida para algumas pessoas, o Diabetes tem sua origem de um defeito genético, que ocasiona uma reação autoimune do organismo, impedindo a produção de insulina devido a destruição das células beta pancreáticas. Ela também se apresenta como resultante de uma associação de maus hábitos alimentares e uma desregulação das células pancreáticas, ocorrendo uma deficiência total ou parcial de insulina, associada a uma resistência à sua ação. Esse hormônio é uma proteína pequena, formada por cinquenta e um aminoácidos, organizados em duas cadeias polipeptídicas, ligadas por pontes de sulfeto. Esse estudo objetiva realizar uma explanação da patogênese do Diabetes relacionando com a ação da insulina. Foi realizada uma revisão bibliográfica baseada em artigos científicos e livros que abrangem o tema proposto, e que datam do ano de 2008 à 2015. Os resultados desse trabalho mostraram que esse hormônio é responsável por captar a glicose presente no sangue e transportá-lo para o interior celular, para que a glicose forneça energia para a respiração celular. A cascata de reações que proporcionam a entrada da glicose na célula é mediada por proteínas, destacando a ecto-nucleotídeo pyrophosphatase / phosphodiesterase 1 (ENPP 1), Insuline Receptor Substrate (IRS) e GLUT 4. A ENPP 1 é uma proteína transmembrana, que interage com a IRS, fornecendo a ela insulina que será fosforilada e encaminhada para o interior celular, onde será encaminhada ao GLUT 4. Este muda sua conformação ao recebê-la, promovendo sua entrada na célula. Estudos revelam que uma mutação na IRS, causa um não reconhecimento insulínico pelo GLUT 4, devido a sua não fosforilação. No Diabetes tipo 1, conhecida como insulínica, a insulina não é secretada impossibilitando com que as células recebam glicose. Desse modo, o cérebro sinaliza a falta de energia, e ativa mecanismos de defesa. Sem a insulina

¹ Acadêmicos do curso de Biomedicina da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

não há captação da glicose pelos músculos e tecido adiposo, a glicólise é inibida e a gliconeogênese é estimulada, sobrecarregando fígado e rins. Foi observado nesse trabalho que na diabetes tipo 2 a produção de insulina pelo pâncreas é maior, porém há uma resistência dos receptores dos tecidos, prejudicando a entrada da glicose. A nível hepático essa resistência se dá pela excessiva produção de glicose em jejum e redução da sua captação. A nível periférico, no que se refere a tecido adiposo e músculos, essa deficiência se dá pela não captação da glicose, mesmo posterior a uma exposição normal ou elevada de insulina. Essa insensibilidade tecidual cria a necessidade de graus crescentes de insulina, sobrecarregando o pâncreas e podendo levar a exaustão funcional das células beta. Portanto, através deste estudo observou-se que a insulina é um hormônio importante para manter a homeostase glicêmica do sangue e no metabolismo celular. Isso porque associada a proteínas de membrana, ela atua transportando glicose para o interior da célula, onde essa será utilizada para produção de energia.

Intervenção psicossocial: não adesão ao tratamento de imunodeficiência humana

Priscila dos Santos Souza¹
Rochele Josiane Vargas Flor¹
Tuane Silveira dos Santos¹
Tatiana Guimarães Jacques²

Imunodeficiência humana surge em 1977/1978 com os primeiros casos da doença nos Estados Unidos, África Central e Haiti, no Brasil o primeiro caso foi constatado em 1982. É um retrovírus, classificado na subfamília dos Lentiviridae. Os vírus podem ser transmitidos a outros pelas relações sexuais desprotegidas, pelo compartilhamento de seringas contaminadas ou de mãe para filho durante a gravidez e a amamentação. Aderir ao tratamento para a síndrome de imunodeficiência significa tomar os remédios prescritos pelo médico nos horários corretos, manter uma boa alimentação, praticar exercícios físicos, comparecer ao serviço de saúde nos dias previstos, e entre outros cuidados. As maiores dificuldades referenciadas estão relacionadas a fatores sociais incluindo o consumo de bebidas alcoólicas e uso de drogas, ao estilo de vida, aos relacionamentos pessoais, as crenças negativas sobre o uso de medicamentos antirretroviral, e ao uso da medicação. O serviço conta com atendimento médico, pediátrico, psicológico, dispensação de medicações, coleta de exames, teste rápido para imunodeficiência humana ou adquirida e hepatites virais. Os objetivos consistem em avaliar o processo da doença imunodeficiência, tendo como tema principal a maior demanda da instituição: não adesão ao tratamento de imunodeficiência humana, de modo a ajudar e colaborar com a instituição para que haja melhoras e diminuição da grande demanda. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com a coordenadora e psicóloga do serviço com duração de 50 minutos, onde nos forneceu informações sobre o serviço desde o funcionamento até os maiores problemas, segundo ela o serviço conta com a ajuda do programa Redução de Danos, que desenvolve trabalho de busca-atividades extramuros. E uma observação ao funcionamento interno do serviço com duração de 1 hora, que se deu no turno de expediente interno, foi possível notar durante essa observação que em alguns momentos os profissionais acabam revelando a identidade dos pacientes aos não portadores do

¹ Acadêmicas do curso de Psicologia da FACOS – Osório/RS.

² Mestra em Psicologia pela UFRGS. Professora do curso de Psicologia da FACOS – Osório/RS.

vírus ali encontrados, seja para dar alguma informação por telefonema para algum outro serviço do município ou mesmo entre a equipe. Contudo visto e analisado durante este tempo dentro do serviço estruturamos uma intervenção psicossocial para serem aplicada com a equipe, fazendo parte da mesma, como já mencionada à coordenadora e psicóloga, duas estagiárias de psicologia, uma técnica de enfermagem, uma assistente social, uma recepcionista e uma auxiliar de limpeza. Realizamos uma observação em cima da equipe que durou cerca de 1 hora, após a observação conversamos entres nós colegas e pensamos em algo que pudesse ajudar na demanda do posto, não exatamente aqueles que não aderem ao tratamento, mas para os que com esta falta de cuidado da equipe em mencionar a identidade dos pacientes comecem a ficar com medo de terem seu diagnóstico revelado por algum descuido. Após a nossa decisão, realizamos uma reunião com a equipe, onde logo perceberam que realmente cometiam esta falha e que iriam de alguma maneira tentar trazer mais sigilo ao serviço.

Lar Dr. Paim Cruz: aspectos históricos, vicissitudes e adaptação dos idosos

Amarante Gonçalves Gros Júnior¹

Gabriela Santos de Souza¹

Tatiana Guimarães Jacques²

Com o aumento da expectativa de vida, em virtude dos avanços na área da saúde, temos uma população cada vez maior de idosos em nossa sociedade. Esses idosos demandam cuidados, o que nem sempre a família pode proporcionar-lhes, seja por falta de tempo, paciência, ou por não terem condições de arcar com todos os cuidados necessários a este idoso. Desta forma, a família acaba optando por deixar o idoso em uma instituição de longa permanência, onde terá tudo o que o idoso demanda. O Estatuto do Idoso afirma que o mesmo deva ser cuidado preferencialmente pelos familiares, mas caso seja necessário inclui-lo em uma casa geriátrica, tal instituição deve obter profissionais capacitados para trabalhar e dar assistência aos idosos. Do mesmo modo fica expresso que o idoso seja isento de qualquer negligência, discriminação, violência ou opressão. É dever de todo cidadão estar atento ao estatuto do idoso e denunciar caso perceba qualquer irregularidade que esteja ocorrendo. A interação do idoso institucionalizado é de grande importância para adaptação dentro de uma instituição, onde ele possa mostrar suas necessidades de forma clara, recebendo além de cuidados físicos, mas também carinho e apoio. Portanto as instituições, ou seja, os profissionais possuem um grande papel como mediadores para promover a interação e adaptação desses idosos, cujos se sentem excluídos e abandonados pela família em geral, pois se por um lado as instituições de longa permanência acolhem os idosos, ao mesmo tempo ela acaba afastado eles da sociedade, limitando-os a instituição. A partir desta realidade, procuramos investigar o funcionamento de um lar de idosos, Dr. Paim Cruz, situado em Três Cachoeiras/RS, se é capaz de atender as demandas dos idosos, a relação do idoso com a instituição e se está adaptado a ela. Deste modo o lar é uma instituição privada, que geralmente é pago com a aposentadoria dos idosos. Caso o valor da aposentadoria não alcance a mensalidade, familiares completam esse valor. A diretora do local, Dona Madalena, diz que não há

¹ Acadêmicos do curso de Psicologia da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

inadimplente, que o pagamento sempre é efetuado corretamente. Embora seja uma instituição privada, recebe alguns auxílios do governo municipal, como descontos nos impostos e prestação de serviços. Também conta com doações vindas de outras instituições, como por exemplo, a Mesa Brasil e o Banco de Alimentos, que enviam alimentos básicos como arroz, feijão, sucos. Eventualmente recebem doação de materiais de construção, por conta das constantes reformas feitas no prédio, e eletrodomésticas, como ar condicionado, aparelhos de televisão e recentemente uma lavadora de roupa industrial. As instalações do prédio são novas por conta das reformas e estão divididas em quartos (onde dormem dois idosos em cada) e banheiros, que são divididos em ala feminina e masculina; enfermaria, cozinha, refeitório, capela para a realização de missas/cultos e uma área social que conta com aparelho de som, televisão e dvd. A partir de observações, questionários dirigidos aos funcionários e diálogos, construímos este relato, atrelado a fundamentação teórica.

Levantamento faunístico em ambiente límnico e de mata nativa (Bioma Mata Atlântica) na trilha da Cascata do Garapiá em Maquiné/RS

Fernanda Pinho Fraga¹
Tassiana Jacoby¹
Thayla Ribeiro Bicca¹
Thais Castro de Souza²

O município de Maquiné, no litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul, chama a atenção por suas belezas naturais; entre elas destaca-se a Cascata do Garapiá, situada na localidade de Barra do Ouro, e que recebe dezenas de turistas nos fins de semana, especialmente nos meses mais quentes do ano. O bioma se destaca pela diversidade de espécies animais e vegetais neste hábitat, muitas destas espécies são raras e estão ameaçadas de extinção. Em Maquiné verificam-se unidades de conservação como a Reserva Biológica Estadual da Serra Geral e a Área de Proteção Ambiental da Rota do Sol. A localidade foi reconhecida como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pela Organização das Nações Unidas Para Educação, a Ciência e a Cultura, e é também considerada Patrimônio Nacional da Constituição Federal de 1988. Foi realizado um trabalho de campo no entorno da Cascata do Garapiá, com objetivo de desenvolver um estudo para levantamento da fauna de vertebrados e invertebrados em ambiente límnico, junto a um afluente do Rio Maquiné, e em ambiente de mata nativa, bem como contribuir com observações para a manutenção da qualidade ambiental. Mediante amostragens, coletaram-se manualmente exemplares de invertebrados em dois locais distintos: no afluente do Rio Maquiné, localidade de Garapiá, em ambiente lótico e lêntico, e na mata ciliar, na qual realizou-se amostragem de serapilheira (em uma área de 40 cm por 40 cm) e armadilha de queda. Depois de identificar os espécimes de acordo com sua classificação taxonômica, foram feitas análises sobre as espécies mais frequentes verificadas no afluente do rio e na serrapilheira, além da qualidade ambiental da trilha percorrida até estes pontos de coleta, considerando bioindicadores de ar e mudanças produzidas por ações antrópicas. Estas análises indicaram a presença de diversas espécies consideradas bioindicadoras de qualidade da água, pertencendo

¹ Acadêmicas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas FACOS/CNEC.

² Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas, Especialista em Gestão Educacional e Mestre em Biologia Animal, professora e coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas FACOS/CNEC.

às ordens Plecoptera, Ephemeroptera e Trichoptera. Esses insetos são sensíveis à poluição ou degradação dos ecossistemas aquáticos. Por outro lado, verifica-se que o local sofre o efeito negativo das ações antrópicas, em decorrência do turismo não consciente e mal planejado, que acarreta na deposição irregular de resíduos nas trilhas próximas à cascata e aos pontos de coleta. Sendo assim, é necessário um trabalho contínuo de educação ambiental, direcionado à preservação, recuperação e conservação do meio ambiente e toda a biodiversidade existente no local. Além disso, faz-se necessário um planejamento municipal para receber os turistas, com infraestrutura adequada e que não prejudique o meio ambiente.

Licenciamento ambiental no município de Osório

Larson Gabriel Lubini Berner¹
Guilherme Boeira da Ressurreição¹
Yan Felipe da Silveira¹
Fernanda Mallmann²

O presente trabalho apresenta um estudo sobre licenciamento ambiental, mais especificamente no Município de Osório RS. O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos, ramos e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. É de suma importância para a manutenção e sustentação do meio ambiente em que vivemos, é este procedimento que delimita onde e porque determinadas empresas, ramos e atividades, podem ou não se instalar e operar. Visam sempre o menor prejuízo à natureza, para que possamos desfrutar de um meio ambiente equilibrado. O trabalho aborda os principais conceitos e legislações que regem o licenciamento ambiental, os 03 (três) tipos de licenças necessárias: Licença Prévia (LP) que é concedida na fase preliminar do planejamento em função do porte do empreendimento, ramo ou atividade do seu potencial poluidor, aprovando sua concepção e localização, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação; Licença de Instalação (LI) que autoriza a instalação do empreendimento, ramo ou atividade de acordo com as especificações constantes nos planos, programas e projetos ambientais, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes; e Licença de Operação (LO) que autoriza a operação do empreendimento, ramo ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. Essas etapas são obrigatórias para obter a liberação para que possa ser instalada a empresa, ramo ou atividade. Seus prazos de validade, como são realizadas as

¹ Acadêmicos do curso de Direito da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

renovações, funcionamento, operações, fiscalizações, como são realizados os estudos de viabilidade e de impacto ambiental, as etapas para o licenciamento ambiental, o que é feito com os dejetos potencialmente poluidores que podem causar degradação ambiental, as sanções penais aplicáveis, os crimes ambientais e a responsabilidade dos técnicos ambientais, baseados na Resolução Conama n.º 237/97 e na Lei 6.938/81 Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Ainda abordará como o licenciamento ambiental é realizado no Município de Osório, citando exemplos práticos e casos concretos de instalações e funcionamentos, bem como os empreendimentos e atividades de possíveis instalações em determinados setores e áreas do Município, baseados Na lei n.º 3.902 de 06 de Outubro de 2006 - Plano Diretor Municipal.

Maioridade penal sob a ótica da Psicologia

Camila Amaral do Val¹
Joice Lopes Santos¹
Roberta Mestriner Barbosa¹
Viviane Heckler²

O presente trabalho tem por objetivo discutir a temática bastante polêmica que é a redução da maioridade penal. Discussão que se dá em torno da problemática do adolescente em conflito com a lei, considerando que se trata de pessoa em desenvolvimento. Esta temática tem sido amplamente discutida com base na PEC 171/93, que trata da proposta de diminuição da idade penal, cujos defensores são parte da bancada dos deputados. A partir de então, do ponto de vista da Psicologia e do Direito foi verificada qual a relação entre a maioridade penal e a criminalidade entre os jovens, desde fatores como a condição socioeconômica dos mesmos, bem como, se a medida da redução da maioridade penal refletirá em uma diminuição da criminalidade. Discutir os objetivos da PEC, como também, refletir sobre o que leva um adolescente a entrar em conflito com a lei e quais as medidas que podem prevenir tal situação, embasado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para abordar o assunto proposto, será realizada uma pesquisa nos artigos científicos “Adolescência e Maioridade Penal” e “A redução da Maioridade Penal”, dispostos na internet e a PEC 171/93. A adolescência é uma fase em que os jovens se veem em um momento de transição para a idade adulta, marcada por rebeldia, crises e conflitos, em que está sendo estruturada sua identidade. Dentro desta perspectiva, tal fase é de extrema importância para a fase adulta, porque é nela em que se adquire alguns dos conceitos fundamentais para as fases seguintes. Fatores como cultura, gênero e também a classe social destes jovens, são de grande importância para tal construção. Desta forma, conclui-se, a partir do presente estudo, que ao invés de colocá-los em penitenciárias superlotadas, juntamente com criminosos experientes, adolescentes em plena construção de suas consciências, por que não humanizar as medidas socioeducativas já existentes?! Apoiar a medida da diminuição da maioridade penal seria um provável erro, visto que, nos dirigiria a um tipo de “escola do crime”, o que é muito discutido atualmente, sendo certo que

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

isso não solucionaria os problemas de criminalidade envolvendo jovens. A psicologia reconhece o adolescente em uma fase de desenvolvimento e de construção enquanto cidadão. Ela foca no bem estar do adolescente, visando à proteção e educação a que esses estarão sendo submetidos. O trabalho do psicólogo, em relação ao menor infrator, é um método centrado na reinserção do adolescente no meio social, buscando junto a ele os sentidos e as consequências da infração cometida, para que a partir dessa reflexão, ele perceba que podem existir escolhas melhores para sua vida. A solução dessa problemática vai além de questões políticas, pois, o que está em jogo é o futuro de um adolescente, e esse, precisa de uma atenção excessiva em suas características, pelo fato de ser uma fase tão conturbada, mas de muita importância. De modo geral, a redução da maioria penal se trata de um assunto polêmico, de muitos olhares distintos, mas que no olhar da psicologia, o adolescente precisa ser tratado como tal.

Mapeamento das infecções do trato urinário no município de Tramandaí

Filipe Renato Pereira Dias¹

Fernanda Bock Floriano²

Carmen Maria Simões Pires Alves Mendina³

Gabriel Corteze Netto⁴

A infecção do trato urinário (ITU) é causada pela presença de bactérias patogênicas no local. O exame qualitativo de urina (EQU), utilizado para a identificação da presença de bactérias no trato urinário, bem como a urocultura e o teste de antibiograma, são ferramentas imprescindíveis ao meio clínico em relação ao diagnóstico, como forma mais assertiva para o tratamento das ITU. A presença de bactérias patogênicas no trato urinário varia em intensidade, desde a colonização da urina, sem que haja sintomas, até mesmo a agressão dos sistemas e tecidos que compõem o trato urinário. Num quadro de infecção intensa, pode acometer o funcionamento renal, interferindo na relação de equilíbrio dos demais sistemas corporais. O objetivo desse trabalho foi determinar os agentes bacteriológicos causadores de ITU no município de Tramandaí/RS e determinar a frequência dos organismos patogênicos (gênero/espécie e sexo dos pacientes). Foram analisados os resultados dos exames de urocultura realizados em pacientes de um laboratório do município, no período de 03/01/2014 a 11/04/2014, com consentimento prévio dos participantes, de acordo com os padrões exigidos de ética em pesquisa. Todas as amostras foram semeadas em placas de ágar Cled e ágar MacConkey com alça calibrada de 1?l e após incubadas em estufa com temperatura entre 36,5 °C e 37 °C por período de 18 a 24 horas. As amostras que expressaram crescimento microbiano superior a 100kUFC/mL foram tidas como positivas e identificadas através de provas de bioquimismo, tendo como auxílio prévio a observação do aspecto das colônias, da alteração dos meios de cultura e do odor das colônias. Durante o período em que foram coletados os dados foram analisadas 218 amostras, das quais 47 amostras (21,55%) obtiveram resultado positivo para urocultura. Do total de pacientes do estudo, 73,85% eram do sexo feminino e

¹ Licenciado em Ciências Biológicas (FACOS)

² Acadêmica em Biomedicina (FACOS)

³ Bacharel em Farmácia (ULBRA)

⁴ Bacharel em Farmácia (PUCRS); Mestre e Doutor (UFCSPA)

26,15% do sexo masculino. Dos casos positivos, 78,72% eram mulheres e 21,28% homens. Quanto a caracterização dos agentes microbianos isolados nas culturas consideradas positivas, foram identificados os organismos: *E. coli* (n=18), 17 *Klebsiella sp.* (n=17), *Enterobacter sp.* (n=8), *Enterococcus sp.* (n=2) e 2 *Staphylococcus sp.* (n=2). Por revelar-se um problema muito comum e de grande incidência na maioria dos lugares, estudos sobre as características das ocorrências de infecções urinárias são de grande importância. Um estudo para esses aspectos ainda não havia sido realizado no município de Tramandaí - RS. A prevalência, tanto em exames realizados como em resultados positivos no sexo feminino se deve provavelmente às características anatômicas expandidas da vagina, pela proximidade dessa da região anal que é habitat normal de enterobactérias, principalmente *E. coli* e pela falta de higiene, principalmente após relação sexual desprotegida. É sugerido como prevenção da ITU principalmente higiene frequente dos órgãos genitais, com destaque para pós-relações sexuais desprotegidas, além de ingestão abundante de água.

Mapeamento e diagnóstico dos resíduos sólidos da Faculdade Cenecista de Osório

Taís Colombo¹
Charlott Barrufi¹
Igor Velho de Souza²

O presente trabalho tem por objetivo mapear, diagnosticar e demonstrar a importância do correto gerenciamento dos resíduos sólidos da Faculdade Cenecista de Osório, bem como contribuir para a sua melhoria, através da implementação de processos de Gestão e Educação Ambiental. Os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) foram instituídos pela lei nº 12.305/10 da Política Nacional de Resíduos Sólidos, na qual está definido que todas as instituições, sejam elas de ensino ou não, são inteiramente responsáveis pelo gerenciamento dos seus resíduos. Cabe ainda ressaltar, que o cumprimento correto do PGRS, diminui significativamente os riscos ambientais e sociais, assim como com as penalidades previstas pelo descarte incorreto destes resíduos. Dessa forma, a adoção de medidas de Gestão e Educação Ambiental, são de extrema importância para o desenvolvimento de ações que promovam a conservação dos ecossistemas e conseqüentemente da saúde da população. A separação correta dos resíduos é uma alternativa muito relevante neste contexto, pois a partir dela os materiais recicláveis ganharão um destino adequado, bem como os resíduos orgânicos e aqueles que precisam de uma destinação final específica, como é o caso dos resíduos dos laboratórios. Neste âmbito, as Instituições de Ensino Superior - IES devem ser formadoras de indivíduos com pensamento ecológico sustentável, colocando em prática tudo aquilo que ensinam. Com isso, não só a instituição será beneficiada, mas toda a comunidade onde ela está inserida. Neste cenário encontra-se a Faculdade Cenecista de Osório - FACOS, que por sua vez possui estratégias para promover a separação adequada dos resíduos, como as lixeiras seletivas e promoção de palestras voltadas para E.A, assim como para formar cidadãos críticos e pensantes acerca da importância da conservação do ambiente. Através do mapeamento inicial realizado mediante observações e levantamento fotográfico do local, foi possível identificar que a FACOS possui equipamentos internos e externos,

¹ Acadêmicas do curso de Ciências Biológicas da FACOS – Osório/RS.

² Professor da Faculdade Cenecista de Osório

adequados para a separação de resíduos orgânicos e secos para a coleta seletiva. No entanto, ainda é necessária uma ampliação do mapeamento e diagnóstico, questão que está em curso através de observações mais efetivas do espaço físico, questionários aplicados aos acadêmicos e funcionários, bem como o levantamento dos equipamentos e processos utilizados para a destinação correta dos resíduos. Assim podemos avaliar a real situação do gerenciamento dos resíduos gerados na instituição. Com isso será possível verificar a necessidade de revisão do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e ainda reforçar a importância deste processo junto aos acadêmicos e funcionários da instituição, pois com a redução da geração, segregação, acondicionamento e destinação correta dos resíduos é possível obter um modelo de desenvolvimento mais sustentável, comprometimento com a proteção do meio ambiente e com a saúde da população em geral.

Marcadores sorológicos para o diagnóstico da Hepatite B

Eliéser da Silva Barbosa¹
Marcielle Silva de Miranda¹
Juliana Ortiz Machado da Silva¹
Gabriel Corteze Netto²

O objetivo do estudo foi realizar uma revisão bibliográfica sobre os marcadores sorológicos e transmissão da hepatite B. Foram utilizados artigos e literatura relacionados sobre o tema proposto que foi publicado entre os anos de 2005 e 2010. A hepatite B é causada pelo o vírus da hepatite B (HBV), um vírus de DNA, da família Hepadnaviridae que possui tropismo por células hepáticas. O genoma viral tem cadeia de fita dupla e possui envelope. Como o HBV está presente no sangue, esperma e leite materno, a hepatite B é considerada uma doença sexualmentetransmissível (DST). Dentre as causas de transmissão estão às relações sexuais sem camisinha com pessoa infectada; infecção vertical mãe/filho durante a gestação, parto ou a amamentação; compartilhamento de seringas e agulhas para o uso de drogas; compartilhamento de itens de higiene pessoal (lâminas de barbear e depilar, escovas de dente, alicates de unha ou outros objetos que furam ou cortam); por transfusão de sangue contaminado; ou ainda a confecção de tatuagem e inserção de piercings. A infecção aguda costuma ser benigna na maioria das vezes. Dois terços dos indivíduos infectados apresentam formas assintomáticas e evolui para cura, um terço tem manifestações clínicas e desses, apenas 10% tornam-se portadores crônicos do vírus, podendo evoluir para hepatite crônica, cirrose hepática e hepatocarcinoma. O soro de pacientes com hepatite B contem três partículas distintas. A maior, partícula Dane, é o vírion completo; ele é infeccioso e capaz de replicar-se. Também há partículas esféricas menores, com cerca da metade do tamanho da partícula Dane, e partículas filamentosas, que tem aproximadamente dez vezes o comprimento das partículas esféricas. Essas partículas esféricas e filamentosas são componentes desmontadas das partículas Dane. Essas numerosas partículas desmontadas contem antígeno de superfície da hepatite B (HBsAg) que pode ser detectado com anticorpos. O diagnóstico é feito

¹ Acadêmicos do curso Bacharel em Enfermagem da FACOS-CNEC.

² Professor Orientador. Mestre e Doutor em Patologia Médica – UFCSPA. Coordenador da Graduação em Biomedicina FACOS/CNEC.

clínico-laboratorial e laboratorial, não sendo possível identificar o agente etiológico apenas com os aspectos clínicos, sendo necessária a realização de exames sorológicos. Os exames laboratoriais inespecíficos incluem as dosagens de aminotransferases, como a alanina aminotransferase (ALT ou TGP) e o aspartato aminotransferase (AST ou TGO), que denunciam lesão do parênquima hepático com níveis de 25 a 100 vezes acima do normal. As bilirrubinas são elevadas e o tempo de protrombina pode estar aumentado (TP>17 segundos) ou a Razão Normalizada Internacional elevada (INR>1,5), indicando gravidade. Os exames específicos são feitos por meio de métodos sorológicos e de biologia molecular e tem por marcadores o HBsAg, Anti-HBc total, HBeAg, Anti-HBe e HBV-DNA (quantitativo). Sendo, os marcadores sorológicos são fundamentais para o correto diagnóstico da hepatite B em pacientes.

Meio ambiente equilibrado, a coletividade reivindicando seus direitos

Tiago Diogo Vidal¹
Carlos Roberto de Freitas Silva¹
Alberto Rodrigo Silva Oliveira¹
Fernanda Mallmann²

O presente trabalho de pesquisa aborda uma ação interposta por moradores do Bairro Vila da Cerra, localizado no município de Osório/RS. A ação se deu em decorrência da construção de uma cerca erguida em sua maioria dentro da Lagoa do Marcelino, considerada Área de Preservação Permanente - APP. A Lagoa do Marcelino encontra-se em área urbana. Conforme o Código Florestal Lei nº12.651/12, respeitar-se-á então os limites estabelecidos nesta lei, porém fica sob a responsabilidade do Plano Diretor, se houver, e leis relativas ao solo observar este assunto. Mas de que maneira isso interfere na vida dos moradores locais? De que maneira a nossa Constituição com suas cláusulas pétreas protege o “direito de ir e vir” do cidadão? Este trabalho tem por objetivo demonstrar todos direitos consagrados pela Carta Magna. Neste sentido, o Ministério Público mais uma vez, foi provocado a demonstrar sua importância no decorrer do Processo, trabalhando em conjunto com a sociedade para que os princípios legais fossem buscados e positivados, porém conseguiu o Ministério Público tal objetivo? Outro ponto importante do processo é saber se os órgãos que deveriam emitir as Licenças Ambientais e fiscalizar seriam também responsabilizados de alguma forma, em decorrência de uma aparente omissão na fiscalização, por aqueles que deveriam zelar pelo bem comum? Os fatos que serão desbravados mediante esse trabalho é de como a tentativa do controle de entrada de um bem privado, afeta uma comunidade próxima, mudando o dia a dia daqueles que lutam pelo seu sustento, buscando o aumento de sua renda e tentando proporcionar uma vida melhor para suas famílias. Mesmo laudos técnicos do processo declarando superficialmente, que os danos ambientais na área descrita, são de pequena proporção (ínfimos), isso exonera a parte acusada de responder judicialmente? E onde fica o princípio da prevenção, tendo em vista que o ambiente degradado deve por Lei ser restaurado ao mais próximo do seu estado original? O adensamento populacional aconteceu de

¹ Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade Cenecista de Osório/RS.

² Professora orientadora - Mestra em Direito Ambiental pela FEVALE.

forma totalmente desordenada, ocasionando sérios problemas nas cidades, principalmente no que se refere aos impactos ambientais causados pela urbanização de novas áreas, por esse motivo mais uma vez o Direito vem para elucidar tais conflitos e dar uma direção a este assunto inquietante nos dias de hoje quando se fala de Meio Ambiente. Não se pode perder de vista que a legislação ambiental brasileira, na esteira da normativa ambiental em todo o mundo, foi erigida e necessariamente há de ser interpretada como suporte jurídico para o desenvolvimento sustentável, não se admitindo que dos textos legais sejam com novas inovações e conclusões que, em última instância, prejudiquem o bem-estar social, no caso, das comunidades urbanas que necessitam de obras de infraestrutura, de construção de novas moradias e de centros comerciais. A organização de áreas urbanas deve seguir regras próprias e adequadas que, muitas vezes, no que concerne à proteção ao meio ambiente, serão distintas daquelas normas aplicáveis ao meio rural. Desse modo, urge a flexibilização da tutela dos recursos naturais nas cidades, de modo a conciliá-la com o crescimento econômico e com o interesse social.

Mobilidade urbana: o uso da bicicleta como meio de transporte alternativo no município de Santo Antônio da Patrulha/RS

Abreu Nunes Machado Junior¹
José Eduardo de Miranda²

A mobilidade urbana é a disponibilidade de recursos que viabilizam o transporte ágil, seguro e confortável, para a movimentação de bens e pessoas dentro do espaço para que estas realizem suas atividades cotidianas como, por exemplo, trabalho, estudo e lazer. A mobilidade urbana é fortemente influenciada pelo crescimento desordenado da cidade, que produz ilhas de alta densidade populacional e tornam maiores as distâncias a serem vencidas, e pela redução nos investimentos em infraestrutura de transporte, que reduz a disponibilidade e a qualidade do transporte urbano (VARGAS, 2008). Este resumo apresenta a pesquisa realizada como requisito parcial para a obtenção de Bacharel em Administração. Esta teve por objetivo geral analisar a utilização da bicicleta como um meio de transporte alternativo na cidade de Santo Antônio da Patrulha. Os objetivos específicos foram identificar a opinião da população de Santo Antônio da Patrulha, no que se refere às condições para o uso da bicicleta no município de Santo Antônio da Patrulha e verificar se a população de Santo Antônio da Patrulha utilizaria a bicicleta como meio de transporte alternativo. A abordagem da pesquisa foi quantitativa de levantamento de dados por acreditar ser esta a melhor forma para alcançar os objetivos do estudo. Para coleta de dados foi aplicado um questionário com questões estruturadas com 100 pessoas escolhidas de forma aleatória, durante os dias 28, 29 e 30 de abril de 2015. Dos entrevistados 35 eram do sexo feminino e 65 do sexo masculino. Dentre os principais resultados encontrados a partir da compilação dos dados foi possível observar que 63% dos entrevistados possuem veículo próprio. Mesmo com esta condição, 71% deles utiliza o transporte coletivo municipal o qual 42% consideraram regular, 35% consideraram ruim e 23% o consideraram bom. Quando questionados com relação ao conhecimento sobre transporte alternativo, 89% dos entrevistados disseram já ter ouvido falar sobre transporte alternativo sendo que 47% deles declararam conhecer pelo menos dois tipos diferentes de transporte alternativo, 30% declararam conhecer um, 15% declararam conhecer três e 8% declararam conhecer

¹ Acadêmico do curso de Administração da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

mais de três tipos de transporte alternativo. Das 100 pessoas entrevistadas, 83% respondeu que utilizaria algum meio de transporte alternativo. Quando arguidos sobre se utilizaria a bicicleta como forma de transporte alternativo 62% respondeu que sim e 38% respondeu que não utilizaria. No que se refere à infraestrutura municipal para o uso do transporte alternativo, 71% dos entrevistados considerou ruim a infraestrutura, 16% considerou regular e 13% considerou a infraestrutura boa. Analisando os resultados obtidos à luz dos autores utilizados como referencial para o desenvolvimento desta pesquisa pode-se dizer que seria viável a inclusão da bicicleta como meio de transporte alternativo no município de Santo Antônio da Patrulha, utilizando-a como modal de transporte regular nos deslocamentos urbanos considerando o novo conceito de Mobilidade Urbana Sustentável, e também por representando redução do custo da mobilidade para as pessoas.

Modelo gerencial na administração pública

Maurea Conceição dos Santos Gamba¹

Mauricio Rodrigues Ribeiro¹

Luzihê Mendes Martins²

Segundo Abrucio, a administração pública gerencial repousa em descentralizações políticas e administrativas, é um modelo que conserva alguns dos princípios da burocracia, embora flexibilizados. O modelo gerencial segue fundamentos de admissão segundo critérios rígidos de mérito, é um sistema estruturado e universal de remuneração, carreiras e avaliação de desempenho, onde constantemente são realizados treinamentos sistemáticos. O objetivo deste estudo é apresentar através de revisão bibliográfica, a tentativa de implementação de um modelo de gestão pública, conhecido por modelo gerencial, que ainda nos dias de hoje não foi executado inteiramente. A administração gerencial teve seu surgimento na segunda metade do século XX, motivada pela busca de meios capazes de enfrentar a crise fiscal do Estado, e como estratégia para reduzir custos e tornar mais eficiente à administração dos serviços que cabiam ao Estado, este foi instrumento de proteção ao patrimônio público e insatisfação contra a administração pública burocrática. A primeira tentativa de implementar no Brasil a administração pública gerencial, foi em 1967 no governo de Castelo Branco, por intermédio do Decreto-Lei nº 200, que promovia uma radical descentralização da administração pública brasileira. O decreto promoveu a transferência das atividades de produção de bens e serviços para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como, a instituição da racionalidade administrativa, planejamento, orçamento, descentralização e controle de resultados como princípios. Conforme Bresser, a ideia geral de modelo gerencial, consistia em descentralizar, delegar autoridade, contudo, havendo necessidade de definição precisa dos setores de atuação do Estado, competências e modalidades de administração adequadas a cada setor. Mas acima de tudo, para o estabelecimento de uma administração pública gerencial, seria imprescindível a ocorrência de uma reforma política que proporcionasse maior legitimidade aos governos, ajuste fiscal, privatização, desregulamentação e reforma administrativa que é a responsável pela criação dos meios necessários à obtenção

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Administração – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

de uma boa governança, mas efetivamente estas mudanças não ocorreram na prática. Na visão de Santos, o modelo gerencial é nada mais que, a separação entre a política e a administração, portanto, os reformadores deveriam implantá-lo desconsiderando os acontecimentos políticos, adotando após muitas críticas a flexibilidade de gestão, qualidade dos serviços e a priorização das demandas do consumidor. Este modelo traz à tona o aspecto público da administração pública sem, no entanto, abandonar o conceito empresarial vinculado à eficiência e à busca da qualidade dos serviços. Desta forma, conclui-se que a administração pública gerencial foi pensada sobre bases que eram consideradas pelo Estado, uma grande empresa cujos serviços eram destinados aos seus clientes/cidadãos, visando eficiência nos serviços, avaliação de desempenho e o controle de resultados, sendo considerada consequência dos avanços tecnológicos e da nova organização política e econômica mundial, visando tornar o Estado capaz de competir com outros países, mas que infelizmente não foi implementado efetivamente até os dias atuais.

“Morando com o inimigo”? O estatuto do idoso e a sua in(aplicabilidade) fática

Camila de Souza e Silva¹
Camila Garcia de Vargas¹
Tatiane Zanoni de Andrade¹
Saulo Bueno Marimon²

O envelhecimento da população brasileira trouxe a tona um grave problema da sociedade contemporânea, a violência contra o idoso. Essa agressão, muitas vezes oculta, pode ocorrer de diversas formas e em todas as camadas sociais, sendo, na grande maioria dos casos, praticada por pessoas muito próximas ao idoso, inclusive familiares. A Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) foi criada com um objetivo claro: amparar e proteger o cidadão idoso, porém, passados mais de dez anos desde sua criação, podemos dizer que ele não foi completamente eficaz em seu propósito, pois em muitos casos promoveu o abrandamento da pena, caso do seu art. 102 quando comparado ao art. 168 do Código Penal Brasileiro (CPB). Também promoveu uma confusão com os outros institutos vigentes como fica claro no impasse doutrinário quanto à interpretação do art. 94 do referido estatuto no que tange ao conceito de crime de menor potencial ofensivo. Os objetivos do presente estudo é realizar uma análise crítica quanto à eficácia da Lei n. 10.741/2003 enquanto instrumento de proteção do cidadão Idoso. Alguns doutrinadores afirmam que o Estatuto do Idoso ampliou o conceito de crimes de menor potencial ofensivo ao considerar que os crimes capitulados no seu Título IV, cujas penas máximas não ultrapassem quatro anos, devem ser reputadas infrações de menor potencial ofensivo, seguindo, assim, o procedimento previsto na Lei 9.099/95. Desta forma, ainda que de forma involuntária, o legislador acabou por promover um alargamento ainda maior na conceituação de menor lesividade, englobando todos os crimes cujas penas máximas não ultrapassem quatro anos, sejam eles de competência da justiça Federal ou Estadual, estejam eles inseridos ou não no Título IV, da Lei 10.741/03. Outra corrente, afirma que não houve o alargamento do conceito de menor potencial ofensivo, sendo a intenção do legislador apenas adotar o rito sumaríssimo previsto na lei 9.099/95 para os crimes onde a pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, dando assim maior celeridade ao processo. No tocante

¹ Acadêmicas do Curso de Direito da Faculdade Cenecista de Osório - FACOS.

² Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Professor da Faculdade Cenecista de Osório – FACOS.

ao crime de apropriação indébita, o legislador foi benevolente no Estatuto do Idoso, ao admitir o termo circunstanciado, livrando o autor da prisão em flagrante conforme prevê o art. 168 do CPB. Este estudo será apresentado na forma de pôster, baseado em pesquisa junto a doutrina, normas, leis e artigos jurídicos buscando demonstrar a (in)eficácia do Estatuto do Idoso utilizando-se para tanto do método de abordagem hipotético dedutivo e de procedimento comparativo. Após a análise crítica do Estatuto do Idoso ficou claro que este Instituto deve ter algumas partes revistas pelo nosso legislador afim de que ele promova uma eficaz proteção do cidadão idoso.

Mutações genéticas e processos evolutivos

Janaina Silva Rossato¹
Alini de Oliveira¹
Jéssica Barbosa Schuquel¹
Charles Francisco Ferreira²

Desde o surgimento de vida, os distintos seres vivos sofrem modificações em seus organismos, contemplando os critérios de seleção natural em níveis macro e micromoleculares. Por estas alterações, muitos parâmetros evolutivos se adaptam e se beneficiam em decorrência de mudanças pontuais nos materiais genéticos, ocasionadas por agentes externos (induzidos ou espontâneos). Entretanto, nem todas as modificações aos constituintes genéticos são benéficas às espécies, sendo muitas destas responsáveis por aspectos deletérios, podendo resultar em indivíduos biologicamente inviáveis. Nesta perspectiva, o presente trabalho apresentou como objetivo esclarecer informações para a comunidade acadêmica da Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS) sobre os diferentes tipos de mutações, relacionando-as aos processos evolutivos dos seres vivos. Para contemplarmos todos os objetivos propostos, uma revisão da literatura enfocada no dogma central da biologia molecular e da genética (duplicação, transcrição e tradução do material genético) foi realizada nos principais bancos de dados das áreas Biológicas, Biomédicas e da Saúde (Bireme, Scielo e Google acadêmico), bem como em livros técnicos das respectivas áreas de conhecimento. A partir destas análises, um dos critérios de abrangente aplicabilidade para qualquer organismo vivo é a indução de sucessivos processos (divisões, migrações, diferenciações e especializações celulares) sobre uma única célula primordial, possibilitando a criação de organizações sistêmicas simples ou complexas. O principal agente envolvido nestes processos são os materiais genéticos celulares (ácido desoxirribonucleico e ácido ribonucleico), responsáveis pela integridade e pelo controle de todas as sinalizações dos dogmas supracitados. Desta maneira, não seria surpreendente a existência de componentes envolvidos para a manutenção destes componentes, pois os mesmos

¹ Graduandas do curso de Bacharelado em Biomedicina – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

² Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre e Doutor em Ciências Biológicas: Neurociências – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Orientador – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

também são susceptíveis a modificações. Em decorrência aos complexos eventos envolvidos durante os processos de duplicação, transcrição e de tradução dos materiais genéticos celulares, estes sistemas apresentam biomoléculas encarregadas pela detecção e reparação de possíveis erros ou modificações. Estas alterações são em conjunto designadas mutações, sendo comumente classificadas de acordo com o nível de material afetado (genômica, cromossômica ou gênica). As mutações consideradas pontuais acometem a menor subunidade funcional dos materiais genéticos, os nucleotídeos. Nestes casos, as alterações (substituições, transições, transversões, inserções, translocações, sem sentido ou deleções) modificam as sequências dos pares de bases dos materiais genéticos, ocasionando a troca de posições de suas leituras e modificações de suas principais ações biológicas. Algumas destas mudanças podem não se restringirem à amplitude genotípica, modificando também os fenótipos dos organismos. Em todos os casos, algumas mutações podem gerar alterações das sequências genotípicas, sem apresentarem quaisquer modificações fenotípicas para os organismos, sendo então classificadas como mutações do tipo silenciosas. Consideradas em conjunto, observamos que todos os tipos de evoluções e involuções, positivas ou negativas, sofridas pelos seres vivos são ocasionados em decorrência de mutações. Desta maneira, os processos mutacionais, quando não corrigidos, apresentam efeitos (genéticos, fenotípicos e bioquímicos) tanto desfavoráveis quanto favoráveis às diversas espécies.

NR 25: a visão da SST em relação à geração de resíduos

Vanessa Machado dos Santos¹
Karine Santos Furlan¹
Daiana Netto de Oliveira Fraga¹
Ludinary do Nascimento Scheffel²

É de senso comum que os gestores das empresas buscam a redução da geração de resíduos por meio de adoção de práticas que, na maioria das vezes, são simples e, através disso, buscam de diversas formas de minimizar o impacto ao meio ambiente. As Normas Regulamentadoras (NR's) do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego estão diretamente relacionadas à Saúde e Segurança do Trabalho (SST) dos colaboradores da organização e, dentre estas, está a NR 25: Resíduos Industriais. O objetivo deste estudo é verificar se uma empresa do ramo de prestação de serviço em manutenção veicular e montagem de Buggys cumprem os requisitos de coleta, armazenamento e transporte de resíduos líquidos e sólidos, conforme NR 25. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso e foi realizada numa empresa do ramo de prestação de serviços em manutenção veicular e montagem de Buggys, no município de Osório/RS, cujos dados foram obtidos através de visita in loco, fotografias e entrevista com o gestor. A NR 25 apresenta medidas preventivas a serem adotadas pelas empresas no que se refere ao destino final dos resíduos industriais resultantes dos ambientes de trabalho de modo a proteger a saúde e a integridade física dos colaboradores; a norma complementa que todas as empresas são responsáveis pelos resíduos sólidos, líquidos e gasosos produzidos e, além disso, devem monitorar o destino final destes para que não prejudiquem o meio ambiente e a qualidade de vida (BRASIL, 2015). No município de Osório/RS, existe uma parceria entre a prefeitura e as instituições para a separação de resíduos, sendo que o município possui o serviço de coleta do lixo seco (papel, plástico, isopor, dentre outros), o qual é separado e recolhido em dias específicos, diferindo da coleta do resíduo orgânico, que ocorre em dias alternados (OSÓRIO, 2015). Considerando ainda as práticas que influenciam na qualidade de vida e meio ambiente, Campos (2010, p. 107) define logística reversa: “como o processo de planejamento, execução e controle do fluxo de matéria-prima, do material em

¹ Acadêmicas do curso de Administração da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

processo e produto acabado, bem como do fluxo de informações desde o ponto de origem até o ponto de consumo de forma eficiente (...).” Diante disso, após a realização deste estudo, verificou-se que a empresa pesquisada atende ao requisito da NR 25, que se refere à coleta, acondicionamento, armazenagem e transporte dos resíduos produzidos, pois cumpre os prazos e dias de coleta designados pelo município, bem como a orientação explicitada na norma, pelo MTE. No que tange aos resíduos de óleo diesel, a empresa pratica a política de logística reversa, pois efetua a filtragem do óleo, deixando-o em condições de reutilização, diminuindo os impactos de degradação da natureza. Outro aspecto importante a salientar é que o fornecedor das peças utilizadas na montagem dos veículos providencia o recolhimento das mesmas, efetuando o descarte em local previamente determinado, corroborando na proteção ao meio ambiente.

O “lixo” na comunidade indígena Sol Nascente em Osório: uma questão de educação e saúde ambiental

Léia Gonchoroski Machado¹
Igor Velho de Souza²

A segregação, acondicionamento e o descarte inadequado dos resíduos trazem diversos riscos para a saúde humana e para o meio ambiente. Dentro deste contexto escolhemos como tema para pesquisa a problemática do “lixo” produzido na comunidade indígena Sol Nascente, localizada na cidade de Osório-RS, composta atualmente por cerca de 45 indígenas da etnia Guarani. Os impactos gerados pelos resíduos na saúde desta comunidade, são percebidos principalmente nas crianças até 5 anos de idade, além do meio ambiente. Frente esta problemática, a Educação Ambiental surge como de suma relevância para a sensibilização desses povos. Os indígenas em questão, frente os seus componentes culturais, precárias condições sanitárias e de serviços de coleta dos resíduos, parecem não perceber os impactos destes na sua saúde e no meio ambiente. Essa questão fica evidente, por exemplo, pelo fato deles não perceberem a diferença dos diversos tipos de lixo que são produzidos - orgânicos e inorgânicos, além da questão da redução de sua geração, segregação, acondicionamento, destinação e aproveitamento dos materiais recicláveis. O presente projeto buscará, através de visitas na aldeia, com autorização das esferas governamentais responsáveis por esta comunidade, apresentar o estudo sobre a temática proposta aos responsáveis da aldeia, tais como AISAN (Agente Indígena de Saneamento), AIS (Agente Indígena de Saúde) e o cacique da comunidade, inserindo-os no contexto e buscar soluções práticas no dia-dia frente aos problemas relacionados com o lixo. O objetivo será compreender como ocorre o gerenciamento dos resíduos, visando sanar dúvidas a partir de dinâmicas, envolvendo mulheres e crianças sobre a sua participação na coleta seletiva, diferenciando os tipos de resíduos produzidos que podem ser reaproveitados e através de palestras, sensibilizá-los sobre a importância da segregação, acondicionamento e destinação correta dos resíduos. Através da aplicação de um questionário com os indígenas, iremos identificar quais são os fatores que contribuem para a inadequada gestão dos resíduos dentro da

¹ Acadêmica do curso de Biomedicina da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

comunidade, qual a relação dos índios Guaranis com o cuidado do meio ambiente, assim como fundamentar uma estratégia para sensibilização destes para a coleta seletiva. Com a equipe de saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul, coletaremos dados sobre os casos de diarreia e outras doenças que podem estar associadas ao descarte inadequado dos resíduos. Espera-se com esse projeto que ocorra uma ampliação do entendimento da problemática do lixo nesta comunidade, assim como a sua sensibilização para reduzir a quantidade de resíduos produzido e jogados a céu aberto, atividades diárias que visam realizar a coleta seletiva, sua importância no aproveitamento de materiais recicláveis e a limpeza da aldeia para a prevenção de diarreias que acometem as crianças. Partimos do entendimento de que este trabalho deva ocorrer com o apoio das lideranças para o incentivo de todos e de que os custos com a educação e saúde ambiental são menores do que os gastos com o tratamento e a perda dessas pessoas.

O chá verde e saúde

Pedro Luis da Silva¹
Kiane Molinari Martins¹
Adna Lopes Bonilha de Antoni¹
Camilla Lazzaretti²

O chá verde (*Camellia sinensis*) é originário de países orientais como China e Índia. Apresenta-se com mais duas subdivisões, denominadas “Oolong” e Preto. Em relação aos seus compostos funcionais, são verificadas grandes quantidades em comparação aos demais. A utilização das folhas em infusão conserva compostos essenciais da planta e se mostra como a melhor forma de preparo: o Verde com as folhas escaldadas e o Preto e o “Oolong” com as folhas ferventadas, entretanto o terceiro através de um procedimento brando. O chá pode ser consumido até 24 horas após o seu preparo, independentemente da temperatura ambiente. Verificou-se na literatura um aumento gradativo de trabalhos científicos sobre os efeitos dos derivados da *Camellia sinensis* nos sistemas biológicos. As propriedades químicas funcionais do chá Verde ocorrem através da ação das catequinas (substâncias da família dos polifenóis) que geram seus efeitos através da interação com o metabolismo lipídico, processos inflamatórios e angiogênicos. O objetivo do presente trabalho foi verificar os efeitos do chá Verde em diferentes sistemas biológicos humanos. Foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados em português: Scielo, Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior e Scholar Google durante o período de 16/4/2015 a 20/5/2015. Com referência ao parâmetro oxidativo, as catequinas, apresentam um caráter antioxidante, isto é, elas impedem que radicais livres ajam (espécie radical químico instável que danifica estruturas celulares). Esses radicais estão presentes no ambiente externo e interno do corpo, logo a ingestão do chá limita a quantidade de danos provocados por estes radicais. O efeito antioxidante ocorre, pois, as catequinas doam um elétron para o radical fazendo-o estabilizar-se. A bebida apresenta ainda propriedade anti-inflamatória, sendo uma consequência da ação dele com o metabolismo lipídico, pois seu principal composto interfere na formação

¹ Acadêmicos do curso de Biomedicina da Faculdade Cenecista de Osório.

² Biomédica formada pela Universidade Feevale, mestre em Ciências Biológicas/ Neurociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutoranda em Ciências Biológicas/ Neurociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora da Faculdade Cenecista de Osório.

de substâncias inflamatórias derivadas dos fosfolípidios de membrana plasmática. Similarmente, outra principal característica é sua ação na redução de gordura corporal, através do mecanismo termogênico (elevação da temperatura corporal). Quando esta aumenta, conseqüentemente, o metabolismo também, havendo um maior gasto energético para a regulação da temperatura. Em relação ao efeito anti-angiogênico, na obesidade, há uma interação na diminuição de capilares sanguíneos nos adipócitos periféricos do corpo, assim os mesmos apresentaram suporte nutricional diminuído, característica esta que também influencia neoplasias periféricas. No entanto, o chá deve ser ingerido com parcimônia, pois pode causar hipertensão através de dois mecanismos: aumento da quantidade de líquidos na circulação, e a presença de cafeína em sua composição química, pois esta é um importante agente hipertensivo. Concluiu-se que o chá verde (*Camellia sinensis*), apresenta a possibilidade de ser ingerido independentemente da temperatura ambiente e traz diversos benefícios a saúde. As catequinas possuem propriedades antioxidantes, anti-inflamatórias, e atuam no metabolismo de lipídios, entretanto o uso abusivo pode causar hipertensão.

O controle biológico da Esquistossomose

Elizabeth Palma Lucas¹
Moisés Nunes de Oliveira¹
Isabel Cristina Brandão Taufer²

Mesmo com todos os programas de combate a doenças existentes no Brasil, milhões de pessoas ainda são acometidas por parasitoses causadas principalmente pela falta de saneamento básico. A exemplo disso, podemos citar a Esquistossomíase Mansônica, conhecida popularmente como Esquistossomose ou Barriga D'água. Esta revisão bibliográfica tem por objetivo caracterizar esta doença e ainda apresentar uma forma de controle biológico eficaz do parasita responsável por esta patologia com base em artigos científicos. Conforme Neves (2011), a Esquistossomose foi introduzida no Brasil pelos escravos africanos e sua maior prevalência hoje está nas regiões Nordeste e Sudeste. Seu agente etiológico é o *Schistosoma mansoni*, um verme parasita que na fase adulta habita o sistema circulatório de humanos, principalmente as veias do sistema digestivo. A contaminação das pessoas ocorre pelo contato direto da pele com águas infestadas com cercárias, uma das fases de vida do parasita. Inicialmente, os pacientes apresentam dermatites onde houve penetração das cercárias, evoluindo para uma fase aguda com a presença de febre, diarréia e tosse. Na fase crônica, surgem problemas como lesões renais, neurológicas, cardiopulmonares, hepatoesplenomegalia e ascite. O diagnóstico se dá principalmente por exames de fezes e o tratamento consiste no uso por via oral de anti-helmíntico específico. O ciclo de vida de *Schistosoma mansoni* depende de alguns fatores essenciais como temperatura, água doce e dois hospedeiros, um intermediário que são os moluscos aquáticos do gênero *Biomphalaria* (algumas espécies) e como definitivo um mamífero sendo o homem o principal. Dentre as espécies de *Biomphalaria* existentes no Brasil, *Biomphalaria glabrata*, *Biomphalaria straminea* e *Biomphalaria tenagophila* tem importância epidemiológica, (NEVES, 2011). Segundo Rosa (2004), estudos realizados na Estação Ecológica do Taim no estado do Rio Grande do Sul com *Biomphalaria tenagophila* revelaram uma resistência inata na linhagem desta espécie ao *Schistosoma mansoni*. Sabendo que a linhagem do estado de Santa

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Ciências Biológicas – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora – FACOS/CNEC

Catarina é suscetível ao *Schistosoma mansoni*, foram feitos cruzamentos em laboratório entre *Biomphalaria tenagophila* do Taim com *Biomphalaria tenagophila* da cidade de Joinville – Santa Catarina, o que resultou em uma prole resistente ao parasita, mostrando que o gene responsável por esta resistência é dominante. Os resultados dessa pesquisa propõem a possibilidade de controle biológico efetivo dessa parasitose em áreas onde a transmissão acontece por *Biomphalaria tenagophila*. Embora estes estudos sejam incipientes, espera-se com o controle biológico associado à educação sanitária e saneamento básico, romper o ciclo de vida do parasita. Além disso, impediria verdadeiros desastres ecológicos matando inúmeros organismos aquáticos, uma vez que os métodos utilizados atualmente consistem no uso de moluscidas (pesticidas para moluscos) químicos.

O efeito de um programa de treinamento concorrente sobre parâmetros metabólicos na Diabetes Mellitus tipo 1: estudo de caso

André Gubert Batista¹
Eduardo Ramos da Silva²

O diabetes mellitus está associado a um grupo de doenças metabólicas, sendo caracterizada pela hiperglicemia constante decorrente da falta total ou parcial da insulina. Os fatores ocasionadores desta doença estão associados a determinantes genéticas, obesidade, gestação, ou ainda doenças e inflamações que provocam alterações no metabolismo de carboidratos, proteínas e lipídios, levando estes indivíduos a apresentarem elevada taxa de glicose no sangue. O diabetes mellitus tipo 2 é a forma mais comum da doença e atinge aproximadamente 90% de todos os casos da doença. O diabetes mellitus tipo 1 acomete, aproximadamente 10% de todos os casos da doença e caracteriza-se pela incapacidade absoluta do pâncreas de produzir insulina. Podendo ser causada por infecções virais ou descompensações químicas. Sabe-se apenas que os fatores genéticos e ambientais podem ter grandes influências sobre essa degeneração. A prática de exercícios regulares tem inúmeros benefícios para todos os tipos de diabetes, pois traz melhoras tanto de natureza fisiológica quanto nos aspectos psicológicos e sociais para o indivíduo a curto, médio e longo prazo. O objetivo desta pesquisa foi analisar os benefícios do treinamento concorrente (*endurance* cardiopulmonar associado ao treinamento de força) em um sujeito com diabetes tipo 1 de 24 anos de idade, com a doença há 8 anos, não praticante de exercício físico e sem agravantes causados pela doença. Para isso foram realizadas as glicemias capilares pré e pós-treino, exames laboratoriais de hemoglobina glicada, frutossamina e corpos cetônicos e testes físicos de força máxima, capacidade aeróbia e composição corporal. Os resultados encontrados para glicemia capilar pré 151 mg/dL e 133 mg/dL pós, Hemoglobina glicada de 7,6% de HbA1C para 7,3% HbA1C, frutossamina de 292,9 micromol/L para 283,1 micromol/L, não apresentando corpos cetônicos. Nos testes de aptidão física o indivíduo apresentou ganho de força no supino de 60,8 kg para 74,5 kg de força máxima, no agachamento a evolução foi de 98,5 kg para 118 kg de força máxima, os resultados de capacidade aeróbia foram de 30.822 mL/kg/min pré-

¹ Acadêmico do curso de Educação Física da Faculdade Cenecista de Osório.

² Orientador e professor do curso de Educação Física da Faculdade Cenecista de Osório.

treinamento para 37,476 mL/kg/min após, com isso também foi reduzido seu percentual de gordura de 16,6% para 14,7% e há um aumento da massa muscular de 29,3 Kg para 31,4 Kg. Com isso foi possível observar que o exercício possui a potencialidade de trazer inúmeros benefícios para o diabético tipo 1, mostrando que o treinamento concorrente trás melhoras em todos os aspectos para o manejo desta doença, melhorando os níveis glicêmicos e deixando-os em níveis mais próximos dos ideais para esta patologia..

O Enfermeiro como orientador de saúde em instituições de ensino

Tiago Augustinho da Silva¹
Marcus Antonio do Amaral Junior¹
Marilei de Fatima Ribeiro de Mello¹
Gustavo Gomboski²

O Enfermeiro como orientador de saúde no âmbito escolar deve analisar o adolescente no processo de crescimento e desenvolvimento considerando os aspectos estatísticos, promoção de conhecimento, políticas públicas e privadas, ações entre a equipe multidisciplinar, discussão e propostas de ações históricas e culturais; identificação de competências e habilidades individuais, definidoras para a implementação do conceito saúde. Trata-se de um compilado de artigos sobre o processo de saúde desenvolvido pelo profissional de enfermagem no ambiente escolar com intuito de orientar profissionais da área de educação instituindo o conceito de saúde, bem, estar e qualidade de vida, utilizando base de dados como Scielo, Lilacs e a Bireme, e outras referências bibliográficas na área de enfermagem, quais sejam: Livro Enfermeiras e Família. Este estudo objetiva analisar as diferentes bibliografias científica acerca do tema. O processo de ensino e aprendizagem é um compartilhar de ensino entre o educador enfermeiro e o educando adolescente, que leva em conta o meio em que este está inserido, sua própria realidade e necessidade para estimular a cultura da promoção de conhecimento em saúde, com modificações dos valores e crenças, atitudes, com diretrizes indispensáveis para a implementação do conhecimento, com o engajamento da população em participar das decisões que afetam suas vidas e optar por uma melhor qualidade de vida, estimular o dialogo entre os saberes e reconhecer nos profissionais enfermeiros, professores e família pessoas comprometidas com os adolescentes. A família é o principal agente intermediário entre o individuo e a sociedade, tem participação ativa na saúde psicossocial de seus membros como grupo. A compreensão da melhora na qualidade de vida entre os adolescentes brasileiros a partir das ações de enfermagem administrados ao grupo adolescente/educando. O educador enfermeiro juntamente com professores assume que ensinar não é transmitir somente conhecimento, mas sim criar oportunidades para uma construção de ação educativa

¹ Acadêmicos do curso de Enfermagem da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

dentro de seus diferentes conhecimentos agregando a família como parte de todo o processo saúde educação, por entender que cada um pode ensinar e aprender com seus diferentes conhecimentos. Conclui-se que, apesar do aumento considerável do número de publicações sobre a temática o assunto entre acadêmicos é pouco explorado. Precisamos pensar em teorias críticas onde o cidadão adolescente é o sujeito de sua aprendizagem; e não somente um depositário de conhecimento da equipe de saúde. Uma análise dos artigos permitiu identificar o caminho percorrido até o desenvolvimento do conhecimento atual e também direcionar a construção de novos projetos de pesquisa e ações dentro de um processo de educação permanente envolvendo enfermeiros professores, adolescentes e seus familiares de forma a contar com a participação de toda a comunidade escolar. Esse compilado de artigos servirá para normatizar ações de saúde através do enfermeiro como orientador transmitindo o conceito de saúde, bem estar e qualidade vida a profissionais da área de educação. Sugerimos que através desse trabalho possa se criar um plano de ação para ser desenvolvido em locais de ensino, onde o enfermeiro orientará educadores que por sua vez transmitirão esse conhecimento aos educandos e familiares em seu círculo de convivência.

O ensino do Voleibol: um estudo de caso com graduandos da disciplina de Voleibol, 2015-1, do curso de Educação Física da FACOS/RS

Amanda da Silveira Cardoso¹
Zuleica de Macedo²
Sérgio Luiz Chaves Alves³
Tiago Nunes Medeiros⁴

O objetivo deste trabalho é descrever o desenvolvimento de um projeto de jogo de tabuleiro realizado por alunos matriculados no primeiro semestre de 2015, da disciplina de Voleibol do curso de graduação em Educação Física da Faculdade Cenecista de Osório. Refletindo sobre a possibilidade de ressignificar o ensino do voleibol, enquanto conteúdo da Educação Física escolar e quebrando o paradigma do esporte de alto rendimento e seu método de ensino tecnicista e diretivo, estabelecemos o seguinte problema de pesquisa: *Como desenvolver o ensino do conteúdo de voleibol, nas aulas de Educação Física escolar, a partir de um jogo de tabuleiro?* O propósito do jogo de voleibol é fazer com que a bola lançada por cima da rede caia na quadra do adversário e, na sequência da jogada, evitar que a bola caia na sua própria quadra. Deste modo, quando mediamos o desenvolvimento de um jogo de tabuleiro adaptado para o ensino do voleibol aos alunos da Educação Básica, partimos de uma perspectiva construtivista e, assim, pensamos em estimular criatividade, raciocínio lógico, autonomia e compreensão das regras e táticas do jogo. O presente estudo trata de uma pesquisa com abordagem qualitativa, método descritivo e tendo como delineamento um estudo de caso. Os participantes da pesquisa foram 14 alunos matriculados no primeiro semestre de 2015, na disciplina de Voleibol desta Instituição de Ensino Superior. Os instrumentos de pesquisa foram: entrevistas semiestruturadas, observação participante e os diálogos. As atividades se desenvolveram em duas aulas da disciplina de voleibol, onde, para desenvolver este jogo foi usada uma folha de E.V.A. A4, régua, canetas, tampinhas de garrafa pet. Deste modo, o tabuleiro foi confeccionado de E.V.A., as tampinhas são os jogadores, estes colocados em suas posições de jogo. Cada E.V.A. significa um lado da quadra, para o jogo acontecer e obter uma quadra inteira, os alunos se

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física Bacharelado – FACOS/CNEC.

² Acadêmica do Curso de Educação Física Licenciatura – FACOS/CNEC.

³ Mestre em Ciências do Movimento Humano – UFSM.

⁴ Mestre em Ciências do Movimento Humano – UFRGS.

uniram em duplas. A partir das regras oficiais, cada dupla adaptava e criava a sua própria regra de jogo. Conforme a regra, as equipes deveriam movimentar os jogadores, fazendo a rotação. Para realizar o saque o jogador poderia tomar qualquer distância desde que não exceda a linha dos 3m, sendo que antes de sacar o jogador tinha que dizer a distância e direção que iria sacar podendo então o adversário movimentar as peças no tabuleiro (quadra). Para obter a pontuação a bola deve cair dentro do tabuleiro do adversário a uma distância, mínima, de 3cm de raio de qualquer peça (jogador), caso contrário fica estabelecido que houve a recepção. Com a posse de bola a equipe pode realizar até 3 toques (movimentos) para atacar. A partir da triangulação das informações coletadas, percebemos que os alunos de graduação em Educação Física descrevem que o projeto permite uma melhor compreensão das regras do jogo de voleibol. Por fim, podemos afirmar que os alunos da disciplina de Voleibol, 2015-1, identificaram que a Educação Física escolar não visa desenvolver somente valências físicas, mas também seu aspecto social e intelectual, cabendo aos professores tal capacidade.

O nome social como um exercício de cidadania

Antonio Jorge Malheiros Silva de Souza¹

Victor Eduardo Malheiros de Souza¹

Claudia Silvana da Silva¹

Mariângela Guerreiro Milhoranza²

O presente trabalho tem como objetivo problematizar a relação entre a afetividade da adoção de um nome social pela pessoa natural, como um meio de viabilizar e harmonizar o seu convívio com a sociedade e nome civil da pessoa natural que embora legítimo, não se adequa a exteriorização que, o indivíduo, usa para conviver socialmente. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual foram analisadas publicações e alguns artigos científicos que discorreram sobre este tema. Devido à recente conquista legal de travestis e transexuais no que tange ao reconhecimento do seu nome social nos tratos sociais, o que lhes garante dignidade como pessoa, deparamo-nos com algumas questões de conflito entre o nome social adotado e nome civil da pessoa natural, as quais merecem reflexão. O Direito fundamental da pessoa, o nome civil é aquele atribuído à pessoa natural desde o registro de seu nascimento, com o qual será identificada por toda a sua vida, bem como após a sua morte. Encontramos na doutrina diversas teorias sobre a natureza jurídica do nome, sendo predominante a teoria de que o nome integra o direito da personalidade do indivíduo, por ser o sinal pelo qual se designa, se individualiza e se reconhece a pessoa na sociedade, bem como sua ascendência. Na definição de Sílvio de Salvo Venosa, na sua obra Direito Civil “Parte Geral, p. 209, “ O nome é, portanto, uma forma de individualização do ser humano na sociedade, mesmo após a morte. Sua utilidade é tão notória que há exigência para que sejam atribuídos nomes a firmas, navios, aeronaves, ruas, praças, acidentes geográficos, cidades etc. O nome, afinal, é o substantivo que distingue as coisas que nos cercam, e o nome da pessoa a distingue das demais, juntamente com os outros atributos da personalidade, dentro da sociedade. É pelo nome que a pessoa fica conhecida no seio da família e da comunidade em que vive. Trata-se da manifestação mais expressiva da personalidade”. Conclui-se, portanto que o nome possui duas funções -

¹ Acadêmicos do curso de Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora - Teoria Geral do Direito Civil - FACOS/CNEC , Doutora e Mestre em Direito pela PUCRS.

individualizadora e identificadora da pessoa natural. Entende-se por nome social aquele pelo qual travestis e transexuais se reconhecem, bem como são identificados por sua comunidade e em seu meio social, conforme Decreto Nº 51.180, de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da Administração Direta e Indireta do município de São Paulo. Ao determinar referido decreto restou demonstrado o respeito ao nome social do travesti ou transexual, bem como o respeito à dignidade daqueles, com o intuito de evitar constrangimentos aos mesmos, uma vez que a aparência das pessoas travestis e transexuais não corresponde ao nome civil das mesmas. A permissão para a utilização do nome social, demonstrando não somente respeito aos direitos fundamentais de travestis e transexuais, como também a inclusão social dos mesmos, não é ato privativo de decreto municipalidade de São Paulo. O respeito ao tratamento do travesti e transexual pelo seu nome social já é praticada por órgãos do Ministério da Saúde, bem como em diversos Estados brasileiros, consolidando cada vez mais para as minorias a inclusão social e o exercício da cidadania.

O papel da observação para qualificar a prática pedagógica

Juliana Milcharek¹
Anilda Machado de Souza²
Lígia Beatriz Goulart²

As observações, realizadas no 2º ano do Ensino Fundamental, em uma escola municipal do litoral norte no estado do Rio Grande do Sul, no Projeto PIBID/PEDAGOGIA, instigaram a investigação sobre o papel da observação para construir propostas pedagógicas focadas nos cotidianos dos estudantes e de seus interesses. Durante as observações ficou evidente que as propostas pedagógicas desenvolvidas são produzidas a partir da lógica do professor, desconsiderando interesses e curiosidades dos estudantes. As atividades careciam de uma perspectiva integradora, pois descontextualizadas e focadas no conteúdo. Nesse contexto não conseguem efetivar articulações entre as áreas de conhecimento e produzir aprendizagens com sentido; porque como afirma Ramos (2005, p.112) ?a função da escola estaria em proporcionar aos educandos o desenvolvimento de competências genéricas e flexíveis adaptáveis à instabilidade da vida, e não mais o acesso aos conhecimentos sistematizados?. A observação é um instrumento que auxilia o professor a identificar as dificuldades e as possibilidades de aprendizagem dos estudantes e, também a desenvolver propostas pedagógicas que promovam a aprendizagem, numa perspectiva integradora. Dessa forma contribui para a compreensão do cotidiano, da cultura local e dos contextos proporcionando um olhar reflexivo que prioriza aquilo que o estudante traz, isto é, possibilitando que o aprendizado ocorra de forma mais significativa (FREIRE, 2004). A observação pode ser uma ferramenta significativa para qualificar o ensino e a aprendizagem. O professor é o mediador desse aprendizado, por isso cabe a ele observar, promover e acompanhar o processo de construção de conhecimentos a partir das curiosidades e interesses dos estudantes. A reflexão sobre o ato de ensinar tem um papel importantíssimo, pois somos o resultado de nossas experiências. Nesse contexto, deve-se romper a concepção do currículo isolado, descontextualizado, fragmentado que não propicia a construção e a compreensão de nexos que permitam a sua estruturação com base na realidade (SANTOMÉ, 1998). As observações realizadas

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia na Faculdade Cenecista de Osório.

² Professoras orientadoras – FACOS – Osório/RS.

durante todo o processo foram registradas em um portfólio para posterior análise. Elas indicam a necessidade de repensar o fazer pedagógico, criando ambientes e situações de aprendizagem, que possibilitem a apropriação de conhecimentos significativos, associando o saber do cotidiano ao saber produzido na escola. Além disso, ressalta a necessidade do professor aprender a observar o contexto da sala de aula, a considerar o olhar prévio, a identificar diferenças e a estabelecer relações, para poder fazer escolhas em relação ao planejamento, tendo em vista o exercício de uma prática pedagógica que respeite a inquietude e os interesses dos estudantes.

O papel da testosterona na andropausa precoce

Gabriela Gonçalves da Silva¹
Jackeline Martins Eberhardt de Souza¹
Maria Theresa Scheffer Pereira da Silva¹
Thayane Crestani²
Charles Francisco Ferreira²

A testosterona é um esteroide sexual sintetizada em vários tecidos endócrinos a partir do colesterol que começa a ser produzido e excretado nos testículos, logo após o desenvolvimento do embrião masculino ainda no útero da mãe. Este hormônio é importante para o desenvolvimento dos órgãos sexuais masculinos como pênis, bolsa escrotal, próstata, canais deferentes entre outros e das características morfológicas e comportamentais que diferem homens e mulheres. Em situações que a produção desse hormônio é insuficiente nos testículos, órgãos sexuais masculinos permanecem na cavidade abdominal do embrião causando a infertilidade deste paciente quando adulto. Dessa forma, enfatizamos a importante relação entre as ações deste hormônio e o sucesso biológico envolvido na etapa de perpetuação da espécie. Ainda durante a vida adulta, este esteroide participa de importantes fatores de regulação do organismo masculino, como, por exemplo, maturação da voz, diferenciação muscular e produção de espermatozoides. A diminuição da sua produção leva a andropausa, semelhante ao processo de menopausa, mas de modo diferente por não ter sintoma específico. A andropausa tem início nos pacientes na faixa dos quarenta e cinco a sessenta anos e é causada pela diminuição gradativa da testosterona. Essa alteração hormonal desencadeia efeitos pacientes como fadiga, perda de libido, energia e conseqüentemente fraqueza muscular. O presente trabalho objetivou caracterizar as principais ações da testosterona sobre as distintas funções biológicas do organismo humano. Para contemplar todos os objetivos propostos, realizamos um levantamento bibliográfico nos principais bancos de dados nacionais (Bireme, Scielo e Google acadêmico), além de livros técnicos das áreas Biológicas, Biomédicas e da Saúde. Os resultados deste trabalho mostraram que esta antecipação da andropausa masculina apresentou significativo aumento de incidência na última década, sendo apontada

¹ Acadêmicos do curso de Biomedicina da FACOS – Osório/RS.

² Professores orientadores – FACOS – Osório/RS.

por autores em decorrência ao uso inapropriado de medicamentos anabolizantes, ao aumento exacerbado de atividades físicas, ao consumo de drogas de abuso, ao quadro de obesidade e até mesmo à recorrente exposição à agentes estressores da vida contemporânea. Observou-se também que devido ao preconceito da população em relação aos baixos níveis de testosterona, causando principalmente a diminuição do apetite sexual, muitos homens fazem a reposição hormonal por conta própria e muitas vezes de forma errônea. Este trabalho possibilitou estudar mais detalhadamente o hormônio testosterona e a importância dele estar em concentrações adequadas no organismo, principalmente de pacientes do sexo masculino. Ainda, concluiu-se com esse trabalho que devido a dificuldade clínica de identificar a andropausa precoce é de extrema importância que todos os homens administrem a sua saúde de forma geral e equilibrada salientando a necessidade de hábitos saudáveis e equilibrados para o bom funcionamento hormonal masculino.

O paradigma da Saúde Mental no Brasil: um relato reflexivo

Vinicius Rodrigues Ribeiro¹

Fernanda Santos Padilha¹

Monica Santos Soares¹

Emanoela Therezinha Bessa Mendes²

O presente trabalho é uma breve revisão reflexiva da reforma psiquiátrica brasileira, das décadas de 1980 e 1990, até a promulgação da Lei de Saúde Mental, em 2001. Este estudo se baseou nas discussões oriundas da disciplina Saúde Mental, cursada no segundo bimestre do ano letivo 2015. Anterior a reforma psiquiátrica, a saúde mental no Brasil era relacionada diretamente a exclusão social. Os ditos “loucos” não eram apenas as pessoas com distúrbios mentais intrínsecos, mas todo aquele que era considerado avesso às normas sociais vigentes a época. Essas pessoas eram destinadas aos manicômios/hospícios, onde o atendimento humanizado era inexistente, a utilização de fármacos com o intuito de sedar os pacientes era atitude corriqueira e a eletroconvulsoterapia era tratamento elencado para fins mais punitivos do que médicos. Esse contexto assistencial era mantido inclusive devido às prerrogativas da política de saúde nacional, uma vez que, os manicômios/hospícios recebiam recursos federais mediante o quantitativo de pacientes que possuía, e não, pela resolubilidade da assistência prestada a cada um de seus internos. Em meio aos movimentos sociais da década de 60, no contexto das lutas pela redemocratização do país, juntamente com o Movimento de Reforma Sanitária, surgiu o movimento pela Reforma Psiquiátrica. Sob estas condições, no final dos anos 70, mais precisamente em 1978, surgiu a primeira expressão formal do Movimento da Reforma Psiquiátrica: o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que originará mais tarde, em 1987, o Movimento da Luta Antimanicomial. Com o advento da Reforma Psiquiátrica, os hospitais psiquiátricos são vistos como último método terapêutico a ser instituído. A partir de 1989, com o sucesso de experiências ocorridas em São Paulo, com a inauguração do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Luis da Rocha Cerqueira, o fechamento da Casa de Saúde Anchieta e a implementação dos Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), inicia-se a efetiva implementação de um novo modelo de atenção em saúde mental

¹ Discentes do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Cenecista de Osório – FACOS - Osório (RS), Brasil.

² Mestre em Educação, Docente da Faculdade Cenecista de Osório – FACOS - Osório (RS), Brasil.

na rede pública. Pela primeira vez, passamos a falar em serviços substitutivos. Tais mudanças no campo da saúde mental são sedimentadas por diversos textos jurídicos entre os quais a Lei 10.216/01 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental no Brasil. De acordo com esta lei, é responsabilidade do Estado tanto o desenvolvimento de políticas de saúde mental quanto à assistência e a promoção de ações de saúde, com a participação da família e sociedade. O modelo de assistência proposto é baseado numa rede diversificada de serviços na comunidade atuando de forma integrada, descentralizada e intersetorial. O tratamento preconizado atualmente, objetiva manter o paciente inserido no seu ambiente familiar e social, pois se compreende que segregar o portador de transtorno mental não irá resolver o problema, só irá camuflá-lo. Para além de promover um aperfeiçoamento técnico e institucional do tratamento em saúde mental, a Reforma Psiquiátrica brasileira tem efeitos positivos também do ponto de vista da cidadania, pois aponta para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

"O Pequeno Príncipe"- Um musical que acompanha gerações

Ilda Renata da Silva Agliardi ¹
Cristina Maria de Oliveira ²

Este estudo analisou a obra fílmica produzida em 1974 a partir do clássico O pequeno Príncipe, do francês Antonie de Sant-Exupéry, visando não à comparação entre a obra literária e a cinematográfica, mas, abordando aspectos do cenário, enredo e personagens, bem como seu impacto com o telespectador. Apoiou-se na obra literária e também nos escritos de Maria Carmem da Silveira Barbosa e Maria Angélica Santos. O estudo proposto na disciplina de Cinema e Cultura teve como objetivo desafiar à construção da competência de análise crítica. A narração traz a história do garotinho, em seu planeta, que resolve partir em busca do conhecimento por outros mundos; quando chega ao planeta Terra, faz amigos, dentre eles, um aviador perdido no deserto onde a maioria das cenas do filme acontece. A obra cinematográfica de estilo musical tem tema atual, talvez por tratar de assuntos que permeiam as emoções pessoais e por fazer refletir sobre o(s) sentido(s) da vida. Para Antonie de Sant-Exupéry: "Só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos." E, segundo Maria Carmem da Silveira Barbosa o filme leva ainda a pensar em conceitos. Propicia identificação emotiva, produz imagens, sons e conta histórias que interessam o espectador. Há encontros de linguagens diversas, uma reflexão que provoca pensar, imaginar e criar significados. O filme 'toca' cada pessoa de uma maneira diferente, e cada um estabelece suas reflexões e relações pessoais. Assim, nos estudos críticos, encontram-se muitas e variadas opiniões, hipóteses, reflexões; não fica estabelecido certo ou errado nas interações dos personagens/papel dos atores. No livro, Escritos de Alfabetização Audiovisual, é definido que no aspecto da pluralidade de emoções, qualquer filme é educativo, pois "o quem tem esta condição, não é o filme, mas as relações estabelecidas a partir dele." Os filmes gerados a partir de obras literárias não reproduzem na íntegra os escritos: criativamente expressam, através de imagens, o que o leitor pode imaginar quando estiver lendo; também, tentam gerar, no espectador, fiéis compreensões, já perceptíveis através da leitura da obra. No entanto, apesar de um produto fílmico

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Cenecista de Osório.

² Doutora em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Barcelona, Espanha. Professora da Faculdade Cenecista de Osório, Rio Grande do Sul, Brasil.

poder ter um público alvo, destaca-se que a construção de significados é pessoal e intransferível, tanto no leitor quanto no espectador, dependendo muito da cultura, da história de vida de cada um. O musical "O Pequeno Príncipe" pode ser avaliado como uma grande história, que, através de metáforas, faz o telespectador pensar nas coisas simples da vida, despertando sentimentos bons, como amor pelo próximo, amizade e o "re"encontro da criança interior. Aprender na escola a apreciar cinema é importante; cultivar a arte cinematográfica e literária não deve ser por obrigação, como uma tarefa; deverá se constituir em um prazer, virar um hábito cultural que se prolongue no decorrer da vida.

O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: um recorrido histórico

Moysés Teixeira Abrahão¹
Laura de Oliveira Nunes¹
Kananda Batista Lopes¹
José Eduardo de Miranda²

O presente estudo, sem a pretensão de esgotar o assunto, tem por objetivo realizar um breve histórico sobre o Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, expressamente previsto pela pauta normativa do inciso III, do artigo 1º, da Magna Carta. Amplamente apontado por doutrinas e tribunais como um dos princípios norteadores da Constituição Federal brasileira de 1988, a dignidade da pessoa humana consagra-se como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, como vértice de reconhecimento soberano da importância e representatividade da pessoa humana, na ordem do Estado. Enquanto princípio, a dignidade da pessoa humana é considerada um meta-princípio: um valor que serve de fonte do próprio Direito brasileiro, afetando direta e irreversivelmente todo o sistema jurídico-legal nacional. A noção de dignidade da pessoa humana, embora não totalmente estranha às ciências sociais, políticas, remonta à filosofia do período clássico, antigo mundo grego, onde era vinculada ao status social do indivíduo. Em sentido oposto, no pensamento estoico, escola de filosofia grega, a noção de dignidade era concebida com o pensamento de equidade, de maneira que as pessoas eram igualmente dotadas de dignidade. Cada sujeito tinha qualidades próprias, inerentes aos seres humanos, vinculados ao conceito de liberdade pessoal. No decorrer do período medieval europeu, com o advento do Cristianismo, a noção de dignidade esteve diretamente relacionada com a relação do indivíduo com Deus, por intermédio de Cristo ou outras figuras santas da Igreja Católica Romana. A concepção de dignidade da pessoa humana mudou com o jus naturalismo, mediante um processo de racionalização que atingiu seu ponto mais, pelo exercício do filósofo Immanuel Kant, responsável pela noção da dignidade fundada na autonomia da vontade, e na ideia de que o homem é um fim em si mesmo, nunca podendo ser tratado como mero objeto. Kant influenciou profundamente o pensamento ocidental, e seus conceitos sobre dignidade, liberdade, direitos inerentes à natureza,

¹ Acadêmicos do curso de Direito da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

contribuíram muito para as raízes do constitucionalismo contemporâneo. A expressão kantiana, sobre dignidade, influenciou, de forma gradativa, o reconhecimento e a tutela do próprio Estado de Direito. A dignidade humana, então, passou a ilustrar a evolução constitucional brasileira, de maneira que apenas em 1988 foi expressamente referida no texto da Carta Maior. Na seara do Direito Internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, de 1948, prossegue reconhecido como o arcabouço mais importante, sobre dignidade humana, uma vez que ainda sobreleva, por seu artigo primeiro, que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos [...]". Como metodologia, utilizar-se-á do método dedutivo, como método de abordagem, será adotada a pesquisa histórica, como método de procedimento, e a pesquisa se conformará pela técnica direta e indireta.

O princípio da insignificância penal e a visão jurisprudencial no TRF4: análise do art. 34, caput, primeira parte, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais)

Carlos Eduardo Martinez¹
Dener Cardoso¹
Saulo Bueno Marimon²

O instituto da insignificância penal traz, sobremaneira, importantes discussões em âmbito doutrinário e jurisprudencial sobre sua aplicação ao caso concreto. Em vias de consecução de uma política criminal atenta as transformações da sociedade, têm-se o princípio da insignificância como importante instrumento de freio a penalização exacerbada de condutas, regulando a ação do direito penal como legítima *ultima ratio*. Assim, surge-nos como tema de pesquisa a aplicação da insignificância penal relativa à conduta descrita no artigo 34, caput, primeira parte, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais). Restringindo a pesquisa, focamos no referencial jurisprudencial junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, verificando qual posicionamento adotado pelos desembargadores quando deparados com o crime de pesca em período de defeso. Destarte, importante salientar quanto à divergência de incidência da insignificância penal; de um lado considerando crime de perigo abstrato, impossível sua aplicação; de outro, em vias de significar o manejo do aparelho estatal a conduta praticada tem de representar ofensividade suficiente contra o bem jurídico tutelado, qual seja, o meio ambiente natural. A Lei nº 9.605/98 estabeleceu condutas consideradas crimes por efetivamente, ou de forma potencial, lesar o meio ambiente nas suas diversas espécies (no caso, refere-se ao meio ambiente natural). Em se tratando do art. 34, caput, primeira parte, da referida lei, prevê como crime a pesca em período de defeso, pouco importando o resultado. Ou seja, o quanto efetivamente foi pescado a partir do ato. Contudo, concernente a uma possível irrazoabilidade no julgamento das ações envolvendo essa prática delituosa, apresentam-se posicionamentos contrapostos. Muitas vezes, uma falta de critérios e padrões de julgamento, sendo potencial a insegurança jurídica dos julgamentos proferidos e sem qualquer observância aos preceitos do direito penal, entre eles o grau de ofensividade de uma

¹ Acadêmicos do 10º semestre do Curso de Direito da Faculdade Cenecista.

² Professor Orientador – FACOS – Osório/RS.

conduta para que esta sofra a sanção do Estado. E mais, rompendo com o instrumento de Política Criminal que é o princípio da Insignificância Penal, servindo sua aplicação àquelas condutas puníveis penalmente, mas que não representam ofensa suficiente a justificar uma resposta do Estado nos termos do Direito Penal. Para além de mera aplicação principiológica, temos uma das formas de antecipação da tutela penal, sob o prisma de proteção de bens jurídicos com status de supraindividuais. Nessa esteira, há franca expansão do direito penal, alargando ao caráter protetivo, utilizando de normas penais de perigo abstrato. O que, de maneira evidente, se distancia do ideal teórico insculpido na forma do garantismo, apoiando-se no princípio da lesividade. Contudo, destoando de outro preceito penal, qual seja da ofensividade. Relacionamos, assim, quatro importantes aspectos relativos ao tema: sociedade de risco, crime de perigo abstrato, princípio da insignificância penal e da ofensividade.

O uso adequado dos equipamentos de proteção em uma empresa multinacional do ramo automotivo do Litoral Norte Gaúcho

Celina Gonçalves Kiles¹
Gustavo Gonçalves Kiles¹
Ludinará do Nascimento Scheffel²

A Norma Regulamentadora - NR 06, da Portaria 3214/1978, do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), trata sobre o uso dos EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) nas organizações, os quais previnem os riscos existentes, que possam prejudicar a segurança e saúde dos trabalhadores. Baseado nesta norma se desenvolveu esta pesquisa, com o objetivo de averiguar se a empresa fornece os EPI's adequados à atividade desenvolvida, e se os colaboradores o utilizam corretamente. O estudo ocorreu no litoral norte gaúcho, em uma empresa multinacional, cuja principal atividade está ligada à fabricação de componentes para montagem de carros. Foi um estudo de caso, com coleta de dados realizada através de entrevistas com os Técnicos de Segurança do Trabalho e observações em um dos postos de trabalho mais críticos, o setor de produção, área onde se encontra a maior concentração de exposição a riscos. "Considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo o dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho" (BRASIL NR 6, 2015). Ainda de acordo com esta norma, todo o EPI deve ter Certificado de Aprovação - CA, e a empresa deve orientar e treinar o trabalhador, inclusive no que se refere à guarda e conservação dos equipamentos. Em seu anexo I, a NR 6 apresenta os mais diversos tipos de EPI's disponíveis, desde proteção contra quedas, proteção para olhos e face, até membros superior, dentre outros. Após a realização das observações na empresa identificou-se que todos os colaboradores fazem uso do EPI e que o equipamento é adequado ao tipo de atividade exercido, como luva, protetor auricular, óculos de proteção, botinas e uniforme 100% algodão, dentre outros. Quando, esporadicamente, algum colaborador não faz uso do EPI corretamente, esse é orientado e advertido. A partir das entrevistas realizadas com os Técnicos de Segurança do Trabalho da empresa, percebeu-se a preocupação com a segurança e saúde de seus colaboradores por

¹ Acadêmicos do curso de Administração da FACOS – Osório/RS

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

parte da empresa; além disso, ela está sempre realizando ações voltadas a melhorias visando manter a segurança em primeiro lugar. Outro ponto importante a salientar são os treinamentos realizados on the job, isto é, realizados nos postos de trabalho, onde cada semana é abordado um assunto para alertar e orientar os colaboradores sobre diversos riscos que podem vir a acontecer. Em suma, conclui-se que para a empresa a segurança vem em primeiro lugar, e esta não economiza na compra de EPI's adequados, com a finalidade de oferecer maior segurança aos seus colaboradores, mantendo-os protegidos.

O uso de EPIs no ramo da estética: estudo de caso da empresa Sublime Essência

Alexandre das Chagas Bordin¹
Isabel Krohn Guimarães¹
Leonir José Ritter¹
Ludinaara do Nascimento Scheffel²

Conhecimento técnico, atendimento personalizado e produtos de qualidade são atributos que fazem um profissional de estética se destacar no mercado. Entretanto, há outras importantes questões que devem ser priorizadas: os cuidados básicos de higiene, a manipulação e conservação de produtos, materiais e equipamentos existentes na cabine de estética, além da utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Estes equipamentos são regulamentados pela NR 6, norma esta aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 1978. O objetivo deste estudo foi verificar a utilização ou não dos equipamentos de proteção em uma empresa que atua no ramo da estética e beleza na cidade de Osório/RS. Caracteriza-se como um estudo de caso, cujos dados foram coletados através de visita ao local, fotografias e entrevista com a gestora da empresa. O trabalho no ramo da estética, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária, deve ser realizado com a utilização de equipamentos de proteção individual, principalmente nos procedimentos de podologia, manicure e pedicure, limpeza de pele, aplicação de produtos químicos e depilação, pois, nessas atividades, os profissionais são expostos a patógenos que podem causar doenças como herpes, gripe, tuberculose, AIDS, entre outros, e a produtos que podem ser tóxicos e/ou causar doenças. Após a coleta de dados, verificou-se que há utilização de EPI's, conforme preconiza a NR 6, e que o uso se dá de forma correta, nos mais diversos procedimentos observados e fotografados durante a visitação à empresa. Dentre os equipamentos vistos estavam luvas de látex, máscaras, óculos, toucas e aventais, sendo que todos possuíam Certificado de Aprovação (CA), expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, como designa a norma, apesar da gestora informar que não tinha conhecimento desta exigência. Importante salientar que durante a realização da entrevista a gestora informou que, no setor de procedimentos de podologia, foram

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Administração - FACOS/CNEC.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

realizadas adequações no ambiente de trabalho, como a troca do piso e instalação de cortinas persianas, visando assegurar a higiene e a segurança do trabalhador, tendo em vista sua exposição a fungos e bactérias. Durante este estudo pode-se verificar também que a empresa possui boa iluminação, climatização, fácil acesso aos extintores de incêndio, conforme preconiza a NBR 12693, além de possuir rampas de acesso e sanitários que atendem a NBR 9050, que aborda Acessibilidade e Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Conclui-se que, ao conhecer as vantagens da correta utilização do equipamento de proteção individual, previne-se ações negligentes que, na maioria das vezes, são causadoras de acidentes no local de trabalho. Em suma, além de ser importante para a saúde do colaborador, a prevenção e utilização dos equipamentos corretos otimiza os resultados da empresa, pois atendendo às normativas de segurança evitam-se multas e passivos trabalhistas.

Os direitos do nascituro

Petronilio Formagio da Silveira¹
Mariângela Guerreiro Milhoranza²

A evolução dos estudos jurídicos passa a colocar em destaque o ser humano e o direito à vida como princípio constitucional põe o nascituro em evidência, pois justamente por ter direito á vida, que seus direitos devem ser respeitados no intento de que tenha um desenvolvimento pleno e saudável no ventre materno. Entende-se por nascituro aquele que há de nascer, cujos direitos a lei põe a salvo; aquele que, estando concebido, ainda não nasceu e que, na vida intra-uterina, tem personalidade jurídica formal, no que atina aos direitos da personalidade, passando a ter personalidade jurídica material, alcançando os direitos patrimoniais, que permaneciam em estado potencial, somente com o nascimento com vida . Neste sentido, o presente artigo discorre sobre os direitos do nascituro, visto que este tem seus direitos resguardados pelo Código Civil Brasileiro em seu artigo 2º que diz: "a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro". Dentre os direitos resguardados ao nascituro pode-se citar: (a) ser adotado, com consentimento do seu representante legal; (b) receber doação, se aceita pelos pais, artigo 1.169 do Código Civil; (c) adquirir por testamento, se concebido até a morte do testador, artigo 1.169 do Código Civil; (d) ter um curador, artigos. 458 e 462 e seu parágrafo único do Código Civil; (e) ver reconhecida sua filiação e até mesmo pleiteá-la judicialmente por seu representante; (f) suceder, seja legitimamente ou por testamento; (g) ser representado nos atos da vida jurídica; (h) ter garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; e (i) proteção penal garantindo-lhe a vida e o direito de nascer. Percebe-se, portanto, que são vários os direitos resguardados ao nascituro não sendo eles mera expectativa, e que nosso ordenamento jurídico protege os diversos direitos ao nascituro. No entanto, neste artigo pondera-se apenas sobre o direito do nascituro ser adotado. A legislação preocupou-se em resguardar os direitos do nascituro, merecendo este total proteção do Estado, desta forma, pode-se dizer que ele já tem sua personalidade jurídica como afirma a Convenção Americana de

¹ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Cenequista de Osório, email: toio.formagio@hotmail.com

² Professora orientadora, email: m.milhoranza@hotmail.com.

Direitos Humanos, popularmente conhecida como o Pacto de São José de Costa Rica, que entrou em vigor em 18 de julho de 1978 do qual o Brasil é signatário desde 25 de setembro de 1992 a partir do Decreto 678 de 06 de novembro de 1992. É fato que a temática escolhida teve por finalidade discutir o nascituro como sujeito de direitos, um assunto polêmico dentro do ordenamento jurídico que se releva um tema extremamente atual e relevante, despertando interesse não apenas aos operadores do direito, mas, também, a toda a sociedade. Tendo como método de pesquisa consulta em livros, periódicos, leis, Código Civil, Legislação Federal, jurisprudência e artigos. Classificando-a como uma pesquisa qualitativa exploratória de cunho bibliográfico.

Os saberes do professor de Educação Física em formação: o desafio teoria-prática e as tensões do campo da formação e do campo profissional na construção da profissionalidade

Lucas Souza Santos¹
Rosângela Raupp Emerim¹
José Augusto Ayres Florentino²

Pesquisa Formação de Professores, Cultura Corporal e Práticas Pedagógicas vinculado ao Curso de Graduação em Educação Física da Faculdade Cenecista de Osório/RS, com o título: Os saberes do professor de Educação Física em formação: O desafio teoria-prática e as tensões do campo da formação e do campo profissional na construção da profissionalidade. Segundo FERNANDES & CUNHA, o discurso oficial sobre a formação de professores vem apontando uma necessidade de currículos organizados em processos que privilegiem a tematização dos conhecimentos escolarizados, dos saberes da experiência, da iniciação científica, da inserção na prática no campo profissional desde o início do curso; do estágio supervisionado, da participação em projetos institucionais a partir da metade do curso, da identidade do curso de licenciatura sem ser um apêndice do bacharelado. Essas novas diretrizes curriculares implicam os estudantes em uma inserção no campo profissional desde o início do curso e trazem uma nova dimensão, qual seja, a prática como componente curricular. A inserção do professor em formação desde o início do curso, pela visão de FERNANDES & FERNANDES, rompe com uma visão de que a teoria antecede à prática e esta, a prática, reduz-se à aplicação de teorias, compreensão de conhecimento e de ciência presente em nossos currículos e em nossas concepções. O objetivo principal desta pesquisa é compreender como vem sendo constituído o campo de saberes dos estudantes, professores de Educação Física em formação, principalmente, no que se diz a respeito à articulação teoria e prática, incluindo tensões entre o campo da formação e o campo profissional que configuram o exercício da docência na Educação Física. Para tanto, buscamos respostas para o problema central: Como os estudantes, professores de Educação

¹ Acadêmicos do curso de Educação Física da Faculdade Cenecista de Osório. Bolsistas de iniciação científica do grupo de pesquisa Formação de Professores, Cultura Corporal e Práticas Pedagógicas;

² Doutor em Educação. Professor do curso de Educação Física da Faculdade Cenecista de Osório. Coordenador do Grupo de pesquisa Formação de Professores, Cultura Corporal e Práticas Pedagógicas; Grupo de Trabalho – Formação de Professores e Profissionalização Docente; Agência Financiadora: Faculdade Cenecista de Osório.

física em formação, estão constituindo seus saberes, principalmente, no que diz respeito a articulação teoria e prática, incluindo as tensões entre o campo da formação (Faculdade) e o campo profissional (Espaço Escolar) que configuram o exercício da docência na Educação Física, e de que forma estes saberes contribuem para a construção da sua profissionalidade? A presente pesquisa corresponde a um estudo exploratório inserido numa abordagem qualitativa, descritiva, por Antônio Carlos Gil. Os interlocutores da pesquisa são 10 (dez) acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Cenecista de Osório/RS. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas de Maria Cecília Minayo, utilizada no trabalho: “Pesquisa social: teoria, método e criatividade”. Para a análise dos dados coletados estamos fazendo uso da Análise Textual Discursiva de Roque Moraes. Para muitos dos estudantes o essencial é saber lidar com o ser humano, isto é, saber tratar com o sujeito, é acolher, respeitar as características próprias do aluno. A pesquisa encontra-se em fase final de análise e discussão das categorias, estando finalizada ainda neste mês de maio de 2015.

Paisagismo sustentável

Pâmella Carvalho de Farias Moraes¹

Debora Cecconello¹

Thais Castro de Souza²

Isabel Cristina Brandão Taufer³

O presente trabalho trata dos relatos do projeto desenvolvido por duas estagiárias do PIBID (Programa de Iniciação à Docência da CAPES) de Ciências Biológicas da FACOS- ,Realizado no turno da manhã, com alunos dos 6º anos, na Escola de Ensino Fundamental Manoel Medeiros Fernandes, situada no município de Capão da Canoa/RS. O objetivo é demonstrar as vivências e interações com os alunos, capacitando-os a refletir e construir uma visão diferenciada dos assuntos abordados na oficina no decorrer do ano letivo, principalmente as atividades de preservação do meio ambiente e da reciclagem de materiais coletados na escola para repaginar o jardim já existente. Esse método de reutilização é um dos mais utilizados para amenizar os efeitos de materiais descartados indevidamente. A realização da oficina iniciou com a reutilização dos pneus que estavam no próprio pátio da escola sem uma devida finalidade, promovendo uma decoração ecológica. A utilização dos pneus se torna necessária, pois além de prejudicar o meio ambiente, um pneu leva aproximadamente 600 anos para se decompor, tornando um problema ambiental. Com a participação dos alunos, foram distribuídos os pneus na disposição de uma espécie de pirâmide em volta de uma palmeira já plantada. O plantio das mudas de flores para a elaboração da floreira foi doado pela Prefeitura Municipal de Capão da Canoa/RS. As tintas e os pincéis utilizados na pintura dos pneus, luvas, pás de jardim, mangueira e vassoura foram disponibilizados pela Escola em questão. A limpeza, plantio e pintura foram executados pelos alunos nas respectivas quartas-feiras, quando o projeto foi concretizado pelas estagiárias. A participação dos alunos foi essencial para a reflexão e concretização da proposta da decoração ecológica, visando um paisagismo sustentável. O conhecimento que foi abordado tem uma repercussão além da escola, pois é transmitido pelos alunos nas suas casas e respectivas comunidades. Impossível a não produção de lixo, principalmente nos

¹ Acadêmicas do Curso de Ciências Biológicas. FACOS, Osório. Bolsistas PIBID.

² Professora Mestre, Bióloga.

³ Professora Mestre, Bióloga.

dias atuais, por isso, é fundamental trabalhar nas escolas, com os alunos, maneiras de reduzir o desperdício, diminuindo o impacto ambiental. Com a realização da floreira concluiu-se que é necessário trazer para a sala de aula questões de reutilização de materiais que podem ser encontrados facilmente e com baixo custo, facilitando assim a produção da floreira ecológica. Essa proposta visa auxiliar na formação de um aluno mais preocupado com o meio ambiente, levando em consideração medidas que instiguem a preocupação de separar, armazenar e descartar corretamente seu lixo e executar por conta própria a reciclagem.

Perfil epidemiológico dos pacientes vítimas de trauma cranioencefálico grave submetidos à neurocirurgia no hospital Santa Luzia em Capão da Canoa/RS

Caruline Bauer de Oliveira¹
Gabriel Corteze Netto²

O trauma cranioencefálico (TCE) é entendido como uma agressão, causada por uma ação física externa, que provoca danos à cabeça, ao couro cabeludo, ao crânio ou cérebro. A partir do ano de 1682 o TCE começou a ser evidenciado como um fator importante de óbito em vítimas de trauma, tomando incidências cada vez maiores com a evolução da humanidade, até os dias atuais onde nos deparamos com índices catastróficos de mortalidade e morbidade. Atualmente o TCE é considerado como um dos principais problemas de saúde pública no mundo, sua incidência se torna alarmante nos dias atuais e representa uma importante causa de morbimortalidade entre adolescentes e adultos jovens, contribuindo diretamente para os óbitos decorrentes de causas externas. Muitos pacientes, vítimas de TCE, necessitam realizar neurocirurgia de emergência para correções das lesões cerebrais causadas por este trauma. O Hospital Santa Luzia em Capão da Canoa é referência na região para realização deste tipo de cirurgia. No estado do Rio Grande do Sul, segundo pesquisa elaborada por Souza em 2011, verificou-se um total de 20 mil casos de TCE por ano, sendo 18 mil admissões hospitalares anuais por esta doença, com 1.800 casos de TCE grave, com índice de mortalidade de 50%. Por instituir-se como agravante e de difícil recuperação, o TCE é considerado um processo dinâmico, principalmente devido à decorrência de seu quadro patológico poder ser irreversível com o passar do tempo. Significa, assim, que as vítimas que sobrevivem a esse trauma podem apresentar deficiências e incapacidades que são temporárias ou permanentes, tendo interferência na capacidade do indivíduo para desempenhar suas funções. Considerando a gravidade dos pacientes com TCE submetidos à neurocirurgia, a importância do tema e a ausência de dados epidemiológicos do TCE na região do litoral norte gaúcho o objetivo do nosso estudo foi estudar o perfil epidemiológico desses pacientes submetidos à neurocirurgia no Hospital Santa Luzia em Capão da Canoa/RS. Foram avaliados 27 pacientes com TCE durante o

¹ Aluna do curso de Pós-Graduação em Urgência e Emergência em Saúde da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

ano de 2013. Verificou-se uma prevalência dos casos de TCE para indivíduos no sexo masculino de 78%. As principais causas externas dos traumas estão relacionadas a quedas (37%), acidentes automobilísticos (26%) e agressão física (21%). Em relação à faixa etária pode-se observar um aumento do número de TCE em adultos e jovens (44%) e também em indivíduos acima de 60 anos (26%). A cidade de Torres/RS (22%) foi onde mais ocorreu traumas devido a TCE. Os dados encontrados no estudo permitem direcionar os profissionais da área as saúde, gestores e comunidade em geral para a elaboração de planos de ação visando à redução dos números de morbimortalidade por TCE grave.

Por um fio...de(s)esperança

Paulo Bier Barcelos¹
Jessica Piazza¹
Joice Rabello¹
Helena Beatriz Bier²

A partir de um olhar crítico e atento para o processo de subjetivação de crianças surgiu o interesse de investigarmos como se articula a introdução da pequena criança no laço social. Diante da enorme demanda e da desorganização cada vez maior dos infantes na comunidade a qual fazemos parte, nos interrogamos de que modo essa inserção no mundo da cultura e das leis está sendo proposta. Decidimos então realizar uma análise quantitativa e qualitativa dos protocolos finais elaborados pelos acadêmicos de Psicologia-FACOS/CNEC, da disciplina de SEMINARIO INTEGRADOR II: ALTERAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL, nos anos de 2013-2/2014-1/2014-2 e 2015-1, envolvendo o Projeto Mamãe eu Quero, o qual se propõe a acompanhar bebês. Foram utilizados 58 protocolos, envolvendo 58 crianças entre 0/18 meses e seus pais. Estes foram acompanhados semanalmente, através de visitas domiciliares, quando foram realizadas entrevistas semi-dirigidas e observações da relação pais-bebê. Todas as visitas foram supervisionadas pela professora responsável pela disciplina e pelo Projeto Mamãe eu Quero. Este baseia-se na pesquisa multicêntrica realizada em nosso país (200/2008) visando apontar critérios consistentes para identificação dos Indicadores de Riscos ao Desenvolvimento Infantil, IRDI. Este instrumento é composto por 31 indicadores clínicos e visa detectar indicadores de riscos psíquicos ou de problemas de desenvolvimento infantil observáveis nos primeiros 18 meses de vida da criança, à luz da psicanálise. Ele é endereçado ao uso de profissionais da saúde tais como psicólogos, psiquiatras, pediatras, enfermeiros dentre outros que trabalham nesta área. O Projeto Mamãe eu Quero foi realizada em 15 municípios localizadas na área de atuação da Faculdade Cenecista de Osório-FACOS. No final do projeto os acadêmicos elaboram um parecer final, avaliando a presença ou ausência dos quatro eixos constituintes do processo de subjetivação do bebê. A ausência de pelo menos um deles aponta para o indicativo de risco do processo de estruturação do

¹ Acadêmicos do curso de Psicologia da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

sujeito. Os resultados encontrados, nesta população estudada, revelam: 27,5% dos bebês apresentavam os quatro eixos estabelecidos de acordo com a fase em que se encontra a criança; 22,4% apresentavam dois eixos adequadamente constituídos e dois razoavelmente constituídos; 13,7% dos bebês apresentam pelo menos três eixos regularmente constituídos e um adequadamente constituído; 29,3% dos bebês apresentam pelo menos um eixo ausente; e 6,9% dos bebês apresentam três ou mais eixos não constituídos. Podemos concluir que 50% dos bebês acompanhados apontam para um processo de constituição saudável e 50% demandam cuidados, sendo que dentre esses 36,2% apontam para uma faixa de muito cuidado e risco grave. Este estudo baseado nos critérios propostos pelo IRDI tem como intenção convocar a atenção e um olhar atento das famílias, instituições e do Estado, responsáveis pelo atendimento das demandas oferecidas por estas crianças as quais precisam deste suporte real, simbólico e imaginário.

Práticas de neuroimagem como promoção de diagnóstico diferencial entre Demência Frontotemporal e Transtornos Neuropsiquiátricos

Leonardo da Cunha Guimarães¹
Charles Francisco Ferreira²

A Demência Frontotemporal é uma doença neurodegenerativa, que comumente acomete pacientes durante o período pré senilidade (entre 45 e 65 anos), com concomitante ocorrência de surgimento durante a velhice. Três categorias de demências frontotemporais são encontradas na literatura: a primeira caracterizada por alterações na proteína Tau, a segunda por modificações pós traducionais, chamadas inclusões ubiquitina-TDP-43 positivas, e a terceira por definição gênica, entre as quais se desta a variação no gene FUS, com incidência mais rara. Apesar de variações presentes nos grupos supracitados, todas as demências frontotemporais são caracterizadas por neurodegeneração dos lobos encefálicos frontais e temporais, acarretando na manifestação de sintomas comuns a certos transtornos psiquiátricos, como: impulsividade, desinibição, indiferença afetiva, apatia e perda de regras sociais. A manifestação destes sintomas pode ser compreendida e associada à progressão desta degeneração, concomitante ao reconhecimento da divisão anatômica funcional dos lobos acometidos, em conjunto às suas circuitarias: por exemplo, o lobo frontal (orbital, medial e dorsolateral) se comunica por circuitos paralelos e segregados com estruturas subcorticais (núcleos da base e tálamo). Por vezes, durante os estágios iniciais destes tipos de demências, muitos indivíduos apresentam sintomas incorretamente associados a desordens afetivas como depressão e bipolaridade, devido ao comprometimento orbital do lobo frontal, região associada à desinibição, impulsividade e comportamentos antissociais estereotipados. Considerando que as farmacoterapias aplicadas às desordens afetivas são significativamente distintas daquelas aplicadas às demências, o que poderia ocasionar danos e efeitos indesejados devido a administração inapropriada, ressaltamos a necessidade de procedimentos que

¹ Graduando do curso de Bacharelado em Psicologia – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

² Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre e Doutor em Ciências Biológicas: Neurociências - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Orientador – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

assegurem o diagnóstico diferencial para a prática clínica entre estes tipos de demências e outros transtornos neuropsiquiátricos. Desta forma, o presente trabalho objetivou identificar como a ferramenta de neuroimagem poderia contribuir para o diagnóstico diferencial de demências frontotemporais, enumerando os possíveis prós e contras de trabalhos publicados na literatura científica, promovendo assim a problematização crítica desta condição perante o meio acadêmico. Para contemplar estes objetivos, realizamos uma revisão narrativa da literatura nos principais bancos das áreas Biomédicas e Biológicas (Bireme e Scielo), redigidos no idioma Português e publicados na última década (entre 2005 e 2015), sobre a temática em questão. Os resultados obtidos por esta revisão demonstraram que diferentes práticas de neuroimagem já são aplicadas pelos procedimentos médicos nacionais para promover diagnósticos diferenciais. Alguns autores apontam que estas técnicas possibilitaram a distinção de demências frontotemporais de outros tipos de demências, principalmente Doença de Alzheimer e Demência Semântica. Outros autores apontam que a identificação de neuroimagem permitiu caracterizar alterações morfológicas diferenciais apresentadas por pacientes com diagnóstico de demência frontotemporal, como por exemplo, diminuição de massa encefálica branca. Baseado nestas informações, podemos concluir que a aplicação de diagnósticos por neuroimagem desempenha um importante papel para diagnósticos diferenciais. Apontamos que com os últimos avanços tecnológicos, novas possibilidades estão sendo criadas dentro do campo de pesquisa básica e clínica estendendo-se para o campo da Neurociência Computacional. Sendo assim, destacamos a necessidade de novas pesquisas para a manutenção de conhecimento científico, de maneira harmônica às atualizações tecnológicas, possibilitando evitar o agravamento de sofrimentos exibidos por alguns quadros clínicos, propiciando medidas inovadoras e eficientes.

Projeto de pesquisa: intervenção em orientação profissional

Douglas Gonçalves da Rosa¹
Tatiana Guimarães Jacques²

A literatura tem demonstrado que diversos projetos vêm sendo desenvolvidos, em nosso país, com vistas às práticas de orientação profissional. O campo de atuação da Orientação Profissional é um campo dinâmico, que vem ganhando novos contornos com as mudanças vividas por nossa sociedade nas últimas décadas. Assim, atualmente temos a Orientação Profissional voltada para estudantes que pretendem ingressar na carreira universitária e, mais recentemente, é possível verificar o crescimento da demanda por serviços de Orientação Profissional em outras áreas como, adolescentes em opção profissional; a transição dos estudos para o mundo do trabalho; adultos em definição de carreira ou processo de reopção; preparação e adaptação para a aposentadoria. Nas últimas décadas, houve um incremento teórico à área; assim, novas formas de fazer Orientação Profissional vêm sendo adotadas e, dentre elas, os autores destacam a abordagem clínica que consiste num processo mais abrangente, o qual diz respeito a toda uma busca de conhecimento sobre si, visando identificar afinidades com aquilo que poderão vir a realizar como trabalho. Baseado nesse caráter da Orientação Profissional, formulou-se esta intervenção a fim oferecer aos orientandos um espaço que proporcione meios de elaboração das questões que envolvem escolhas e a construção do futuro a partir destas. Para tanto, foram propostos três encontros, a serem realizados com um grupo de jovens de uma instituição religiosa, composto por 10 integrantes na faixa etária de 13 a 18 anos, de nível sócio-econômico classe média e média baixa, os quais se reúnem regularmente aos sábados à tarde, para estudos bíblicos. Ao longo desses encontros desenvolveram-se questionários, técnicas e dinâmicas a fim de levantar informações que possibilitassem um melhor entendimento de como os jovens lidavam com suas escolhas, planejavam seus futuros e como a escolha de profissões poderia ajudar a concretizar seus planos. Foi possível observar que, diante das respostas dos orientandos, houve uma confirmação de que os objetivos propostos nas dinâmicas foram alcançados. Evidenciou-se, a partir destas, aspectos pontuais relativos à classe socioeconômica e contexto familiar de cada integrante.

¹ Acadêmico do 8º semestre do curso de Psicologia da Faculdade Cenecista de Osório – FACOS.

² Mestre em Psicologia; professora da Faculdade Cenecista de Osório-FACOS.

Mesmo sendo um grupo de jovens ligados a uma instituição religiosa, suas expectativas em relação ao futuro e suas escolhas não diferem da maioria dos jovens nesta faixa etária. Contudo, uma das observações mais importantes geradas a partir da intervenção foi o relato de muitos jovens de que esta foi a primeira oportunidade de se questionarem sobre o seu futuro profissional. Esta constatação chama muito a atenção, tendo em vista este ser um grupo composto por jovens com idade média de 16 anos, já em fase de Ensino Médio e que ainda não se sentiu convocado a pensar nestas questões. A partir desta constatação é possível pensar que a família e a escola não têm dado o devido espaço para a construção deste processo de escolha, tão importante para a construção da futura identidade profissional do jovem.

Projeto Pibid Biologia em uma escola municipal de ensino fundamental de Osório

Mateus Guatimosim Maciel¹
Thais Castro de Souza²
Isabel Cristina Brandão Taufer²

O presente trabalho relata algumas atividades desenvolvidas pelo projeto PIBID (programa institucional de bolsas de iniciação a docência) da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do curso de Ciências Biológicas da FACOS/CNEC Osório, na escola Osvaldo Amaral, situada no município de Osório. O projeto tem como principais objetivos: orientar os bolsistas do programa para uma maior aproximação de seu futuro campo de atuação; construir uma prática docente qualificada; e oportunizar aos discentes de Ciências Biológicas uma efetiva atuação no espaço escolar, conhecendo seu cotidiano, e desenvolver nesses discentes o espírito de responsabilidade, norteado por princípios éticos e pela criticidade. Uma das atividades desenvolvidas neste projeto foi a monitoria nas aulas de Ciências dos sextos anos da escola. Na execução destas monitorias verificaram-se algumas dificuldades no trabalho desenvolvido com os educandos e com o conteúdo estudado, especificamente do reino vegetal. A partir desta problemática, buscou-se desenvolver alguns trabalhos práticos para reforço deste conteúdo. Uma das propostas foi a pesquisa, por parte dos alunos, sobre os temas que estavam sendo trabalhados nas aulas. Além disso, para facilitar o estudo sobre a morfologia dos vegetais, foram disponibilizados diversos materiais didáticos preparados pelo bolsista, que proporcionavam um maior entendimento do conteúdo. A metodologia consistiu na confecção de cartazes utilizando materiais como E.V.A. em diversas cores. Cada cartaz confeccionado representava uma parte da planta, permitindo a fácil visualização das principais estruturas vegetais. Nas monitorias, eram apresentadas aos alunos questões relativas à morfologia vegetal, quando então se verificou que os alunos conseguiam identificar nos cartazes expostos as diferentes partes da planta. Assim foi possível perceber que, apesar de a produção destes materiais ter exigido tempo e dedicação, gerou um excelente resultado. Diversas atividades práticas também foram desenvolvidas para trabalhar outros conteúdos de

¹ Acadêmico do curso de Ciências Biológicas da FACOS – Osório/RS.

² Professoras orientadoras – FACOS – Osório/RS.

ciências, como a citologia. Para este conteúdo foi empregada a prática da célula da cebola, uma forma divertida de explicar as diferenças entre ambas as células, animal e vegetal. Constata-se que uma das maiores dificuldades de um professor de ciências atualmente é a explicação científica utilizando nomenclaturas técnicas no decorrer dos trabalhos. Nesse sentido, uma das possibilidades para trabalhar aspectos técnicos de forma lúdica é a realização de saídas à campo no entorno do próprio espaço escolar, identificando diferentes grupos animais e vegetais e mostrando suas características e hábitos de vida. Esta é uma das possibilidades futuras a serem desenvolvidas na escola. De um modo geral, as atividades relatadas neste estudo têm repercutido resultados positivos, não apenas para os alunos e sim também para os bolsistas executores, em parceria com as professoras titulares e supervisora do PIBID na escola. Considerando a importância do desenvolvimento de metodologias de ensino de ciências diferenciadas, que articulem a teoria e a prática, e visando a formação de jovens críticos e inseridos no cotidiano escolar da rede pública de educação, entende-se como sendo imprescindível a realização de atividades contextualizadas e lúdicas, melhorando assim os desempenhos diversos ligados ao ensino de ciências.

Proposta pedagógica: reutilização do lixo na Educação Infantil

Catia Cirlene Pereira Gomes¹
Heleuza Carrilho Tuka de Almeida²

O presente projeto de pesquisa surge de uma vivência ocorrida na Escola de Educação Infantil Marieta Ferreira Lessa, localizada no município de Capão da Canoa/RS que objetiva investigar o processo de conhecimento utilizado pelos educadores na questão da preservação do meio ambiente através da reutilização do lixo escolar; conscientizar os educandos da necessidade da redução do lixo produzido, destacando a importância da reciclagem e desafiando os educandos e educadores para a ressignificação de suas práticas pedagógicas. Trata-se igualmente de construir uma sociedade educativa em permanente aprendizagem, diversificando suas fórmulas, aprendendo a conhecer, a fazer e conviver com os outros. Torna-se imprescindível a conscientização da coleta seletiva do lixo, bem como a sua reutilização, possibilitando maior respeito e preservação ao meio ambiente que se vive. A escola é o espaço para grandes discussões, mobiliza os alunos para as descobertas e curiosidades. Acredita-se que ela é o lugar ideal para que se inicie a transformação de valores, tornando-se importante a conscientização do lugar para onde vai o lixo escolar, a coleta seletiva do lixo, a qual a sociedade ainda não percebe a importância desta ação. Utilizando uma metodologia participativa, essa pesquisa qualitativa, propicia aos alunos do Pré II A e B e aos docentes o envolvimento interpretativo de Paulo Freire, Piaget e Jussara Hoffmam, oportunizando a interlocução de saberes e análise do processo de ensinar e aprender. Estes autores pesquisados reforçam o sentido do Reduzir, Reutilizar e Reciclar. A cooperação é um método de interação social que cria o contexto mais positivo para todos os aspectos do desenvolvimento infantil. Entre as atividades efetivadas está a realização de desenhos feitos pelas crianças relacionadas às ações do lixo, pesquisa de campo com questionários orais com as turmas envolvidas, o trabalho junto a comunidade escolar com a coleta e separação do lixo, horta vertical, confecção de brinquedos com sucatas, oportunizando a quem brinca

¹ Licenciada em História/FACOS. Pós-graduada em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar/Fucap. Cursando Neuropsicopedagogia/FACOS e Educação Especial Inclusiva/Uniassevi.

² Licenciada em Desenho e Plástica/UFSM. Graduada em Artes Plásticas/UFSM. Pós-graduada em Educação Pré Escolar/ Fapa. Tutoria/Uniassevi e Mestre em História/PUCRS.

com ele reassignificá-lo. Será a própria criança que irá descobrir no que poderá se transformar aquela sucata que tem em mãos através de sua imaginação. As mudanças visualizadas priorizam um trabalho de conscientização envolvendo primeiramente estas duas turmas e posteriormente expandindo para o restante da escola e para a comunidade escolar como multiplicadores. Os resultados obtidos apontam excelentes perspectivas e são demonstradas através do engajamento de todos sobre a importância da reciclagem do lixo e os benefícios que a mesma proporciona ao meio ambiente. É possível multiplicar com auxílio da família e dos professores, ações de maiores conscientização. Os educandos das turmas sentem-se mais comprometidos em relação à mudança de comportamento que resulta na melhoria da qualidade de vida.

Psicopatia e imputabilidade penal

Gabriel Debastiani de Mello¹
Morgana Cristina Werpp²
Carla Giani Debastiani²
Luciano Assis Mattuella³

O trabalho é destinado ao estudo da psicopatia, transtorno de personalidade antissocial, e a imputabilidade na esfera jurídica penal, para tanto, se fez necessário a união de duas grandes áreas dos conhecimentos humanos: a psicologia e o direito. À luz da psicologia, baseando-se em Hilda Morana, estudiosa do assunto, a personalidade apresenta um transtorno quando se desenrola de maneira fixa a um padrão anormal e permanente, fruto da sintonia com a sua cultura, a sociedade e etnia em que vive. Os transtornos de personalidade (TP) estão a meio caminho entre a normalidade e a doença mental. Não são precisamente disfunções, mas um desequilíbrio do desenvolvimento psíquico. Considerados pela psiquiatria forense, como perturbação da saúde mental. Embora cientes dos seus deveres e do que é certo ou errado, falta aos portadores de um TP uma consciência moral clara, delineada. Possuem imaturidade emocional e são incapazes de aprender com experiências passadas, não conseguindo adiar a satisfação imediata de desejos que possam ser extremamente inadequados para o momento. Falta-lhes também consciência moral para compreender a repercussão de suas atitudes indevidas sobre as pessoas e sobre si mesmos, e transferem com frequência a culpa para os outros. O transtorno de personalidade antissocial é marcado por uma insensibilidade aos sentimentos alheios que, quando elevada, conduz o indivíduo a uma acentuada indiferença afetiva, podendo adotar um comportamento criminal recorrente. Destarte, o estudo direcionou-se para o âmbito jurídico, do qual foi possível extrair informações determinantes sobre a imputabilidade (capacidade de ser responsabilizado penalmente) do psicopata infrator. O código penal é claro no seu artigo 26, caput, dispondo que são inimputáveis, (no que tange a psicopatia, logo, maiores de dezoito anos, pois já possuem personalidade formada) as pessoas que por doença ou desenvolvimento mental incompleto eram inteiramente incapazes de entender o caráter ilícito do fato no momento da ação ou omissão. Há de se falar

¹ Acadêmico do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Acadêmicas do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

³ Professor Orientador.

também da possibilidade de semi-imputabilidade, quando o agente não é inteiramente incapaz de entender a ilicitude, disposto no artigo 26 §1º do código penal. Quando se fala em imputabilidade, deve-se considerar duas características que são basicamente o conjunto das condições pessoais do indivíduo: a inteligência e a vontade, os quais permitem ao agente ter conhecimento do caráter ilícito do fato e comportamento de acordo com tal conhecimento, respectivamente. No livro “Teoria geral do Delito e da Imputação Objetiva” de André Luís Callegari, tratando da conduta finalista idealizada por Welzel, traz duas etapas: uma totalmente subjetiva, localizada na esfera do pensamento, na intenção, na eleição de meios para alcançar o fim; e outra, objetiva, ocorre no mundo externo, real, no qual o autor executa as ações de acordo com o planejado, almejando o fim. Mediante o estudo desenvolvido e combinado, psicologia e direito, percebeu-se que os mesmos possuem plena capacidade de discernimento do que é lícito e o que é ilícito, possuem inteligência e vontade. Ou seja, todos os atos praticados pelo psicopata buscam o resultado pretendido, logo, concluiu-se que os mesmos são plenamente imputáveis.

Quais são os fatores que motivam as pessoas à prática de exercícios físicos nas academias?

Gabriela Araújo da Silva¹
Glória Berenice Dutra Figueira Moraes¹
Alessandra Marques Ceconello²

Este estudo teve como objetivo identificar os motivos pelos quais as pessoas procuram as academias para a prática de exercícios físicos, relacionando-os com os fatores descritos pela literatura da área: estética, saúde, lazer e qualidade de vida. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, da qual participaram dez pessoas, sendo cinco homens e cinco mulheres, com idades variando entre 18 e 45 anos, que responderam a uma entrevista semiestruturada sobre motivação para prática de atividade física. Cada vez mais as pessoas procuram atividades físicas devido aos altos índices de doenças causadas pelo sedentarismo. Algumas pessoas buscam por recomendação médica, outras, por lazer, estética, qualidade de vida e, até mesmo, para socialização. A prática de exercícios físicos está sendo recomendada também no auxílio para cura de doenças, sendo que uma delas é a depressão. A adoção de hábitos saudáveis pode, então, proporcionar às pessoas melhor condição para enfrentar a atual vida cotidiana, muito agitada e repleta de estímulos estressantes (TAHARA, SCHWARTZ, SILVA, 2003, citado por SANTOS, SILVA, GUIMARAES, MIRALIA, 2013). Muitos estudos foram realizados acerca dos motivos que levam as pessoas à prática das atividades ofertadas nas academias. De acordo com Guarnieri (1997, citado por DELAI e SANTOS, 2012), a questão estética é apontada como um fator importante pela procura da ginástica na maioria das pessoas, mas também outras questões foram apontadas, como obter benefícios para a saúde, sentir-se bem, controlar o peso e reduzir o estresse. Nas entrevistas realizadas com os participantes desta pesquisa, foram citados diversos motivos, tanto isoladamente como em combinação entre eles. A análise das entrevistas permitiu observar que os fatores que mais motivaram foram a combinação de dois motivos, estética e saúde, que apareceram com uma frequência de 50%, seguidos do motivo saúde, que apareceu com frequência de 30%, do motivo estética, que apareceu com frequência de 20%, e do motivo lazer, que apareceu também com frequência de 20%. A partir

¹ Acadêmicas do curso de Educação Física da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

destes resultados, podemos observar que vários fatores motivam a prática de atividade física, mas os motivos estéticos e saúde tiveram uma frequência maior. Este resultado pode estar ligado, especialmente, à faixa etária dos participantes, que, em sua maioria, estão no início da fase adulta, período em que a autoimagem é um aspecto importante, corroborando ao estudo de Guarnieri (1997).



Qualidade de vida no trabalho

Antonella Cabrini de Lima¹
Yasmin de Oliveira Farias¹
Vitória de Souza Ferri¹
Dioneia Luciane Mendes²

Um ambiente saudável nas relações pessoais, na infraestrutura e com uma remuneração justa é mais produtivo, já que os funcionários têm menos desgaste físico e mental. Este trabalho objetiva desenvolver uma revisão bibliográfica que verifique os aspectos relacionados à Qualidade de Vida no Trabalho. Segundo Chiavenato (2014), a QVT representa o grau em que os membros da organização são capazes de satisfazer suas necessidades pessoais pelo trabalho e se sentirem satisfeitos e felizes. Ainda segundo o autor, esta expressão foi criada na década de 1970 por Louis Davis, quando desenvolvia um projeto sobre desenho de cargos. Para ele, a QVT refere-se a preocupação com o bem-estar geral e a saúde dos empregados no desempenho de suas atividades. Atualmente, o conceito de QVT envolve a saúde física, as crenças pessoais, o estado psicológico, as relações sociais e as relações com o ambiente do trabalhador. Ela envolve condições de trabalho seguras, remuneração adequada, benefícios para o empregado, bom clima social e justiça, oportunidades de crescimento intelectual e profissional e um bom ambiente físico e psicológico. Atualmente, segundo Gil (2014), as empresas são desafiadas a implantar programas de QVT que envolvam também as dimensões relacionadas ao estilo gerencial, a liberdade e a autonomia para tomada de decisões e o oferecimento de tarefas significativas. Para Mascarello (2003), a psicologia organizacional desenvolve ações, criando condições adequadas para que as pessoas desenvolvam seu potencial e sua criatividade, evitando situações que gerem estresse e prejudicam a QVT e contribuindo para o desenvolvimento tanto da empresa como do trabalhador. Para desenvolver este projeto buscamos informações pertinentes em artigos científicos na base de dados Scielo, assim como na Biblioteca da Faculdade Cenecista de Osório (FACOS), com as palavras-chave qualidade de vida no trabalho, psicologia do trabalho, psicologia organizacional, bem-estar no trabalho. Assim, concluímos que as empresas investem cada vez mais no bem-estar

¹ Acadêmicas do Curso de Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

de seus empregados, uma vez que esta satisfação contribui para melhores resultados futuros, com menos afastamentos e desmotivação no trabalho. Consideramos importante salientar o papel do psicólogo organizacional nesta relação empregado-empregador como mediador de conflitos e promotor de integração. Além da saúde física é de fundamental importância atentar às consequências psicológicas de um ambiente de trabalho e a influência que elas exercem na produtividade do trabalhador.

Quebrando estereótipos e construindo pontes

Michelle Cardoso Blaneck¹
Patrícia dos Santos Nunes²

Esse estudo é resultado do trabalho de conclusão da pesquisadora, refere ao curso de Pedagogia, no qual se buscou investigar através de uma prática/experiência pedagógica como desconstruir padrões estéticos, através de atividades de observação, percepção e criação. Nos dias de hoje percebe-se que o belo está no processo de criação, visto que o espectador pode dela participar, basta observar as bienais espalhadas pelo mundo, onde somos levados a ouvir, manusear, cheirar e até comer os objetos artísticos. Para pensar sobre esta temática buscamos auxílio nas escritas de Lowenfeld, Lacoste, Derdyk entre outros autores, aliadas às vivências, observações e explorações em sala de aula de algumas gravuras de artistas renomados como Frida Kahlo, Van Gogh, Matisse e Portinari, para que pudéssemos levar as crianças a refletirem sobre a estética atual e a sua própria, promovendo algumas práticas para auxiliar na construção de um desenho significativo e único, procurando a valorização do mesmo pelos produtores instigando um entendimento crítico do que é belo. Sabemos que na contemporaneidade a ideia de belo é aquela mostrada pela mídia, que faz parte dos cenários escolares, percebendo pela ótica da docente muitas vezes nos empolgamos com um desenho mais colorido, mais elaborado, estamos de certa forma, desmotivando um aluno que pode ter outra concepção de belo e produzir um desenho menos colorido ou aparentemente menos elaborado. A pesquisa buscou ainda questionar o papel da escola dentro de uma cultura pautada por estereótipos que são modelos de beleza e de certezas conforme os autores já referenciados. A prática pedagógica contou com alunos entre cinco e seis anos, de uma escola da rede privada do município de Tramandaí, litoral Norte do Rio Grande do Sul. Entendemos, a partir deste estudo que o trabalho do professor é apontar caminhos sem insinuar quais devam ser os eleitos. Através das sensações podemos observar e fazer comentários sobre a beleza do sol e como ele brilha nas folhas, e quando chove, estimular que os alunos observem a beleza da chuva. Com isso convidá-los a sentir e expressar situações como essas. O belo pode aparecer em uma sala

¹ Pedagoga - Faculdade Cenecista de Osório.

² Professora orientadora da pesquisa.

arrumada, ou desarrumada em brinquedos organizados, ou amontoados. Ao fazermos arrumações, podemos solicitar ajuda às crianças, pedir sua opinião sobre como e ouvir seus argumentos. Não devemos impor o nosso senso de organização nem de belo, devemos, por outro lado, aproveitar nossa experiência, aceitar a discordância desde que devidamente argumentada. Concluiu-se, portanto que, mais do que faixa etária, nível cognitivo ou contexto social, são as diferentes experiências, vivências e observações criativas e significativas que marcam o início de um processo de desconstrução de estereótipos nos desenhos das crianças e isso, se bem conduzido pode acontecer precocemente.

Razões para Impeachment

José Roberto Prestes Madruga¹

Mário Renato Alves Pinheiro¹

Luciana Wiedemann¹

Everton Ricardo Bootz²

Diante dos últimos acontecimentos (protestos, manifestações, corrupção) tem crescido entre a população, e até mesmo dentro do Congresso Nacional, notícias sobre um futuro processo de “*impeachment*” contra a atual presidente da república, Dilma Rousseff. Não obstante isso, a forte pressão das mídias, como meio de manipulação das massas, através dos seus mais diversos meios: telejornais, revistas, e até nas redes sociais; o termo vem se popularizando, ocasionando o crescimento de organizações e de movimentos favoráveis ao processo. Impeachment, epistemologicamente significa impedimento ou impugnação. Por meio deste processo, busca-se conseguir o impedimento de altas autoridades governamentais de continuar no cargo, as quais são acusadas de infringir seus deveres funcionais, não podendo exercer mais suas funções e conseqüentemente perdendo seus direitos políticos por determinado tempo. No caso em questão, tratando-se da Presidente da República, nossa Constituição prevê os crimes que são de responsabilidade do presidente, no seu art. 85. O art. 86, também da Constituição Federal, diz quais as medidas aplicáveis, se admitida à acusação do presidente da república, por dois terços da Câmara dos deputados. O processo de impeachment encontra respaldo legal na lei 1079/1950, além dos artigos supra citados da Constituição Federal. Importante dizer, que a referida lei define em seu art. 2º que os crimes contidos nela, ainda que apenas “tentados” são passíveis de perda de cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública. Para se julgar um processo de *impeachment* é necessário que seja criada uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual deve ser aprovada por um terço da respectiva casa legislativa, esta CPI terá que possuir membros indicados pelos partidos, conforme o número de parlamentares destes e, conforme o critério de proporcionalidade. Através do relatório final desta CPI, ou seja, que vai indicar as conclusões das investigações, é que se saberá se o governante

¹ Acadêmicos de Direito da Faculdade Cenecista de Osório – FACOS/RS

² Professor de Direito da Faculdade Cenecista de Osório – FACOS/RS

investigado cometeu ou não atos que são lesivos ao Estado, caso sim, então, será criado o processo de impeachment. Por fim, para que haja o impeachment, culminando na perda do cargo, é necessário os votos de dois terços da Câmara, além de um bom argumento jurídico, como explica o professor de Direito Constitucional da Unisinos, Lenio Streck. Ante o exposto, o presente, objetiva elevar à reflexão sobre as importantes mudanças que um processo de “*impeachment*” pode causar em um país, bem como tentar demonstrar as conseqüências dessas rupturas no processo democrático no Estado de Direito. Neste sentido, faz-se pertinente uma breve explanação histórica acerca do processo de “*impeachment*” sofrido pelo ex-presidente, Fernando Collor, em 1992, momento que mudou a história política do Brasil. O presente trabalho pautou-se na metodologia de pesquisa epistemológica bibliográfica, buscando informações a partir de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios eletrônicos (web sites), artigos e revistas. Conclui-se que vivemos e um momento de grande questionamento do povo em relação aos seus representantes políticos, cansados de serem enganados e por diversas vezes lesados, a população hoje se insurge e sai às ruas novamente clamando por justiça!!!.

Reflexões acerca da criação do Imposto sobre grandes fortunas sob a ótica da Justiça Geral

Giullia Peres da Silva¹
Renato Rodrigues Freitas Jr.²

O presente estudo consiste em pesquisa bibliográfica que tem como objetivo identificar a possibilidade legal de criação do Imposto sobre grandes fortunas no Brasil, aspectos positivos e negativos e, ainda, a observância aos fins da Justiça Geral. O imposto sobre grandes fortunas, cuja instituição compete à União, está previsto no art. 153, inciso VII, da Constituição Federal de 1988. Entretanto, até hoje, é o único entre os sete tributos previstos nesse artigo que não foi implementado. O pagamento desse imposto encontra respaldo na Justiça Geral, a qual, segundo Paulo Nader (Introdução ao Estudo do Direito, 2009), se dá pela contribuição dos membros da sociedade para o bem comum, onde os indivíduos colaboram na medida de suas possibilidades, por exemplo, através do pagamento de impostos, que propicia ao Estado a obtenção de recursos necessários à efetivação da justiça distributiva. Recentemente, o governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 31, alegando que “a renúncia inconstitucional de receita pela União tem estreita ligação com os interesses de seu estado” (STF, 2015). Afirmou, que a cobrança do tributo geraria a arrecadação anual de mais de R\$ 14 bilhões, conforme análise feita a partir de dados da Secretaria da Receita Federal. Em 1989, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, na época senador, apresentou um projeto no Congresso, o qual sugeria que pessoas com o patrimônio superior a R\$ 6,8 milhões deveriam pagar uma taxa de 0,3 a 1,0 por cento, de acordo com sua fortuna (G1, 2015). Além da proposta do ex-presidente, houve também uma proposta feita pelos deputados Luciana Genro, Francisco Alencar e Ivan Valente, a qual tratava que as pessoas que possuísem patrimônio superior a R\$ 2 milhões, teriam uma taxa equivalente a 1,0 até 5,0 por cento, mas, assim como a primeira, não chegou a ser votada no plenário (G1, 2015). Segundo leciona Maria

¹ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Cenecista de Osório (FACOS)

² Professor do curso de Direito da FACOS

Clara Inforzato (Vantagens e Desvantagens do IGF, 2013), o impedimento para a cobrança desse imposto seria a necessidade de uma lei complementar que regulamentasse essa prática. Lei esta que ainda não foi aprovada por diversas razões, dentre elas um possível conflito deste tributo com outros impostos sobre o patrimônio, um reduzido potencial tributário, a ineficaz incidência sobre títulos mobiliários, entre outras. Entretanto, nenhuma dessas alegações é verdadeira, segundo estudiosos, como Amir Khair (Imposto Sobre Grandes Fortunas). Segundo ele, alguns países, inclusive, já adotaram o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), tais como França, Grécia, Espanha, Suíça e Noruega, nos quais essa adoção foi bem-sucedida. Por outro lado, países como Áustria, Luxemburgo, Alemanha, Dinamarca e Finlândia, não obtiveram o sucesso. Da análise das informações coletadas, conclui-se que a criação do tributo encontra amparo legal e atende aos fins da Justiça Geral. Todavia, no Brasil, os resultados da cobrança desse imposto mostram-se desconhecidos face a inexistência de estudos técnicos. De forma otimista, acredita-se que o valor arrecadado através desse imposto poderia ser dividido pela União com Estados e Municípios, com destinação voltada à redução das desigualdades sociais.

Relato de experiência nas oficinas desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID): a importância da educação ambiental e a reciclagem de papel

Nádia dos Santos Bernardo Scheffer¹
Thais Castro de Souza²
Isabel Cristina Brandão Taufer²

O presente trabalho trata-se de um relato do Sub-Projeto de Ciências Biológicas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), oferecido pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e pela Faculdade Cenecista de Osório - FACOS, que proporciona a experiência de vivenciar o cotidiano escolar, e como consequência efetivar o planejamento e execução de propostas pedagógicas. Este projeto é realizado semanalmente através de oficinas de Ciências, pela bolsista na Escola Municipal de Ensino Fundamental Erineo Scopel Rapaki, situada no Município de Tramandaí - RS, litoral norte, com turmas das séries finais do ensino fundamental. As atividades desenvolvidas na Escola Erineo Scopel Rapaki, consistiram em oficinas de Ciências, e tiveram como objetivo proporcionar aos alunos uma compreensão dos processos de reciclagem e sua importância para sociedade, identificando os materiais que podem e devem ser reciclados. A reciclagem é uma forma particular do reaproveitamento de matérias-primas tais como: papel, plásticos, latas de alumínio e de aço, vidro, orgânicos e outros. Uma das dificuldades mais verificadas em uma sala de aula é exatamente de os alunos não terem conhecimento sobre materiais reciclados. A partir desta dificuldade foram apresentadas técnicas que explicam sobre esse novo conhecimento, aplicando na prática a reciclagem de papel. Este trabalho permitiu a troca de conhecimento entre a bolsista executora do projeto e os alunos frequentadores da oficina de Ciências, sensibilizando-os quanto a importância da reciclagem de papel, as vantagens de reciclar o papel, como esse papel pode ser utilizado e quais tipos de papéis podem ser reciclados. Foi realizada a separação dos papéis trazidos pelos alunos e também a preparação dos materiais e utensílios a serem utilizados para aplicação da técnica de reciclagem do papel. O presente trabalho demonstrou a necessidade real da educação ambiental nas escolas, com o desenvolvimento de atividades que estimulem o reaproveitamento de materiais,

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas da FACOS – Faculdade Cenecista de Osório.

² Professoras orientadoras – FACOS – Osório/RS.

entre elas a aplicação de práticas como a reciclagem de papel. Desta maneira as atividades desenvolvidas na escola, com a aplicação de técnicas e práticas simples, geraram um espaço promotor de conhecimento e de importância sobre a reciclagem de materiais.



Relatos de experiências a partir de um programa de ginástica funcional na Sociedade Beneficente Cantinho do Céu - Osório/RS

Regina Formagio da Silveira¹

Fábio da Silva Cunha²

Tiago Nunes Medeiros²

A partir da década de noventa aproximadamente, com a redução das taxas de mortalidade e fecundidade e o aumento da expectativa de vida houve um aumento do número de pessoas idosas na sociedade. Do ponto de vista orgânico, o envelhecimento envolve uma diminuição de força muscular, amplitude articular e a perda de flexibilidade. Sobre o aspecto psicológico, o processo afeta a autoestima, e auto eficácia o que pode ocasionar depressão o que no caso do idoso pode ser uma doença devastadora. O envelhecimento de um indivíduo está associado ao processo biológico, e ao declínio das capacidades físicas com fragilidades psicológicas e comportamentais; partindo disso, o “estar saudável” deixa de ser relacionado com a idade e pode ser entendido como a capacidade do organismo de resposta as necessidades da vida cotidiana, juntamente com a motivação física e psicológica para continuar buscando objetivos e novas conquistas, tanto pessoais quanto familiares. A identificação de um perfil populacional envelhecido tem chamado atenção para novas iniciativas no que se refere a melhoria da qualidade de vida desse idoso, com a necessidade de mais intervenções, maior independência e autonomia funcional. Deste modo, o presente estudo se propõe a identificar os benefícios de um programa de Ginástica Funcional na saúde e qualidade de vida dos idosos residentes na Sociedade Beneficente Cantinho do Céu em Osório-RS. Para tal proposta, se fez necessário uma pesquisa qualitativa descritiva. Os instrumentos de pesquisa foram as observações, diálogos e relatos de experiências de 8 idosos sujeitos da pesquisa e 2 funcionários participantes privilegiados da S. B. Cantinho do Céu. O trabalho de campo teve duração de 2 meses, com atividades de Ginástica Funcional como bolas suíças, bolas de borracha, elásticos, escadas de agilidade, bastões, arcos, cones e colchonetes. Neste período as atividades tiveram uma progressão que variou conforme a condição dos participantes, ou seja, aqueles que estavam na condição de cadeirantes, realizaram trabalhos de resistência, força

¹ Acadêmica do curso de Educação Física da FACOS – Osório/RS.

² Professores orientadores – FACOS – Osório/RS.

e coordenação motora. Os idosos aptos a ficarem em pé, realizaram atividades de força, agilidade, resistência, coordenação motora e equilíbrio. A utilização da música foi permanente durante todas as atividades realizadas. Após a triangulação das informações identificamos que o aumento na adesão ao programa de exercícios, bem estar, sociabilização, motivação pela música e motivação em frequentar o programa devido aos resultados observados tanto em si como nos colegas foram aspectos comuns entre os participantes da pesquisa. Neste sentido, podemos compreender que o conjunto de exercícios de Ginástica Funcional e os efeitos da música influenciaram na saúde e na qualidade de vida dos idosos residentes no lar Cantinho do Céu.

Repercussões do tratamento hemodialítico na vida do paciente crônico renal

Alessandra Stuepp Evaldt¹
Cintia Oliveira dos Santos¹
Tatiana Jacques Guimarães²

Segundo Resende (2007), a doença renal pode ser considerada um problema de saúde pública e causa altas taxas de morbidade e mortalidade. Tem um impacto negativo sobre a qualidade de vida dos pacientes. A doença renal crônica é o resultado final do comprometimento da função renal por diversas doenças que acometem os rins, de maneira rápida ou lenta e progressiva, que tornam os rins incapazes de realizar suas funções. O ritmo de tal progressão depende da doença original e de causas agravantes, como hipertensão, infecção urinária, nefrite, gota e diabetes (Kusumota, Rodrigues & Marques, 2004). Ao iniciar o tratamento hemodialítico, os pacientes crônicos renais se deparam com uma série de mudanças que impõem limitações em suas vidas, seja social, no trabalho ou nos hábitos alimentares. A hemodiálise traz uma sucessão de eventos que comprometem os aspectos físico e psicológico e que trazem repercussões pessoais, familiares e sociais (RESENDE, 2007). Cada pessoa vivencia e enfrenta a doença de forma pessoal, dependendo de sua estrutura de personalidade e capacidade de enfrentar frustrações, por isso alguns serão motivados para o tratamento enquanto outros se centrarão no sofrimento (MARIOTTI, 2009). Esse trabalho objetivou proporcionar um momento de escuta e atenção aos pacientes renais crônicos, proporcionando a eles um espaço para falarem sobre as mudanças trazidas pelo tratamento, para poder expressar seus sentimentos, angustias e medos. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi – estruturadas realizadas individualmente com sete pacientes renais crônicos em uma clínica de hemodiálise na cidade de Osório, durante a sessão de hemodiálise com cada entrevista durando em média de cinquenta minutos para cada paciente. Como resultado da escuta dos pacientes, foi possível observar nos depoimentos várias questões em comum, assim como questões pessoais da relação de cada indivíduo com a doença crônica renal. A

¹ Acadêmicas do curso de Psicologia da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

rejeição do tratamento hemodialítico no seu início foi manifestada pela maioria assim como grande parte dos entrevistados deseja fazer o transplante renal, que somente desta forma terão uma vida normal. Os principais discursos retratavam o sentimento de inutilidade, das grandes mudanças causadas pelo tratamento e o incômodo de depender da máquina de hemodiálise para viver foi bastante expressivo. A impossibilidade de trabalhar é causada pelo tratamento, segundo relatos dos pacientes, tanto que muitos deixaram seus empregos por causa deste, por isso muitos falaram que sentem falta de trabalhar. Emergiram discursos sobre questão do medo da morte. Esse breve momento de escuta teve um feedback positivo dos pacientes que relataram que gostaram da possibilidade de falar e que este foi um momento muito bom.

Repouso semanal remunerado e a problemática da tempestividade da sua folga compensatória

Lhana Caroline Lopes Cardoso¹

Laura Carolina¹

Oraides Morello Marcon Marques²

O repouso semanal remunerado atualmente normatizado na Lei 605/49, é um direito fundamental dos trabalhadores com previsão constitucional no art. 7º, XV, da Constituição. O domingo ou feriado trabalhado poderá ser pago de duas maneiras: paga-se o dia trabalhado em dobro, sem prejuízo do descanso semanal remunerado, conforme dispõe a Súmula 146, TST, ou se concede uma folga compensatória em outro dia, conforme art. 6º, §3º, do Decreto n. 27.048/49. Entretanto, para o trabalhador possuir o direito ao repouso semanal remunerado é necessário frequência e pontualidade. Deste modo, não é devida a remuneração quando, sem motivo justificado, o empregado não cumprir integralmente seu horário de trabalho. Ademais, o repouso semanal sempre será devido, embora nem sempre remunerado. A palavra “semana” pode ser interpretada de várias maneiras como: sete dias contados do domingo ao sábado; sete dias consecutivos ou seis dias imediatos ao domingo. O dia preferencialmente destinado ao gozo do repouso semanal é o domingo, entretanto, o repouso semanal remunerado poderá ser concedido em outro dia que não seja o domingo. Contudo, quando a concessão do repouso não recair no domingo, por ser repouso semanal de observância cogente, é preciso concedê-lo em outro dia da semana. A lei não define ou delimita em termos concretos o que seria este “em outro dia”. A saída seria se valer da analogia e utilizar o comando legal do art. 9º da Lei nº 605/49 pagando em dobro, se não houver outro dia de folga como forma de indenização ao empregado pela não fruição tempestiva da folga remunerada. A respeito da concessão de folga compensatória há duas correntes: a primeira entende que depois de completado o labor semanal o empregado terá direito de usufruir do repouso semanal remunerado. A insistência para que o repouso semanal remunerado caia após o sexto dia de labor remonta aos ensinamentos bíblicos, e em razão da forte influência da dogmática cristã, onde

¹ Acadêmicas do curso de Direito da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

o dia santo de descanso é o domingo, por ser o dia em que Jesus ressuscitou. Logo, o descanso após o sexto dia de trabalho consecutivo possui não só fundamentação jurídica, mas também bíblica. O problema se sobressai diante da imposição do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 10.101/00, que determina que o repouso semanal remunerado deva coincidir com o domingo num período máximo de três semanas. A solução foi dar essa folga “a mais” com o escopo de reiniciar a contagem do prazo de concessão de repouso semanal remunerado, interrompendo-se a contagem do trabalho consecutivo. Logo, a cada semana é imperiosa a concessão do repouso semanal remunerado, sendo que, a cada três semanas, uma das folgas deverá coincidir com o domingo. Podemos concluir que o presente estudo visa estabelecer de forma razoável e proporcional, limitando-se em nove dias o período máximo de trabalho consecutivo até a folga compensatória, fazendo coincidi-la uma vez, no período de três semanas, com o domingo, como resultado de um juízo de ponderação entre a primeira e a segunda corrente.

Responsabilidade civil dos tabeliães e registradores

Uesli Rossi de Matos¹
Douglas dos Reis Pereira¹
Robson Ramos Cândido¹
Fernanda Mallmann²

O presente estudo busca através da pesquisa doutrinária e jurisprudencial, apontar quais as correntes doutrinárias mais aceitas atualmente no ordenamento jurídico no que se refere à responsabilização dos Tabeliães e Registradores por atos prejudiciais a terceiros que se utilizem de seus serviços. Em definição das atribuições delegadas a estes, pode-se dizer que são funções que decorrem de lei, sendo seus deveres de ofício absolutamente legais, devidamente regulamentados pela lei 8935/94, a qual define em seu art. 1º “serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos”. No entanto a problemática da questão envolve a definição do art. 236 da Constituição Federal, o qual o legislador traz em seu texto, que os serviços notariais e de registros são exercidos em caráter privado e por delegação do Poder Público. A respeito desta definição, interpretamos que os profissionais das serventias extrajudiciais trabalham em regime privado, sendo seus cargos delegados pelo Poder Público, e a fixação da lei para fiscalizar a responsabilidade civil e criminal de seus atos e da cobrança dos devidos emolumentos, de acordo com os §§1º e 2º do art. 236 da CRFB/88. Sendo assim há três correntes que tratam sobre a Responsabilidade Civil dos notários e registradores, a primeira a qual pertence o doutrinador Humberto Theodoro Júnior, diz que a responsabilidade para os servidores extrajudiciais é objetiva, pela reparação dos danos causados a terceiros, podendo os titulares da serventia entrarem com ação de regresso contra seus prepostos comprovado o ato danoso direta ou indiretamente e o nexo causal, sob responsabilidade subjetiva. A segunda corrente, diferente da primeira, a qual pertence o Professor Erpen, dita que não pode o titular da serventia responder objetivamente por um dano que se quer ele erigiu, casos em que as partes apresentem documentação ou declaração falsa, não cabe ao titular da serventia analisar detalhadamente sobre a veracidade da

¹ Acadêmicos do curso de Direito da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

documentação apresentada, mas sim analisar de acordo com os recursos oferecidos. Desta forma esta corrente aceita a ideia de responsabilidade subjetiva dos serventuários, cabendo o prejudicado comprovar o ato danoso por meio de prova que indique o dolo ou culpa do servidor. Por fim, a terceira e mais aceita corrente, a qual defende o doutrinador Silvio Venosa, por ser de amplo conhecimento que os serventuários extrajudiciais exercem serviços públicos delegados, fica responsabilizado objetivamente o Estado pelos atos danosos ocorridos na Serventia, cabendo ao Estado o direito de regresso contra o titular, o qual responde sob o prisma da responsabilidade subjetiva, devendo este efetuar o ressarcimento pela indenização da vítima do dano. Sendo assim, sob a divergência do tema, nos filiamos a terceira corrente, a qual defende a responsabilidade objetiva do Estado, pois mesmo que os titulares ocupem cargos de caráter privado, suas funções delegadas, como exposto na lei 8935/94, são de natureza pública, portanto, é dever do Estado responder pelos atos praticados por estes, sendo observado o instituto da culpa in vigilando, pela má escolha de seus servidores.

Responsabilidade civil por abandono afetivo

Caroline Marques Schultzz¹

Rafaela Pereira Ferreira¹

Pedro Gonçalves Santini¹

Jarbas Freitas da Silva²

Buscamos entender e explicar a possibilidade de responsabilização do genitor por abandono afetivo ao seu prole. Com o advento da Constituição Federal de 1988 foi consagrada e elevada a grau de princípio fundamental a socioafetividade no Direito de Família, acarretando a isso, diversas garantias aos filhos, como igualdade de filiação, importância do indivíduo no âmbito familiar e social, proteção Estatal, social e familiar para com os menores como seres hipossuficientes e em desenvolvimento cognitivo. O cuidado é fundamental para a formação do menor e do adolescente; ganha o debate contornos mais técnicos, pois não se discute mais a mensuração do intangível - o amor - mas, sim, a verificação do cumprimento, descumprimento, ou parcial cumprimento, de uma obrigação legal: cuidar. Mesmo com o divórcio ou dissolução da união estável, ou ainda, inexistindo qualquer vínculo conjugal, ambos os pais, continuam com a obrigação de participar da vida do filho, cooperando para o seu desenvolvimento, amparando-o no que for preciso e, sobretudo, dando amor e carinho. Sob esse aspecto, percebe-se a necessidade de responsabilizar os pais que descumprem os encargos do poder familiar, acarretando lesões psicológicas e afetuosas irreversíveis ao filho menor, que se encontra em um estágio de desenvolvimento, inteiramente dependente do vínculo afetivo. Atualmente vivemos em um Estado de Direito, onde a contemporaneidade nos convesce em uma sociedade democrática, onde somos todos adquiridores de Direitos Fundamentais. Sendo conforme referido com a promulgação da Carta Magna de 1988, a proteção do indivíduo é elevada ao patamar de bem maior de proteção Estatal, passando o Estado a ter um dever de promover e proteger todos os valores fundamentais dos homens. Destaca-se primeiramente a influência do princípio fundamental da Dignidade da Pessoa Humana, não somente nesse tema, mas em todo o ordenamento jurídico. É necessário explanar a respeito da família e dos seus

¹ Acadêmicos do curso de Direito – FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

princípios norteadores, do poder familiar, bem como, ponderar sobre o abandono afetivo e o dano moral, para assim, tratar da responsabilidade civil como meio de reparação aos danos causados ao filho menor, findando o objetivo. A doutrinadora Maria Christina de Almeida ainda instrui que o Direito civil, após a constituição passou a ser humanitária e fundada nos interesses de um livre desenvolvimento com dignidade. Maria Berenice Dias aponta que ?a falta de convívio dos pais com os filhos, em face do rompimento do elo de afetividade pode gerar severas sequelas psicológicas e comprometer seu desenvolvimento saudável?. Esta ausência de convivência é hoje denominada de abandono afetivo. O dever de assistência dos pais para com os filhos, portanto, não se resume a recursos materiais, como por exemplo, o pagamento da pensão alimentícia. Faz-se obrigatório também o convívio e a demonstração de sentimentos para o amadurecimento eficaz do menor, que se encontra em estágio vulnerável. Dessa forma, demonstraremos os atuais conceitos e entendimentos da doutrina e jurisprudência no Tribunal Regional do Estado do Rio Grande do Sul.

Revisão dos contratos por onerosidade excessiva

Angela Hemielewski Dominguez¹
Tuani Germann Selau²
Patrícia Portella Quartiero³

O contrato é essencialmente um acordo de duas ou mais vontades em conformidade com a ordem jurídica, e tem o propósito de estabelecer uma regulamentação de interesses entre as partes, com a finalidade de adquirir, modificar ou extinguir relações jurídicas de caráter patrimonial. Os pactos devem ser cumpridos, dentro dos limites da lei, de acordo com o Princípio *Pacta Sunt Servanda* ou Força Obrigatória, aplicável aos contratos. Nesse contexto, a revisão contratual é uma exceção no ordenamento jurídico. Tal possibilidade está prevista no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, e ocorre quando há Onerosidade Excessiva, ou seja, um desequilíbrio econômico no contrato, ocorrido após o seu fato gerador. A possibilidade da aplicabilidade da revisão contratual fundada na Onerosidade Excessiva varia conforme a incidência da norma no caso concreto. O Código Civil (artigos 478 a 480) prevê que pode ser requerida a revisão contratual quando constatada a Onerosidade Excessiva, e que esta sobrevenha de um evento extraordinário e imprevisível. Incide, *in casu*, portanto, a Teoria da Imprevisão. A Teoria da Imprevisão ou *Rebus Sic Stantibus* (“enquanto as coisas estão assim”) representa uma ressalva à regra do Princípio da Força Obrigatória, e coloca afastada a obrigatoriedade com requisitos próprios. São requisitos à aplicabilidade da Teoria da Imprevisão: a) superveniência de ocasião inesperada - fato posterior ao pacto contratual, assim como imprevisível a ocasião; b) mudança de ordem econômica objetiva do contrato - não decorre de fatos atribuídos às partes, mas acontecimento alheio; c) a revisão contratual não poderá ser requerida se no momento da alteração da circunstância a parte encontrava-se em mora; d) Onerosidade Excessiva - uma das partes (ou as duas) apresente um acréscimo no

¹ Graduanda do 4º semestre do Curso de Direito pela Faculdade Cenecista de Osório.

² Graduada em Letras pela Faculdade Cenecista de Osório (2012) e graduanda do 5º semestre do Curso de Direito pela Faculdade Cenecista de Osório.

³ Graduada em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (1998) e Mestra em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2007).

ônus econômico da prestação contratada. Portanto a teoria da imprevisão é uma estrutura de reequilíbrio contratual. A possibilidade de revisão por Onerosidade Excessiva está prevista, ainda, no Código de Defesa do Consumidor (artigo 6º, V), que garante ao consumidor a alteração de cláusula contratual que estabeleça prestação desproporcional, bem como a revisão do contrato em razão de fato superveniente que torne a prestação excessivamente onerosa. Percebe-se que, nesse contexto, não há exigência de fato imprevisível e extraordinário para a revisão do contrato - como no Código Civil. Assim, a simples demonstração de desequilíbrio entre as prestações contratuais, desde que superveniente ao fato gerador do negócio, admite revisão contratual em benefício do consumidor. Nota-se que pode haver revisão por Onerosidade Excessiva sem a incidência da Teoria da Imprevisão. *In casu*, nas relações de consumo, parte-se da premissa de que o consumidor é a parte vulnerável do negócio e, portanto, nesse contexto, a revisão é uma valiosa conquista para o consumidor.

Segurança do trabalho em um cartório do Litoral Norte gaúcho

Cassiane Aparecida da Silveira¹
Ludinara do Nascimento Scheffel²

Os cartórios possuem documentos de grande valor, como registros civis, notariais, dentre outros, os quais devem ser preservados por anos; então, é de extrema importância, a segurança e preservação destes, bem como dos colaboradores que atuam nesta área. Com relação às Normas Regulamentadoras (NRs) de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), verificou-se que as NRs 7, 16, 17 e 23, influenciam diretamente neste ambiente. O objetivo deste estudo foi analisar o dia-a-dia de trabalho em um Registro Civil e Especiais, verificando a existência de possíveis falhas em relação à legislação de SST. Refere-se a um estudo de caso baseado na obra de YIN, realizado em um cartório localizado no litoral norte gaúcho, cuja coleta de dados ocorreu através de observação participante e fotografias do ambiente de trabalho. A NR 7, PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, estabelece a obrigatoriedade, por parte de todos os empregadores, dos exames médicos (admissional, periódicos e demissional). Já a NR 16 - Atividades e Operações Perigosas, em seu anexo 5 menciona que atividades laborais com utilização de motocicleta devem pagar adicional de periculosidade. No que tange à NR 17 - Ergonomia estabelece parâmetros para a adequação das condições de trabalho, visando à prevenção dos problemas de saúde e segurança relacionados ao trabalho. E, por fim, a NR 23 - Proteção contra incêndios aborda, principalmente, a elaboração do Plano de Proteção Contra Incêndio, ressalta que o empregador deve informar aos trabalhadores sobre a utilização dos equipamentos de combate ao incêndio; o local de trabalho deve dispor de saídas de emergência claramente assinaladas por meio de placas ou sinais luminosos, entre outros (BRASIL, 2015). Dentre os resultados obtidos, com relação ao PCMSO (NR 7), verificou-se que o único exame realizado é o admissional e, até a realização deste estudo, o Oficial nunca foi orientado sobre a obrigatoriedade da realização dos demais exames. Com relação ao anexo 5 da NR 16 (Periculosidade), aprovado pela Portaria n.º 1.565 de 13/10/2014, no cartório, mesmo anterior à aprovação da legislação pertinente, já havia sido incluído o percentual de periculosidade ao salário do colaborador (30%

¹ Graduanda do curso de Administração da Faculdade Cenecista de Osório.

² Professora orientadora - Mestre em Inclusão Social e Acessibilidade.

sobre salário da categoria). No que tange à ergonomia (NR 17), alguns aspectos negativos observados: altura e encostos das cadeiras e a altura dos monitores incorretos, além de não terem sido encontrados apoios para os pés, conforme designa a norma. O mobiliário em bom estado e a inexistência de variações climáticas extremas foram aspectos positivos e adequados ergonomicamente à realização do trabalho. Quanto à NR 23 - PPCI, o cartório possui há muitos anos o plano, porém só foi implantado corretamente em outubro de 2014, após o recebimento de um ofício informando sobre a lei estadual nº 14376/2013, que traz a obrigatoriedade do PPCI em condomínios comerciais, residenciais e mistos, então as medidas necessárias (extintores, placas luminosas) foram imediatamente implantadas. Além da apresentação dos resultados deste estudo à empresa, foram também apresentadas algumas sugestões como implantar ginástica laboral; exercícios de reforço muscular para membros superiores; e adequação da altura dos monitores.

Sentença suicida

José Roberto Prestes Madruga¹
Mário Renato Alves Pinheiro¹
Dimitrius Tolentino de Souza Nunes¹
Everton Ricardo Bootz²

As sentenças de mérito via de regra devem ser compostas por três dispositivos, a saber: a) Relatório (contém os nomes das partes, a suma do pedido e a resposta do réu bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo); b) Fundamentos (onde o juiz analisará as questões de fato e de direito); e, por fim, c) Dispositivo (onde está transcrito a sentença, onde o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeteram). Neste sentido, o art. 165, do CPC, diz que as sentenças e acórdãos serão proferidos conforme preceitua o art. 458, I, II e III, do Código do Processo Civil, sendo as demais decisões também fundamentadas, ainda que de modo conciso. Essas normas são constitucionalmente positivadas no art. 93, IX, da Constituição da República, bem como na Súmula 98 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, a qual prevê o recurso a ser interposto contra a sentença que não obedecer preceitos legais. Assim, a sentença suicida, tema deste trabalho de pesquisa, é aquela cujo dispositivo diverge da sua fundamentação, tornando o julgado contraditório, em sendo assim, passível de nulidade ante a não conformidade de sua fundamentação com seu respectivo dispositivo. Contra este tipo de sentença, pode se opor embargos de declaração (Súmula 98 STJ) em razão da obscuridade ou contradição da sentença, art. 535, I, também do Código do Processo Civil, (desde que, dentro do prazo). Ainda, com relação à sentença, o art. 125, I, II, III e IV, do Código do Processo Civil, diz que ao magistrado cabe dirigir o processo conforme as disposições do Código, assegurando às partes, a igualdade de tratamento; velar a rápida solução do litígio; prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça; tentar a qualquer tempo conciliar os litigantes/partes, não podendo o juiz se eximir de sentenciar ou despachar, alegando alguma obscuridade da lei, tendo que aplicar as normas legais (vide art. 126, CPC). Ainda deve o juiz indicar os motivos que o fizeram decidir daquela maneira, conforme preceitua o art. 131, CPC. O presente trabalho se pautou na metodologia

¹ Acadêmicos de Direito da Faculdade Cenecista de Osório – FACOS/RS.

² Professor de Direito da Faculdade Cenecista de Osório – FACOS/RS.

de pesquisa epistemológica bibliográfica, ou seja, a partir de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios eletrônicos (web sites), artigos e revistas, os quais faz-se necessário dizer, são pouquíssimos. Assim, em breves linhas, tendo por objetivo principal, mostrar que as sentenças e acórdãos proferidos por nossos magistrados devem obedecer determinados preceitos, bem como a importância que a obediência a estes representam para os princípios da “segurança jurídica” e do “devido processo legal”, garantias constitucionais esculpidas na nossa Carta Magna de 1988. Por fim, não podemos dizer ao certo o número de recursos interpostos aos tribunais todos os anos em virtude deste tipo de sentença, portanto, não havendo resultados concretos a se apresentar, mas sabendo que está é uma realidade vivida no mundo jurídico.

Síndromes cromossômicas

Juliana Matos¹

Joice Colissi¹

Charles Francisco Ferreira²

Com os avanços das últimas décadas de técnicas com aplicabilidade para a área de genética médica, se faz necessária uma melhor compreensão das anomalias determinadas por genes e cromossomos. As alterações caracterizadas como cromossômicas são relacionadas com mais de 60 síndromes passíveis de identificação, muitas delas associadas com o aumento da incidência gestacional por mulheres em idades avançadas. Embasados nestas informações, o presente trabalho objetivou uma revisão sistemática da literatura nos principais bancos de dados nacionais das áreas Biológicas, Biomédicas e da Saúde (SciELO, Bireme e Google acadêmico), bem como em livros técnicos da área de Genética Médica, com o intuito de fornecer maiores conhecimentos sobre as principais síndromes cromossômicas para a comunidade acadêmica da Faculdade Cenecista de Osório. As principais síndromes cromossômicas descritas na literatura compreendem as seguintes aberrações: Síndrome de Down, Síndrome de Edwards, Síndrome de Patau, Síndrome de Klinefelter, Síndrome de Cri-du-Chat e a Síndrome do X Frágil. Estes erros apresentam alterações ou no número total de cromossomos (Síndrome de Down - trissomia do cromossomo 21, Síndrome de Edwards - trissomia do cromossomo 18, Síndrome de Patau - trissomia do cromossomo 13, Síndrome de Turner - perda total ou parcial de um cromossomo X, Síndrome de Klinefelter - presença de um cromossomo X extranumérico) ou na estrutura dos cromossomos (Síndrome do X Frágil - amplificação de nucleotídeos CGG no gene FMR-1, Síndrome de Cri-du-Chat - perdas cromossomais do braço curto do cromossomo 5). Os erros estruturais podem ser resultantes de perdas cromossomais, denominadas deleções, ou pela inversão de uma parte cromossomal com outro cromossomo durante o período de duplicação, processo denominado translocação. As alterações cromossômicas numéricas alteram o número total de cromossomos do cariótipo

¹ Graduandas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

² Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre e Doutor em Ciências Biológicas: Neurociências - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Orientador – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

humano normal, composto por 23 pares. As trissomias ocorrem com o surgimento de um cromossomo a mais em algum destes pares, enquanto as nulissomias são a diminuição de um dos cromossomos constituintes do pareamento do cariótipo. Dentre os principais sintomas ocasionados por estas alterações cromossômicas, destacamos: infertilidade, atrofia de genitálias, má-formação física e, em alguns casos, problemas neurológicos graves. Destacamos a Síndrome de Patau como a anormalidade mais severa, podendo resultar em casos de hidrocefalia e mutações morfofisiológicas graves (ciclopia, lábio leporino), sendo a sobrevivência de nascidos vivos com esta aberração não excedendo a 6 meses. Considerando estas informações, muitos artigos apontam a falta de estrutura familiar ou suporte fornecido pelo Sistema Único de Saúde para estes sindrômicos e seus familiares. Constatamos também uma grande divergência entre os dados de incidências pelas diferentes fontes. Outra possível inferência para explicarmos esta divergência na literatura seria a priorização de realizações profissionais, por mulheres, antes da formação de uma estrutura familiar. Tal fato contribuiria para o aumento da probabilidade de ocorrência de alguma aberração na estrutura e número cromossomal do feto, induzida pela elevação da idade materna gestacional. Com os avanços dos conhecimentos genéticos para a clínica médica, especificamente destas anormalidades, ações mitigadoras para os casos de aborto permitiram maior probabilidade de gestações a termo para estas condições.

Software educacional: um novo ritmo para alfabetização em uma escola municipal na cidade de Osório-RS

Adriana Aparecida Ribas Morais¹
Eliane Cristina Araujo Schneider²

No atual contexto social, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em especial o uso de software educacional pedagógico no processo de alfabetização possui total relevância para a formação de um cidadão crítico e apto para atuar no mundo em que vivemos. Considerando que a escola ocupa um importante papel no desenvolvimento e formação do sujeito e o acesso às mídias digitais faz parte do nosso cotidiano, este estudo abordou as relações entre tecnologia e educação diante de novos paradigmas que se tornam constantes em nossa vida. A escola e os professores necessitam buscar variadas formas e recursos disponíveis para estar e agir em um mundo cada vez mais globalizado e competitivo. A contemporaneidade nos remete a um indivíduo que dispõe de inúmeras possibilidades de aprender a se conectar, além de possuir uma nova configuração de aprendizagem. A inclinação para trabalhar com esta questão iniciou com as práticas realizadas nos estágios curriculares e projetos de Iniciação à Docência (PIBID), nos quais foi possível observar o trabalho realizado por uma professora, em sala de aula. Ambas as inserções foram desenvolvidas em uma escola da rede municipal de ensino na cidade de Osório/RS durante o primeiro semestre do ano de 2014. Constatando a presença das TIC no nosso dia-a-dia, surgiu a motivação necessária para desenvolver a pesquisa sobre tal temática, buscando compreender de que forma integrar práticas e alternativas de ensino para auxiliar o aluno em seu processo de aprendizagem. Diante disso, foi importante conhecer seu funcionamento, como utilizá-lo e como associá-lo às metodologias educativas que norteiam a prática pedagógica. A pesquisa, de cunho qualitativo foi desenvolvida através de questionário realizado com os professores, observações e inserções em sala de aula a fim de refletir sobre suas ações pedagógicas. Esta análise foi importante na medida em que as TIC fazem parte da vida escolar. Compreender o uso da internet, de softwares, de e-mail, de sites de pesquisa, do ambiente virtual

¹ Egressa do curso de Pedagogia – Faculdade Cenecista de Osório.

² Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da Faculdade Cenecista de Osório.

produzindo competências e habilidades em uma sociedade que vive em profundas transformações, é fundamental. Como apresenta Sibilía (2012, p 13), “a escola seria, então, uma máquina antiquada”, pois seus componentes e seus modos de funcionamento já não entram facilmente em sintonia com os jovens do século XXI. O desafio de compreender, identificar, programar e utilizar um computador, não resiste à comparação de uma metodologia pedagógica formal, que para o jovem atual é muito maçante. Os resultados da presente pesquisa apontaram que o uso das tecnologias auxiliam no processo de ensino/aprendizagem de forma lúdica e criativa, a apropriação da escrita e da leitura em níveis crescentes, assim como o desenvolvimento de aspectos como autonomia, concentração e interação do grupo relacionado às práticas propostas.

Tabu: como dialogar sobre sexo com seu filho?

Mayara Borba Fraga¹
Patricia dos Santos Nunes²

Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada na disciplina de Metodologia e pesquisa Científica no curso de Psicologia. Nos dias atuais as pessoas abordam em suas socializações um tema cujo nome transpõe inúmeras ideias individuais ao seu significado? o sexo, embora seja um assunto com múltiplas perspectivas, quando tratado entre adultos torna-se mais aceitável e relevante, contrapondo a isto, tal assunto quando dialogado com jovens adolescentes principalmente nas relações entre pais e filhos é na maioria das vezes temido e evitado por parte dos responsáveis, levando-os a questionarem-se sobre como dialogar esse tabu. Este trabalho busca investigar como os pais de adolescentes se auto avaliam através de um questionário com relação ao diálogo sobre sexo com seus filhos em tempos que diversificados meios sociais nos quais eles interagem, por exemplo a mídia, internet, televisão e a escola, espaços onde este adolescente está inserido, absorvendo com outros demais fomentando dúvidas por vezes não esclarecidas entre os mesmos, cabendo-lhes os pais como referencial para as respostas, iniciando mais uma etapa tanto no vínculo familiar como no desenvolvimento e crescimento deste adolescente. Diante do surgimento das dúvidas do filho, os pais costumam a perceber de que o filho tão esperado, desejado e idealizado simplesmente cresceu, e com isso surgem inúmeros questionamentos: Será que os pais estão preparados para lhes orientar de forma segura? Como abordar com seu filho um assunto tão generalizado e banalizado nos dias atuais? Como se propor há dar início a discussão? Como ser pai ou mãe neste momento é o que este estudo ambicioso procura interpretar diante da metodologia utilizada pela discente ao entrevistar e aplicar um questionário aos pais destes adolescentes em inúmeras descobertas. Foram utilizados os autores. Após a realização da coleta de dados, através de questionários e entrevistas concluímos que os responsáveis por adolescentes em sua maioria quando os

¹ Acadêmica do curso de Psicologia da FACOS – Osório/RS.

² Professora orientadora – FACOS – Osório/RS.

mesmos iniciaram a conversa sobre sexo, não houve um espaço frutífero e nenhuma forma de diálogo com os seus responsáveis, embora este fato ter ocorrido com os mesmos, isto não os impede de dialogar, orientar e “abrir” espaço para as possíveis dúvidas de seu filho, assumindo assim a postura que deseja de seus filhos. Por ser ainda nos dias de hoje tratado como um “tabu”, conforme pudemos constatar, acreditamos que este tema envolva e mobilize não apenas as famílias que vivenciam isso, mas a sociedade em geral, implicando assim, uma necessidade cada vez maior a se dialogar em todos os contextos que os adolescentes estiverem inclusos. Contudo, ao conversar com seu filho adolescente sobre questionamentos provenientes dele se estabelece uma relação benéfica a ambas partes, gerando então uma abertura para se dialogar não somente sobre sexo, mas também a demais dúvidas e incertezas nesta fase turbulenta do desenvolver íntimo, educacional e social de seu filho, transmitindo-lhe segurança e valores que o mesmo poderá passar aos seus no futuro.

Traficar drogas ou adulterar medicamentos? A visão do legislador sobre a prioridade punitiva no Brasil: uma análise comparada a partir das mudanças trazidas pela Lei n. 9677/98

Andréia de Andrade de Oliveira¹

Elaine Hahn¹

Rogério Guincheski Manara¹

Saulo Bueno Marimon²

A saúde pública é um direito fundamental reconhecido pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, há inúmeras condutas que expõem tal direito a efetivo perigo, como por exemplo, as condutas tipificadas nos dispositivos legais 272 e 273 previsto no Código Penal Brasileiro. A proteção ao direito fundamental também é considerada na Lei 9.677/98, responsável pelas alterações nos dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, que inclui no rol dos crimes considerados como hediondos os delitos contra a saúde pública. O presente trabalho tratará de maneira breve sobre os crimes contra a saúde pública, dando ênfase aos tipificados nos Arts. 272 e 273 do Código Penal, atentando a dissonância entre as penas. Diante do Art. 272 do Código Penal compreende-se como bem jurídico a proteção à incolumidade pública, dando ênfase à saúde pública. Desta forma, o dispositivo legal em estudo objetiva defender a coletividade, prevendo que caso o bem jurídico seja infringido, haverá sanções impostas aos agentes criminosos, responsáveis a violarão do ordenamento jurídico. Segundo o renomado autor Cesar Roberto Bitencourt, “as ações incriminadas apresentam-se, frequentemente, como fraude ou lesão patrimonial em atos empresariais, embora a sua gravidade decorra do perigo comum que produzem”. Ademais, há incongruências quanto à aplicação da pena. Vejamos que a Lei 11.343/06, no seu artigo 33, traz as penas aos crimes relacionados a quem esteja em desacordo com determinação legal ou regulamentar do tráfico de drogas. Tais sanções são menores que as impostas nos crimes de fraude e adulteração de alimentos, momento em que encontramos incongruências. Aliás, como podemos mensurar os valores da sociedade apoiam leis severas, mas

¹ Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade Cenecista de Osório.

² Docente do curso de Direito da Faculdade Cenecista de Osório.

não possuem um sistema equitativo na aplicação e diferenciação dos crimes cometidos. O presente trabalho é baseado na pesquisa bibliográfica, mediante o método de coleta de dados por meio de leis, artigos jurídicos, doutrina, pesquisas on-line dentre outras que versam sobre o tema. É dever do Estado fornecer todos os meios para a devida proteção da saúde pública. A atuação através de uma efetiva “fiscalização” em alimentos, bebidas, produtos medicinais e terapêuticos configura a devida proteção ao bem jurídico em tela. Quando isso não ocorre dá margem a ações “fraudulentas”. Devendo os responsáveis pelas “fraudes” serem punidos, a fim de demonstrar que tais ações não serão toleradas, pois podem causar graves danos a coletividade. Com isso os Arts. 272 e 273 do Código Penal são exemplos de sanções destinadas aos que ousarem violar o ordenamento jurídico. Em face das observações feitas no desenvolvimento do presente trabalho é importante esclarecer que os artigos mencionados acima se distinguem quanto ao objeto material, sobre o qual recai a conduta, ou seja, enquanto um fala de substância, produto alimentício e bebidas o outro trata de produto medicinal ou terapêutico.

Transexualismo: uma revisão sistemática

Sonaira Goldani¹
Luciano Assis Mattuella²
Charles Francisco Ferreira³

Nos últimos anos, observamos o aumento frequente de novas obras de ficção que abordam a temática da transexualidade, sendo alguns exemplos os filmes “Transamérica”, “Meninos Não Choram”, “Priscilla – a Rainha do Deserto” e, mais recentemente, a série “Transparent” (Amazon Studios), dentre tantos outros. Isto evidencia um crescente interesse pelo assunto, apesar deste continuar envolto em nebulosidade, principalmente quando se fala de pessoas que vivenciam essa realidade. Na quinta versão do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais, o qual passou a vigorar em maio de 2013, a transexualidade deixou de ser categorizada como Transtorno de Identidade de Gênero, assumindo a nomenclatura de Disforia de Gênero. No entanto, esta mudança parece ser insuficiente para que a transexualidade deixe de ser vista como uma entidade nosológica; com a atual possibilidade de modificações das características corporais, com o uso da hormonoterapia e da possibilidade de realização da cirurgia de redesignação sexual, observamos que a questão da transexualidade se enfoca tangenciando exclusivamente o contexto biológico e que poderia, assim, ser sanada através de intervenções médicas. O desconhecimento, por parte da sociedade em geral, mas principalmente por parte de profissionais de saúde, juristas, agentes públicos e educadores, propicia a perpetuação do sujeito transexual no lugar abjeto que este vem ocupando ao longo da história. Assim, objetivando dar visibilidade ao assunto e, também, promover uma pesquisa de produção acadêmica sobre esta temática, realizamos uma revisão sistemática da literatura em dois bancos de dados das áreas Biomédicas e Biológicas (SciELO e Bireme), buscando os termos descritores: transexualidade, transexualismo, identidade de gênero e disforia de gênero. Após

¹Graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

²Graduação em Psicologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialista em Atendimento Clínico: ênfase em Psicanálise – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Filosofia – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Doutor em Filosofia – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS com estágio doutoral na Université de Strasbourg - França).

³Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre e Doutor em Ciências Biológicas: Neurociências - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Orientador – Faculdade Cenecista de Osório (CNEC/FACOS).

uma análise dos resultados obtidos, foi delimitado o período de 2005 a 2015 como critério de exclusão de artigos mais antigos. Adicionalmente, foram excluídos os artigos que não contemplavam diretamente a temática pesquisada. Após a aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão, 52 artigos científicos, redigidos no idioma Português e que possuíam livre acesso na íntegra por estes bancos de dados foram utilizados para a elaboração desta revisão sistemática. De acordo com a perspectiva abordada por cada um dos artigos, tornou-se possível categorizá-los em quatro grandes grupos: o envolvimento do caráter biológico e médico da transexualidade, as políticas públicas de saúde para transexuais, os aspectos jurídicos para o transexualismo e aqueles referentes aos saberes psi sobre a transexualidade. A integração destas quatro perspectivas mencionadas será o alvo de nossa redação científica perspectiva, visando a produção de conhecimento científico crítico acerca desta temática. Contudo, evidenciamos que os estudos sobre este tema se tornam cada vez mais relevantes uma vez que, embora muitas mudanças significativas tenham ocorrido nos últimos anos na tentativa de compreender o sujeito transexual, ainda existe uma zona de invisibilidade gerada pelo foco único na cirurgia de redesignação sexual. Sendo assim, apontamos que se faz necessário o afastamento desta visão biológica única e reducionista, na tentativa de vislumbrar todas as nuances abarcadas pela transexualidade.

Transgênicos e o direito à informação

Luci Léia Kühn¹
Pedro Henrique de Souza Nunes¹
Fernanda Mallmann²

Devido a necessidade da produção em larga escala de alimentos a ciência da agricultura evoluiu em busca de maiores produções atendendo às necessidades humanas mundiais. As plantas transgênicas possuem maior resistência de pragas e doenças, tornando-se assim um meio de cultura interessante e rentável. Porém, a utilização dessas plantas transgênicas possui como desvantagem ao aparecimento de biótipos resistentes à dificuldade de obtenção de plantas com produção de pequenas concentrações de toxinas. Essa resistência provavelmente advém da manipulação dos genes. Recentemente, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou com 320 votos contra 135, o Projeto de Lei 4.148/08 do Deputado Luis Carlos Heinze, acabando com a exigência do símbolo da transgenia nos rótulos dos produtos com organismos geneticamente modificados, como óleo de soja, fubá e outros produtos derivados. O texto disciplina as informações que devem constar nas embalagens para informar sobre a presença de ingredientes transgênicos nos alimentos. Na prática, o projeto revoga o Decreto 4.680/03, que já regulamenta o assunto. A aprovação deste projeto de lei é de total descaso com a população, pois a informação é um direito adquirido, ainda mais sobre aquilo que estamos consumindo, sobre aquilo que está diretamente relacionado com a nossa saúde. O consumidor fica vulnerável diante da falta de informações e sofre prejuízos, talvez não a curto prazo, mas, sim, a longo prazo, por adquirir um produto que não se sabe por qual mutações/transformações passou. No que tange ao direito à informação, o Projeto de Lei 4.148/08 fere o artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor, que dispõe sobre um dos direitos basilares do consumidor o qual se refere ao direito à informação; bem como, o art. 31, do mesmo código, o qual elenca visivelmente a necessidade da apresentação clara do produto e suas características. Portanto, não deveria ser diferente com os produtos transgênicos, pois esta omissão afligi direitos de escolha e de identificação da espécie do produto que está se consumindo. Caberia assim ao fornecedor informar as propriedades contidas em determinado

¹ Graduandos do Curso de Direito, Faculdade Cenecista de Osório (FACOS).

² Professora Mestre em Direito, Faculdade Cenecista de Osório (FACOS).

produto, tornando-as claras para o entendimento e esclarecimento do cliente. Com relação ao direito do consumidor podemos elencar os princípios da boa-fé, da vulnerabilidade, da transparência e da veracidade. Partindo dessas premissas, a fragilidade do consumidor é pressuposto, por ser a parte mais frágil da relação de consumo, ou seja, vulnerável às atitudes e decisões tomadas pelo fornecedor. Desta forma, o presente estudo questiona a validade da retirada do rótulo dos produtos transgênicos, uma vez que, não atinge o lucro dos fornecedores e nem dos produtores; e mais, a omissão agride diretamente o direito de informação do consumidor, por se tratar de uma mutação cujo o resultado no organismo humano é duvidoso e incerto. Neste prisma, cabe o questionamento da constitucionalidade dessa medida e saber a quem se quer proteger: os grandes produtores e empresas ou o consumidor?

Transporte gratuito para pessoas com deficiência: uma reflexão acerca da extensão desse direito para a via aérea

Carolini Monteiro Dreher¹
Jordana da Silva Dias¹
Iara de Castro Aguiar¹
Everton Ricardo Bootz²

Pessoas com deficiência são aquelas que apresentam ausência ou disfunção de uma estrutura física, psíquica, fisiológica ou anatômica, ou seja, são pessoas com limitações para desempenhar atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Para que tenham condições de se integrar, efetivamente, à vida social, precisam do amparo de leis que assegurem seus direitos, de políticas públicas estatais que garantam seu bem-estar e de uma sociedade que trate as pessoas com deficiência com dignidade e respeito. Entre tantas leis protetivas dos deficientes que existem em nosso país, o presente trabalho objetiva analisar a extensão e o alcance da Lei nº 8.899/94, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Referida lei é regulamentada pelo decreto 3691/00 e pela Portaria Interministerial nº 003, de 10/4/2001. É um tema polêmico, pois, o Tribunal de Justiça do RS, obteve um caso, em que a portadora de deficiência, requer passe livre para transporte viário. Contudo, a Lei nº 8.899/94, não descreve quais os tipos de transporte seriam concedidos para o passe livre, então, após seis anos da criação desta lei, é criado um decreto regulamentador, que ainda assim só descreve o seguinte: "As empresas permissionárias e autorizatárias de transporte interestadual de passageiros reservarão dois assentos de cada veículo, destinado a serviço convencional, para ocupação das pessoas beneficiadas...". No entanto, nem mesmo a Lei Federal e o Decreto excluem qualquer modalidade, visto que foi preciso uma Portaria Interministerial nº 003, de 10/4/2001, para tal descrição de transportes, sendo eles então os modos: rodoviário, ferroviário e aquaviário. Não há previsão nesta portaria gratuidade para o transporte aéreo, mas, a interpretação dos juristas do TJRS, é que o poder legislativo não interpôs limitações nos modos de transportes, e sim o regulamentador. Também há uma interpretação sobre o caso no STF, pelo Ministro Joaquim Barbosa, ele diz que este benefício deve ser sim, aplicável às vias aéreas,

¹ Acadêmicas do curso de Direito da FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

impondo que mesmo que as empresas aéreas assinalem que traria prejuízos, e este ônus, seria cobrado dos demais usuários do transporte viário. O Ministro alega que a lei foi criada para o benefício da população carente, e que seriam somente até dois assentos reservados para tal benefício, e que isto não tem intensidade suficiente para gerar graves resultados financeiros. Assim, percebe-se que mesmo que a lei seja vaga e não descreva o tipo aéreo, tal modo deve ser aplicado para pessoas com deficiência e que sejam de fato carentes economicamente. É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, como prevê o art. 23, II, da CF/88, garantir a saúde e a assistência pública, devendo a justiça tratar com igualdade os iguais, e com desigualdade para os desiguais.

Treinamento Físico Funcional voltado ao emagrecimento em idosa no município de Maquiné/RS (um estudo de caso)

Elidiane Martins Negruni¹
Bruna dos Santos Becker¹
Fábio da Silva Cunha²

O Treinamento Funcional é considerado nos dias de hoje muito benéfico para o emagrecimento, sendo a sua forma de execução com o peso do corpo, eficiente. Podendo ser trabalhada na academia de musculação ou até mesmo em estúdios funcionais. Este estudo apresenta conceitos e os benefícios sobre o treinamento funcional e o treinamento de força abrangendo a questão do emagrecimento através da prática realizada com idosos. Comparar o Percentual de Gordura, o Índice de Massa Corpórea e a relação Cintura-quadril de uma idosa participante de um programa de Treinamento Funcional. O presente estudo trata-se de uma pesquisa quantitativa sobre os benefícios do treinamento físico funcional na qualidade de vida de uma idosa do município de Maquiné/RS. A pesquisa foi realizada com uma idosa de 65 anos, classificada com sobrepeso. Para a análise dos dados foi utilizado uma avaliação física corporal que é uma forma de quantificar os diferentes componentes do corpo em relação a massa corporal. A fórmula utilizada foi de Jackson e Pollock (1978), juntamente com a cálculo de percentual de gordura, foram feitos os cálculos de Índice de Massa Corpórea (IMC) e o Índice de Relação Cintura Quadril (ICQ). Ao início de cada sessão de treinamento foi verificado a pressão arterial e logo após um aquecimento de mobilidade articular, na parte principal do treinamento foram realizados exercícios aeróbios e de força, de acordo com as limitações da aluna. O treinamento foi realizado em forma de circuito cardiorrespiratório e os materiais utilizados foram bola suíça, bola feijão, corda naval, escada de agilidade, chapéu chinês, step, fita de suspensão, faixas elásticas, halteres e caneleiras. A primeira avaliação feita antes do início do programa de Treinamento Funcional apresentou um IMC 37,29; o ICQ > 0,88 e o %GC 49,26. Por meio destes resultados, observou-se que o IMC classificava com obesidade classe II com risco severo para problemas cardíacos. O ICQ classificava risco muito alto e a avaliação de dobras cutâneas apresentou o índice de 49,26% do peso de gordura corporal. Após quatro meses de

¹ Acadêmicas do curso de Educação Física – FACOS – Osório/RS.

² Professor orientador – FACOS – Osório/RS.

treinamento funcional, uma nova avaliação física foi realizada, afim de comparar os resultados obtidos na primeira avaliação. Esta segunda avaliação apresentou o IMC=27,57 e a sua classificação foi reduzida para sobrepeso com risco aumentado para problemas cardíacos. O ICQ=0,84 apresenta redução, mas classificada com risco alto e o %GC apresentou o índice de 38%, este também mostrando uma redução. A partir da comparação das avaliações físicas, observou-se que o treinamento foi realizado de maneira eficiente para o emagrecimento desta idosa, que pôde perceber a melhora da qualidade de vida através do emagrecimento, contando com disposição e melhora na funcionalidade corporal.

União estável e o namoro qualificado à luz do direito cível e seus paradigmas

Bruna Jacobs Baptista¹
Eduarda Araújo Barbosa¹
Jaiane Gomes¹
Jarbas Freitas da Silva²

O presente trabalho tem o intuito de esclarecer a quem interessar sobre a diferenciação entre união estável e o tão polêmico termo “namoro qualificado”. Conforme decisão da Terceira Turma do STJ que reconheceu, em 12/03/2015, um relacionamento duradouro, público e contínuo como sendo um namoro qualificado e não uma união estável, diz que uma relação, para ser considerada união estável, precisa preencher todos os requisitos exigidos no Artigo 1.723 do Código Civil, quais sejam a convivência pública, contínua, duradoura e com objetivo de constituição de família. A decisão do STJ trouxe polêmica e fez com que diversas dúvidas na sociedade surgissem, trazendo confusão e conflito de informações. O ponto norteador do Relator da Terceira Turma do STJ, Ministro Belizze, foi que o relacionamento não possuía um dos requisitos exigidos no Artigo 1.723 do CC/02, qual seja a “intenção de constituir família”. Embora o casal tivesse morado junto por alguns anos, ainda não possuíam o objetivo de constituir família, descaracterizando, portanto, a relação de união estável. O caso se resume na história de um casal de brasileiros onde o homem foi morar no exterior a trabalho e meses depois a namorada foi para o mesmo país estudar inglês, onde moraram juntos por um ano. Conforme a namorada, em sua alegação, nesse tempo em que ambos moraram juntos houve a configuração de união estável, enquanto que o homem, em sua defesa, alega que houve apenas um namoro. Insatisfeitos com a sentença de 1º grau e com a reforma da sentença dada no 2º grau, seguiram até o STJ, onde este reconheceu que a relação não se tratava de namoro, nem de união estável, mas sim de um namoro qualificado. Conforme Dimas Messias de Carvalho, no seu livro Direito de Família, só existe união estável quando há o preenchimento de todos os requisitos exigidos no Artigo 1.723CC/02. Quando há falta de pelo menos um desses requisitos, a união estável é descaracterizada, transformando-se em um simples namoro qualificado. A jurisprudência segue piamente a defesa do professor Dimas,

¹ Acadêmicas do curso de Direito da FACOS – Osório/RS.

² Mestre em Direito e professor da FACOS.

determinando como namoro qualificado todos aqueles casais que se relacionam, mas não possuem o objetivo de constituir família, como é o caso em tela decidido pelo STJ. Contudo, diante da polêmica sobre o assunto e a pesquisa previamente feita antes de elaborar o presente resumo, pôde-se perceber que o termo “namoro qualificado” não é um termo novo, mas sim usado há, no mínimo, dez anos, conforme jurisprudências existentes no TJRS. A importância em trazer o assunto à VI Mostra Científica se faz indiscutível, vez que trata de uma matéria que ainda não foi esclarecida e por causa disso, tem trazido bastante confusão. Na pesquisa, é dever das autoras trazer, também, o que é exatamente a “intenção de constituir família”, visto que intenção é um ato totalmente subjetivo que não exige declaração expressa, mas é o requisito diferenciador entre o namoro qualificado, desprovido de proteção estatal, e união estável, protegida inclusive pela CF/88.

Utilização do gengibre como antiemético em quimioterapia

Evelize Streher Roque¹
Gabriel Corteze Netto²

O câncer pode ser considerado um problema de saúde pública mundial. A Organização Mundial da Saúde estima que, no ano 2030, haverá 27 milhões de casos incidentes de câncer, 17 milhões de mortes por câncer e uma incidência de 75 milhões de pessoas vivas, anualmente com câncer. No Brasil, a doença representa a segunda causa de morte em adultos. O tratamento mais frequentemente utilizado nos casos de câncer é a quimioterapia; porém o tratamento possui muitos efeitos adversos. Um dos principais efeitos adversos relatados pelos pacientes são náuseas e vômitos, sendo em torno de 70% a 80% dos pacientes afetados. Em razão disso, cerca de 85% dos pacientes oncológicos utilizam terapias complementares no decorrer de seu tratamento. Com base neste panorama, este trabalho tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica sobre a utilização do gengibre como antiemético contra náuseas e vômitos induzidos por quimioterapia. O presente estudo de revisão empregou os termos descritores prioritários em português, inglês e espanhol. As bases de dados utilizadas na seleção dos artigos foram Scielo, Lilacs e PubMed. Os artigos utilizados compreendem publicações de fevereiro de 1990 a fevereiro de 2012. Diversas propriedades medicinais são atribuídas ao gengibre dentre elas a atividade antiemética, que vem sendo alvo de muitos estudos na busca de esclarecer o seu real mecanismo de ação. Até agora o gengibre demonstrou ter um efeito benéfico somente na náusea aguda da quimioterapia, enquanto que na tardia não demonstrou qualquer vantagem adicional. A suplementação de gengibre se tornaria uma boa alternativa, pois além de ser não-invasiva é de baixo custo. Porém os estudos disponíveis se contradizem e não garantem o gengibre como um agente antiemético eficaz para a prevenção de náuseas e vômitos induzidos por quimioterapia. Visto que náuseas e vômitos são um dos principais efeitos adversos relatados por pacientes em tratamento antineoplásico. Com o aumento dos casos de câncer, o controle destes sintomas deve seguir como um importante foco para

¹ Farmacêutica, aluna do curso de pós-graduação em Ciências Biomédicas com ênfase em Diagnóstico laboratorial/ Análises Clínicas.

² Bioquímico, Professor Doutor do curso de Pós-graduação em Ciências Biomédicas com ênfase em Diagnóstico laboratorial / Análises Clínicas.

viabilizar o melhor tratamento sob o menor impacto na qualidade de vida dos pacientes. A maior limitação do presente estudo foi que os estudos analisados possuem muitas diferenças metodológicas como doses, tipos de câncer, tempos de acompanhamento, ferramentas de análise de náuseas e vômitos, uso de antieméticos e análises estatísticas diferentes. Os estudos possuem divergências, mas demonstram que o gengibre pode vir a se tornar uma boa alternativa capaz de auxiliar no tratamento de pacientes oncológicos, por meio da redução dos sintomas de náuseas e vômitos induzidos por quimioterapia, constituindo assim uma promissora terapia adjuvante do câncer. Entretanto, para isso mais estudos clínicos são necessários para que se possa identificar totalmente o mecanismo de ação envolvido, e a dose exata de gengibre que deve ser ofertada aos pacientes para o controle das náuseas e vômitos.

Viveiro de mudas de árvores nativas do Rio Grande do Sul

Lucila Rocha¹
Morgana Flores Bobsin¹
Vera Lucia Caetano Gonçalves²

Viveiros têm como objetivo a produção e o cultivo de espécies de plantas, onde alguns critérios são de grande relevância, como luminosidade, disponibilidade hídrica e qualidade do solo de acordo com a espécie a ser produzida. As mudas permanecem sob cuidado em viveiro até que estejam aptas para serem transplantadas ao ambiente definitivo, onde irão resistir às condições do meio e adquirir um bom desenvolvimento. Essa produção de mudas surge como uma boa alternativa devido à necessidade e procura de mudas de espécies nativas para restauração de áreas degradadas, aliando a conservação da biodiversidade a uma possível geração de renda. Portanto, é importante a construção de viveiros com estudos e aprimoramento de técnicas de cultivos. O processo de produção de mudas nativas inicia-se com a coleta de sementes, na qual primeiramente as árvores matrizes são identificadas, com o intuito de seleção na viabilidade das sementes. É importante despolar os frutos para evitar fungos ou larvas, após esse processo, a semeadura pode ser feita diretamente em embalagens individuais (sacos plásticos ou vasos) ou por repicagem das plântulas que foram germinadas em caixas sementeiras. Algumas espécies precisam de sombreamento desde o início do seu desenvolvimento até alcançarem o tamanho para serem transplantadas, já outras espécies dependem de sombreamento somente no início de seu desenvolvimento. Os viveiros de produção de mudas devem ser inscritos no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) - Superintendência Federal de Agricultura (SFA), Divisão Técnica (DT) do Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários (SEFAG), regulamentada pelo Decreto no 5.153, de 23 de julho de 2004, publicados no Diário Oficial da União referente a todos os procedimentos pertinentes à produção e comercialização de sementes e mudas em viveiros. Este trabalho tem como objetivo apresentar um projeto de construção de um viveiro de mudas de árvores nativas, abordando a escolha adequada para a instalação do viveiro, coleta

¹ Acadêmicas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – FACOS/CNEC.

de sementes de boa qualidade, semeadura, repicagem e iluminação. As sementes serão obtidas a partir de coletas em áreas permitidas e no local no qual o viveiro será inserido. A instalação do viveiro terá capacidade de aproximadamente 10.000 mudas onde se tem 40 espécies nativas do RS, como *Eugenia uniflora*, *Euterpe edulis*, *Inga marginata*, *Psidium cattleianum*, *Schinus terebinthifolius*, entre outras espécies. O viveiro será construído em uma instituição, oportunizando a pesquisa, visita guiada juntamente com educação ambiental e venda de mudas.



Viver e ser feliz: processos identitários de sujeitos assexuais da comunidade assexual A2

Débora Germann dos Santos¹
Edison Luiz Saturnino²

A emergência do conceito “assexualidade” é bastante recente e ainda não há consenso sobre como classificar as práticas a ele relacionadas. A condição assexual é caracterizada pela falta de interesse em relações sexuais, ou seja, é vivenciada por pessoas que não experienciam a atração sexual, embora algumas relatem que sentem atração amorosa e afetiva. O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de conhecer e demonstrar como os sujeitos assexuais percebem-se como tais e como produzem suas identidades, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Para compreender os processos identitários na contemporaneidade, o estudo fundamentou-se na obra de Stuart Hall. Por outro lado, as pesquisas de Elisabete Oliveira possibilitaram maior aprofundamento no universo teórico das questões sobre assexualidade. A pesquisa foi desenvolvida junto a uma comunidade online e a metodologia utilizada foi a etnografia virtual, também conhecida como netnografia, metodologia essa que incorpora as técnicas da etnografia muito indicadas para o estudo de identidades ao estudo de comunidades online. A coleta de dados foi realizada através de um questionário contendo nove questões abertas, sendo que este instrumento foi disponibilizado em um tópico da Comunidade Assexual A2 e esteve aberto a respostas, durante uma semana, para que usuários da comunidade respondessem voluntariamente e sem identificação. Ao todo, sete assexuais aceitaram participar da pesquisa e responderam ao questionário. Todos os sujeitos entrevistados afirmaram ter se percebido diferentes dos amigos, na questão da sexualidade, ainda no período da adolescência, entre os quatorze e dezoito anos. Nenhum deles conhecia, de antemão, o termo assexualidade, tendendo a maioria a acreditar, inclusive, que eram homossexuais. Mas não era assim como se percebiam e se reconheciam. Todos os entrevistados relataram que tiveram contato com o termo assexualidade através de consultas à internet. Depois de algumas buscas acessaram o site da Comunidade Assexual A2 e tendem a concordar plenamente

¹ Graduanda do curso de Psicologia na Faculdade Cenecista de Osório.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor na Faculdade Cenecista de Osório.

com a definição que a comunidade apresenta para assexualidade, que seria a de que “assexual é quem não tem interesse na prática sexual com outra(s) pessoa(s)”. Relatam a dificuldade de assumir sua identidade assexual na vida cotidiana, fora da comunidade, sendo familiares e amigos os interlocutores com os quais podem conversar mais abertamente sobre o assunto. O contato dos entrevistados com a Comunidade Assexual A2 mostrou-se prática de extrema importância, tanto para a construção quanto para o fortalecimento de suas identidades. Participar dela os faz perceber que podem viver sem sexo e serem felizes, o que não é entendido e caracterizado como uma doença. Para finalizar, ressalta-se a relevância deste trabalho, na medida em que contribui para a divulgação e reconhecimento social das identidades assexuais, apontando também para o entendimento positivo da diferença e da alteridade, principalmente quando se trata da potência e do desejo de vida e de felicidade que pulsam em cada sujeito.